

FELIPE AIALA DE MELLO

IDENTIDADES E ESPAÇOS:
AS REPRESENTAÇÕES DE CLEÓPATRA
E DO EGITO EM *VIDA DE ANTÔNIO*,
DE PLUTARCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN

NATAL – 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

IDENTIDADES E ESPAÇOS: AS REPRESENTAÇÕES DE CLEÓPATRA E DO
EGITO EM *VIDA DE ANTÔNIO*, DE PLUTARCO

Felipe Aiala de Mello

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Espaços

Linha de Pesquisa III: Linguagens, Identidades & Espacialidades

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Severina Vasques

NATAL
DEZEMBRO DE 2019

MELLO, Felipe Aiala. Identidades e espaços: as representações de Cleópatra e do Egito em *Vida de Antônio*, de Plutarco. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Submetida em 17 de dezembro de 2019 à Banca Examinadora composta por:

Profa. Dra. Marcia Severina Vasques – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Profa. Dra. Maria Aparecida de Oliveira Silva
Membro Externo à Instituição

Profa. Dra. Lyvia Vasconcellos Baptista
Membro Interno à Instituição

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Mello, Felipe Aiala de.
Identities and spaces: the representations of Cleopatra and the Egypt in the Life of Antony, by Plutarch / Felipe Aiala de Mello. -
2019.
275f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Natal, RN, 2019.
Orientador: Prof.^ª Dr.^ª Marcia Severina Vasques.

1. Plutarch - Dissertation. 2. Cleopatra - Dissertation. 3. Representation - Dissertation. I. Vasques, Marcia Severina. II. Title.

RN/UF/BS-CCHLA CDU 94

Elaborado por Ana Luísa Lincka de Sousa - CRB-15/748

A Cleópatra e a Plutarco (*in memoriam*),
sem os quais esta dissertação não seria possível.

Aos meus pais – Judite e Renato,
pelas mesmas razões.

A minha querida irmã – Renata.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Marcia Severina Vasques, minha querida e dedicada orientadora, pela paciência, desafio, liberdade de pensamento e pelas leituras sempre criteriosas;

À banca de qualificação, composta pelas Profs. Drs. Marcia Severina Vasques, Lyvia Vasconcelos Baptista, Airan dos Santos Borges e Francisco das Chagas Fernandes Santiago Junior, por terem aceitado participar daquele importante momento da minha vida acadêmica e por proporem direcionamentos para a etapa final deste trabalho;

Ao Programa de Pós-graduação em História da UFRN e a todos aqueles que nele trabalharam nos últimos dois anos, pela eficiência e disponibilidade em todos os momentos em que necessitei de auxílio institucional;

Ao MAAT – Núcleo de Estudo de História Antiga, espaço coletivo de aprendizado e de trocas de conhecimento, e pelos amigos que lá fiz, pelos debates e pelas interlocuções proporcionadas nessa convivência;

Aos professores dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da UFRN que – cada qual a partir de uma perspectiva própria e de preocupações teóricas distintas e complementares – ampliaram significativamente meu ângulo de percepção sobre as sutilezas da historiografia;

Aos meus amigos e colegas da UFRN, os quais, por efeitos de evidência, se sentirão contemplados neste enunciado vago e sem os quais não teria sido tão prazeroso vivenciar o mundo.

SUMÁRIO

	PÁGINA
RESUMO	08
RESUME	09
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	31
1. QUESTÕES PRELIMINARES	32
1.1. ORIENTALISMO – UM OLHAR (MÍOPE) OCIDENTAL SOBRE O ORIENTE	33
1.2. IMPERIALISMO – UM CONCEITO ACUSATÓRIO	41
1.3. O CONCEITO DE ROMANIZAÇÃO SOB SUSPEITA	64
1.4. REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS EM CONSTANTE (RE)CONSTRUÇÃO	71
CAPÍTULO II – O UNIVERSO PLUTARQUIANO	89
2. QUESTÕES PRELIMINARES	90
2.1. FRAGMENTOS DA VIDA DE PLUTARCO	91
2.2. PLUTARCO E O CONJUNTO DE SUA OBRA	112
2.3. PLUTARCO E SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES	129
CAPÍTULO III – CLEÓPATRA E EGITO SOB O OLHAR DE PLUTARCO	145
3. QUESTÕES PRELIMINARES	146
3.1. ALEXANDRIA – REPRESENTAÇÃO METAFÓRICA/METONÍMICA DA RAINHA	156
3.2. CLEÓPATRA E JÚLIO CÉSAR – UMA RELAÇÃO (COM)PROMETEDORA	165
3.3. CLEÓPATRA E O EGITO SOB A MIRA DE PLUTARCO	173
3.3.1. ISIS-CLEÓPATRA – MAIS UM ELEMENTO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA ..	185
3.3.2. A PROPAGANDA OTAVIANA (RE)CONFIGURANDO A IMAGEM DA RAINHA	191
3.4. A BATALHA DE ÁCIO – O INÍCIO DO FIM	201
3.5. ÚLTIMO ATO – EPÍLOGO DE UMA HISTÓRIA DRAMÁTICA	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	235

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar as representações de Cleópatra e do Egito forjadas por Plutarco na obra *Vida de Antônio*. Na biografia do general romano, Plutarco acaba por imprimir sua visão a respeito da rainha do Egito e do Oriente. Ao falar de um lugar ideologicamente marcado, sob o ponto de vista de um cidadão de uma pólis grega (Queroneia) que viveu sob o domínio romano, Plutarco (re)configura fatos, dados, enfim, a própria história, com uma escrita de cunho biográfico, documental e histórico e, ao mesmo tempo, estrategicamente, dramática, teatral, emocionada e moralizante. Esta pesquisa pretende mostrar que Plutarco, ao compor a imagem identitária de Cleópatra e a representação do Egito, o faz sob uma perspectiva imperialista e orientalista, coadunando com a visão romana dos fatos (re)tratados. As principais categorias analíticas utilizadas na consecução desta dissertação são *imperialismo*, *orientalismo*, *romanização e representação/identidade*. O instrumental teórico, assim como os autores e textos selecionados, oferece as bases epistemológicas necessárias para fundamentar os procedimentos analíticos e permite desenvolver pontos de vista sobre o *corpus* escolhido. A metodologia utilizada na análise baseia-se na forma tradicional do trabalho do historiador, qual seja, a das críticas internas e externas das fontes, aliada à análise de conteúdo. Vemos que Plutarco, a partir de dicotomias opositivas estereotipadas sustentadas por ideologias moralistas e moralizantes, subjuga a rainha do Egito e o Oriente, em prol de uma suposta superioridade baseada em uma hierarquização cultural e moral, em sintonia com a propaganda romana.

PALAVRAS-CHAVE: Plutarco, *Vidas Paralelas*, Cleópatra, Egito, Identidades.

RESUME

Cette dissertation a pour objectif d'analyser les représentations de Cléopâtre et de l'Égypte forgées par Plutarque dans l'œuvre *Vie d'Antoine*. Dans la biographie du général romain, Plutarque enregistre sa vision de la reine d'Égypte et de l'Orient. Parlant d'un lieu idéologiquement marqué, du point de vue d'un citoyen d'une polis grecque (Chéronée) qui vivait sous l'autorité romaine, Plutarque ré-configue les faits, les données, enfin, l'histoire elle-même, avec une écriture biographique, documentaire et historique et, en même temps, stratégiquement, dramatique, théâtral, émotionnel et moralisant. Cette recherche a pour but de montrer que Plutarque, lorsqu'il compose l'image identitaire de Cléopâtre et la représentation de l'Égypte, le fait dans une perspective impérialiste et orientaliste, conformément à la conception romaine des faits ré-traités. Les principales catégories d'analyse utilisées dans la réalisation de cette dissertation sont l'impérialisme, l'orientalisme, la romanisation et la représentation / identité. L'instrument théorique, ainsi que les auteurs et les textes sélectionnés, offrent les bases épistémologiques nécessaires pour soutenir les procédures analytiques et permettent de développer des points de vue sur le corpus choisi. La méthodologie utilisée dans l'analyse est basée sur la forme traditionnelle du travail de l'historien, à savoir la critique interne et externe des sources, associée à l'analyse du contenu. Nous voyons que Plutarque, à partir de dichotomies d'opposition stéréotypées soutenues par des idéologies moralistes et moralisatrices, soumet la reine d'Égypte et d'Orient à la supériorité supposée fondée sur une hiérarchie culturelle et morale, en accord avec la propagande romaine.

MOTS-CLES : Plutarque, *Vies Parallèles*, Cléopâtre, Égypte, Identités.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the representations of Cleopatra and the Egypt created by Plutarch in his book *Life of Antony*. In the Roman general biography, Plutarch registers his vision of the queen of Egypt and the East. From an ideologically marked point of view of a citizen from a Greek polis (Chaeronea) who lived under Roman control, Plutarch narrates his vision of the East, (re)configures facts, data, in short, his own history with a biographical, documentary and historical writing but strategically, at the same time, dramatic, theatrical, emotional and moralizing. This research intends to show that Plutarch, by composing the image of Cleopatra and the representation of Egypt, does so from an imperialistic and orientalist perspective, in conformity with the Roman version of the facts. The main analytical categories used to achieve this dissertation are, mainly, *imperialism, orientalism, romanization* and *representation/identity*. The theoretical tools, as well as the selected authors and texts, offer the necessary epistemological basis to support the analytical procedures and allow to develop some points of view on the chosen *corpus*. The methodology used to develop the analysis is based on the traditional form of historiographer work, that is, the internal and external critiques of the sources, combined with the contents analysis. Plutarch, from the stereotypical oppositional dichotomies sustained by the moralistic and moralizing ideologies, subdues the Queen of Egypt and the East, in favor of a supposed superiority based on a cultural and moral hierarchy, in agreement with Roman propaganda.

KEYWORDS: Plutarch, *Parallel Lives*, Cleopatra, Egypt, Identity.

*O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas
ou os sistemas de dominação,
mas aquilo porque, pelo que se luta,
o poder do qual nós queremos apoderar.*

Michel Foucault.

INTRODUÇÃO

O começo é a parte mais difícil do trabalho.

Platão.

L'historien.

*Il doit être un homme passionné, il doit savoir se mettre en cause
car c'est alors qu'il fera le mieux comprendre les temps [et les espaces] dont il parle.*

Georges Duby.

O recorte temporal do *corpus* selecionado abarca tanto a vida de Cleópatra VII (69 – 30 a.C., doravante Cleópatra) quanto a de Plutarco (46 – 126 d.C.). Quanto ao recorte espacial, delimitamos a própria narrativa de Plutarco, mais especificamente *Vida de Antônio*, e, dentro dela, o espaço ideário greco-romano de Oriente, forjado nas imagens de Cleópatra e do Egito. Pesquisar sobre Cleópatra e o Egito, valendo-nos, para tanto, de parte da obra de Plutarco, significa abordar a temática a partir de uma fonte documental tida, ao mesmo tempo, como biográfica, histórica, filosófica e literária.¹ Precisamos, nesse caso, estar alertas e ter em mente a importância de documentos escritos como os de Plutarco na Antiguidade, ainda que eles não demonstrem claramente (como se faz hoje) as fronteiras entre esses gêneros ou áreas de conhecimento. Estudar *Vida de Antônio* torna-se um desafio, o de interpretar apenas uma parcela de sua obra, propondo um olhar crítico sobre a realidade histórica representada tanto de Cleópatra quanto do próprio Plutarco.

Como assevera Paulo Martins (2007, p. 22), “[...] assim como a história, a prática biográfica na Antiguidade Clássica também se aproximava da literatura, na medida em que seus escritos constantemente incluíam maniqueísmos e boatos”. Como veremos ao longo desta dissertação, além de fonte documental histórica e de cunho assumidamente biográfico, a coletânea *Vidas Paralelas* ou *Vida de Homens Ilustres*, ou ainda, *Vitae* (doravante *Vitae*) é composta de um conjunto de retratos de homens ilustres (re)produzidos, de maneira intencional e educativa, com julgamentos éticos e morais. Ainda segundo Martins (2007, p. 24), tratando diretamente da narrativa de Plutarco, sob o ponto de vista da constituição das biografias, o autor diz:

[...] é possível dizer que elas [as biografias] se detêm na efetivação de retratos verbais, isto é, na construção de imagens que passam por categorias aristotélicas do discurso demonstrativo que prevê o louvor ou o vitupério das coisas da alma, das coisas do corpo e das coisas externas.

Esse lugar de fala² de Plutarco imprime em seu discurso certo grau de subjetividade e de dramaticidade. Sendo a obra de Plutarco dividida entre “louvor e

¹ Para Arnaldo Momigliano (1978, p. 74 *apud* Pedro Paulo Abreu Funari, 2002, p. 23), o pensamento greco-romano não chegou a conceituar plenamente a diferença entre literatura e trabalho histórico. Complementando essa questão, Joaquim Pinheiro (2013) afirma que mesmo antes de Plutarco já era difícil distinguir o que é da ordem do biográfico daquilo que é da ordem do historiográfico, do filosófico e do encômio, podendo perpassar os gêneros deliberativo, judicial e epidítico. Entendendo que esta dificuldade ainda persiste, falamos um pouco mais sobre a importância do gênero biográfico para a historiografia no capítulo II.

² A noção de “lugar de fala”, aqui, se liga aos processos de identificação e posicionamento do sujeito no discurso, na sua relação constitutiva com as condições de produção do discurso, a memória discursiva e a

vitupério” e composta de temas externos ligados à estirpe e à educação, à riqueza e ao poder, à oratória e às glórias, à civilidade, ao matrimônio e à amizade dos homens ilustres, e também de seus contrários, ela, por si só, conta com grande importância documental e representacional de um espaço-tempo.

Sobre essa (inter)penetração de gêneros e áreas de conhecimento, José María Morón Candau (2014, p. 104-105) vê que

[...] as relações de Plutarco com a historiografia são complexas. [...] Plutarco se inspira, pois, em vidas reais. No entanto, seus relatos contêm elementos de ficção, segundo revelam, por exemplo, a presença de personagens muito provavelmente inventados³.

Em decorrência da subjetividade e do teor de ficcionalidade⁴, constitutivos, em alguma medida, de todas as narrativas⁵, o polímata de Queroneia deixou para a posteridade uma vasta obra, fruto de uma cultura transversal e de riqueza comprovada também pelas numerosas obras consultadas, pelas citações e referências a autores clássicos que ele certamente leu. Nesse sentido, poderíamos mesmo dizer que a subjetividade e a ficcionalidade em Plutarco se tornam algo secundário diante do fato de que seus escritos são registros importantes da Antiguidade e que, graças a eles, tornam-se documentos-fontes imprescindíveis para a historiografia em geral e, particularmente para nós, já que nossa leitura, interpretação e compreensão do mundo antigo depende, consideravelmente, dos textos escritos, usados naquela época e naquela sociedade, e para além delas (cf. Alan Keir Bowman e Greg Woof, 1998). Dito isso, muito do conhecimento

enunciação. A esse respeito, cf. Ruth Amossy (1997; 2005); Patrick Charaudeau (2005); Dominique Maingueneau (2005; 2008).

³ “Las relaciones de Plutarco con la historiografia son complejas. [...] Plutarco se inspira, pues, en sucesos reales. Pero sus relatos contienen elementos de ficción, según revela, por ejemplo, la presencia de personajes con toda probabilidad inventados.” Esta e todas as demais traduções nesta dissertação são livres e de nossa responsabilidade.

⁴ Ainda que não seja foco deste trabalho, cabe, aqui, uma nota sobre o que entendemos sobre subjetividade e ficcionalidade, que não se opõem dicotomicamente à objetividade e à verdade/realidade respectivamente. Isso porque acreditamos não ser possível uma narrativa com “grau zero” de particularidades do sujeito que narra e de emoções ali contidas, ambas inerentes ao conhecimento científico e às múltiplas determinações contextuais, sociais e culturais. Entendemos que o olhar científico-acadêmico, incluindo o do historiador, deve se basear em uma tentativa de objetivação da realidade através de um certo afastamento metodológico e pela remissão às fontes. No entanto, após a emergência da *Escola dos Annales*, a existência da subjetividade na escrita da História se tornou praticamente um ponto pacífico. Sobre essas questões, cf. Michel de Certeau (1982); Roger Chartier (2012); Eric Hobsbawm (1998); Jacques Le Goff (1978; 1996), Paul Ricouer (2007); Adam Schaff (1995).

⁵ Para maiores esclarecimentos a respeito das possíveis convergências e divergências entre as noções de ficção, ficcionalidade, verdade e invenção em textos literários, biográficos tidos também como documentos históricos, cf. Luiz Costa Lima (1986; 2006).

que temos sobre a História Antiga, sobre a cultura greco-romana e egípcia, por exemplo, depende de um número limitado de fontes documentais disponíveis e os textos de Plutarco são parte importante dessas fontes.

Nos dizeres de Arthur Pollini e Pedro Paulo Abreu Funari (2009, p. 40), “[...] a história documental [e documentada] exerce um papel específico na construção do passado para sociedades com registros escritos”. Plutarco fazia parte de uma elite que escrevia para elites⁶, que dominavam a escrita e os registros escritos, organizando suas próprias concepções da vida social e partindo de suas próprias criações da memória cultural⁷ instituídas em seu espaço-tempo. Dirigida a esse público letrado, Plutarco, na introdução de uma de suas biografias (*Vida de Alexandre*, I, 1-2), fala sobre sua escrita:

A vida de Alexandre, rei da Macedônia, e a de César, o conquistador de Pompeu, que proponho escrever neste volume, oferecem-me tantos fatos importantes que, para cada prefácio desta obra, pedirei aos meus leitores que não me julguem se, em vez de relatar detalhadamente todas essas importantes ações, me contento em abreviar a maior parte delas. Na verdade, não escrevo histórias, mas sim biografias; além disso, nem sequer é nos acontecimentos mais espetaculares que residem as virtudes ou os vícios dos homens. Pelo contrário, muitas vezes, um pequeno gesto, uma palavra ou uma brincadeira refletem melhor o caráter do personagem do que combates com baixas incontáveis, fileiras cerradas ou os maiores cercos a cidades. Os pintores assumem a aparência de seus retratos nos olhos e nas feições do rosto, onde o natural e os modos são mais marcantes; eles cuidam muito menos das outras partes do corpo. Permitam-me também penetrar nos recônditos mais íntimos da alma, a fim de apreender as características mais marcantes do caráter e pintar, de acordo com esses sinais, a vida desses dois grandes homens [Alexandre e César], deixando para os outros os detalhes das lutas e das ações mais espetaculares.

Acreditamos que essa é a tônica, ou melhor, a proposta de Plutarco em *Vitae*; ser, além de biógrafo, um arguto observador do comportamento humano, e não apenas um historiador. Evidentemente, o entendimento do que é ser biógrafo, ou melhor, o

⁶ Sabe-se que o letramento na Antiguidade era restrito às elites, limitado às pessoas influentes na política, na economia e na vida intelectual das comunidades locais, pessoas capazes de produzir e consumir textos escritos, ainda que em baixa escala e circulando prioritariamente em grandes centros urbanos, como Atenas, Roma e Alexandria, por exemplo.

⁷ Sobre o conceito de *memória cultural*, cf. Aleida Assmann (2011); Jan Assmann (2011).

⁸ “La vie d'Alexandre, roi de Macédoine, et celle de César, le vainqueur de Pompée, que je me propose d'écrire dans ce volume, m'offrent un si grand nombre de faits importants, que, pour toute préface à cet ouvrage, je prierai mes lecteurs de ne pas nous chercher chicane, si, loin de rapporter en détail et minutieusement toutes les actions célèbres de ces deux hommes, nous abrégeons le récit de la plupart d'entre elles. En effet, nous n'écrivons des Histories, mais des biographies, et ce n'est pas surtout dans les actions les plus éclatantes que se manifeste la vertu ou le vice. Souvent, au contraire, un petit fait, un mot, une plaisanterie montrent mieux le caractère que des combats qui font des milliers de morts, que les batailles rangées et les sièges les plus importants.”

entendimento desse termo na Grécia Antiga deve ser (re)pensado, flexibilizado quando comparado com o seu uso nos dias de hoje. As *Vitae* de Plutarco não pretendem discorrer prioritariamente sobre a vida e a carreira dos homens ilustres da História, ainda que acabem por fazer isso fragmentada e indiretamente, visto se tratar de grandes personalidades do passado. Parece-nos que a principal proposta de Plutarco era selecionar alguns feitos de homens ilustres, gregos e romanos, para, a partir deles, e com ênfase pedagógica e moralista⁹, esclarecer uma verdade sobre o caráter e o código ético desses homens via seus comportamentos.

As narrativas de Plutarco foram escritas nos séculos I e II d.C.. Algumas delas se perderam no tempo; outras perduraram e, ao longo da Idade Média e início da Idade Moderna, foram lidas, traduzidas e exaltadas por humanistas tais como Jacques Amyot¹⁰, Erasmo de Roterdã¹¹, Guillaume Budé¹², Michel de Montaigne¹³, François Rabelais¹⁴. Plutarco preencheria, “[...] juntamente com Cícero¹⁵ e Sêneca¹⁶, o quadro de uma *humanitas* orientada no sentido da vida social”, de acordo com Nair de Nazaré Castro Soares (2003, p. 195). Paula Barata Dias (2003, p. 163), ao pesquisar a recepção de Plutarco na Europa Ocidental do período medieval, percebe que ela está

[...] definitivamente condicionada pela comunicação entre línguas diferentes: as traduções em latim ou as línguas modernas são mais abundantes do que a versão original. A recepção de Plutarco na Idade Média foi limitada pelo desconhecimento do grego. Com o auxílio do latim, o interesse pelo autor estabeleceu-se.

⁹ A noção de *moralista* é utilizada, aqui, no sentido de buscar transmitir valores morais, algo constitutivo do autor, que estuda e escreve sobre regras ligadas às moralidades vigentes em seu espaço-tempo. O conjunto da obra de Plutarco apregoa valores e/ou princípios referenciais da conduta dos seres humanos. Além disso, o termo *moralista* pode ser visto sob um ótica negativa de um autor que busca controlar os valores morais dos outros. Para Reinhart Koselleck (2011), a História se viu atrelada aos moralismos vigentes durante mais de três mil anos e só se distanciou deles a partir do século XIX, quando assume um caráter mais científico e menos *magistra vitae*. Para maiores detalhes sobre a moralidade em Plutarco, cf. Christopher Pelling (2001; 2002); Mark Beck (2014).

¹⁰ Jacques Amyot (1513 – 1593), escritor, humanista e tradutor francês.

¹¹ Erasmo de Roterdã (1466 – 1536), teólogo e humanista neerlandês.

¹² Guillaume Budé (1467 – 1540), erudito e humanista francês.

¹³ Michel de Montaigne (1533 – 1592), jurista, político, filósofo, escritor e humanista francês.

¹⁴ François Rabelais (1494 – 1553), escritor, padre, médico e humanista francês.

¹⁵ Cícero (106 – 43 a.C.) foi advogado, político, escritor e filósofo romano. Durante a República Romana foi cônsul, um dos maiores oradores da Roma Antiga e inimigo de Antônio e de Cleópatra (cf. Pierre Grimal, 1986).

¹⁶ Sêneca (? – 65 a.C.) foi advogado, escritor, dramaturgo e intelectual (re)conhecido do Império Romano.

Assim, a recepção direta da narrativa plutarquiiana no original (em grego) no período medieval parece improvável; ela se deu via traduções. No século XIII, Maxime Planude, monge bizantino e grande admirador de Plutarco, decide produzir uma edição manuscrita completa das obras do queronense ilustre. De acordo com Jean Sirinelli (2000, p. 45), “[...] ele o fez em um espírito de profundo respeito ao texto e com toda a sua ciência”.¹⁷ Em 1572, Henri Estienne publica em Genebra as obras completas de Plutarco em francês. Antes dele, Jacques Amyot traduz as *Vitae* em 1559 e os *Moralia* em 1572. Para Jacques Boulogne (1994, p. 18),

Vidas Paralelas chamam cada vez mais a atenção, especialmente na França, sobretudo após a tradução feita por Amyot, em 1559. Nesses anos conturbados pelas expedições ultramarinas e descobertas de novas civilizações, houve uma necessidade de retomada de modelos e de heróis da antiguidade.¹⁸

Essa tradução do grego de Amyot é distribuída para as grandes bibliotecas na França e torna-se importante referência para todas as demais traduções francesas¹⁹. No entendimento de Mark Beck (2014, p. 1),

Com a redescoberta de suas obras no Renascimento, através de traduções de Leonardo Bruni, Jacques Amyot e Thomas North, Plutarco tornou-se o autor clássico mais lido e influente na Europa. A lista daqueles que ele influenciou é longa e contém muitos nomes ilustres de indivíduos de todas as esferas da vida: Erasmus, Maquiavel, Rabelais, Vasari, Montaigne, Shakespeare, Bacon, Walton, Dryden, Rousseau, Johnson, Boswell, Beethoven, Goethe, Schiller, Alfieri, Hamilton, Macaulay, Nietzsche, Emerson, Strachey, Truman e Foucault, para citar apenas alguns. Nos escritos de Plutarco, seus leitores descobriram o compêndio mais acessível do pensamento helênico e da história greco-romana, rica em detalhes pessoais e anedotas. O Ocidente, por séculos, viu seu passado clássico principalmente através dos olhos de Plutarco.²⁰

¹⁷ “[...] il le fit dans un esprit de profond respect du texte et avec toute sa science.”

¹⁸ “Les Vies parallèles attirent de plus en plus l’attention, notamment en France, surtout après leur traduction par Jacques Amyot, en 1559. En ces années troublées par les expéditions ultramarines et les découvertes de nouvelles civilisations, le besoin de modèles et de héros de l’antiquité tombent à point nommé.”

¹⁹ Depois de Jacques Amyot, o nome de Robert Flacelière torna-se a principal referência quanto às traduções de *Vitae*. Entre 1957 e 1979, Flacelière se responsabiliza pela tradução das *Vitae* em uma edição bilingue na Coleção das Universidades da França.

²⁰ “With the rediscovery of his works in the Renaissance through translations by Leonardo Bruni, Jacques Amyot, and Thomas North, Plutarch became the most widely read and influential classical author in Europe. The list of those whom he has influenced is long and contains many illustrious names of individuals from all walks of life: Erasmus, Machiavelli, Rabelais, Vasari, Montaigne, Shakespeare, Bacon, Walton, Dryden, Rousseau, Johnson, Boswell, Beethoven, Goethe, Schiller, Alfieri, Hamilton, Macaulay, Nietzsche, Emerson, Strachey, Truman, and Foucault to name just a few. In Plutarch’s writings, his readers discovered the most accessible compendium of Hellenic thought and Greco-Roman history, rich in personal detail and anecdotes. The West for centuries saw its classical past primarily through the eyes of Plutarch.”

Voltando à questão das fontes, as utilizadas por Plutarco para compor suas percepções das identidades dos biografados, ele próprio explica, na introdução de seu tratado *Sobre as Virtudes morais* (I), que a questão das fontes não era sua preocupação principal: “Penso que é melhor recorrer, de forma breve, às opiniões de outros, não para fazer uma investigação, mas sobretudo para tornar as minhas próprias opiniões mais seguras e sólidas, expondo antes as deles”²¹. Para Joaquim Pinheiro (2013, p. 76),

Quando Plutarco não leu um autor que cita, faz referência a uma fonte de segunda-mão. Outras vezes, reproduz quase literalmente um autor, mas sem o nomear. Quando não confia na fonte, também não se coíbe de dizer que ela lhe merece pouca credibilidade. Assume, quando não tem ao seu dispor os elementos, que não pode tomar uma posição sobre uma questão.

Essas fontes advêm também de registros orais, de testemunhos colhidos muitas vezes em família, de pai para filho, ou, ainda, de avô para neto e de bisavô para bisneto. O próprio Plutarco fala a esse respeito, registrando, na biografia que fez de Marco Antônio (doravante Antônio), parte de suas fontes e desnudando sua subjetividade interpretativa:

[...] *Havia, além disso, uma antiga tradição segundo a qual os Antonii eram Heráclides, descendentes de Anton, filho de Hércules (Vida de Antônio, IV, 1-2, grifos nossos).*

[...] *Dizem, por exemplo, que no casamento do mímico Hípias, ele passou a noite inteira festejando e bebendo e que, pela manhã, as pessoas o chamando para ir ao Fórum, ele se apresentou ainda tão cheio de comida que vomitou no manto que um de seus amigos lhe entregou [...]* (Vida de Antônio, IX, 6, grifos nossos).

[...] *Assim, o médico Filotas de Anfisa disse ao meu avô Lâmprias que, na época em que ele estava aprendendo sua arte em Alexandria, tendo se familiarizado com um dos cozinheiros reais, ele se deixou convencer, quando jovem, a ir e ver os sumptuosos preparativos do jantar (Vida de Antônio, XXVIII, 3-4, grifos nossos).*

[...] *O que é verdade, ninguém sabe, mas correu o boato de que ela tinha veneno em um alfinete e que ela o escondeu no cabelo, mas não apareceu em seu corpo nem mancha nem qualquer outro traço de veneno. [...] Então, é isso que dizem que aconteceu (Vida de Antônio, LXXXVI, 3-6, grifos nossos).*²²

²¹ “Je pense qu’il est préférable d’utiliser brièvement les opinions des autres, non pas pour mener une enquête, mais avant tout pour sécuriser mes propres opinions, les rendre plus sûres et plus solides, en exposant avant les leurs.”

²² “[...] Il existait d’ailleurs une ancienne tradition selon laquelle les Antonii étaient des Héraclides, descendants d’Anton, fils d’Héraclès [...] On raconte par exemple qu’aux noces du mime Hippias, il passa la nuit entière à festoyer et boire et que, au matin, le peuple l’appelant au Forum, il se présenta encore si gorgé de nourriture qu’il vomit sur le manteau que lui avait tendu un de ses amis. [...]. C’est ainsi que le médecin Philotas d’Amphissa racontait à mon grand-père Lamprias que, au temps où il apprenait son art à Alexandrie, ayant lié connaissance avec un des cuisiniers royaux, il s’était laissé convaincre, en jeune

Como se pode perceber nos/dos excertos acima, a narrativa de Plutarco e as fontes por ele utilizadas demonstram recorrentemente advir de registros orais, de testemunhos de familiares e do senso comum, passíveis de serem entendidos como tendenciosos, imprecisos, vagos e/ou indeterminados. Ainda que de maneira não evidenciada, devemos buscar em sua narrativa seus posicionamentos político-ideológicos e suas estratégias retórico-discursivas e procedimentos textuais²³ que nos ajudem a perceber seu lugar de fala, sua forma de ver, ler e escrever sobre esse universo.

Funari explica como se dá a problemática das fontes nos estudos sobre a História Antiga. Designando como “documentos” as fontes primárias, o autor chama a atenção para a investigação que leva em conta materiais deixados por aqueles que viveram na Antiguidade. Ainda segundo o autor,

[...] essas fontes apresentam, contudo, duas limitações a serem ponderadas. Em primeiro lugar, refletem as opiniões de seus autores, que, quase por definição, faziam parte de uma reduzidíssima minoria capaz de bancar a publicação de suas obras. [...] A esse primeiro cuidado deve acrescentar-se um segundo. Além de refletirem as opiniões de uma estreita minoria, as obras hoje disponíveis foram selecionadas pelos copistas medievais, que decidiam quais obras preservar e, em alguns casos, chegavam a alterar ou censurar o que liam (FUNARI, 1994, p. 10).

Assim, as fontes por nós escolhidas trazem consigo particularidades que muitas vezes desconhecemos, podendo ter sido fielmente mantidas ou adulteradas durante as cópias e traduções. Segundo sugestão de Funari, devemos, nessas circunstâncias, não acreditar [ingênua e cegamente] no que dizem os documentos, mas buscar o que está por trás deles, perceber quais as intenções e os interesses que explicariam os posicionamentos do autor (e até mesmo do copista, do tradutor), a sociedade e a cultura à qual ele pertence. Seguimos, com essa atitude, uma historiografia que abandonou a tempos o critério de “verdade” como norte das pesquisas, ou seja, na História e na historiografia não há verdades, mas sim pontos de vista ou, ainda, representações dos fatos, o que, evidentemente, não anula sua existência e importância.

De maneira aparentemente contraditória ao pensamento de Funari (1994), para Foucault não se deve buscar algo por detrás do texto, como se houvesse lá algo

homme qu’il était, de venir voir les somptueux apprêts du dîner. Ce qu’il en est au vrai, nul ne le sait, car le bruit a aussi couru qu’elle portait du poison dans une épingle à cheveux creuse et qu’elle cachait cette épingle dans sa chevelure, mais il ne parut sur son corps ni tache ni aucune trace de poison. [...] Voilà donc ce que l’on raconte à ce sujet.”

²³ Sobre a sintaxe e a estilística de Plutarco em *Vida de Antônio*, cf. Théo Polychorinis (2018).

“escondido”, um sentido que se não deixa facilmente revelar. Trata-se de uma outra história (uma história outra), que corre sob a história, algo que busca liberar-se, para restituir os enunciados à sua pura dispersão:

[...] para analisá-los em uma exterioridade sem dúvida paradoxal, já que não remete a nenhuma forma adversa de interioridade; para considerá-los em sua descontinuidade, sem ter de relacioná-los, por um desses deslocamentos que os põem fora de circuito e os tornam inessenciais, a uma abertura ou a uma diferença mais fundamental; para apreender sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziu; para reencontrar sua incidência de acontecimento. Sem dúvida, seria melhor falar de "neutralidade" que de exterioridade; mas essa palavra remete demasiado facilmente a uma suspensão de crença, a um desaparecimento ou a uma colocação entre parênteses de qualquer posição de existência, enquanto o que importa é reencontrar o exterior onde se repartem, em sua relativa raridade, em sua vizinhança lacunar, em seu espaço aberto, os acontecimentos enunciativos. (FOUCAULT, 2008, p. 137-138)²⁴

As questões acima elencadas por Funari e Foucault a respeito das fontes, das objetividades/subjetividades na historiografia, nos levam a entender que é possível trabalhar com a objetividade sem se pressupor a neutralidade. Dito de outra maneira, objetividade e subjetividade não se opõem necessariamente; elas são muito mais paralelas. Ademais, a objetividade e a subjetividade plenas são duas impossibilidades, como bem apontam Mikhail Bakhtin (1993; 2006) e Ginzburg (1989).

Ainda a respeito das questões das fontes²⁵ e das traduções, lembramo-nos de dois ditados populares que ajudam na síntese de um pensamento: o primeiro – “Quem conta um conto aumenta um ponto”; o segundo, adaptado por nós – “Para cada tradução, uma nova interpretação” (*traduttore, traditore*). Das várias traduções existentes da obra de Plutarco, optamos pela francesa, da Gallimard, traduzida por Jacques Amyot e editada por Gérard Walter (Gallimard, Collection La Pléiade, 1951), por ser uma edição considerada por especialistas em tradução e em História Antiga como de alta qualidade na questão da “fidelidade” com a língua original, o grego clássico. Além disso, com a preocupação de proporcionar ao leitor desta dissertação um texto mais fluido, decidimos utilizar, no seu corpo, traduções livres feitas por nós do francês para o português e manter

²⁴ Além de Foucault (2008), sugerimos a leitura de Carlo Ginzburg (1989), que trata do *paradigma indiciário*.

²⁵ Não pretendemos nos deter sobre teorias tradutórias e tampouco é nossa pretensão aqui aprofundar nas discussões a respeito de documentos *vs* fontes. Partimos do princípio de que documentos são fontes objetivas/subjetivas, e que há uma multiplicidade de fontes, para além dos documentos. Sobre *documento e monumento*, cf. Le Goff (1978; 1996).

o texto em francês no pé-de-página. Faremos o mesmo com os textos de língua espanhola, inglesa e italiana.²⁶

Segundo Marcia Severina Vasques (2005, p. 7), elas “[as fontes] são pontos de vista de grupos particulares, dominantes na sociedade e possuem um papel ativo na construção da identidade”. Isso significa dizer que através das fontes nos é possível delinear as identidades e suas representações e de marcar aquilo que as define a partir das relações mais amplas de poder estabelecidas. No contexto por nós analisado, tem-se que as representações das identidades de Cleópatra, de Antônio, de Plutarco, além das dos gregos, dos romanos e dos egípcios, por exemplo, seriam definidas e normatizadas não só no “jogo de espelhos” das identidades vs alteridades, mas também a partir dos registros documentais que as projetam e as fixam, as cristalizam e as propagam. Biografias como as de Plutarco se traduzem em formas de cristalizar as memórias e de reivindicar as identidades. Sydney Hervé Aufrère (2018, p. 91) diz algo a esse respeito que nos interessa:

É provável que a história de Plutarco, nas *Vidas* que ele dedicou a Júlio César e a Marco Antônio, muito tempo depois dos acontecimentos, quando ele conta com fontes hoje perdidas tais como a de Lívio, produza uma clareza considerada arriscada. Nessa narrativa, há, de fato, grande influência das visões filosóficas e moralistas de um autor que se destaca por sua dialética sutil, arquitetada por alguém que sabe bem como desviar, quando necessário, dos princípios da História.²⁷

Próximo a essa linha de raciocínio, Stacy Schiff (2011, p. 93) lembra que relatos como os de Plutarco a respeito de Cleópatra devem ser necessariamente repensados quanto ao seu teor documental-histórico: “[...] por mais críveis que sejam as atribuições a ela, é difícil determinar quantas dessas realizações eram genuínas”. Isso porque o fato de contar parte da história da vida da rainha faz com que esses relatos sejam, muitas vezes, apologéticos, relativamente tendenciosos, com objetivos estratégicos e políticos, ideológicos e propagandísticos, fortemente presentes em textos ficcionais, ainda que de cunho histórico ou biográfico. Como exemplo desse relato de que nos fala Schiff (2011),

²⁶ Cabe ressaltar a importância da tradução das *Vitae* para o espanhol, feita pela Editora Gredos (2009), e de responsabilidade de Juan Pablo Sánchez Hernández e Marta González González. Ela nos parece a mais confiável em espanhol, entre as que tivemos acesso.

²⁷ “Il est probable que le récit de Plutarque, dans les *Vies* qu’il consacre à Jules César et Marc Antoine, longtemps après les événements et en se fondant sur la lecture d’œuvres aujourd’hui perdue comme celle de Tite-Live, jette un éclairage qui n’est pas sans risque. Sur ce récit influent, en effet, les vues philosophiques et moralistes d’un auteur qui excelle dans une subtile dialectique et qui sait émonder, lorsqu’il faut, les branches de l’Histoire.”

trazemos, aqui, alguns excertos da narrativa de *Vida de Antônio*, quando ele descreve os personagens principais:

[...] os gracejos e as conversas de Antônio eram muito grosseiros (XXXII), nos divertimentos, Antônio perdia sempre e levava a pior, e com isso muito se aborrecia (XL); os bajuladores que secundavam a vontade de Cleópatra, censuravam a Antônio, como homem sem coração, desumano, e de pouco afeto (LXIX); Antônio não era senhor de si (LXXVII); estava tão dominado pela vontade de uma mulher (LXXVIII); Antônio mostrou mesmo que tinha perdido o bom senso e a coragem não somente de imperador mas também de um homem virtuoso, e que tinha a mente ofuscada (LXXXV).²⁸

Sendo Antônio dessa natureza, o último e o cúmulo de todos os seus males, a saber, o amor de Cleópatra, despertou e excitou muitos vícios que ainda estavam lá escondidos e que ainda não haviam sido mostrados. (XXX).²⁹

Na mesma linha de raciocínio de Schiff, também Sheila Ager (2006, p. 178) percebe que “[...] somos forçados a ler a história ptolomaica sob a ótica intolerante dos antigos autores, que revelara a autoindulgência dos Ptolomeus através de seu ponto de vista da alta classe social grega e romana”.³⁰

Não podemos desconsiderar, desse modo, o distanciamento temporal/espacial, as fragilidades e as dificuldades de acesso às fontes utilizadas por Plutarco (e também por nós). O filósofo grego se valia de histórias míticas/místicas contadas por seus antepassados, reformulava e fundia esses relatos com estereótipos contemporâneos a ele, logo, com maior grau de subjetividade e de imaginação pessoal. Nesse sentido, os escritos de Plutarco são “[...] anacronismos [...] pautados em um mundo políade [...] distante da realidade de sua época”, como assevera Maria Aparecida de Oliveira Silva (2007a, p. 31). Narrativa que conta, também devido ao fosso temporal-espacial, com lapsos em seus registros, que nem sempre mencionam as fontes (e/ou que não chegaram até nós), e que se mostram, portanto, terrenos férteis para o cultivo de leituras (e escritas) diversas e diversificadas.

²⁸ “[...] les rencontres et brocards d’Antoine étaient fort grossiers (XXXII). Dans les amusements, Antoine perdait et avait toujours du pire, dont il était fort fâché (XL). Et lors les flatteurs qui secondaient la volonté de Cléopâtre blâmaient Antoine comme un homme dur, inhumain et de peu d’affection (LXIX); Antoine n’était pas maître de soi (LXXVII). Antoine était si abêti et si asservi au vouloir d’une femme (LXXVIII). Antoine montra tout évidemment qu’il avait perdu le sens et le cœur, non seulement d’un empereur, mais aussi d’un vertueux homme, et qu’il était transporté de l’entendement (LXXXV).”

²⁹ “Étant donc Antoine de telle nature, le dernier et le comble de tous ses maux, c’est à savoir l’amour de Cléopâtre, lui survint, qui éveilla et excita plusieurs vices qui étaient encore cachés en lui, et ne s’étaient jusques là point montrés (XXX).”

³⁰ “We are forced to read Ptolemaic history under the intolerant view of the ancient authors, who had revealed the self-indulgence of the Ptolemies through their view of the high Greek and Roman social class.”

Concordamos mais uma vez com Schiff (2011, p. 17) quando ela afirma que “[...] para padrões modernos [autores como Plutarco] são polemistas, apologistas, moralistas, fabulistas, recicladores, fazem cortar-colar, são hackers”. Ainda assim, fontes como as de Plutarco são algumas das poucas que temos para mostrar como ele delineia a imagem de Cleópatra, (re)traça a identidade social dos egípcios, representa um *Oriente* em conformidade a uma prática *imperialista* da cultura greco-romana. Além disso, o discurso de Plutarco sobre Cleópatra e sobre o Egito acaba por evidenciar seu próprio discurso e torna-se um espelho de sua operação (cf. CERTEAU, 1982). Talvez por essa razão, estuda-se Plutarco há quase dois mil anos. Ademais, partilhamos também da visão de Antoine Prost (2008, p. 77/79), segundo a qual “[...] o historiador nunca consegue exaurir completamente seu documento fonte [...] e as questões históricas nunca estarão encerradas; a história terá de ser continuamente reescrita”.

Cabe alertar, então, que não é proposta desta pesquisa cobrir tais lapsos, suprir tais vazios deixados, consciente ou inconscientemente, pela narrativa de Plutarco e pela historiografia. Estamos cientes de que nosso trabalho de pesquisa se edifica sobre uma base lacunar, repleta de probabilidades e de possibilidades, de incongruências e de incompatibilidades. Tampouco é nossa proposta nos aprofundarmos no rico universo da egiptologia, da egiptofilia ou da egiptomania³¹, ainda que isso represente para nós um fascínio, por apresentar visões outras e particularidades múltiplas a respeito da imagem identitária de Cleópatra e do Egito.

Como veremos ao longo desta pesquisa, as representações de Cleópatra e do Egito construídas por Plutarco fazem parte de um projeto maior, qual seja, uma propaganda romana, iniciada sobretudo por Otávio e seus aliados, para fins políticos. Junto com o general romano, historiadores, filósofos, políticos, poetas, pintores e escultores, entre muitos outros, inflamados em suas imaginações, suscitam e mantêm viva uma memória produzida sobretudo com fragmentos de fontes frágeis deixadas por uma realidade distante e uma ficção que serve a interesses políticos e moralistas.

Ainda que Plutarco tenha se dedicado, explicitamente, em suas biografias, aos grandes homens, mas a nenhuma grande mulher³², ele se torna uma fonte imprescindível

³¹ Para mais informações a respeito de egiptologia, egiptofilia e egiptomania, cf. Margareth Marchiori Bakos (2001; 2002; 2003a; 2003b; 2009); Jean-Marcel Humbert (1994); Serge Sauneron (1971)

³² Sobre questões que envolvem a condição da mulher na Antiguidade, mais particularmente no Egito Antigo, cf. Sarah Azevedo (2017); Gregory Balthazar (2013); Beth Baron (2005); Anne Capel e Glenn Markoe (1996); Henri Blaze de Bury (2012); Adrian Desprez (1885); Guy Fau (1978); Pedro Paulo Funari *et al* (2003); Benjamin Gastineau (1863); Henrique Kock (1964); Barbara Lesko (1996); Geraldo Rosa

desta pesquisa. Isso porque, ao escrever sobre a vida de Antônio³³, Plutarco acaba por tratar de algumas situações que envolveram Cleópatra e a tecer comentários sobre ela, sobre seu comportamento, seu reino, enfim, sobre sua identidade. No entendimento de Théo Polychronis (2018), apesar de o nome de Cleópatra aparecer na narrativa de Plutarco somente no capítulo XXV, e ainda por cima como participante da ação, ou seja, como personagem secundário, *Vida de Antônio* constitui também a vida de Cleópatra, já que muito do que se diz a respeito do romano tem uma ligação, direta ou indireta, com a rainha.

Seguindo essa linha de raciocínio, ao abordar a obra de Plutarco, Aufrère (2018, p. 85-86), levanta uma questão pertinente e faz um alerta:

Podemos seguir o exemplo de um moralista como Plutarco, adotar seu ponto de vista sem tomar cuidado quando ele desenha o retrato dos homens da história, tendo como ponto em comum o fato de terem atravessado o caminho de Cleópatra? [...] É preciso o tempo todo tomar cuidado com o moralismo subjacente ao pensamento do autor e buscar (re)contextualizar os fatos, além de insistir na questão, muito significativa, de que Cleópatra não é o assunto de suas biografias, mas apenas um ornamento na vida desses homens famosos.³⁴

Como veremos ao longo deste texto, Plutarco, habituado a comparar ética e moralmente (e em pares) grandes homens gregos e romanos, busca contrapor a imagem de Cleópatra – a egípcia, à de Otávia – a romana, ou, nas palavras de Plutarco, “a maravilha de mulher”, conhecida por seu charme e habilidades como mediadora política.³⁵

Otávia tinha a graça, a honestidade e a prudência unidas a uma rara beleza [...] sendo amada e estimada, como a razão queria que o fosse uma tal senhora a qual certamente seria causa de paz e amizade. [...] Cleópatra não superava

Lopes (2009); France Le Corsu (1981); Christiane Noblecourt (1994); Gay Robins (1996; 1994); Barbara Watterson (1998).

³³ Plutarco fala de Cleópatra também em *Vida de César* e *Vida de Pompeu*. No entanto, o nome da rainha é citado poucas vezes. Por essa razão, não elencamos essas biografias feita por Plutarco como recorte da pesquisa, o que não nos impede, no entanto, que recorramos a elas na medida de nossas necessidades.

³⁴ “Peut-on en emboîtant le pas à un moraliste tel que Plutarque, adopter le point de vue de celui-ci sans se tenir sur ses gardes lorsqu’il brosse le portrait des grands personnages de l’histoire présentant comme point commun d’avoir croisé la route de Cléopâtre? [...] Il faut s’obliger à percevoir à chaque instant le moralisme sous-jacent à la pensée de l’auteur sous réserve de re-contextualiser les faits et insister sur la caractéristique, très significative, que Cléopâtre n’est pas l’objet d’une biographie, mais qu’elle est un simple ornement dans la vie des hommes célèbres.”

³⁵ A comparação entre as mulheres de Antônio será retomada no capítulo III. Para mais informações a respeito das comparações entre Fúlvia, Otávia e Cleópatra, cf. Alonso Trancoso e Gustavo Alberto Vivas Garcia (2004); Gustavo Alberto Vivas Garcia (2013); Judith Hallet (1984); Sarah Pomeroy (1991); Arcadio Del Castillo (1976); Eva Cantarella (1996); Elizabeth Bartiman (1999); Robert Alexander Fischer (1999).

Otávia nem em beleza, nem em mocidade (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, XXXVIII - LXXIV).

O uso da imagem de Otávia por Plutarco é significativo, já que ela representa o laço matrimonial e político que liga, pelo menos por um tempo, os triúnviros Otávio e Antônio. A comparação entre as duas mulheres é recorrentemente desfavorável à rainha ptolomaica. Esse tem sido o entendimento de vários historiadores (antigos e modernos), como, por exemplo, Alonso Troncoso e Garcia Vivas (2004, p. 11-12):

Pensamos, aqui, especialmente em duas mulheres da época, Otávia e Cleópatra, rivais pelo mesmo homem, Marco Antônio, em vários exemplos de dualismo ou de oposição cultural. [...] Plutarco não caracteriza Otávia como uma personagem de segundo escalão, simplesmente subordinada ao irmão, mas como uma mulher com uma personalidade marcante, com um espírito forte e magnânimo. Ela é uma personagem secundária apenas do ponto de vista da história militar, pois do ponto de vista político, já é outra coisa. De fato, Otávia encarna, com uma intensidade igual à de seu irmão, as qualidades de Roma, embora em uma versão feminina. Pode-se dizer até mesmo que em um determinado momento ela era a verdadeira antagonista de Cleópatra no nível mais profundo da moral e das emoções, no nível simbólico. Se uma das categorias dominantes do pensamento mítico é a polaridade, poderíamos dizer que a personagem romana era a dicotomia simbólica da egípcia, seu polo oposto, no jogo das assimetrias e das alteridades em que a propaganda política otaviana contra Marco Antônio se movia.³⁶

Por um lado, Otávia, sendo romana e irmã de Otávio, é desenhada como uma mulher bela e digna, harmoniosa e saudável, fiel e íntegra, de comportamento humilde e moderado, enfim, “a mais devotada das esposas”. Otávia tinha a mesma idade de Cleópatra e contava com a vantagem de ser “a matrona romana” e não “a rainha estrangeira”. Cleópatra é desqualificada, tida como a encarnação do mal, a razão das humilhações de Antônio e a ruína do general romano. Otávia serve aos fins políticos e morais, como contraponto na (des)construção de Cleópatra, uma espécie de protótipo anti-Cleópatra, mulher romana esquadrinhada para assumir importante papel na propaganda difamatória de Otávio, uma espécie de *doxa* contra a rainha do Egito

³⁶ “E pensiamo specialmente a due donne del tempo, Ottavia e Cleopatra, rivali per lo stesso uomo, Marco Antonio, come ad altrettante incarnazioni del dualismo, o della contrapposizione culturale che qui ci occupa. [...] Plutarco non caratterizza affatto Ottavia come un personaggio di secondo rango, semplicemente subordinato al fratello, ma come una donna dalla personalità marcata, dallo spirito forte e magnanimo. Ma Ottavia è un personaggio secondario solo dal punto di vista della storia militare – dal punto di vista politico già è un'altra cosa. Di fatto, questa matrona incarna, con un'intensità pari a quella del fratello, le qualità di Roma sia pure in versione femminile. E addirittura, si potrebbe dire che a un dato momento fu lei la vera antagonista di Cleopatra sul piano più profondo della morale e delle emozioni, sul piano dei simboli. Se una delle categorie dominanti del pensiero mitico è la polarità, potremmo dire che il personaggio romano si stato la controfigura simbolica di quelle egizio, il suo polo opposto, nel gioco delle asimmetrie e delle alterità in cui si muoveva la propaganda politica di Ottaviano contro Marco Antonio.”

(delineada como oriental, perigosa e poderosa), propaganda esta divulgada por Plutarco³⁷. Cleópatra era uma mulher de origem macedônia e compartilhava da cultura grega³⁸, cuja história caiu nas mãos de homens para os quais o presente e futuro eram marcadamente romanos e que majoritariamente estavam a serviço da propaganda otaviana, logo, do Império Romano. Na visão de Aufrère (2018, p. 100),

Plutarco se inscreve na propaganda otaviana (re)desenhada propositadamente para imprimir permanentemente na mente dos leitores a ideia de um Antônio-Dioniso subjugado por uma Afrodite-Cleópatra desde o primeiro encontro em Tarso, fenômeno que será amplificado mais tarde pela segunda estada de Antônio em Alexandria, a partir do inverno 35/34. É mister salientar que o objetivo da propaganda otaviana era, com base em uma operação de camuflagem realizada em alto escalão, amenizar as consequências políticas do vínculo afetivo que o Ocidente nutriria pelo Oriente.³⁹

Enquanto eco desse complô romano, a positividade de Otávia, vista e descrita por Plutarco, estaria respaldada inclusive no ciúme de Cleópatra, que age impropriamente quando se sente ameaçada pela romana, momento em que encena mais dramaticamente seu amor (controle) por Antônio (*Vida de Antônio*, LIII). Aderindo a imagem de Cleópatra à representação que tem do Egito, Plutarco não alinha nenhum dos dois, ou melhor, não os adequa ao seu projeto de escrever e inscrever a afirmação identitária greco-romana. O queronense busca refutar a ideia de comunhão entre greco-romanos e egípcios, incluindo-se aí, evidentemente, Cleópatra e seu reino. Por fim, discutiremos, ao longo deste trabalho, uma impressão advinda de nossas leituras de *Vida de Antônio*, qual seja, a de que Plutarco demonstra que a forte presença de uma mulher, ainda por cima rainha, justamente em *Vitae* e na História foi a responsável pela decadência e queda de um grande romano (se ficarmos somente com o caso de Antônio). Isso porque no ideário de Plutarco, tanto Cleópatra quanto o Egito estariam inexoravelmente vinculados ou assimilados à noção de *barbárie*. Ao falar de Cleópatra, ao (des)construir seu *ethos*, Plutarco a liga à ideia (negativa) de *hubris*, que comporta e condensa um conjunto de

³⁷ A questão da propaganda difamatória de Otávio contra Antônio e Cleópatra será retomada mais adiante.

³⁸ Na opinião de Schiff (2010, p. 35), as pessoas no Egito não viam Cleópatra como uma egípcia. Essa visão foi forjada por Roma e pela propaganda otaviana para denegrir sua imagem.

³⁹ “Plutarque s’inscrit dans le sillage d’une propagande augustéenne remaniée à dessein destinée à imprimer définitivement dans l’esprit des lecteurs l’idée d’un Marc Antoine-Dionysos subjugué par une Aphrodite-Cléopâtre dès la rencontre de Tarse, phénomène qui sera amplifié plus tard par le second séjour alexandrin de Marc Antoine, à partir de l’hiver 35/34. Car il faut préciser que le but de propagande augustéenne a été, sur la base d’une opération de camouflage accomplie en haut lieu, d’amoindrir les conséquences politiques du lien affectif que l’Occident aurait nourri envers l’Orient.”

traços identitários de caráter moral, estereotípico e estigmatizante tais como desmedida, desvio, excesso, corrupção, decadência e/ou falta moral, enfim, a própria *barbárie*.

Buscamos o desafio instigante de contribuir um pouco com o avanço das pesquisas em História Antiga, em particular com investigações menos deterministas sobre Plutarco, Cleópatra e o Egito, a partir de uma matriz historiográfica outra, aquela que (se) renova e assume uma postura científica mais crítica e combativa quanto às ideologias⁴⁰ colonialistas hierarquizantes. Dito de outra maneira, buscamos uma via diferente da prática historiográfica tradicional, que trata de questões relativas ao Império Romano prioritariamente sob a perspectiva de Roma. Vemos como importante a oportunidade de dar voz, dar espaço também aos conquistados, tentando ver os eventos históricos sob seus pontos de vista.

Plutarco registra, em sua narrativa, um ideário de Oriente a partir de dois pontos importantes: i) um espaço físico de ação; ii) um plano retórico-discursivo sobre o *outro*. O Oriente é, assim, uma imagem síntese de Cleópatra e do Egito (e vice-versa). Isso significa dizer que focamos não apenas na narrativa de Plutarco sobre o Oriente, personificado em Cleópatra e no Egito, mas também no próprio fazer historiográfico acadêmico que se afasta de certos ranços interpretativos elitizantes e, com isso, buscamos questionar generalizações e clichês imperialistas a partir de um posicionamento crítico diante dos métodos interpretativos que perduraram por séculos na academia.

Segundo Margarida Maria Carvalho (2009, p. 10),

Nos últimos tempos, os historiadores têm se preocupado em exaltar as questões identitárias, já que estas fazem parte da vivência do momento presente, gerada pelo atual processo da globalização mundial. O antiquista não está, de forma alguma, alheio a esse processo, porque ele parte da sua experiência atual para direcionar a sua interpretação sobre os acontecimentos da Antiguidade.

Na esteira do que diz Carvalho (2009) e vários outros teóricos com os quais discutiremos no capítulo I, acreditamos que o distanciamento espaço-temporal de nosso objeto de estudo não justifica absolutamente uma suposta base disciplinar calcada na neutralidade acadêmico-interpretativa. Isso significa dizer que investigamos um passado

⁴⁰ Não é nosso propósito, aqui, aprofundar nas discussões sobre o polissêmico e complexo conceito de *ideologia*. Coadunamos com o pensamento de Foucault (2008, p. 207), segundo o qual o termo pode ser demasiado carregado de condições e consequências inadequadas. Ela pode, então, “[...] ser proposta à ciência, na medida em que esta, sem se identificar com o saber, mas sem apagá-lo ou excluí-lo, nele se localiza, estrutura alguns de seus objetos, sistematiza algumas de suas enunciações, formaliza alguns de seus conceitos e de suas estratégias [...]”.

distante (ainda que atual) com o conhecimento acumulado no espaço-tempo; estudamos a narrativa de Plutarco com o olhar (crítico) do presente sobre o passado, percebendo-a como um discurso de dominação, de legitimação de poder que atende a uma parcela específica da sociedade na qual ele viveu, a classe dominante greco-romana. Buscamos, assim, romper com aquilo que a teoria da romanização comumente fez e proceder a uma tarefa diferente, a de repensar a Antiguidade, o Império Romano e seus territórios conquistados, enfim, a obra de Plutarco de uma maneira outra, compreendendo as representações dos fatos também a partir de questões que cubram as sociedades colonizadas, que levem em consideração as vozes dos vencidos, assim como propõem os estudos pós-coloniais, mais particularmente os estudos de Richard Hingley, David Mattingly, Louise Revell e Greg Woolf, todos leitores de Edward Said.

Quanto à estrutura desta dissertação, ela é composta de três capítulos, além evidentemente, da introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas. O primeiro capítulo trata de nossas escolhas teórico-metodológicas. Nele, apresentamos as linhas teóricas e os principais conceitos que usamos para investigar a narrativa de Plutarco. Vemos, por exemplo, que boa parte do que se diz sobre o conceito de *orientalismo* serve para explicar também os de *imperialismo* e *romanização*. Dentre os vários elementos que tangenciam esses três conceitos, tem-se as questões políticas (poder do Estado), culturais e de representações identitárias, todas elas atravessadas por posicionamentos ideológicos. Tudo isso se dá em um processo dinâmico e de interdependência e passa, necessariamente, pelo universo simbólico, pela memória, pelo discurso, pela linguagem. Nesse sentido, na e pela narrativa plutarquiana, pode-se e deve-se buscar e mostrar quais são “as regras do jogo”, os mecanismos dessa engrenagem, a estrutura e o funcionamento dessa dinâmica em Plutarco. *Vida de Antônio* torna-se, nesse sentido, um espaço profícuo para se investigar o que nos propusemos, visto que nela (e/ou a partir dela) é possível fazer uma investigação que aborde as questões levantadas, valendo-nos desses conceitos por nós escolhidos.

O segundo capítulo é dedicado mais especificamente ao universo plutarquiano. Entendemos que o objeto de análise com o qual trabalhamos aciona procedimentos particulares da construção do discurso de Plutarco. Nesse sentido, consideramos que essa construção depende tanto das restrições quanto das possibilidades oferecidas/impostas pelo texto e pelo discurso de Plutarco, além de outros estudiosos que se debruçam sobre a vida e a obra desse autor. Após apresentar alguns fragmentos da vida do queronense,

esboçamos um panorama de sua obra para, em seguida, retomarmos a discussão sobre seu posicionamento político-ideológico no contexto do Império Romano.

Esse panorama certamente nos ajuda a entender a sociedade à qual ele pertence, o universo de produção de sua obra, seu lugar de fala. Entendemos que o discurso e o texto de Plutarco, assim como qualquer outro discurso (social) e qualquer outro texto (individual), estão intimamente ligados ao momento histórico a que pertencem. Neste capítulo, ao nos debruçarmos sobre a vida e a obra de Plutarco, somos levados a imergir em tramas culturais e políticas distintas que concernem a Plutarco, o que demanda, inclusive, uma bibliografia de apoio específica e apropriada.

No terceiro capítulo, damos especial atenção ao *corpus* selecionado propriamente dito – *Vida de Antônio*. No que diz respeito aos estudos sobre a vida de Cleópatra e sobre o Egito, além, evidentemente, de Plutarco, contamos com uma outra extensa lista de autores especialistas em História Antiga, em Egito ptolomaico em geral e, mais particularmente, em Cleópatra. Esses estudiosos (e todos os demais com os quais trabalhamos) são, para nós, indispensáveis, na medida em que eles nos precederam com/em suas análises, nos transmitiram a história e nos deixaram como herança ricas e variadas interpretações do passado às quais somamos a nossa. Todos esses pesquisadores nos subsidiam no entendimento a respeito da forma como Plutarco arquiteta sua narrativa, de como ele delineia Cleópatra e o Egito enquanto representações do Oriente em oposição ao Ocidente imperial romano, de como ele justifica o imperialismo romano e sua ação propagandista a partir da oposição com o universo estrangeiro de Cleópatra e dos egípcios⁴¹. Além de estudiosos modernos, valemo-nos também dos antigos, aqueles mais contemporâneos a Plutarco, que, assim como o queronense, também tecem comentários sobre a vida da Rainha do Egito de forma estereotipada e tendenciosa. A representação de Cleópatra e do Egito na narrativa de Plutarco, pautada na ótica imperialista e orientalista de Roma será contraposta a uma representação mais científica, feita por estudiosos modernos, com a ajuda dos quais buscamos evidenciar esse posicionamento partidário por parte do queronense.

⁴¹ No entendimento de Michel Chauveau (2000, p. 5-6), para os historiadores e geógrafos contemporâneos de Cleópatra “[...] o próprio território em que se fundavam a riqueza e o poderio de Cleópatra, o Egito, aparece apenas como um pano de fundo exótico, sem qualquer consistência, sem qualquer outra função, além de fornecer à rainha os meios materiais e os encantos necessários à sedução dos generais romanos. [...] O Egito não é praticamente mencionado, a não ser atra’ve do lugar comum fácil, dum país corrompido na sua cúpula, atrasado nas suas bases e sempre escravo de superstições ridículas”.

João Batista Toledo Prado (*apud* FUNARI, 2003, p. 13-14), ao apresentar a obra de Funari – *A vida Quotidiana na Roma Antiga*, assevera que investigar a História Antiga é

[...] conhecer os detalhes da vida dos habitantes do mundo antigo [...] faz com que não apenas sejamos obrigados a rever nosso imaginário acerca deles [...] mas faz também com que nos obriguemos a ver que outros modelos de conduta e de comportamento social foram experimentados por sociedades às nossas aparentadas. [...] Verificadas as formas de pensar e de agir, por vezes espantosamente assemelhadas às nossas, por vezes inusitadamente diversas, no mínimo, atingir-se-á uma certa *tolerância em relação às diferenças*. (grifos do autor)

Endossando o que afirma Prado, Funari (2003, p. 17) também concorda que “[...] nossa civilização ocidental funda-se no mundo romano e o Brasil também deve muito àquela sociedade”. Além disso, “[...] não cabe dúvida, a História Antiga nunca saiu da ribalta acadêmica (e, menos ainda, da cena pública). Nunca se escreveu, falou, filmou, representou tanto sobre a Antiguidade” (FUNARI e SILVA, 2009, p. 7).

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS

*Se me houvesse limitado aos acontecimentos,
se tivesse me contentado em reconstituir intrigas,
articulando 'pequenos fatos reais',
talvez eu compartilhasse o otimismo dos historiadores positivistas de cem anos atrás,
que se consideravam capazes de alcançar cientificamente a verdade.*

Georges Duby.

1. QUESTÕES PRELIMINARES

Este primeiro capítulo é reservado prioritariamente às escolhas teórico-metodológicas, à apresentação e à discussão das categorias analíticas que fizemos para esta investigação, buscando, com isso, fortalecê-la, na medida do possível. Alinhamo-nos aos demais estudiosos que buscam renovar, desde o final dos anos 1970 as interpretações historiográficas que se afastam de abordagens meramente relacionadas à (re)produção dos “fatos” sob o ponto de vista dos vencedores/conquistadores. Aproximamo-nos daqueles que trabalham com realidades históricas do ponto de vista relacional entre as culturas. Identificamo-nos com estudiosos que levam em conta as heterogeneidades e as diversidades culturais e buscam renovar o conhecimento científico a partir de desconstruções de antigas ideologias imperialistas que “naturalizavam” e cristalizavam o *status quo* tanto dos dominantes quanto dos dominados enquanto tal. Buscamos engrossar um movimento historiográfico mundial vigente que trabalha para renovar a forma de investigar os fenômenos históricos, revisando modelos antigos, clássicos, tradicionais e canônicos de análise que leem e interpretam o mundo a partir de uma postura eurocêntrica, etnocêntrica e imperialista, conforme afirma Martin Bernal (1987; 2003).

Este nosso procedimento exige discussões e posicionamentos teórico-metodológicos que sustentem de forma coerente nossa investigação. Na constituição desse arcabouço, levamos em conta, em uma primeira etapa, três conceitos para nós fundamentais, que, de alguma maneira, se completam e se complementam, quais sejam, *orientalismo*; *imperialismo* e *romanização*. Em uma segunda etapa deste mesmo capítulo, trazemos para apresentação e discussão a plural e complexa noção de *identidade/representação*. A razão dessas escolhas é aparentemente simples: ao tratarmos de *orientalismo*, *imperialismo* e *romanização* para pesquisarmos Plutarco, Egito e Cleópatra, é praticamente impossível não lidar com a noção de *identidade* e *representação* pois esses conceitos/noções remetem à temática identitária. Ademais, como afirma Norberto Luiz Guarinello (2009, p. 158),

[...] o Império Romano fornece-nos um excelente campo de provas para investigarmos o processo de formação e transformação de identidades sociais, cujo estudo pode ser útil para pensarmos nosso próprio mundo.

Ainda que falar de um desses conceitos escolhidos nos leve recorrentemente a (re)considerar os demais, por uma questão didática/metodológica, optamos por tratá-los,

na medida do possível, separadamente.⁴² No entanto, muitas vezes, tecemos comentários que ligam todos esses conceitos em um só raciocínio. Conscientes de que várias áreas de conhecimento têm se valido desses conceitos, no caso da historiografia, eles têm servido para explicar fenômenos que vão desde a História Antiga até os dias atuais. Escolhemos pesquisadores que veem esses conceitos de maneira ao mesmo tempo alargada e crítica, que investigam questões políticas e culturais, sociais e identitárias. Passamos, na sequência, ao primeiro conceito escolhido.

1.1. ORIENTALISMO – UM OLHAR (MÍOPE) OCIDENTAL SOBRE O ORIENTE

Inicialmente, buscamos, em um dicionário especializado em conceitos históricos, a definição de *orientalismo*. Assim, no verbete *orientalismo*, Gilvan Ventura da Silva e Érica Cristhyane Morais Silva (2005, p. 319-323), asseveram que

O Oriente é um conceito, uma construção discursiva, uma ideia, elaborada pelo pensamento europeu desde a Idade Média, mas que ganhou forma com o imperialismo francês e inglês no século XIX. Dessa ideia de Oriente nasceu o orientalismo como campo de estudo que engloba um conjunto de conhecimentos e de disciplinas especializadas em estudar o Oriente. O Oriente (e o orientalismo, nesse sentido) é uma invenção do Ocidente, e não existe como civilização nem mesmo como região. (grifos dos autores).

Continuando a explicação, os autores do dicionário ligam o conceito de *orientalismo* a Edward Said. A razão dessa remissão advém do fato de que foi o autor quem praticamente criou esse conceito sob a perspectiva de uma formação discursiva, uma ideia representacional, uma construção europeia de base acadêmica, profundamente marcada por uma política imperialista que ajudou a instituir as visões de atraso, incompletude e inferioridade dos povos do Oriente. O *orientalismo* é uma invenção que serve para sustentar um discurso e uma ideologia de controle, uma instituição corporativa de conhecimento responsável pelo perpetuar dos estereótipos⁴³, um modo ocidental de dominar, reestruturar e exercer o poder sobre o Oriente. Trata-se de um conjunto de ideias

⁴² Ainda que possa talvez parecer que fazemos uma espécie de apresentação comentada dos textos teóricos, nossa intenção neste capítulo é proceder a um levantamento do “Estado da Arte”, além de (inter)relacionar os textos, os teóricos e os conceitos, com o objetivo de traçar (de)limitações e convergências entre eles.

⁴³ Nos vemos, aqui, entre duas leituras possíveis do que seja *estereótipo*: Por um lado, Amossy (1997; 2005) o vê como uma espécie de cristalização de sentido na e pela linguagem; por outro, Homi Bhabha (1998; 2011) o vê sob uma perspectiva negativa, ou melhor, enquanto uma categoria constituída por outras três, a saber: ambivalência, essencialismo sincrônico e fetiche, ligadas ao discurso colonial.

circunscritas a valores, apresentados de modo generalizado, característicos do Oriente. A intenção é “naturalizar” um pensamento hierarquizante, algo que se sirva como instrumento “[...] para negociar opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 29). Orientalismo supõe, então, a crença numa distinção efetiva, ontológica e epistemológica entre dominadores e dominados. Said propõe dar visibilidade à pluralidade, às vivências e aos pontos de vista dos colonizados, trazendo para discussão as /inter)dependências entre colonizadores e colonizados⁴⁴. O estudioso critica o pensamento ocidental hegemônico que subestima o Oriente, afirmando que sabem mais sobre eles do que eles próprios, a ponto de decidir sobre sua (con)formação identitária.

De uma certa forma, orientalismo implica em uma visão deturpada (míope) que ignora e/ou diminui, muitas vezes, que existam grupos humanos com culturas e costumes próprios. No entanto, não se deve pensar em orientalismo somente enquanto visões (equivocadas, parciais, ficcionalizadas) do *outro*. Como bem lembra Luiz Henrique Giacomo (2015, p. 18), “[...] é preciso ter cautelas com a visão do *outro oriental*, mostrando que esse arcabouço é mais um fruto do nosso tempo do que da Antiguidade, pois os romanos não possuíam a visão que temos hoje dessa região geográfica”. Por orientalismo, explica-se, ou melhor, explicita-se que, nos séculos XIX e XX, foram os europeus e os norte-americanos que [...] “falaram pelo oriental e pelo colonizado, que foi o Oeste que falou pelo Leste, e não o contrário”.⁴⁵

Não há, assim, conhecimento apolítico, não-ideológico, particularmente no nosso caso, quando se trata de orientalismo. Pelo contrário, as pluralidades, as diversidades, as particularidades e as especificidades das culturas é que devem/deveriam justamente alicerçar as posições eminentemente políticas e econômicas, sociais e identitárias. Já na visão eurocêntrica (imperialista), o conhecimento cultural dá respaldo à ideia equivocada segundo a qual a dominação se equivale a “... se (acho que) sou superior, posso e devo dominar”, visto que o racionalismo, sendo positivista, justifica a agressão.

⁴⁴ Benedict Anderson (2008), com suas *Comunidades Imaginadas*, serve/serviria como diálogo com Said, não necessariamente para o entendimento do Egito, visto que a concepção do autor é restrita ao surgimento das nações e nacionalismos nos últimos dois ou três séculos.

⁴⁵ Essa questão entre Leste e Oeste, entre Ocidente e Oriente, nos remete aos estudos de Yi-Fu Tuan (2013), um dos responsáveis pela “Geografia Humanista”, que busca entender melhor o homem e sua experiência com o meio ambiente. Tuan mostra como diferentes culturas simbolizam, metaforizam o *lugar* através do *corpo humano* e do *cosmos*, em suas percepções sensoriais e afetivas, o que, de algum modo, nos auxilia no entendimento do *corpus* selecionado.

Relacionado ao objeto desta pesquisa, Mattingly (2011, p. 49), registra a forma como Roma via as populações subjogadas: “[...] baseando-se na tradição orientalista, revelou-se um estereótipo grosseiro dos povos berberes: eram bárbaros, selvagens, incapazes de viver pacificamente ou de organizar-se no nível político”⁴⁶. Nesse sentido, o interesse que europeus e/ou norte-americanos têm pelo Oriente, por exemplo, é, particularmente, o interesse dessas potências, com suas atuações imperialistas nesse mesmo Oriente. Isso não significa dizer que o contexto político-econômico imperial seja o único ou mesmo o maior determinante nas relações entre as culturas e as ideias. Pode-se mesmo pensar o contrário, ou seja, que foram as culturas e as ideias que determinaram as questões político-econômicas, o interesse das nações imperialistas sobre as demais. Said percebe que os intelectuais – antropólogos, sociólogos, historiadores, biógrafos e romancistas, por exemplo –, não escapam das coerções políticas e ideológicas de seu universo.

Na sequência da apresentação e discussão do conceito de *orientalismo*, cabe uma explicação de como esse conceito nos serve para interpretar a narrativa de Plutarco. Para tanto, tivemos que proceder a uma espécie de transposição no espaço-tempo, ao nos valeremos do conceito de *orientalismo*, já que ele foi forjado para explicar, prioritariamente, eventos históricos temporalmente mais próximos de nós e, no nosso caso, nos servimos dele para explicar eventos históricos da Antiguidade, o que nos remete à história de Cleópatra em *Vida de Antônio*, de Plutarco: “[...] episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, experiências extraordinárias [...] que remonta à concepção grega sobre os bárbaros [...]” (SAID, 2007, p. 27).

Como veremos no capítulo III, o *orientalismo*, no caso da representação de Cleópatra, mostra-se intimamente ligado ao contexto político no qual ela (e também o autor grego) se insere. Cleópatra é tida por Otávio e por alguns intelectuais da Antiguidade como uma ameaça à supremacia romana. Ainda que oficialmente reconhecida como “aliada e amiga” política de Roma, a rainha, ao se unir a Antônio, passa a ser peça importante no jogo político, o que justifica a descaracterização de sua imagem e a propalação de uma propaganda contra eles, um discurso de medo de dominação oriental. A rainha torna-se, nesse contexto, mais do que apenas um símbolo do Egito; ela sintetiza o ideário de todo o Oriente e do que esse Oriente (exótico e

⁴⁶ “Drawing on the orientalist tradition, a crude stereotype of the Berber populations thus emerged: they were barbarians, savages, incapable of living at peace or of organizing themselves at polity level”.

ameaçador) representa para Roma. Assim, quando Otávio declara guerra à rainha, volta a atenção da opinião pública romana tanto para ela quanto para Antônio, que era, na verdade, seu verdadeiro alvo. Otávio forja uma propaganda xenófoba e anti-Cleópatra para atacar Antônio, com o objetivo de se beneficiar politicamente, já que, nesse cenário, ele é (re)tratado (por intelectuais contemporâneos a ele e também os subsequentes) como o bom e exemplar romano.

Segundo Giacomo (2015, p. 17), a aliança entre Otávio e Antônio era dúbia, incerta, repleta de reconciliações, e que ela foi rompida por Otávio devido às ações inadequadas de Antônio com Cleópatra no Egito: “[...] as realidades orientais foram traduzidas para o interior do cenário político romano tendo como intuito demonstrar o perigo que a adoção de elementos delas pudesse causar uma maior desarticulação da própria estrutura republicana dos romanos”. Para tanto, Otávio usa Cleópatra como uma espécie de metonímia do que o Oriente, estrangeiro e bárbaro, significava para o poder greco-romano. Trata-se de uma manobra política hábil sustentada pela eficiente máquina de propaganda imperial da qual Plutarco vem fazer parte mesmo um século depois da morte da rainha. Conforme assevera Nuno Simões Rodrigues (2013, p. 63),

No texto de Plutarco, a rainha do Egito se torna principalmente uma metonímia, desta vez uma metonímia da cidade de Alexandria, uma vez que o autor grego a descreve através das mesmas características essenciais que definem o Oriente no imaginário romano, do qual a cidade greco-egípcia então se torna o paradigma. Esta ‘regra’ é confirmada na maneira como o escritor de Queroneia compõe a personalidade da mulher descendente dos Lágidas. Do ponto de vista dele, sensualidade e licenciosidade se tornam características-chave na definição da rainha.⁴⁷

Em comunhão com esse pensamento, Thomas Schmidt (1999), em cuja obra se intitula justamente “Plutarco e os bárbaros: a retórica de uma imagem”⁴⁸, vê que a imagem dos bárbaros é recorrentemente estabelecida em torno de um certo número de estereótipos que advém de uma tradição literária que remonta ao século V a.C.. Nesse caso, ainda que guardada as devidas proporções, também nós estaríamos tomando esse mesmo caminho, ou seja, valendo-nos do orientalismo para investigar (de forma crítica)

⁴⁷ “In Plutarch’s text, the queen of Egypt becomes mostly a metonymy, this time a metonymy of the city of Alexandria, since the Greek author describes her through the same essential characteristics that define the Orient in the Roman imaginary, of which the Greco-Egyptian city then becomes the paradigm. This “rule” is confirmed in the way the writer from Chaeronea composes the personality of the female descendant of the Lagidis. From his viewpoint, both sensuality and licentiousness become key features in the queen’s definition.”

⁴⁸ “Plutarque et les barbares: la rhétorique d’une image”.

a maneira como os greco-romanos, incluindo-se Plutarco, forjam a imagem de Cleópatra e do Egito como estrangeiros e bárbaros⁴⁹.

Dentre as perguntas que fomentam os capítulos II e III tem-se: Plutarco, em sua narrativa, trata também do Oriente, mais especificamente do Egito e de Cleópatra, a partir de um ponto de vista “greco-romano”, “ocidental”? Posto de outra maneira, ele os vê, os descreve sob uma perspectiva orientalista? Nossa hipótese é que sim e tentaremos mostrar isso ao longo desta dissertação. Partimos de dois pressupostos que, na verdade, representam o desdobramento de uma visão única: o primeiro é o de que Roma tinha uma relação com seus territórios dominados no Oriente baseada numa perspectiva marcada pela hierarquização. Como segundo pressuposto, temos que Plutarco, sendo partícipe e/ou colaborador ilustre do Império Romano, contribui para a cristalização dessa visão, acredita nela e a registra em sua narrativa para descrever Cleópatra e o Egito. Isso representaria uma força persuasiva complementar para o Império Romano, quando pensamos que a narrativa de Plutarco pode (e deve) ser vista tanto como literatura (biografia⁵⁰) quanto como documento histórico e como instrumento ideológico simpático a Roma. Assim, a obra de Plutarco endossa e perpetua o que chamaríamos de “orientalismo imperial greco-romano”.

Buscando mostrar a importância do conceito de *orientalismo* em nossa pesquisa, registramos algumas palavras de Pablo Sánchez Hernández e Marta González González a respeito da relação de Antônio com o Oriente, na *Introdução* da obra de Plutarco *Vidas de Demétrio e Antônio*, que traduziram e comentaram. Para os autores responsáveis pela obra em sua edição da Gredos,

Não surpreende, portanto, que seja também no Oriente onde Antônio procura aliados, visitando cidades gregas da Ásia Menor e juntando-se à rainha Cleópatra do Egito, antes de confrontar Otávio em Ácio, na costa grega de Ambrácia. Está claro, em cada caso, qual é o protagonismo que a Ásia tem por causa de sua riqueza e poder das famílias que lá reinam, e o papel subsidiário da Grécia como um campo de batalha onde as forças dos oponentes são

⁴⁹ Para Cícero (*Correspondances*), a barbárie é um estado primitivo do homem, que levava uma vida instintiva e selvagem, pautada na violência, na desordem, na técnica rudimentar, na grosseria dos modos. Bárbaro é aquele que obedesse às paixões e negligenciam as faculdades intelectuais e espirituais. Como veremos mais adiante, para Cícero, Cleópatra e o Oriente são tidos como exemplificação de barbárie.

⁵⁰ Para mais informações sobre o uso de biografias como documento histórico e como fonte, na Antiguidade assim como hoje, cf. Leonor Arfuch (2010); Mikhail Bakhtin (1993); Pierre Bourdieu (1996); Peter Burke (1997; 2004; 2009); François Dosse (2009); Luis Viana Filho (1945); Brian Kibuuka (2010); Daniel Madelénat (1984); Arnaldo Momigliano (1993); Christopher Pelling (1986; 2002); Aldo Sobral (2007); Maria Aparecida de Oliveira Silva (2003; 2007b); Ruiz-Werner (1973).

medidas. A derrota de Marco Antônio foi realmente uma grande derrota para o Oriente contra o Ocidente⁵¹ (HERNÁNDEZ; GONZÁLEZ, 2009, p. 23).

Complementando a justificativa da importância do Oriente e do conceito de *orientalismo* para esta pesquisa, vemos que, durante o Segundo Triunvirato, Antônio, Otávio⁵² e Lépido dividem entre si o domínio romano, ficando Otávio com o Ocidente, Lépido com parte do Norte da África e Antônio fica responsável pelo Oriente, incluindo-se o reino cliente do Egito (introdução; PLUTARCO, *Vida de Antônio*). Antônio busca apoio militar na corte alexandrina de Cleópatra e encontra, na rainha do Egito, refúgio econômico e militar. No Egito, o general romano se casa com a monarca, tem filhos com ela, organiza suas forças militares e, finalmente, após sua derrota para Otávio, se mata. Algumas de suas maiores conquistas territoriais estão no Oriente.

Identificamos, na narrativa de Plutarco, uma série de elementos que poderiam ser categorizados como orientalistas a respeito de Cleópatra e do Egito, forjando imagens que se opõem dicotomicamente ao Ocidente, representado pelo Império Romano. Vemos, aqui, uma dupla carga ideológica. Por um lado, tem-se uma postura imperialista de Roma na sua relação com os territórios e povos dominados, incluindo-se os gregos⁵³ e, evidentemente, Plutarco. Por outro, uma postura individual de Plutarco, a de um cidadão queronense, ateniense e romano, intelectual ilustre e “formador de opinião”, a serviço do Império e/ou simpático a ele, fomentando a propaganda romana e a hierarquização⁵⁴.

⁵¹ “No extraña pues que también sea en Oriente donde Antonio busque aliados, visitando ciudades griegas de Asia Menor y uniéndose a la reina Cleopatra de Egipto, antes de enfrentarse en suelo griego a Octavio en Ácio, en la costa de Ambracia. Está claro, en cada caso, cuál es el protagonismo que Asia tiene por su riqueza y el poder de las casas reinantes allí, y el papel subsidiario de Grecia como campo de batalla donde se miden las fuerzas de los contrincantes. La derrota de Marco Antonio fue en realidad una gran derrota para Oriente frente a Occidente”.

⁵² A depender do período de sua vida e de posto político-social e da língua utilizada na nomeação, Otávio (Octávio) é conhecido, ao longo do tempo, por vários nomes: Otávio Turino, Caius, Octavius Thurii, Augusto, Otaviano, Otávio-Augusto, Octavius, Caius Julius Caesar Octavius, Caius Octavius, César, Caesar. Para evitar confusão, optamos por nomeá-lo por Otávio e por Otávio/Augusto.

⁵³ Cícero (*Sobre a República*) via no comportamento social, em certas atitudes dos gregos marcas de barbárie e de inferioridade como, por exemplo, as formas dos banhos, os exercícios nos ginásios, as ações libidinosas e as reuniões noturnas.

⁵⁴ Como contraponto ao discurso de Plutarco anti-Cleópatra, Duane Roller (2010, p. 168), faz questão de ressaltar que “[...] é quase certo que Cleópatra, assim como Plutarco, também era cidadã romana, algo convenientemente ignorado pelas guerras de propaganda e pela recensão otaviana de sua carreira, pois o reconhecimento disso enfraqueceria substancialmente o caso contra ela”. (“Thus it is almost certain that Cleopatra, just like Plutarch, was a Roman citizen, something conveniently ignored by both the propaganda wars and the Augustan recension of her career, as acknowledgment of this would substantially weaken the case against her.”) Como contraponto ao texto de Roller (2010), questionamos sua afirmativa de que Cleópatra possuía cidadania romana, tendo em vista que ela não foi considerada por Roma como esposa oficial de Marco Antônio.

Acreditamos que o orientalismo, no caso do Império Romano e de Plutarco, diz respeito a uma relação de poder e de dominação, ou seja, é uma construção romana (ou greco-romana) que surge nas ações imperialistas de Roma, momento em que são construídas instituições autorizadas a lidar com essa realidade, a divulgar e a justificar a ideologia imperialista de autoridade sobre o Oriente, como o Egito de Cleópatra, por exemplo. Por um lado, o orientalismo vigente no Império Romano vai variar caso a caso, dependendo do território dominado⁵⁵. Por outro, uma das formas mais eficazes de propalação dessas ações, independente da multiplicidade e da heterogeneidade dos espaços conquistados, é, justamente, uma distinção ontológica e epistemológica feita entre o Ocidente e o Oriente. Isso reverbera, por exemplo, nos discursos filosóficos, políticos, literários e históricos, mais especificamente, no caso desta pesquisa, naqueles discursos travestidos de biografias dos grandes homens gregos e romanos.

Veremos mais adiante que a narrativa plutarquiiana se estrutura em um contraponto: de um lado, tem-se Otávio, um homem ocidental e romano, de outro, Cleópatra, uma mulher e oriental. A partir daí se monta o esquema ideológico do bem contra o mal, do certo e do errado, que alicerça a propaganda otaviana contra Cleópatra e o Egito. Esse é também o entendimento de Rodrigues (2013, p. 64):

Em Plutarco, a perspectiva é definida através de um eixo greco-romano, para o qual ser mulher e ser oriental é uma dicotomia que inventa o Oriente como a contraparte feminina de uma mulher ao Ocidente masculino. Trata-se de uma retórica da diferença sustentada em topos da diferenciação sexual ou de gênero, o que faz com que a sexualidade se torne um campo de referência valorativo.⁵⁶

A narrativa de Plutarco registra a forma como os gregos e os romanos viam Cleópatra e o Egito: estrangeiros, exóticos⁵⁷, negociantes astutos e corruptos, entre muitas

⁵⁵ Para uma bibliografia com maiores detalhes a respeito da história do Império Romano, cf. Afrânio Catani (1981); Jérôme Carcopino (1939; 1968); Jean Cousin (1964); Tenney Frank (2003); Emilio Gabba, 1993); Peter Garnsey et al (1978; 1987), Neville Morley (2010); Adrian Nicholas Sherwin-White (1968); Jane Webster *et al* (1996).

⁵⁶ “In Plutarch, the perspective is also defined through a Greco-Roman-centric, axis for which being a woman and being Eastern is a dichotomy which invents the East as the feminine counterpart to a masculine West. This rhetoric of difference is achieved through the topos of sexual or gender differentiation, sexuality becoming a privileged field of valued reference.”

⁵⁷ Tanto para Schiff quanto para Adrian Goldsworthy *exótico* é, muitas vezes, sinônimo de *erótico*: Para Schiff (2010, p.10), “Cleópatra era a encarnação do Oriente misterioso com cheiro de alquimia, uma topografia cheia de curvas e sensualidade, tão perturbador e insólito quanto seu inacreditável rio.[...] O fascínio pelo Oriente já existia antes de Cleópatra, mas pouco importa; ela vinha do país do sexo e do excesso.” (“Cléopâtre était l’incarnation de l’Orient mystérieux au parfum d’alchimie, d’une topographie tout en courbes et en sensualité, aussi troublant et insolite que son incroyable fleuve. [...] La fascination pour l’Orient existait bien avant Cléopâtre, mais peu importe; elle venait du pays du sexe et de l’excès.”)

outras imagens estereotipadas e quase sempre dicotomicamente opositivas em relação ao próprio Império Romano. Trazemos, a título de ilustração, duas passagens do texto de Plutarco que (re)tratam essa visão orientalista estereotipada:

Então ela [Cleópatra] conquistou tão bem o espírito de Antônio que [...] ele se deixou levar até Alexandria, e lá se divertiu e brincou como um adolescente de férias, passando seus dias em diversões e jogos, *desperdiçando o que Antífon acredita ser o bem mais precioso, o tempo*. Eles viviam aquilo que era chamado de ‘*vida inimitável*’, e viviam *cotidianamente em um incrível excesso de gastos* (Vida de Antônio, XXVIII, 2-3, grifos nossos).⁵⁸

Entre seus amigos, muitos foram expulsos pelos *bajuladores* de Cleópatra, cuja *embriaguez e bufonaria* não podiam suportar. Entre eles estavam Marcus Silanos e o historiador Délios. Este chegou a dizer que tivera *medo de sucumbir a uma conspiração por parte de Cleópatra* contra ele, que o médico Glaucos o havia denunciado. Ele havia perturbado Cleópatra dizendo que eles estavam sendo servidos com vinagre ao invés de vinho, enquanto que Sarmentos bebia vinho de Falerno em Roma (Vida de Antônio, LIX, 6-8, grifos nossos).⁵⁹

Imagens de Cleópatra e do Oriente como essas descritas por Plutarco chegam até nós, muitas vezes, com a mesma força ideológica de milhares de anos atrás. Isso porque o *Oriente* “[...] expressa e representa esse papel, cultural e mesmo ideologicamente, como um modo de discurso com o apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais”, conforme assevera Said (2007, p. 14). Representações bem ao estilo de Plutarco, que, por sua vez, herdou de seus antepassados

Para Goldsworthy (2012, p. 18/21), “Cleópatra tornou-se uma das mais famosas *femmes fatales*, a mulher que seduziu dois dos mais poderosos homens de seu tempo. Bela, sensual, quase irresistível e sem escrúpulos. [...] Mulher vista como o último grande perigo à *pax romana*. [...] O Egito é exótico, e é, para os ocidentais, definitivamente, oriental.”

⁵⁸ “Aussi conquît-elle [Cléopâtre] si bien l’esprit d’Antoine que [...] lui se laissa entraîner par Cléopâtre à Alexandrie, et là adonné à des amusements et des badinages de jeune désœuvré, il gaspillait dans l’abandon à la volupté la chose la plus précieuse au jugement d’Antiphon, le temps. Ils avaient formé une association, dite de la Vie inimitable, et ils se traitaient mutuellement tous les jours avec une incroyable ébauche de dépenses.”

⁵⁹ “Beaucoup d’autres encore parmi ses amis furent chassés par les flatteurs de Cléopâtre dont ils ne pouvaient supporter les propos d’ivrognes et les bouffonneries. De ce nombre étaient Marcus Silanus et l’historien Dellius. Celui-ci dit même qu’il avait craint de succomber à une machination de Cléopâtre contre lui, que lui avait dénoncée le médecin Glaucos. Il avait vexé Cléopâtre en disant à table qu’on leur versait du vinaigre, tandis que Sarmentus buvait à Rome du Falerne.”

(Heródoto⁶⁰, Homero⁶¹ e Plínio, o Velho⁶², entre outros) essa mesma ideologia. A narrativa de Plutarco é, nesse sentido, uma espécie de investimento continuado do orientalismo, uma espécie de tela utilizada para filtrar o Oriente segundo a consciência greco-romana.

Plutarco torna-se um dos responsáveis por sustentar a estreita ligação entre discurso e poder para fins de dominação. Ler Plutarco, valendo-nos do conceito de orientalismo, é pretender dar conta de paralelismos, o que requer muito cuidado para não incorrerem em equívocos teóricos e de interpretação dos discursos e dos conceitos. Há que se pensar nas especificidades, nas particularidades das diferentes realidades. Estamos (cons)cientes e cautelosos quanto às distintas relações de dominação e de colonização, das forças civilizacionais, razão pela qual nos valem também de teóricos consagrados que desenvolvem suas pesquisas levando em conta os estudos de Said. Sabemos que há muitas variantes em jogo que devem ser observadas nessa transposição espaço-temporal e na (re)utilização do conceito de *orientalismo* em nosso *corpus*. Dito isso, serão guardadas as devidas (des)proporções.

Após a discussão a respeito do conceito de *orientalismo* e da fixação de sua importância para este estudo, passamos, na sequência, a tratar mais detidamente de *imperialismo*, conceito estreitamente ligado, como já mencionamos, ao de *orientalismo*.

1.2. IMPERIALISMO – UM CONCEITO ACUSATÓRIO

Assim como o conceito de *orientalismo*, o de *imperialismo* é caro a um vasto conjunto de áreas de conhecimento: Relações Internacionais, Direito, Economia Política, Geografia Política, Antropologia, Arqueologia, Ciências Políticas, Estudos Culturais, Literatura e História. A historiografia, ampla e heterogênea, ao lidar com *imperialismo*, faz orbitar no campo gravitacional desse conceito vários outros, como, por exemplo,

⁶⁰ Heródoto (485 – 425 a.C.), considerado o “pai da História”, originário de Halicarnasso, foi geógrafo e historiador grego. Ele escreveu (*Histórias*), entre as várias guerras da Antiguidade, sobre a invasão persa da Grécia no século V a.C.. Ademais, segundo notas e estudo de Maria Aparecida Oliveira Silva (2013) na tradução do texto de Plutarco – *Da Malícia de Heródoto* – o queronense elogia a escrita agradável de Heródoto mas o critica por sua malícia e má-fé, por sua ficcionalidade e exageros na forma de narrar a história.

⁶¹ Homero (928 – 898 a.C.) teria sido um poeta épico da Grécia Antiga, conhecido por ser o autor de *Iliada* e *Odisseia*.

⁶² Plínio, o Velho (23 a.C. – 79 d.C.) foi historiador, gramático, administrador e oficial romano. Escreveu *História Natural* em 37 volumes, que oferece uma leitura panorâmica da história e da geografia, da zoologia e da botânica na Antiguidade.

militarismo, capitalismo, expansionismo, nacionalismo, identidade nacional, etnocentrismo, (pós-)colonialismo, hegemonia, intervencionismo, totalitarismo, soberania, dominação, exploração, globalização, além, evidentemente, dos outros conceitos com os quais trabalhamos: orientalismo, romanização, representação e identidade.

Recorrendo ao *Dicionário de conceitos históricos* (SILVA e SILVA, 2005, p. 218-221), tem-se que não se deve falar de *imperialismo* (no singular), mas de *imperialismos* (no plural), pela diversidade e pluralidade desse fenômeno ao longo da História. Por associação livre de ideias, qualquer que seja a área de conhecimento, o conceito de *imperialismo* faz pensar em dois grupos de palavras que, também eles, representam uma certa dicotomia opositiva. Por um lado, tem-se verbos que remetem a ações daqueles nomeados como *imperialistas*: *anexar, apossar, avassalar, colonizar, conquistar, dominar, invadir, ocupar, possuir, sobrepujar, subjugar e silenciar*. Por outro, para designar aqueles que sofrem as ações dos imperialistas, tem-se duas categorias de adjetivos, uma com ideia de passividade e outra de luta. Pertencem ao primeiro grupo expressões adjetivadoras com carga semântica geralmente negativa sob o ponto de vista dos que sofrem ações imperialistas, tais como *anexados, avassalados, colonizados, conquistados, dominados, invadidos, ocupados, desterrados, sobrepujados e subjugados*. No segundo grupo, encontram-se palavras ligadas a um outro campo semântico (o de luta, consciência e empoderamento) e também ligadas aos que sofrem ações imperialistas, tais como *resistência, resiliência, adaptabilidade, hibridismo, táticas e relativização*. Esse segundo grupo de palavras vai mais ao encontro do que os estudiosos com os quais trabalhamos veem esses fenômenos, ou seja, dão voz aos dominados e relativizam a dos dominadores.

Para Said (1995, p. 31-32), o termo *imperialismo* serve para designar “[...] a prática e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante”. De forma talvez menos abrangente, Alberto Monteiro Ballesteros (1992), assevera que o termo *imperialismo* não existiu na Roma Antiga, que ele foi cunhado durante os séculos XIX e XX para dar conta do processo de expansão colonial da França, da Inglaterra e da Rússia, por exemplo. Trata-se de um conceito histórico, no sentido de que essa expressão se manifesta nas chamadas “Ciências da Cultura” e constitui uma categoria ideológica com todas as conotações e ambiguidades que isso implica.

É necessário o cuidado em se distinguir *Império* de *imperialismo*. *Grosso modo*, *império* estaria mais para uma forma ou um sistema de organização política que

consistiria na anexação/submissão de territórios e outros povos sob um mesmo poder como, por exemplo, o *Império Romano*. Já o termo *imperialismo* estaria mais voltado para uma forma de atividade política; seria um tipo de ação mediante a qual um grupo social (Estado, nação, cultura) coloca sob seu controle, domínio e influência outros grupos sociais e territórios. Imperialismo seria, então, uma atividade mediante a qual se funda, se conserva, se consolida e se expande o poder de dominação e controle sobre o *outro*. Em nosso recorte de pesquisa, devemos, então, trabalhar tanto com o termo *império* quanto com o termo *imperialismo*, já que tratamos de imperialismo do/no Império Romano e mesmo antes dele.

Como se pode ver em textos de Funari e de Guarinello⁶³, o imperialismo romano vai além do período imperial, ou seja, o sistema imperialista de exploração centrado em Roma, as ações expansionistas e incorporadoras do Estado Romano são fenômenos que cobrem uma temporalidade que abarca desde a Monarquia Etrusca, passando por todo o período Republicano e alcançando até a fase final, a da queda do Império Romano, cobrindo assim, uma temporalidade que vai aproximadamente do século VII a.C. até o século IV d.C., ou seja, quase um milênio de imperialismo.

Aproveitamos esse momento para registrar que, ainda que nosso recorte cubra justamente aquilo que a historiografia atualmente nomeia como República Tardia e o início do Império Romano, valemo-nos do termo *imperialismo* também para tratar do período Republicano, por acreditarmos que não precisa necessariamente haver império para que haja ações imperialistas. O fato de o domínio romano passar a ser dividido em províncias sinaliza uma mudança gradual na forma como a força é representada, no que diz respeito às ordens estruturais institucionais. Roma tornou-se um principado com Otávio/Augusto alguns anos depois das mortes de Cleópatra e Antônio. A tese de que esse império foi uma espécie de consequência de uma tendência à autodefesa é paradoxal. Sua defesa pode até explicar algumas das guerras dos romanos e uma limitada expansão, mas Roma foi à guerra recorrentemente e o império resultante disso alcançou todo o Mediterrâneo e para além dele, conforme assevera Andrew Erskine (2010).

⁶³ Não há unanimidade entre os historiadores quanto ao uso do termo *imperialismo* para tratar do Império Romano. Autores como Paul Veyne (1975), por exemplo, em seu artigo intitulado “Y a-t-il un impérialisme romain?”, é de opinião que o termo *imperialismo* não explica as conquistas do Império Romano, tendo em vista que o movimento expansionista foi “imotivado” “defensivo” e “quase involuntário” e que os romanos nunca buscaram, conscientemente, a hegemonia e o controle dos territórios conquistados. Concordamos com Guarinello (1994), para quem esse tipo de leitura é “inconvincente”.

No seu uso mais atual, *imperialismo* refere-se, por exemplo, a um espaço-tempo específico na historiografia; período que cobre a relação de dominação por parte de países desenvolvidos, ricos e belicosos, e suas investidas, em nome de um suposto progresso e de uma suposta valoração sobre culturas e territórios tidos por eles como menos desenvolvidos, pobres e belicamente desprotegidos. Durante esse período, a Europa exerceu intensa influência sobre o restante do mundo, com a expansão do capitalismo, com conquistas políticas e militares de territórios outros. Esse contexto contaminou a própria produção historiográfica mundial, trazendo em seu bojo a ideologia dos dominadores de uma herança romana imperialista.

Mais recentemente, tem-se o conceito de *imperialismo* aplicado, em escala mundial, à dominação tecnológica, bélica, econômica, política e cultural por parte dos Estados Unidos e seus aliados europeus. Com *imperialismo*, busca-se explicar até mesmo questões etnográficas, raciais e de gênero e nos ajuda a entender fenômenos como o fascismo, o comunismo, o antissemitismo, o orientalismo, as duas grandes guerras mundiais e a globalização.

Com o conceito de *imperialismo*, Said (1995, p, 11) busca “[...] ampliar a argumentação do livro anterior [*O Orientalismo*], de modo a descrever um modelo mais geral de relação entre o Ocidente metropolitano moderno e seus territórios ultramarinos”. O autor escreve, não só, mas também, para denunciar os discursos hegemônicos do imperialismo ocidental durante o século XIX e início do século XX. O Ocidente imperialista seria o responsável por produzir um conhecimento distorcido e reducionista do *outro* (do Oriente, do dominado, do subjogado), bem como (e, por conseguinte) de si mesmo.

Não há como negar que Said escreveu suas obras também a partir de suas experiências de vida. Elas são, em certa medida, críticas, alertas, gritos de indignação e de revolta por parte de um intelectual que vê culturas, civilizações e espaços sendo dominados, manipulados, agredidos, degradados, subjogados, em nome de políticas imperialistas equivocadas. Em contraponto, o pesquisador traz para discussão o que ele chama de “humanismo”, um tipo de crítica cultural que visa mostrar que

Minha ideia é utilizar a crítica humanista para expor os campos de conflito: [...] Chamei aquilo que procuro fazer de “humanismo”, palavra que continuo teimosamente a utilizar, malgrado o abandono altivo do termo pelos sofisticados críticos pós-modernos. Por *humanismo* entendo, antes de mais nada, a tentativa de dissolver aquilo que Blake chamou de grilhões forjados pela mente, de modo a ter condições de utilizar histórica e racionalmente o

próprio intelecto para chegar a uma compreensão reflexiva e a um desvendamento genuíno (SAID, 2007, p. 19).⁶⁴

O que o estudioso diz nos remete aos estudos de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010) a respeito das *Epistemologias do Sul*. Os autores partem da constatação de que, para além de todas as dominações pelas quais é conhecido, o colonialismo foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder. O *modus operandi* do colonialismo levou nações/povos colonizados a terem muitas de suas formas peculiares de saber violentadas, suprimidas:

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos. [...] A apropriação e a violência tomam diferentes formas na linha abissal jurídica e na linha abissal epistemológica. Mas, em geral, a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana. Na prática, é profunda a interligação entre a apropriação e a violência. (SANTOS & MENESES, 2010, p. 7/29).

Alinhados ao pensamento de Santos e Meneses (2010), propomos nos afastar das “epistemologias” estereotipadas e cristalizantes, para podermos olhar, efetivamente, para as experiências “nativas” do Oriente, para esse *outro*, com a preocupação em compreender como Plutarco forja uma ideia de Oriente em sua narrativa, com suas histórias sobre Cleópatra.

O Sul (ou aqueles abaixo dos trópicos) e o Leste (no caso, o Oriente), ou ainda, os excluídos, os subjugados, os periféricos e os dominados não têm tido, sob a ótica do imperialismo, direito à voz. Preocupamo-nos justamente com essa mudez impositiva, visto que geralmente os colonizados não se constituíram, ao longo da história, em interlocutores das Metrôpoles, mas em seu “*outro* silenciado”. Para combater esse tipo de visão míope e preconceituosa, Said propõe um compromisso político e metodológico de “desmantelamento dos sistemas de dominação”. Onde se lê *desmantelamento* também é possível ler *descentramento*, *deslocamento*, *deslizamento*, *desconstrução*, como propõem Santos e Meneses (2010), Bhabha (1998; 2011), Stuart Hall (2011a; 2011b) e Ella Shohat (2004; 2006; 2012) em suas narrativas.

Said se vale de uma gama considerável de referências em várias áreas de conhecimento. Seus estudos focam, sobretudo nas narrativas literárias e, mais

⁶⁴ Essa citação faz parte do *Prefácio* das edições a partir de 2013.

particularmente, naquelas ligadas às experiências de resistência dos “nativos”, dos autóctones, às narrativas de emancipação e desconstrução da representação ocidental do mundo e ao efeito que elas tiveram no embate com as “verdades imperiais”. Assim como Said, Bhabha, Hingley, Mattingly, Revell e Woolf registram a necessidade de (re)ver, (re)pensar o conceito de *imperialismo* e propor uma guinada na maneira de se enxergar o mundo sob a ótica e a ideologia do colonizador e da Metrópole em detrimento daquela do colonizado, da província. O conceito de *imperialismo* pode e deve ser relativizado. O posicionamento crítico de Said, sua visão de contestação, sua resistência e sua luta contra o discurso imperialista ficam evidentes quando o estudioso analisa certas obras literárias de cunho contestador, de resistência, de denúncia, de luta justamente contra o *imperialismo*, ainda que reconheça a corresponsabilidade dos subjugados em sua subjugação.

Hingley também se mostra um crítico engajado, ao rejeitar posturas etnocêntricas, ao romper com tradições interpretativas que veem nas sociedades como as de Roma e Grécia (e também nas sociedades modernas como as do Reino Unido e França) modelos de homogeneidade social que se valem de escalas (positivistas) de valores entre as culturas. O estudioso critica o que vinha sendo produzido por historiadores europeus do final do século XIX e início do século XX, que trabalhavam com parâmetros pseudo-objetivistas, eurocentristas e/ou imperialistas no seu sentido e uso moderno. Com suas “novas perspectivas” (conforme o título de uma de suas obras), Hingley questiona os modelos interpretativos tidos como objetivos até então vigentes e, influenciado pelas teorias pós-colonialistas, busca uma realidade mais ampla e menos etnocêntrica, algo que possibilite fazer historiografia de maneira mais flexível (mais crítica e política), levando em conta as diversidades, as especificidades dos eventos e das culturas, além da metadiscursivização das próprias subjetividades interpretativas.

No conjunto da obra de Hingley, o sentido de *legado civilizacional*, *evolução*, *herança e hierarquia cultural*, de *progresso*, *domínio pacífico e mundo romanizado*, por exemplo, são contestados e substituídos por algo mais contundente e combativo, algo que busque representar os vários lados da História, e não mais somente o lado dos “vencedores”, dos dominadores. Isso porque, ainda segundo o autor, não há mais como sustentar na historiografia uma visão elitista e colonialista do próprio conceito de *cultura*, de *identidade*, de *império* e de *civilização vs barbárie*, por exemplo. Hingley vai de encontro aos que se valem de escalas de valoração entre as culturas, aos que cristalizam

visões estereotipadas e ideologicamente comprometidas apenas com “um dos lados da história”.

Já no prefácio da obra de Hingley – “O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha” (2010, p. 7),⁶⁵ Norma Musco Mendes chama a atenção para a atitude do pesquisador, que questiona a “[...] ideia de uma evolução cultural e da elaboração de modelos dicotômicos entre culturas, sendo umas superiores, baseadas no padrão cultural Europeu, e outras inferiores”. Ainda segundo Mendes (*apud* HINGLEY, 2010, p. 7), a partir da década de 1970, sobretudo com base nos textos de Said, a historiografia passaria a ter como norte três aspectos inter-relacionados:

A articulação das histórias ativas dos povos dominados, incluindo sua capacidade de gerar formas abertas e ocultas de resistência; a desconstrução e a definição dos modelos binários pelos quais o Ocidente categorizou *os outros*, preocupando-se em afastar da dominância do centro na construção do conhecimento e desenvolvendo o estudo de periferias; a investigação do poder de representação das imagens e das linguagens coloniais, reconhecida como análise do discurso colonial (Grifo da autora).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Maria Aparecida Oliveira Silva (2009) sustenta que foi preciso aguardar um longo período para que a historiografia deixasse de seguir, de repetir e reproduzir o modelo etnocêntrico de contar história, de abandonar as temáticas metropolitanas e seus grandes fatos no mundo político e a vida de seus grandes nomes. Os autores propõem novos olhares e caminham para as periferias, introduzindo novas temáticas, novas teorias e metodologias que busquem problematizar e relativizar os discursos e inclusive a própria escrita historiográfica.

Os autores com os quais dialogamos preconizam novas abordagens acerca do passado clássico, que (des)constróem posicionamentos teórico-metodológicos e que nos possibilitam investigar a narrativa de Plutarco sob uma perspectiva outra, contrária aos discursos colonialistas que buscam justificar fatos e atos calcados em ideologias imperialistas. Essa nova forma de ver e fazer historiografia é contrária ao entendimento de que nações, sociedades, culturas e governos justifiquem suas ações em nome de uma suposta *mission civilisatrice* da qual se sentem imbuídos. Isso porque esse tipo de pensamento se sustenta em falsas e perigosas dicotomias opositivas tais como dominador

⁶⁵ Cabe registrar que essa obra de Hingley (2010) é um compilado de quatro artigos de Hingley inéditos em língua portuguesa, originalmente publicados entre os anos de 1991 e 2008. Esses artigos foram traduzidos e reunidos por uma equipe de historiadores brasileiros quando de um curso proferido pelo estudioso na UNICAMP. A obra conta ainda com Prefácio de Norma Musco Mendes e um artigo dos organizadores (Renata Senna Garraffoni, Pedro Paulo Funari e Renato Pinto).

vs dominado, centro vs periferia, civilidade vs barbarismo, bem vs mal. A proposta de Hingley é romper com essa historiografia tradicional e conservadora que (re)produz leituras reducionistas e estanques e contribuir para o avanço de uma abordagem crítica, propondo focar nas heterogeneidades, nas complexidades, nas especificidades, nas diversidades e nas pluralidades que compõem os (con)textos investigados.

Woolf reúne estudos a respeito do mundo romano e dos povos dominados, temas que nos são caros nesta pesquisa. O autor mescla, em suas análises, o passado e o presente, transitando entre o imperialismo romano e as nações imperialistas na Modernidade, mostrando que nações europeias se basearam, durante séculos, em um discurso de herança cultural em relação ao Império Romano para justificarem e legitimarem seus próprios imperialismos, em continuidade às *missions civilisatrices*. Além disso, também Woolf desconstrói os discursos acadêmicos contaminados pelo etnocentrismo europeu. Ele se vale da interdisciplinaridade, convidando para as discussões, profissionais de formação, tais como historiadores, filólogos, filósofos, arqueólogos, arquitetos, urbanistas, antropólogos e semióticos.

Entre os vários temas discutidos na obra de Woolf (2011), os que nos interessam mais particularmente são o contato cultural (*middle ground*), trocas culturais, pluralismo, diversidade, identidade/alteridade e hibridismo. Para o autor, as ideias de civilização e de uniformidade cultural devem ser revistas e substituídas por cultura e diversidade cultural, visto que estas são mais amplas, mais abrangentes, logo, mais adequadas para dar conta da pluralidade e da complexidade dos contextos estudados. As pesquisas do autor versam, prioritariamente, sobre o início do período imperial romano e sobre como os gauleses apresentavam-se no imaginário greco-romano, vistos em vestes contraditórias, às vezes heroicos e puros, às vezes selvagens e violentos, outras tantas nem isso nem aquilo, conforme assinala Funari (*apud* WOOLF, 2017) em sua resenha da obra do autor⁶⁶.

Woolf parte de questões que envolvem o poder do e no Império Romano para estudar mudanças culturais regionais, mais especificamente na Gália, para buscar entender as trocas culturais e as interinfluências entre os romanos e os gauleses. O autor percebe, a partir de análises arqueológicas feitas principalmente na França, que os gauleses, em contato com os romanos, não assimilaram de forma passiva e cabal essa cultura supostamente imposta pela Metrópole. Para o estudioso, esse contato culminou

⁶⁶ Cf. <http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2011/02/24/greg-woolf-elogia-ênfase-dada-pelos-pos-graduandos-do-ifch-a-revisao-critica>. Acessado em 06 de março de 2019.

com o surgimento de uma “terceira via” cultural, miscigenada, híbrida e local, chamada por ele de *cultura galo-romana*. Essa nomeação mostra a força da interdependência nas trocas, nas mudanças culturais.

Isso significa dizer que as mudanças culturais implicam em muito mais do que simples adaptações à cultura do *outro*, já que todas elas são limitadas ou influenciáveis por contextos variados. O importante a ser observado nessa relação dialética entre as culturas são os elementos, os princípios os quais elas assimilam e sua relativa importância na vida daquela cultura, ou seja, aquilo que ela guarda enquanto traços novos advindos da cultura do *outro*. Nessa perspectiva, Woolf acaba por minimizar o poder das estereotípias, priorizando o relativismo das assimetrias entre, por exemplo, centro *vs* periferia, dominadores *vs* dominados, Roma *vs* Gália, Cultura *vs* Civilização.

As trocas culturais entre romanos e gauleses de que nos fala Woolf foram, em grande parte, uma estratégia político-ideológica de Roma que buscava uma aproximação com outras culturas para, em seguida, lhes impor uma nova ordem social. Já as elites dominadas tendiam assimilar voluntariamente parte da cultura romana e, com isso, manter parte de seus privilégios, mesmo depois de serem anexadas por Roma. Esse cenário nos permite construir um paralelo entre as elites locais da Gália e as elites de outros povos também dominados por Roma.

Erskine (2010, p. 53), discorre sobre a elite grega, afirmando que

Sob os imperadores, uma mudança na percepção grega parece ter tomado lugar. Membros da elite grega, pelo menos aos seus próprios olhos, não eram muito assujeitados a Roma, mas, sim partícipes do império romano. Alguns adquiriram cidadania romana e, com ela, nomes romanos, outros tornaram-se senadores no século II d.C., alguns gregos poderiam até mesmo serem encontrados em cargos consulares.⁶⁷

⁶⁷ “Under the emperors a shift in Greek perception seems to have taken place. Members of the Greek elite, at least in their own eyes, became not so much subjects of Rome as participants in the Roman empire. Some acquired Roman citizenship and with it Roman names, others became senators and by the second century ad Greeks could even be found holding the consulship.”

Nesse sentido, Plutarco, Díon Cássio⁶⁸ e Flávio Josefo⁶⁹ são, aqui, oportunos exemplos dessa situação de adaptabilidade, diversidade e de troca cultural. Possivelmente eles teriam buscado se manter próximos do círculo do poder romano, com o objetivo de adquirir cidadania romana e, ao mesmo tempo, manterem-se membros das elites locais.

Conhecer o outro é conhecer-se e assimilar não significa apagamento identitário, mas sim necessidade de adaptação. Com isso, nos é possível refletir sobre as relações entre romanos e suas colônias, entre greco-romanos e egípcios, entre Plutarco e Cleópatra, entre o presente e o passado, entre nós e Plutarco, enquanto relações dialéticas. Woolf critica uma visão romanizada sob aspectos da significância cultural e espacial do Império. Romanização, no entendimento de Woolf, serve somente a uma parte da sociedade, a dos vencedores, a das elites cooptadas. Nesse sentido, ao se fazer pesquisas historiográficas que tratam de diversidades culturais, é importante dar voz também aos colonizados. E essa seria uma importante tarefa para historiadores e arqueólogos, entre vários outros profissionais das áreas de humanas e ciências sociais.

Ao discutir trocas culturais, sobretudo entre romanos e os povos conquistados, Woolf questiona o que vem a ser *cultura romana* e o que significa *ser romano* em várias dimensões espaço-temporais:

Uma vez que, para os propósitos atuais, uma definição vaga é mais útil, definirei a cultura romana como a gama de objetos, crenças e práticas que eram características de pessoas que se consideravam e eram amplamente reconhecidas como romanas. A cultura romana, portanto, inclui estilos característicos de cerâmica, materiais de construção e vestimenta; crenças particulares sobre os mortos, gostos por bebidas e noções sobre educação; costumes, tais como assar pão em vez de fazer mingau, construir monumentos de pedra em vez de terra e competir com os vizinhos por meio de declamações latinas, ao invés de fazê-lo no campo de batalha. No entanto, a definição deve ser ainda mais complexa do que isso, uma vez que a cultura romana não era

⁶⁸ Díon Cássio, originário de Niceia, na Bitínia (163 – 235 d.C.) foi um historiador greco-romano e funcionário imperial (consul em 205 e em 229 d.C., autor de *História de Roma* em 80 volumes, dentre os quais vários volumes se perderam). Díon Cássio é conhecido também por exaltar Otávio, por se valer de uma narrativa que tende mais para o ficcional, tratando dos eventos históricos de forma escandalosa. Ademais, Díon Cássio mostra-se um agente fervoroso da propaganda otaviana. Para uma bibliografia com maiores esclarecimentos sobre Díon Cássio, cf. Fergus Millar (1966).

⁶⁹ Nascido de uma família rica, Flávio Josefo (37 – 100 d.C.) foi um historiador judeu, que, assim como Plutarco, viveu sob o Império Romano e recebeu patronagem romana. Tornou-se cidadão de Roma e trabalhou para seus dominadores. Escreveu uma coletânea de 20 livros sob o título geral de *Antiguidades Judias*. O fato de Cleópatra não ter servido às causas da Judeia, sobretudo na guerra de Herodes, rei da Judeia para reconquistar seu trono, na Batalha de Tarso, fez com que Flávio Josefo atacasse recorrentemente a rainha do Egito, chamando-a de traidora do povo da Judeia. Para uma bibliografia com maiores esclarecimentos a respeito, cf. Mireille Hadas-Lebel (1991).

estática e sua composição nunca foi uma questão consensual (WOOLF, 1998, p. 11).⁷⁰.

Desse excerto, vemos que definir *cultura romana* e *ser romano* é algo que exige um número considerável de dados e de variáveis, algo complexo, dinâmico e não consensual, o que exige cuidado por parte do pesquisador para que ele não caia em armadilhas ideológicas e não faça julgamentos tendenciosos. O simples fato de questionar a uniformidade da cultura romana nos leva a perceber a fragilidade da perspectiva etnocêntrica tradicional sobre a questão.

As trocas culturais no Império Romano fizeram, segundo Woolf, com que a Metrópole idealizasse um modelo de cidadão que serviria não só para os estrangeiros que pretensamente assimilavam a cultura romana, como para os próprios romanos, sobretudo aqueles que necessitavam de uma educação moral e cívica⁷¹. A esse padrão comportamental de cidadão, Cícero teria dado o nome de *humanitas*. Esse ideal, que sofre mudanças ao longo do tempo, contava com características morais positivas e consideradas necessárias para tornar os homens naquilo eles deveriam ser, bem ao gosto do que Plutarco faz em seus *Moralia*. Woolf (1998, p. 55), ao tratar do entendimento do que seja *humanitas*, afirma:

O conteúdo preciso do termo é difícil de definir. Uma abordagem é vê-la como articulando uma série de outros conceitos romanos, tais como *benevolentia*, *observantia*, *mansuetudo* e *facilitas* ou *severitas*, *dignitas* e *gravitas* (relacionando-se respectivamente à própria atitude em relação aos outros e às qualidades pessoais) e assim conectados com conceitos, tais como *religio*, *fides* e *mores*, os pilares básicos de construção a partir dos quais a sociedade romana foi construída. [...] As origens e o desenvolvimento do termo *romano*, e até que ponto ele foi influenciado pelos conceitos de filósofos gregos, são controversos e dificilmente serão resolvidos por causa da escassez de evidências anteriores aos escritos de Cícero. Mas está claro que, no final do século I a.C., as *humanitas* foram formuladas como um conceito completamente romano, incorporando conceitos de cultura e conduta que eram considerados pelos romanos como as marcas da aristocracia em particular, mas

⁷⁰ “Since for present purposes a loose definition is most useful, I shall define Roman culture as the range of objects, beliefs and practices that were characteristic of people who considered themselves to be, and were widely acknowledged as, Roman. Roman culture thus includes characteristic styles of pottery, building materials and costume; particular beliefs about the dead, tastes in beverages, and notions about education; customs such as baking bread instead of making porridge, building stone monuments instead of earthworks, and competing with one's neighbors through Latin declamations, rather than on the battlefield. Yet the definition must be even more complex than this, since Roman culture was not static and its composition was never a matter of consensus.”

⁷¹ Para Jean-Claude Carrière (1977), “[...] a moral de Plutarco e a dos notáveis de sua época tornam-se a moral da História [...] e a História orientada torna-se Destino, Destino de Roma. Roma e seu império são a verdade da História”. (“[...] la moral de Plutarque et des notables de son temps devient la morale de l’Histoire [...] et l’Histoire orientée devient Destin, Destin de Rome. Rome et son empire sont la vérité de l’Histoire.”)

também apropriadas para a humanidade em geral. A *humanitas* distinguia, assim, uma elite como culta, iluminada, humana e adequada para governar e liderar pelo exemplo, mas também encapsulava um conjunto de ideais aos quais todos os homens podiam aspirar (grifos do autor).⁷²

Vê-se, do excerto acima, que a conceitualização de *humanitas* é bastante complexa, controversa, que transcende a cultura romana, tendo sua origem na filosofia grega.⁷³ Ademais, envolve diversos aspectos da cultura não só romana como também aquelas dos dominados. Entre essas várias questões que envolvem o termo, tem-se qualidades pessoais, atitudes em relação ao *outro*, tipos de trabalho ou de função exercida, descendência, elementos religiosos e educação obtida.

O conceito de *humanitas* vigente na cultura imperial romana torna-se perceptível diante de suas manifestações na prática social cotidiana. Há uma naturalização ideológica desse entendimento, cujos valores de crença passam a ter uma validade universal. *Humanitas* fundamenta uma prática imperialista tanto na Metrópole quanto nos territórios conquistados. As elites romanas tomam para si a formulação de *humanitas* propagando-a e legitimando-a. Nesse sentido, por assimilação, *humanitas* passa a definir a própria cultura romana, levando os romanos a se valerem desse conceito no julgamento de seus cidadãos e também para definir aquilo e aquele que não é romano: “Mas na forma em que mais sabemos sobre isso, a *humanitas* é um produto de reflexões induzidas pela expansão do poder romano⁷⁴” (WOOLF, 1998, p. 56). O Império Romano faz de *humanitas* a essência da cultura romana e a *mission civilizatrice* de suas ações imperialistas.

Em uma imersão teórica que problematiza o conceito de *imperialismo* de forma mais pontual e “aplicada”, trazemos, para engrossar a lista de especialistas pós-

⁷² “The precise content of the term is difficult to define. One approach is to see it as articulating a series of other Roman concepts, such as *benevolentia*, *observantia*, *mansuetudo* and *facilitas* or *severitas*, *dignitas*, and *gravitas*, (relating respectively to one's proper attitude towards others and to one's personal qualities) and so connected with concepts like *religio*, *fides* and *mores*, the basic building blocks out of which Roman society was held to be constructed. [...] The origins and development of the Roman term, and the extent to which it was influenced by Greek philosophical concepts, is controversial and unlikely to be resolved because of the paucity of evidence earlier than the writings of Cicero. But it is clear that by the late first century BC *humanitas* had been formulated as a thoroughly Roman concept, embodying concepts of culture and conduct that were regarded by Romans as the hallmarks of the aristocracy in particular, yet also appropriate for mankind in general. *Humanitas* thus distinguished an elite as cultivated, enlightened, humane and so fitted to rule and lead by example, but it also encapsulated a set of ideals to which all men might aspire.”

⁷³ As noções de *paideia* e *humanitas* se mostram também estreitamente ligadas à de *mos maiorum*. Para uma bibliografia a respeito dessas noções, cf. Bárbara Borg (2004); Daviault (1996); Delfim Ferreira Leão et al (2011); Hervé Inglebert (2005); Werner Jaeger (1979); Joaquim Pinheiro (2013).

⁷⁴ “But in the form in which we know most about it, *humanitas* is a product of reflections prompted by the expansion of Roman power”.

colonialistas, o nome e o trabalho de Revell. A autora se debruça especificamente sobre o espaço-tempo relativo ao Império Romano. A estudiosa parte do pressuposto de que os espaços são artefatos, quaisquer que sejam eles, sempre normativos. No caso do Império Romano, tem-se que o discurso do poder, do dominador sobre os dominados se dá para além da literatura (como a de Plutarco, por exemplo).

A memória cultural torna-se ferramenta fundamental para o exercício estratégico de controle e de dominação. Nos territórios dominados, dependendo dos aspectos regionais e locais (centros urbanos), o Império Romano fez circular, de maneira distinta, toda uma estrutura (traves)tida como cidadã, com a finalidade de fomentar a memória no uso (exploratório, espoliador) dos espaços e das próprias pessoas. Assim, monumentos, praças, termas, mercados, edifícios da administração pública local, enfim, todo espaço comunitariamente partilhado entre as pessoas era utilizado na manutenção não só da memória cultural, mas na manutenção do próprio poder (cf. REVELL, 2009; ASSMANN, Aleida, 2011; ASSMANN, Jan, 2011).

Revell nos faz perceber a transcendência das ações do/no Império Romano e para além dele, ou seja, é possível nos valer do pensamento da autora e aplicá-lo em contextos outros, como, por exemplo, no de Plutarco e/ou no de Cleópatra. Dito de outra maneira, as investigações de Revell, ou melhor, sua teorização se propõe a dar conta de complexas questões identitárias identificáveis em múltiplos e variados espaços-tempo. Seguindo a mesma linha de pesquisa e/ou de raciocínio, a obra da estudiosa vai ao encontro dos estudos dos pesquisadores com os quais trabalhamos, quanto à forma de ver e fazer historiografia, a respeito das questões identitárias, do imperialismo romano e sua relação com o contexto europeu dos séculos XIX e XX, momento em que os impérios justificavam seus domínios sobre os povos conquistados valendo-se de uma pretensa herança romana.

No entanto, diferentemente da historiografia moderna e eurocêntrica, Revell opta por uma dialética entre conquistadores e conquistados. Já no prefácio de sua obra, a estudiosa revela que seu estudo é sobre o “ser romano”, ou seja, sobre as pessoas que, de um modo geral, viviam/viveram e interagiam/interagiram, social e cotidianamente, sob essa dialética naquela sociedade:

No entanto, ao problematizarmos o significado atual de “romano”, chegamos a problematizá-lo no passado. Usamos o termo de forma intercambiável para definir a forma de cultura material, o período de tempo, a localização geográfica e a etnia pessoal. Estes são obviamente interrelacionados, mas não são idênticos. Isso leva à suposição de que havia um paradigma de ‘romano’

que era estático e imutável. Em vez de uma entidade fixa, devemos pensar em “romano” como um discurso de possibilidades, que poderia ter uma miríade de possíveis interpretações. No entanto, ao mesmo tempo, havia certos elementos que eram comuns às sociedades romanas (REVELL, 2009a, p. x)⁷⁵.

Os termos *romano* e *romanidade*, no conjunto da obra de Revell, adquirem, assim, sentidos que extrapolam o seu entendimento proposto pela ideologia dominante da época (e de hoje), no sentido de valoração (positivista) com relação às outras identidades, e foca no cidadão romano comum, na forma como ele se via e via os demais, na maneira como ele identificava a si próprio e identificava os outros romanos e também os outros não-romanos. Somente a partir desse entendimento do “ser romano” e da multiplicidade de identidades romanas, é que é possível, segundo a autora, ir além na busca do entendimento identitário, nesse e em impérios outros.

Revell procede a um recorte temporal que coincide com o período de vida de Plutarco, ou seja, que cobre a primeira metade do século II d.C., e um espaço específico, qual seja, espaços urbanos dominados por Roma. A opção por esse recorte espaço-temporal se justifica, levando em consideração, segundo a própria Revell, a distância geográfica de Roma e os processos de mudança cultural nessas localidades durante o Império Romano. Além disso, Revell optou pela “arqueologia do povo”, ou seja, por dedicar-se a espaços prioritários de convivência da população “comum”. O objetivo da historiadora é evitar uma visão tendenciosa, elitista, unilateral e rígida da presença romana nos territórios conquistados.

O imperialismo romano teve uma atuação heterogênea, impactando, de maneira distinta, nas várias outras culturas que entraram em contato com ela. A presença de Roma, de sua ideologia, de sua política e de seus costumes, enfim, a presença do imperialismo não se deu, no entanto, de forma unificada, passiva e pacífica. Erskine (2010, p. 29) pensa que

No final do século II a.C., portanto, a autoridade romana se estendia por todo o Mediterrâneo. No entanto, isso não aconteceu de forma harmônica e homogênea por toda a extensão territorial do seu domínio. Na Itália, por exemplo, havia uma mistura elaborada de colônias, alianças e classes com

⁷⁵ “However, as we problematize the present meaning of ‘Roman’, so we come to problematize it in the past. We use the term interchangeably to define a form of material culture, a time span, a geographical location, and a personal ethnicity. These are obviously inter-related, but they are not identical. This leads towards the assumption that there was a paradigm of ‘Roman’ which was static and unchanging. Instead of a fixed entity, we should think of ‘Roman’ as a discourse of possibilities, that it could have a myriad of potential interpretations. Yet at the same time, there were certain elements which were common to Roman societies.”

cidadania. Em outros lugares, como na Espanha, Sicília, Ásia e África, o domínio direto foi exercido através de um sistema provincial emergente. Já em outras regiões, cidades e reis reconheciam o poder romano e, em sua maior parte, obedeceram a ordens romanas.⁷⁶

Isso significa dizer que tanto os romanos quanto os dominados possuíam grande capacidade de adaptação a novos ambientes e a culturas outras: “A identidade de qualquer indivíduo forma uma negociação complexa e contínua de numerosos elementos: etnia, posição, sexo, idade e ocupação” (REVELL, 2009a, p. 151)⁷⁷. Assim, ao invés de encontrar “imposição” romana nos territórios dominados, encontrou-se “negociações”, “adaptações” e “hibridismos” entre as culturas.

Vê-se, no Império Romano, e para além dele, o uso deliberado de certos elementos comuns capazes de criar vínculos sociais, memórias culturais, identidades, representações e, por conseguinte, atender às demandas por legitimação de poder; edifícios, praças, estátuas, pinturas e moedas⁷⁸ são estratégias eficazes na perpetuação do poder via memória (cf. CERTEAU, 1982; 1994; ASSMANN, Aleida 2011; ASSMANN, Jan, 2011). O Império Romano (como ainda se faz hoje em dia) marcava presença no cotidiano dos territórios dominados não só pelos símbolos, pelas representações icônicas, artísticas, econômicas e financeiras, mas também na e pela religião (ou pela religiosidade). Cerimônias, festas, espetáculos, enfim, rituais religiosos de adoração remetiam, recorrentemente, ao poder imperial, auxiliavam ou complementavam sua legitimação. Não é por acaso, como veremos mais detidamente no capítulo III, que Cleópatra é comparada (por ela própria e por Plutarco) à deusa Ísis⁷⁹, papel que, segundo o autor, ela representava/encarnava com perfeição. Assim, alguns dos “homens ilustres” biografados

⁷⁶ “By the end of the second century bc, therefore, Roman authority extended around the whole Mediterranean. It did not take the same form everywhere. In Italy there was an elaborate mix of colonies, alliances and classes of citizenship. Elsewhere direct rule was exercised through an emerging provincial system, as in Spain, Sicily, Asia and Africa. In other regions cities and kings acknowledged Roman power and for the most part obeyed Roman orders.”

⁷⁷ “The identity of any individual person forms a complex and continual negotiation of a number of elements: ethnicity, rank, gender, age and occupation.”

⁷⁸ Cleópatra e Antônio são amplamente representados no universo numismático, o que reforça a interpretação a respeito de sua força política e econômica do e no Oriente. Sobre moedas cunhadas pelos triúncos e pelos Ptolomeus, sobretudo no tempo de Cleópatra, com imagens da rainha e também de Antônio e Otávio, cf. Héloïse Aumaître (2018); Frédérique Duyrat & Oliver Picard (2005); Vagner Carvalheiro Porto (2009); Camila Ferreira Silva (2014).

⁷⁹ Para Adrian Goldsworth (2012, p. 21), “Cleópatra autoproclamava-se ‘Nova Ísis’, e contudo a sua adoração pela deusa traía a fortemente helenizada versão do culto”. A temática da Cleópatra-Ísis será objeto de reflexão no capítulo III. Para uma bibliografia mais detalhada a respeito de cultos à deusa Ísis (ou cultos isíacos), cf. Laurent Bricault (1999; 2013).

por Plutarco, como, por exemplo, Teseu e Rômulo, Alexandre e César tinham suas imagens identitárias ligadas, assimiladas, ideológica e propositalmente, aos deuses, sendo representados, cultuados, reverenciados e eternizados⁸⁰.

Revell se vale do conceito-chave de “rotina” nos centros urbanos, rotina da vida cotidiana dos romanos e dos não-romanos, das confluências identitárias surgidas das relações entre eles. O conceito de “rotina” nos faz pensar nos estudos de vários outros estudiosos que se debruçam sobre a memória e a rotina, sobre os hábitos (*habitus*) e os espaços onde as pessoas se movimentam, modelam e são modelados ideologicamente, tornando-se elementos fundamentais na interpretação arqueológica e historiográfica. Revell aponta para a não uniformização dessa significância, desse procedimento, ou melhor dizendo, dessas ações imperialistas, que não provocam, necessariamente, os mesmos resultados em todos os territórios dominados.

As relações entre Roma e as colônias estão longe de ser unívocas e unidirecionais; elas sofreram, evidentemente, influências mútuas. Cada comunidade, sociedade e/ou centro urbano lida, diferentemente, com essa ideologia, reage de maneira particular e assimila de forma desigual, assimétrica as estratégias de dominação via prática imperialista. Nas relações cotidianas, no convívio social e no compartilhamento, há sempre uma forma cambiante de táticas, de (re)construção. Ainda que os impérios, com o apoio das elites (as de Roma e as locais) busquem manter seus privilégios, há sempre espaço para (re)adaptações, (re)criações, a partir do modelo imposto, a depender das necessidades de cada comunidade. Daí o caráter múltiplo e multifacetado do Império Romano. Não podemos nos esquecer que Roma é um bom exemplo de política estatal de estratégias; basta pensar em como eles, ao dominarem os gregos, absorveram e adaptaram parte de sua cultura.

Para Revell, o tratamento dado por Roma aos gauleses, por exemplo, era diferente daquele dispensado aos gregos e aos egípcios, com suas culturas mais antigas que a dos próprios romanos. Ao se apropriarem de elementos da cultura helênica, esse gesto por parte dos romanos significou uma relação de troca, de adaptação e de interdependência, uma via de mão dupla ainda que díspar. No entanto, as relações entre a Metrópole e suas províncias não se apresentam tão harmônicas e simples como podem aparentar.

⁸⁰ Também no capítulo III andentraremos um pouco mais nas questões que envolvem Cleópatra e os deuses. Para uma bibliografia com maiores informações a respeito da religiosidade na Antiguidade, cf. Daniel Babut (1998); Franz Cumon (1965); Rosalie David (2011); Françoise Fraier (2008); Raphaele Laignaux (2011); Bernard Latzarus (1920); Luis Eduardo Lobianco (2006); Luther Martin (1987).

Sobre Roma, Erskine (2010, p. 61) assevera que:

A prontidão de Roma para estender a cidadania quando necessário significava que ser romano não era uma questão de etnia, mas sim de compartilhar um status superior. Nesse sentido, romanidade poderia ser algo a se aspirar (cf. Woolf, 1998a). Embora se tenha tornado comum enfatizar a participação ativa da elite provincial no processo, não se deve esquecer que isso era uma relação desigual. O poder estava nas mãos de Roma.⁸¹

Para além desses compartilhamentos, havia uma importante ideologia imperialista vigente, estruturante de todo o processo de anexação de territórios por parte do Império Romano. A estrutura social era organizada em hierarquias de poder e em um discurso dominante cuidadosamente elaborados para naturalizar e legitimar as ações imperiais e as relações de poder desiguais. Com uma ideologia imperialista moralizante, os romanos acabaram por fazer reverberar essa ideologia nas crenças comuns (com)partilhadas como algo simples e natural, benéfico e inevitável.

Por mais de vinte anos, Mattingly investiga o imperialismo, o poder e a identidade na Roma Antiga. O autor explora as experiências regionais e locais como parte do processo interpretativo de vestígios arqueológicos, concluindo que não se pode falar em imperialismo romano de maneira generalizada, em um sentido único. Nesse contexto, cada comunidade, cada sociedade e/ou território conquistado (re)agiu de forma particular às investidas, ou melhor, aos poderes imperiais, o que resultou em colonizações também elas variadas e singulares.

Mattingly liga o termo *imperialismo* a um campo semântico, histórico e conceitual de *colonialismo*. O estudioso assim define *Império* e *imperialismo*:

Um *império* é a manifestação geopolítica de relações de controle impostas por um Estado à soberania de outros. *Impérios* geralmente combinam um território central controlado, muitas vezes metropolitano, com territórios periféricos e possuem dimensões multiétnicas ou multinacionais. O *império* pode assim ser definido como um reinado sobre territórios muito amplos e muitos povos sem seu consentimento. [...] *Imperialismo* se refere tanto ao processo quanto às atitudes pelas quais um império é estabelecido e mantido. [...] Quando olhamos para as dinâmicas do Império Romano, talvez precisemos olhar para

⁸¹ “The preparedness of Rome to extend citizenship when necessary, which was observed in Chapter 2, meant that being Roman was not a matter of ethnicity but rather of sharing in a superior status. In that sense Romanness could be something to aspire to (cf. Woolf 1998). While it has become common to emphasise the active participation of the provincial elite in the process, it must not be forgotten that this was an unequal relationship. Power was in the hands of Rome.”

além das definições monolíticas da maioria dos relatos e considerar várias fases distintas do imperialismo (MATTINLY, 2011, p. 6 – grifos do autor)⁸².

Vemos, a partir do excerto acima, que Mattingly vê, com reservas, estudos que tratam de Império e imperialismo de maneira homogênea, sem levar em conta as idiossincrasias contextuais. Das especificidades de cada caso é possível, no entanto, perceber pontos comuns com as ações expansionistas imperiais romanas. Isso significa dizer que Roma lidou de maneira distinta e particular com os diferentes territórios dominados e suas respectivas culturas, adaptando suas estratégias às especificidades locais.

Mattingly também se posiciona frente ao expansionismo britânico, criticando não só as ações políticas, mas também a sustentação ideológica por parte dos intelectuais que não só referendava, como ajudava a cristalizar essa visão (míope) imperialista eurocêntrica segundo a qual o Ocidente Metropolitano possui uma *mission civilisatrice* sobre o Oriente. As pesquisas do autor mostram que, apesar de haver semelhanças entre a Contemporaneidade e a Antiguidade, com relação às políticas imperiais, nem mesmo no Império Romano, essa ideologia de naturalização se sustenta ou deve ser sustentada pelos historiadores.

Mattingly dispensa o conceito de *romanização* para explicar as relações entre a Metrópole e as colônias. Para o autor, não cabe, no caso dos Impérios, falar de “bipolaridade” entre imperialistas e nativos, mas sim de “experiências discrepantes”. Se o conceito de *romanização* é criticado e abandonado pelo autor, o de *imperialismo* o ajuda sobremaneira a pensar a Roma Antiga e suas relações com os territórios conquistados, a ver como cada caso rende problemas e frutos particulares a ambos. Para o autor, o exercício do poder imperial romano nas colônias e as consequências dessas interações entre romanos e não-romanos guiaram seus estudos arqueológicos e historiográficos. O terreno escolhido para as pesquisas foi o espaço partilhado pelos diferentes grupos étnicos e não necessariamente pelas elites, com a finalidade de dar voz também aos vencidos,

⁸² “Empire is the geopolitical manifestation of relationships of control imposed by a state on the sovereignty of others. *Empires* generally combine a core, often metropolitan controlled territory, with peripheral territories and have multiethnic or multinational dimensions. Empire can thus be defined as rule over very wide territories and many peoples largely without their consent. [...] Imperialism refers to both the process and attitudes by which an empire is established and maintained. [...] When we look at the dynamics of the Roman Empire, we perhaps need to look beyond the rather monolithic definitions of most accounts and to consider several distinctive phases of imperialism.”

para que eles contem sua versão da história⁸³. Ainda que procedendo a recortes específicos e particulares, os estudiosos com os quais trabalhamos nesse capítulo se debruçam sobre realidades locais e sobre as relações multiétnicas ali experienciadas. O propósito das pesquisas desses autores é, enfim, saber como essas comunidades, sob domínio de Roma, viviam, “o que” e “como” elas partilhavam culturalmente durante o domínio imperial e o que isso impactou em suas vidas sociais cotidianas.

Mattingly percebe, como ponto em comum entre as diferentes épocas e processos coloniais, o fato de os colonizadores e colonialistas verem o Oriente como alvo de ações “civilizatórias”, tratando os povos que lá habitam como selvagens e bárbaros⁸⁴. O conceito de *colonialismo* remete diretamente ao de *imperialismo*. Para o autor, *colonialismo* (e colonização)

[...] é um termo mais restrito que define o sistema de governo de um povo sobre outro, no qual a soberania é operada sobre o colonizado à distância, muitas vezes através da instalação de assentamentos de colonos no processo relacionado à colonização. Ambas as palavras, naturalmente, derivam do termo romano *colonia*, inicialmente definível como um assentamento de cidadãos em território conquistado. Nos últimos anos houve um crescente interesse na natureza diversa do colonialismo e da colonização através dos tempos e das manifestações arqueológicas desses processos (MATTINGLY, 2011, p. 7. grifo do autor)⁸⁵.

Essas ações colonialistas/imperialistas de cunho político e econômico são, sobretudo, de exploração espúria, violenta e “bárbara”. Ainda que não haja unanimidade sobre a questão, a expansão do Império Romano foi, segundo o historiador, marcada pela agressividade e pela crueldade, tendo o medo, a ganância e a glória como *leitmotiv* de

⁸³ Na opinião de Chauveau (2000), “[...] o reinado de Cleópatra é geralmente contado apenas sob um prisma, o de Roma.

⁸⁴ Interessante notar que, além dos gregos e dos romanos, “[...] os egípcios também consideravam os não-egípcios como bárbaros, estrangeiros e hostis” (Adrian Goldsworthy, 2012, p. 28). Segundo Bruno Rochette (1997, p. 37), “[...] o termo genérico βάρβαροι, para os egípcios, significa aquele que não fala egípcio, para os gregos, aqueles que não falam grego, e para os romanos, aqueles que ignoram o latim”. Para uma bibliografia a respeito da noção de *bárbaro* e de seu uso na Antiguidade, cf. Eric Adler (2011); Anthony Andurand & Corinne Bonnet (2014); Amir Mehdi Badi (1990); Jacques Boulogne (1995); Thomas Burns (2003); Bárbara Cassin *et al* (1993); Barry Cunliffe (1988); Yves Albert Dauge (1981); Michel Dubuisson (2001); Walter Goffart (1980); Maria Sonsoles Guerras (1987); Annalina Levi (1952); Edmond Lévy (1984); Adautor Novaes (2004); Bruno Rochette (1997); Thomas Schmidt (1999); Edward Arthur Thompson (1982); Ian Wood (2008).

⁸⁵ “Colonialism is a more restricted term that defines the system of rule of one people over another, in which sovereignty is operated over the colonized at a distance, often through the installation of settlements of colonists in the related process of colonization. Both words, of course, derive from the Roman term *colonia*, initially definable as a settlement of citizens in conquered territory. In recent years there has been increasing interest in the diverse nature of colonialism and colonization through the ages and the archaeological manifestations of these processes.”

suas ações. A naturalização dessa violência foi consubstancializada em várias formas de expressão cultural como, por exemplo, pela filosofia e pela literatura da época, como no caso de Cícero (*De officiis*, II, 26-27). Mattingly (2011, p. 23) o cita para exemplificar o endosso das ações colonialistas e imperialistas:

O lado negativo do imperialismo romano é representado de forma mais óbvia pelo registro de guerras e de destruição deixados em seu rastro. Certamente, devemos questionar a visão benigna da guerra romana, como ilustrada por Cícero, que escreveu: “em vez de infligir danos, nossas guerras foram travadas em favor dos aliados ou para defender nosso império e seus desfechos foram moderados ou não mais severos do que necessário”.⁸⁶

Essas ações impositivas e agressivas por parte do Império Romano deixaram vários “danos colaterais”. Além disso, ainda como estratégia ideológica e bélica, buscou-se o embotamento e a inferiorização do *outro*, do colonizado, em um processo de naturalização das ações através da propaganda. Ainda segundo o autor, essas ações, como exercício do poder, se mostram como ponto em comum entre o colonialismo e o imperialismo romanos e os mais contemporâneos. Nas duas temporalidades (Roma Antiga e Modernidade), o imperialismo e o colonialismo têm por hábito subjugar o dominado, ainda que este conte, em certos casos, com uma estrutura social, cultural e política já estabelecida, algumas delas milenares, como o Egito e a Índia, por exemplo.

Apesar do alto grau de violência nas relações entre Roma e suas províncias, Moses Finley (1984, p. 33) assevera que “[...] a tenacidade das pequenas comunidades só pode ser explicada como um hábito resultante de uma profunda e enraizada convicção a respeito de como resolver o ‘viver junto’”. Viver junto, para romanos e não-romanos, acaba por (re)definir as relações sociais, fazendo com que as trocas culturais se imponham. Nesse sentido, é na vida cotidiana partilhada que se aprende a (con)viver e é nesses espaços anexados pelo Império Romano, onde todos os envolvidos dividiam a vida em comum, partilhavam suas culturas, seus costumes, que faziam surgir transformações (identitárias) e, por conseguinte, uma cultura outra, diferente das “originais”.

Em mais uma estratégia imperialista, Roma contava com a ajuda de escritores, poetas, filósofos e oradores, como colaboradores em sua propaganda pró-romana, que buscava se fortalecer diminuindo, descaracterizando e silenciando as culturas com as

⁸⁶ “The ugly side of Roman imperialism is represented most obviously by the record of warfare and destruction left in its wake. Surely, we must question the benign view of Roman warfare as illustrated by Cicero, who wrote, ‘rather than inflicting harm, our wars were waged on behalf of allies or to uphold our imperium and their conclusion was either moderate or no harsher than necessary’.”

quais rivalizavam. Como exemplo disso, Mattingly cita a obra *Eneida* de Virgílio⁸⁷: “Tu és romano, lembra-te de reger os povos sob teu governo. / Serão estas as tuas artes: impor um regime de paz. / Poupar os vencidos e sujeitar os soberbos” (VIRGÍLIO *apud* MATTINGLY, 2011, p. 16)⁸⁸. Vê-se que Virgílio “canta” a supremacia romana, as vitórias dos grandes líderes romanos, enaltece-os pela sua bravura, reforçando, assim, a “missão divina” de dominar. Esses elementos ideológicos deram ao Império Romano um caráter distintivo, conforme assevera o historiador.⁸⁹ A citação de Virgílio nos remete imediatamente a Plutarco, que, em *Vida de Antônio*, em uma prática orientalista, imperialista e colonialista, conspurca a imagem de Cleópatra, representando-a como inimiga de Roma, degenerada e corrupta, incestuosa e conspiradora, entre vários outros adjetivos *ethóticos* pejorativos, todos eles relacionados a um ideário greco-romano de Oriente.

Visto que *imperialismo* serve para tratar de uma multiplicidade de fenômenos políticos, econômicos e histórico-sociais, a depender da abordagem que se queira, escolhemos esse conceito para tratar de um recorte espaço-temporal específico: o *imperialismo romano*, entre os séculos I a.C. e I d.C., ou seja, entre o final da República e o início do Principado, período que cobre a vida tanto de Cleópatra quanto as de Antônio, de Otávio e do próprio Plutarco, personagens importantes de nossa investigação. De volta ao começo, retomamos o verbete *imperialismo* (SILVA e SILVA, 2005, p. 218) segundo o qual “[...] a ideia de império surgiu já na Antiguidade. Para Roma, império era a extensão do próprio Estado, construído com base na colonização”.

São muitas as questões que fomentam esta parte da investigação que demandam o conhecimento e o uso do conceito de *imperialismo*, razão pela qual as listamos numericamente em dois grupos, uma em relação a Plutarco e sua relação com Roma, o

⁸⁷ Publius Vergilius Maro ou Virgílio (70-19 a.C.) foi autor de muitas obras, dentre as quais *Geórgicas*, *Bucólicas* e a grande epopeia *Eneida*. Nessa obra, o autor “canta” o novo regime fundado por Otávio/Augusto.

⁸⁸ “You, Roman, remember by your empire to rule the world’s peoples, for these will be your arts, to impose the practice of peace, to be sparing to the subjected, and to beat down the defiant.”

⁸⁹ Valérie Broadbent (2012, p. 324) também vê a *Eneida* de Virgílio como legitimadora do poder de Otávio e como propaganda anti-Cleópatra e anti-Antônio: “Otávio/Augusto tinha que ser apresentado como um grande líder militar, então Virgílio usou o escudo de Enéias como forma de criar uma imagem simbólica das vitórias do romano. Essa conexão hereditária com os deuses, particularmente com Vênus, serviu para fabricar a legitimidade do governo de Otávio/Augusto”. (“Augustus had to be presented as a great military leader, so Virgil used *Aeneas* shield as way of creating a symbolic image of Augustus victories. This hereditary connection with the gods, particularly to Venus served to fabricate the legitimacy of Augustus’ rule”.) Cabe ressaltar que atualmente a obra de Virgílio vem sendo analisada sob uma perspectiva diferente da de Broadbent; cf. Matheus Breno Pinto Câmara (2019); Thiago Eustáquio Araújo Mota (2019).

que será tema do capítulo II, e outra em relação a Plutarco que escreve para um público greco-romano sobre Cleópatra e sobre o Egito, o que será tema do capítulo III:

i) Qual a visão de Plutarco a respeito do Império Romano? Em que medida a obra de Plutarco seria imperialista? *Vida de Antônio* representaria um discurso hegemônico imperialista? Seria sua narrativa (seu discurso) uma espécie de colonialismo? De que modo a obra de Plutarco busca justificar a invasão e a colonização do Egito por parte dos romanos? Afinal, Plutarco esteve a serviço da elite romana?

ii) Seria imperialista a forma como Plutarco vê/descreve Cleópatra e o Egito? Se sim, estaria ele produzindo um conhecimento “distorcido” a respeito da rainha e de seu reino, e, por conseguinte de Roma e de si próprio? Até que ponto a experiência de vida de Plutarco influenciou sua escrita sobre Cleópatra e sobre o Egito? Teria ele se valido de seu posicionamento político enquanto cidadão greco-romano a serviço do Império ou, no mínimo sob sua tutela, para “julgar” Cleópatra? Teria sido Plutarco reducionista e orientalista ao abordar as relações entre Roma e o Egito, entre Cleópatra e os líderes romanos? Seria a representação de Cleópatra forjada por Plutarco baseada em clichês, em lugar-comum, como uma forma de subjugação própria do imperialismo e de propaganda anti-Antônio, anti-Cleópatra e anti-Oriente? Até que ponto Plutarco estaria “silenciando” Cleópatra? Se ser bárbaro significa, entre vários outros fatores, aquele que não domina a língua do não-bárbaro, como pode Plutarco nomear a rainha do Egito, uma descendente da família de Alexandre⁹⁰, de cultura helênica, que dominava mais de dez idiomas, incluindo o grego, o latim e o egípcio como bárbara? Quais seriam as mostras, na narrativa de Plutarco, de que Cleópatra resistia/resistiu ao imperialismo romano? Como, segundo a narrativa de Plutarco (e para além dela), a rainha do Egito fez frente ao pensamento e às ações imperialistas de Roma? Quais seriam as marcas deixadas por Plutarco em sua narrativa que demonstram alguma valoração imperialista romana em detrimento da cultura egípcia? E Cleópatra, teria sido ela também imperialista? Se sim, como, onde, com quem?

⁹⁰ Após a morte de Alexandre, o Grande (356-323 a.C.), uma nova dinastia macedônia – a dos Lágidas, se instala no poder em Alexandria, que ali se mantém por três séculos aproximadamente, até a morte de Cleópatra. Essa “herança” deixada por Alexandre é passada a Ptolomeu I, amigo ou parente do general macedônio, que reivindica o Egito e inicia a dinastia dos Ptolomeus Lágidas. Os Ptolomeus eram, assim, em primeiro lugar, reis macedônios, de cultura helênica, que desejavam manter o legado de Alexandre e sua missão de anexar cada vez mais territórios (Palestina, Síria meridional, Chipre e Líbia, por exemplo), e aumentar seu poder no Mediterrâneo. Cf. Edwyn Robert Bevan (1934).

Para Flacelière (1963, p. 33), ser grego e/ou romano não representaria um problema para Plutarco, tendo em vista que no seu entendimento “[...] Roma era grega desde suas origens mais longínquas [...]”⁹¹, ou seja, Roma já era helenizada desde sua fundação; a língua e a cultura grega já faziam parte do mundo romano, logo, Roma era, em muitos aspectos, uma cidade helenizada e helenizante.⁹²

Dionísio de Halicarnasso (60 – 8 a.C.), filósofo e historiador grego com cidadania romana, contemporâneo de Cleópatra e de Otávio, que viveu, assim como o queronense, sob a égide do Império Romano, e, assim como ele, escreveu sobre grandes personalidades gregas e romanas, também veria a questão de forma similar. Em sua obra *Antiquités Romaines*, ele (re)afirma a grandeza e o poder de Roma e sua supremacia sobre os não-romanos, afirmando que os gregos e romanos formam um só e mesmo povo: “[...] eu faço questão de provar que eles [os fundadores de Roma] eram gregos (Hallicarnasso *apud* Paul Marius Martin, 1969, p. 20).⁹³ Discursos como o de Halicarnasso e de Plutarco legitimaram o poder dos greco-romanos, sobretudo do/no Império Romano.

Se Roma dominou Atenas pelas armas, Atenas contribuiu com Roma com sua cultura. Como assevera Woolf (1998, p. 18):

Mesmo quando a conquista forneceu o estímulo para a mudança cultural, a cultura do conquistador nem sempre foi a dominante, como pode ser percebido na influência da cultura helenística sobre os romanos quando estes estenderam seu poder sobre o mundo grego.”⁹⁴

Na esteira dessa visão de Woolf, percebemos que os romanos, ao anexarem diversos territórios no Mediterrâneo (incluindo, aqui, o Egito) sofreram também eles, um processo de troca cultural, levando-os a refletir sobre seu lugar no mundo, sobre sua identidade.

A ideia que inicialmente fica da leitura da obra de Plutarco é a de que, além de constituir um dos pilares de nossa tradição clássica das humanidades greco-latinas, o filósofo se esforça para mostrar, por um lado, que Roma e Grécia se unem e unificam em

⁹¹ “Rome était grecque dès ses origines les plus lointaines [...]”

⁹² Para uma bibliografia com maiores informações a respeito do mundo helênico, cf. Mason Hammond (1940); Fábio Hering (2006); Pierre Lévêque (1987); Luther Martin (1987); Arnaldo Momigliano (1991); Paul Petit (1981); Sarah Pomeroy (1984; 1999); Simon Swain (1990; 1996) e Katerina Zacharia (2008).

⁹³ “[...] je me fais fort de prouver qu'ils [les fondateurs de Rome] étaient des Grecs.”

⁹⁴ “Even when conquest did provide the stimulus to cultural change, the conqueror's culture has not always been the dominant one, as is illustrated by the influence of Hellenistic culture on the Romans as they extended their power over the Greek world.”

suas forças imperiais e intelectuais, tidas, em alguns casos, como complementares. Em *Vida de Antônio*, Cleópatra e o Egito, representariam, então, a oposição dicotômica a esse mundo greco-romano. Plutarco explora nessa obra a relação do general romano com Cleópatra, para tecer seus pontos de vista (positivos e negativos) do general romano, ora colocando-o como simpatizante do Oriente, e, por conseguinte, afastando-se da Metrópole, ora aproximando-o de Roma e da cultura imperial. Nesse interim, ele fala sobre a rainha e sobre o Egito, recorrentemente em termos comparativos, dicotômicos e estereotipados. Esse seu posicionamento e sua razão de ser é algo que mostramos e sustentamos ao longo desta dissertação.

Cabe registrar que temos consciência de que os conceitos de *imperialismo* e *romanização* inexistiam no espaço-tempo de Plutarco, ainda que eles pudessem já existir em essência. O fato de ele aparentemente pensar de forma semelhante aos fenômenos que ocorreram séculos depois da sua vida e que foram explicados por uma abstração acadêmica de alguns autores ainda depois de esses fenômenos terem ocorrido é o que nos faz buscar paralelismos e sentidos possíveis. Passamos para a próxima seção, na qual tratamos mais detidamente do conceito de *romanização*.

1.3. O CONCEITO DE ROMANIZAÇÃO SOB SUSPEITA

Romanização é, juntamente com *imperialismo* e *orientalismo*, um dos conceitos utilizados por historiadores que investigam o Império Romano. Quando se fala em romanização na Arqueologia e na Historiografia, a definição primeira, mais imediata e cognitiva (intuitiva) que nos vem à mente é a de que o conceito diz respeito à propagação/imposição da cultura romana, tida como soberana, sobre os territórios dominados, através de um processo de aculturação e assimilação cultural de seus atributos por parte daqueles que foram “anexados” durante todo o período expansionista de Roma na Antiguidade. Conceito controverso, *romanização* diz respeito, *grosso modo*, às influências de Roma sobre todos os não-romanos que entravam em contato com ela.

Haverfield (1915) cunhou o conceito na tentativa de explicar o contato de Roma com suas províncias e as influências romanas na Bretanha. Romanização, nesse contexto, adquire o sentido de “tornar-se romano”, através de uma ideia de que a cultura dos bárbaros cederia espaço para a cultura civilizada e civilizadora de Roma. Com Otávio lutando contra Antônio e Cleópatra, veremos, mais adiante, sua propaganda difamatória

que busca condensar a imagem da rainha na do Egito, momento em que a ideia de Oriente adquire o formato identitário de inimigo, de estrangeiro.

Com o avanço dos Estudos Culturais, o uso do termo e do conceito de *romanização* lançado por Haverfield torna-se problemático. Se ele, por um tempo, foi válido para arqueólogos por proporcionar-lhes um mapeamento das disseminações de instituições, arquiteturas, objetos materiais, tais como a cerâmica, nomes, línguas e cidadanias ao estilo romano, essa visão teórico-metodológica de validação das pesquisas passa a ser combatida, até mesmo denunciada, tendo em vista seu caráter hierarquizador.

Porto (2009), por exemplo, ao investigar o impacto da presença romana na Palestina, fala da importância da questão da *romanização*. Parafraseando o que diz o pesquisador, temos que esse conceito, até pouco tempo atrás, não apresentava problemas ao historiador e era usado sem os cuidados necessários. A partir do final dos anos 1970, sobretudo a partir da influência de Said nessa mesma década, novos estudos sobre o mundo romano têm mostrado que o sentido de romanização estava, até então, diretamente ligado a uma leitura etnocêntrica e inflexível do mundo romano. Entendia-se que Roma, com seus exércitos e sua cultura, chegava, conquistava e impunha sua dominação (*veni, vide, vici*, diria César).

Percebeu-se, enfim, que a leitura da historiografia moderna a respeito do processo de romanização no mundo antigo era, no mínimo, simplista. Isso porque as fontes arqueológicas, indícios históricos utilizados enfatizavam o caráter pretensamente superior daquilo que era encontrado e analisado nas regiões colonizadas por Roma. As interpretações enfatizavam, priorizavam a cultura romana em detrimento das locais. É a história de Roma⁹⁵ contada sob o ponto de vista político-ideológico dos europeus, que enfatizavam sua força e poder, silenciando o ponto de vista dos subjugados. Isso levou, durante décadas, intelectuais a construírem uma imagem estereotipadamente positiva de uma Roma com vocação civilizatória sobreposta, dicotomicamente, à negatividade de um mundo bárbaro. Com (e a partir do) o pensamento de Said a respeito de orientalismo e imperialismo, o conceito de *romanização* passou a ser problematizado, criticado e até mesmo banido por parte de alguns pesquisadores.

Para Jane Webster (1999), o conceito de *romanização* teve forte impacto na historiografia dos séculos XIX e XX que, imbuída pela atmosfera eurocêntrica,

⁹⁵ Sobre a história da cidade de Roma na Antiguidade, cf. Andrea Carandini (2011); Amanda Claridge & Claire Holleran (2018); Catharine Edwards & Greg Woolf (2003).

consagrada pelo contexto histórico do imperialismo moderno, conceitua *romanização* como um modelo de aculturação, tendo sido útil para explicar que Roma iniciou um processo civilizatório amplamente aceito pelos nativos, pois significava “progresso e paz”: “[...] retemos em geral uma visão positiva do Imperialismo Romano” (WEBSTER, 1999, p. 17). De maneira ainda mais enfática e crítica, Woolf (1998, p. 5) assevera que

Os relativistas culturais, por outro lado, partem da premissa de que todos os sistemas culturais são igualmente válidos. Em outras palavras, a civilização romana não era melhor que a cultura La Tene, mas simplesmente diferente. Tampouco podemos explicar a mudança cultural em termos de selvagens inteligentes reconhecendo a superioridade da civilização clássica. O relativismo cultural também está aberto a objeções, não apenas dos adeptos de determinados sistemas de valores absolutistas, mas na ausência de uma definição satisfatória de civilização. O que parece oferecer a melhor hipótese de trabalho disponível. Nesse caso, o relativismo cultural tem a vantagem adicional de promover uma posição crítica às reivindicações romanas de superioridade cultural e às reivindicações europeias de serem seus herdeiros.⁹⁶

Dessa maneira, com o advento dos Estudos Culturais, com estudos comparativos sobre o relacionamento sociocultural entre dominadores e dominados em distintos contextos coloniais, o conceito de romanização sofre severas críticas, passando a ser visto sob a perspectiva de mudança (socio)cultural, multifacetada em termos de significados e de mecanismos. Em muitos casos, o conceito chega a ser abandonado, como é o caso de Mattingly. Tem-se a partir daí uma historiografia que busca uma visão mais aberta, mais ampla, que lê a romanização sob uma perspectiva mais relacional e regional, comparativa e híbrida, integrativa e/ou de resistência entre dominadores e dominados.

Próximo desse pensamento, Renata Senna Garraffoni (2005, p. 87), afirma que:

Em outras palavras, há uma transposição de valores ingleses para o passado romano, isto é, acreditava-se que os ingleses herdavam dos romanos, via descendência bretã, a missão de civilizar povos bárbaros no mundo. Assim como havia uma definição binária inglês/não civilizados, historiadores modernos transpuseram para uma noção que ainda resiste na historiografia; a ideia da oposição romano/bárbaro.

⁹⁶ “Cultural relativists, on the other hand, start from the premise that all cultural system are equally valid. Roman civilization was no better, in other words, than the culture of late La Tene Gaul, but simply different, and we cannot explain cultural change in terms of intelligent savages recognizing the superiority of classical civilization. Cultural relativism too is open to objections, and not just from the adherents of particular absolutist value systems, but in the absence of a satisfactory definition of civilization, it seems to offer the best working hypothesis available. In this instance, it has the additional advantage that it promotes a critical stance to Roman claims to cultural superiority, and to European claims to be their heirs.”

Hingley colaborou com a construção de um campo de reflexão bastante complexo, questionando interpretações canônicas acerca do mundo romano, como a noção de *romanização*, a partir de um estudo aprofundado do contexto histórico em que a maioria das concepções acerca do Império Romano foi criada. Ao nos debruçarmos sobre os textos de Hingley, percebemos que o historiador se vale da noção de *romanização* justamente para desconstruí-la. Isso significa dizer que “[...] os estudos sobre a Roma Clássica têm-se modificado através dos tempos, para adaptar-se às mudanças do discurso acadêmico” (HINGLEY, 2010, p. 67). Nesse sentido, o historiador parte do que vinha sendo forjado tradicionalmente pela academia para desacreditar aquilo que se apresenta enquanto núcleo do conceito, ou seja, que a Roma Clássica, ao “integrar”, “assimilar”, enfim, “conquistar” novos territórios, levou até eles sua cultura, como se fosse algo natural e pacífico, desejável e imperioso:

Esses escritos anteriores, desenvolvidos no contexto de interpretação da Roma clássica, a partir da teoria da romanização, sugeriam que a civilização romana sobrepujou e submeteu populações nativas ao longo do império ocidental. Eles se valiam de conceitos simples e direcionais de ‘civilização’ e ‘progresso’ ocidentais que poucos estudiosos, hoje, propoariam (HINGLEY, 2010, p. 68-69).

Hingley (2005, p. 34) mostra que os discursos que sustentam essa ideologia investem na ideia de que “[...] a romanização teve efetivamente uma qualidade espiritual”.⁹⁷ Pensamentos como esse devem, segundo o estudioso, ser criticados, contestados e banidos da historiografia, visto que eles não colaboram eficazmente com a disciplina, apenas repetem e cristalizam uma ideologia colonialista e imperialista, preconceituosa e racista, típica do contexto em que o conceito foi forjado. O estudioso disponibiliza modelos interpretativos mais flexíveis acerca do Império Romano, modelos alternativos que não repisam a supremacia romana diante das demais culturas, mas buscam entender como se relacionavam as diferentes culturas nesse contexto, como se dava a relação de forças entre elas, não para justificar a sobrepujança de uma sobre as outras, mas para buscar entender com se dão as interseções, as mesclagens, os hibridismos, as adaptações regionais e locais.

Vemos em comum nos trabalhos de Hingley a metadiscursividade crítica da historiografia, que tradicionalmente buscou endossar e normatizar ações imperialistas

⁹⁷ “Romanization had an effectively spiritual quality.”

embasadas na suposta supremacia, pureza, legitimidade e naturalidade imperial, tendo como modelo a exemplar história de dominação territorial romana. Por fim, Hingley, assevera que não devemos assumir que se desenvolveu uma imagem única e padronizada de “romano” e que o conceito de “romano” não é uma categoria segura sobre a qual se possa basear análises de mudanças. Já Mattingly (2011, p. 40-41) é ainda mais categórico quanto ao uso do conceito de *romanização*:

Estou convencido de que o melhor caminho a seguir é descartar o termo *romanização* e empregar outras estruturas interpretativas para explorar a diversidade cultural do império. [...] No momento, porém, entendo que, ao longo deste livro, rejeitei explicitamente a *romanização* como uma ferramenta interpretativa. Espero que você [leitor] não sinta falta ou lamente sua ausência da cena!⁹⁸

O autor vê, no conceito de *romanização*, um lastro inequívoco e tendencioso nos estudos romanos. Nessas circunstâncias, era difícil manter uma certa objetividade e uma associação muito próxima entre a visão acadêmica e o poder imperial era algo previsível. Alguns estudiosos falaram de uma “política de *romanização*” parecida com a (igualmente ilusória) insistência na suposta missão civilizadora. O paradigma da *romanização* é um exemplo clássico de uma tendência comum de simplificar a explicação, rotulando realidades complexas com termos que exageram o grau de homogeneidade, desconsiderando as regionalidades e as localidades. Por razões como essas, Mattingly afirma que trabalhar com conceitos tais como *romanização* e *helenização* torna-se algo falho, perigoso e impraticável; são termos, conceitos que, ao servirem para se descrever os processos e o resultados, acabam por se tornar sua própria explicação.

O conceito de *romanização* serve para criticar a visão de alguns pesquisadores sobre a forma como eles lidam com o conceito. Segundo Hingley (2011), Woolf peca em seus estudos por eleger as elites como foco de pesquisa, deixando de lado as populações mais abaixo no espectro social e suas experiências cotidianas. A princípio, Woolf estaria relativizando o valor explicativo do conceito de *romanização* em si mesmo, diferentemente de Haverfield (1915). Ainda assim, a visão de Woolf estaria mais alinhada à de Haverfield (1915) do que à sua, visto que Woolf acredita na manutenção (no uso) do termo (e do conceito) para explicitar o seu significado nas situações específicas sob

⁹⁸ “I am convinced that the best way forward is to discard the term Romanization and to employ other interpretative frameworks to explore the cultural diversity of the empire. [...] For the moment, though, understand that throughout this book I have explicitly rejected Romanization as an interpretative tool. I hope you will not miss or mourn its absence from the scene!”

análise. A diferença básica entre Haverfield (1915) e Woolf estaria no fato de que, para o primeiro, o dominado era receptor passivo da ideologia dominante e, no caso de Woolf, o dominado era agente ativo na criação de uma cultura outra.

Para Revell, o conceito de *romanização* deve remeter não a uma entidade fixa, mas a um discurso de possibilidades que culminaria em interpretações variadas:

Também precisamos nos afastar do pensamento da romanidade como uma identidade homogênea. Como John Barrett e Greg Woolf argumentaram, a romanidade é melhor concebida como um discurso que poderia encapsular inúmeras experiências diferentes (BARRETT, 1997; WOOLF, 1997). Como a identidade de cada pessoa abrange uma série de outras variáveis que não a sua identidade étnica, e como essa identidade mudará ao longo da sua vida, perdemos o ponto fixo (ou indícios) ao final do processo de romanização (MATTINGLY, 2004, p. 10-11). No entanto, como não podemos desconsiderar a questão do que era ser um romano dentro do contexto imperial, ficamos com o desafio de como abordá-lo. A solução adotada aqui é buscar a elasticidade dentro dessas estruturas sociais. Há um paradoxo inerente: as coisas que uniram o império e criaram uma identidade do grupo que pode ser amplamente visto como “romano”, também formaram o motivo pelo qual qualquer homogeneidade foi fraturada (REVELL, 2009a p. 190).⁹⁹

Vê-se que Revell tem uma visão mais fluida e mais alargada da cultura romana. Ela não adere ao conceito de *nativo*, critica-o e se distancia da ideia de *romanização* dos arqueólogos do início do século XX. Em seu trabalho, ela analisa mais especificamente questões urbanas e, dentro delas, as estruturas das cidades romanas. E esses espaços públicos são, para autora, espaços sociais, no sentido de partilha das experiências cotidianas de “ser romano”, em contraposição a um discurso ideológico imperial: “[...] no império, eles compartilhavam um amplo discurso de como uma vida romana deveria ser vivida”¹⁰⁰ (REVELL, 2009a, p. 193).

Próximo a esse pensamento, Erskine (2010) afirma que a propagação da cultura romana pode não ter sido uma política deliberada por parte dos romanos, mas eles certamente o incentivaram indiretamente por suas ações. Os objetivos romanos eram

⁹⁹ “We also need to move away from thinking of Roman-ness as a homogenous identity. As both John Barrett and Greg Woolf have argued, it is better viewed as a discourse which could encapsulate numerous different experiences (Barrett 1997; Woolf 1997). As each person’s identity encompasses a number of variables other than their ethnic identity, and as that identity will change through their lifetime, we lose the fixed point (or indices) at the end of the Romanization process (Mattingly 2004: 10-11). However, as we cannot disregard the question of what it was to be a Roman within the imperial context, we are left with the challenge of how to approach it. The solution adopted here is to look for the elasticity within these social structures. There is an inherent paradox in that the things which bound the empire together and created a group identity which can be broadly seen as ‘Roman’, also formed the way in which any homogeneity was fractured.”

¹⁰⁰ “[...] they shared in an empire wide discourse of how a Roman life should be lived.”

simples e pragmáticos: o aumento de impostos e a manutenção do poder. Elementos cruciais da infraestrutura que fez essas metas alcançáveis foram a construção de longas estradas retas que cruzavam a paisagem e as cidades que elas ligavam umas às outras. Administração e tributação poderiam ser conduzidas através dessas cidades.

Como nosso interesse aqui é refletir sobre o (uso do) conceito de *romanização*, remontando às práticas imperialistas romanas, o objetivo maior torna-se o de entendê-lo e aplicá-lo, ainda que com reservas, ao próprio período de dominação romana que cobre nosso *corpus* de análise, abarcando tanto a vida de Cleópatra quanto a de Plutarco, nossos principais personagens. A ideia de que Roma “romanizou” os territórios anexados, no sentido de que buscou impor um modelo superior de organização política e cultural, foi vivificada já na Antiguidade e adquiriu “força de verdade” entre os escritores daquele período, tais como Cícero, Virgílio, Plutarco, Dionísio de Halicarnasso, Flávio Josefo, Dión Cássio e Tito-Lívio¹⁰¹, entre outros. Nesse contexto, é importante refletir sobre qual ponto de vista Plutarco narrou, até que ponto ele justificou e, por conseguinte, propalou e cristalizou, com seu discurso, a ideia de supremacia greco-romana, a necessidade de imposição e/ou de adoção da cultura greco-romana por parte das elites dos territórios conquistados¹⁰². A obra de Plutarco representa, nesse sentido, um estudo clássico, canônico, cujo papel político e social torna-se fundamental para a historiografia em geral e, mais particularmente, para esta pesquisa sobre a construção das representações de Cleópatra e do Egito forjadas por um biógrafo, filósofo e historiador greco-romano aparentemente simpático ao Império.

Vale registrar que a noção do que era ser um romano, um grego e um egípcio variava nas sociedades e nos momentos de conquista – “[...] os conceitos de identidade popular não devem ter sido homogêneos ou padronizados [...] os conceitos de ‘romano’ e de ‘nativo’ exigem uma vasta apreciação crítica” (HINGLEY, 2010, p. 40). Daí as relações de poder entre Roma e suas províncias não poderem e não deverem ser vistas de forma inflexível. Como assevera Mattingly (1997, p. 10), “[...] precisamos repensar nossa compreensão das sociedades indígenas em contato com Roma. Eles não eram nem vítimas

¹⁰¹ Titus Livius ou Tito Lívio (64 a.C.-17 d.C.), originário de Pádua, foi contemporâneo de Otávio (Augusto) e autor de *História Romana*, uma coletânea de 142 livros, cobrindo desde a fundação de Roma até o império de Augusto. Parte dessa obra se perdeu, inclusive o volume que trata do conflito entre Otávio e Antônio.

¹⁰² A respeito da cooptação das elites dos dominados, cf. Woof (2011).

passivas, nem participantes entusiastas, nem agentes inteiramente livres nessas relações”¹⁰³.

Finalizando a primeira parte do capítulo teórico-metodológico, na próxima seção, discutimos *representação e identidade*, ou melhor, *representações e identidades*, haja vista a pluralidade de sentidos e a multiplicidade de abordagens desses conceitos.

1.4. REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS EM CONSTANTE (RE)CONSTRUÇÃO

Recorrendo novamente ao *Dicionário de termos históricos*, Silva e Silva (2005, p. 202-205) apresentam o verbete *identidade*, afirmando que, ainda que antiga, esta noção tornou-se uma das mais importantes de nossa época e tem sido trabalhada por várias áreas de conhecimento, sobretudo pelas Ciências Humanas e Sociais, incluindo-se, evidentemente, a Historiografia. A interdisciplinaridade, aliada aos Estudos Culturais, por exemplo, tem permitido refletir sobre *identidade(s)* ligando-a(s) a questões de memória e de representação social e cultural. Ademais, ela possibilita discutir temas complexos, tais como hierarquia cultural, raça, etnia e nação, sob o ponto de vista da produção, da indústria e da cultura popular, além do colonialismo e do pós-colonialismo. Silva e Silva (2005, p. 204) trazem para o verbete *identidade* a perspectiva de que ela é uma construção relacional, ou seja,

[...] para existir, ela [a identidade] depende de algo fora dela, que é outra identidade. Além disso, precisamos considerar que toda identidade é uma construção histórica: ela não existe sozinha, nem de forma absoluta, e é sempre construída com outras identidades, pois sempre nos identificamos com o que somos para nos distinguir de outras pessoas.

Este fragmento do verbete exemplifica a forma como vemos a questão das identidades na narrativa de Plutarco. Ser grego, romano, greco-romano ou egípcio no Império Romano é, evidentemente, uma questão de imagem identitária, visto ser uma construção histórica que se baseia na alteridade, no *outro*, nas distinções cambiantes (e semelhanças também cambiantes) entre as culturas naquele espaço-tempo.

Frequentemente utilizado pela historiografia (sobretudo na subárea História Cultural) na atualidade, o complexo conceito de *identidade* se mostra intrinsecamente

¹⁰³ “[...] we need to rethink our understanding of indigenous societies in contact with Rome. They were neither passive victims, nor enthusiastic participants, nor entirely free agents in these relations.”

atrelado ao também complexo conceito de *representação*. Isso porque uma identidade é, de uma certa forma, uma (re)construção representacional de algo ou de alguém, ou seja, uma, representação pode adquirir *status* de posição ou função social. Como vemos ao longo desta dissertação, as representações do passado sobre o qual nos debruçamos chegam até nós prioritariamente sob a forma de linguagem, de texto e de discursos. Assim, na obra de Plutarco, Antônio representa (um poder de) Roma, Otávio/Augusto representa o Império Romano e Cleópatra representa os Lágidas, o Oriente, dentre várias outras representações. Para os egípcios da Antiguidade, a rainha representa o poder supremo/divino (Ísis). Já para os romanos, nesse mesmo período, Cleópatra representa um Oriente exótico e perigoso. Para Plutarco Otávio/Augusto representa um modelo de retidão moral. Uma das perguntas motivadoras desta pesquisa é: “Como Plutarco representa a identidade de Cleópatra e do Oriente”? Vê-se, desses exemplos, a proximidade entre representação e imagem identitária (*ethos*).

Mesmo em se tratando de dois conceitos abstratos, vê-se que *representação* e *identidade* são conceitos convergentes, imbricados em vários (con)textos. Ademais, muitas vezes, um é tomado pelo outro, como no nosso caso. Ambos podem trazer consigo a conotação de retratar, de colocar no lugar de (como em uma metáfora ou uma metonímia, por exemplo). Nesse sentido, representação designa aquilo ou aquele por meio do qual se conhece algo, alguém, algum lugar. A imagem representa aquilo de que é imagem. Por isso, talvez, não causa estranhamento o fato de se dizer que Alexandria é uma metáfora/metonímia de Cleópatra ou que a rainha do Egito é uma metáfora/metonímia do Oriente, para Plutarco. Em todos esses exemplos, estamos falando de representação no sentido de ideia, de imagem identitária. Dos usos e sentidos de *representação*, na convergência com o conceito de *identidade*, tem-se que representar, na perspectiva das encenações sociais, é produzir imagens abstratas de algo, de alguém ou de algum espaço no imaginário social, mais particularmente no nível do discurso/texto, já que o “real”, sobretudo o de um passado longínquo, só nos é acessível nesse nível e enquanto possibilidade.

Representar pode trazer em seu bojo semântico o sentido de figurar, delinear algo ou alguém (individual ou coletivamente). Nesse caso, fica o entendimento de que a representação opera uma espécie de substituição, de preenchimento de um vazio, de uma lacuna. Aliás, o próprio signo linguístico representa algo que está além dele, já dizia Ferdinand Saussure (2002), no jogo arbitrário entre significados e significantes. Ademais, conforme assevera Carlo Ginzburg (2001, p. 85), percebe-se um jogo de

ausência/presença na representação, que pode “estar no lugar de”... uma realidade representada, destacando a ausência daquilo que é representado, como também pode fazer-se visível mimeticamente, sugerindo a presença daquilo que é representado na e pela linguagem, que (re)constrói (enquanto representação) o real e até mesmo o próprio sujeito, “sujeito de linguagem”.

Em uma linha de pensamento convergente com a de Ginzburg, Roger Chartier (1990, p. 19) percebe que é função de uma história cultural buscar compreender “[...] as representações do mundo social, que o descrevem como pensam que ele é ou como gostariam que ele fosse”. E, voltar-se para o passado, para as práticas sociais/culturais e para seus discursos é valer-se das representações, das imagens e das identidades naquele espaço-tempo para se entender as mentalidades e as sensibilidades (com mais representações), exatamente como buscamos fazer nesta dissertação.

O conceito de *representação*, faz, assim, orbitar em torno dele, uma série de vocábulos, de noções e de conceitos tais como real e realidade, verdade e ficcionalidade, identidade e alteridade, interpretação e atuação, ideia e juízo, universo simbólico e sentido, linguagem e figura de linguagem, texto e discurso, saber de crença e estereótipo, metáfora e metonímia, reflexão e espelhamento, História e Ficção. Desse conjunto fica a certeza de que *representação*, assim como *imagem identitária* fazem parte das atividades humanas, construções subjetivas marcadamente ideológicas. Como disse Dominique Santos (2011, p. 40), “[...] devemos, assim, superar a ilusão de que é possível transcender as representações, pois elas não são verdadeiras e nem falsas, elas ocupam o intervalo entre a presença e a ausência.”¹⁰⁴ Sendo a *representação* constituída por dispositivos consensuais de conhecimento cujas pretensões são de estar “no lugar de uma verdade”, ela está intrinsecamente relacionada aos outros conceitos com os quais trabalhamos: *imperialismo*, *orientalismo*, *romanização* e *identidade*; todos eles entendidos como co-construções socioculturais e político-ideológicas.

Said (2007, p. 31) alerta que as representações não refletem algo dado ou “real”, pronto para ser examinado por análises ou teorias, mas sim um produto criado pelos homens e por condições históricas específicas que engendram um pensamento, um imaginário e uma presença que marcam as relações de poder. O autor critica o imobilismo

¹⁰⁴ Para maiores informações sobre a complexa discussão a respeito de representação, além de Dominique Santos (2011), cf. Roger Chartier (2002); Ciro Flamarion Cardoso (2000); Marcos Alexandre Capellari (2004; 2006); Antônio Cândido Mendes (2003); Maria Helena Capelato *et al* ((2000); Denise Jodelet (2001); Henri Lefebvre (2006); Serge Moscovici (2003); Hanna Fenichel Pitkin (1967; 2006).

subjacente às noções de *representação* e *identidade*, núcleo do pensamento cultural imperialista, que divide o mundo entre o “nós” e o “eles”. O autor lembra que isso não é uma prerrogativa apenas dos colonizadores; há colonizados que também se valem do mesmo raciocínio/visão. O estudioso chama a atenção para o respeito às diversidades, à variedade concreta da realidade e a consequente desqualificação das unidades identitárias, falsas suposições epistemológicas e mesmo ontológicas, a exemplo das que se aglutinam na oposição Oriente vs Ocidente.

O entendimento de *identidade* deve estar vinculado ao de variedade e complexidade dos elementos que a constituem, enfim, a todas as culturas que estão mutuamente imbricadas, já que nenhuma delas é pura e única, são todas elas resultados de trocas, de interdependências, ou seja, são híbridas, fluidas, heterogêneas, diferentes e diferenciadas. Nesse sentido, é preciso combater as totalizações, os reducionismos, enfim, os essencialismos, e lutar em favor de um posicionamento crítico diante do imperialismo cultural. Vemos como importante, por um lado, buscar, na narrativa de Plutarco, as ideias (preconcebidas), os (fortes) componentes culturais imperiais propagandísticos presentes, entranhados em sua narrativa e, por outro, dar voz aos subjugados, olhar sob o ponto de vista do dominado, no caso, Cleópatra e o egípcios.

Por ser um assunto crucial e bastante complexo, decidimos tratar separadamente neste capítulo de alguns aspectos teóricos mais específicos a respeito da noção de *identidade*, ainda que a temática percorra, direta ou indiretamente, toda a dissertação, abrangendo os personagens selecionados por nós nesta investigação. Lidamos com questões que envolvem várias modalidades ou nuances de identidade, tais como, representação identitária, imagem de si, *ethos*, identidade individual, de Plutarco, de Cleópatra, de Antônio, identidade coletiva, social dos romanos, dos gregos, dos egípcios, dos greco-romanos, dos “bárbaros”, identidade étnica, imperial, cultural, religiosa, colonial, plural, híbrida.

É sabido que o conceito/noção de *identidade* é fluido, cambiante, sujeito a uma enormidade de variáveis, já que comumente envolve, por exemplo, práticas sociais, políticas, éticas, morais e discursivas. Nesse sentido, a (re)construção das identidades ocorre por meio do encontro tanto de diferenças quanto de semelhanças entre os sujeitos, as comunidades, as culturas e suas representações. As identidades se estruturam recorrentemente no espaço-tempo a partir de uma espécie de opositor dicotômico, a alteridade. Nesse sentido, o *eu* se constitui a partir do *tu* e/ou de uma variante gramatical, pronominal (*vós, nós, ela, ele, elas, eles, nós* e até mesmo de um outro *eu*). As identidades

são (re)criadas o tempo todo nas relações sociais pelos próprios agentes históricos, em situações contextuais e discursivas específicas (cf. BURKE, 2004). Por essas e outras razões, não é possível afirmar que haja uma identidade homogênea e unificada, não é aceitável dizer que haja uma única identidade romana para abarcar todos aqueles que viveram sob sua égide. Identidade será sempre algo cambiante e plural.

Para Mattingly (2011, p. 208), *identidade* é uma noção que vem substituir o conceito de *romanização*:

Para um número crescente de estudiosos, a romanização é um obstáculo para avançar o debate. Aqui, vou delinear uma nova estrutura baseada no reconhecimento do comportamento social e cultural heterogêneo. Identidade é a palavra chave aqui, mas é preciso salientar que isso deve ser entendido como algo relacionado a padrões de comportamento, e não simplesmente para perceber diferenças na cultura material.¹⁰⁵

O estudioso critica a historiografia que vê passividade na constituição identitária dos subjugados por Roma no processo imperialista. A identidade se mostra intimamente ligada ao poder, logo, é nesse embate, é na dinâmica de poderes instaurados nas relações, ou melhor, é na mão dupla das relações sociais e culturais, políticas e econômicas entre dominador e dominado que se deve focar os trabalhos que buscam refletir sobre questões relacionadas às representações identitárias. Nesse sentido, identidade(s) é algo fluido, constantemente em vias de mudança, algo maleável e heterogêneo, poroso e permeável, sujeito a adaptações de toda sorte. Vasques (2012, p. 11), resenhando a obra de Mattingly (2011), assevera que

[Para o autor], a identidade deve ser estudada em termos de poder e de cultura. E embora considere a importância do agente ativo nativo na mudança cultural sabe que há limites sobre a habilidade de escolher nossa identidade aos olhos dos outros. Enquanto o processo de conquista e assimilação ao Império Romano promoveu uma delimitação profunda das identidades étnicas, vários fatores militaram contra a manutenção disto na longa duração. A identidade étnica dificultava e criava uma barreira para estas sociedades negociarem com Roma.

Diante das diferentes reações dos dominados às ações de Roma, Mattingly (2011) vê as questões identitárias em suas particularidades, em suas diferenças e distinções, ao

¹⁰⁵ “For an increasing number of scholars, Romanization is an obstacle to moving debate forward. Here I shall outline a new framework based on the recognition of heterogeneous social and cultural behavior. Identity is the key word here, but it must be stressed that this is to be understood to relate to patterns of behavior, not simply to perceivable differences in material culture alone.”

invés de buscar as semelhanças entre elas. Daí, tem-se o uso em seu texto de termos como “discrepantes”, “discordantes” e “desarmonia” para falar de cultura e de identidade (e não mais de romanização). As identidades no Império Romano mostram-se, segundo os estudos de Mattingly (2011, p. 211), dinâmicas e multifacetadas, discrepantes e discordantes, amalgamadas e amalgamáveis:

Guerras de expansão colonial, portanto, muitas vezes definem e dão nova forma a ambos os lados da equação imperial, juntamente com o Estado, que constrói seu propósito e sua identidade, ambos percebidos à distância e também constrói as diferenças com relação ao “outro” bárbaro, mesmo quando as sociedades indígenas são igualmente organizadas em comparação ao agressor colonial.¹⁰⁶

Essa observação enterra, pelo menos em parte, a visão equivocada e perigosa de que os dominados se deixam, passiva e pacificamente, dominar, que suas identidades são “substituídas” pela identidade metropolitana, que esta é melhor e/ou mais eficaz do que aquelas. Mattingly nos mostra, de maneira elucidativa, que, nas relações entre culturas, uma não se sobrepõe “natural e pacificamente” à(s) outra(s). As identidades passam por processos de diversidades e trocas culturais, (con)formam-se nos embates cotidianos, nas relações corriqueiras do dia-a-dia, apesar, muitas vezes, dos esforços imperialistas em querer fazer diferente.

Para Revell, a identidade de qualquer pessoa é um misto de tensão entre o individual e o coletivo, com muitas possibilidades de variação em sua composição sempre fluida e transitória. Nesse sentido, nenhum cidadão, nenhum sujeito acumula o mesmo conjunto de experiências, ainda que todo esse conjunto seja internalizado pelos discursos socialmente partilhados. Identidade é, então, muito mais um leque de possibilidades do que um conjunto fixo de dados, como pode se supor no conceito de *romanização*. O conceito de *romanização* não pode e não deve trazer consigo o entendimento de *identidade* como algo homogêneo e fixo, tendo em vista o grupo de elementos composicionais de que falamos acima.

Ainda segundo a autora, não havia uma única identidade romana no Império, mas sim um discurso de romanização dentro do qual havia uma multiplicidade de experiências possíveis. E esse discurso não esteve enraizado em uma única estrutura social e tampouco

¹⁰⁶ “Wars of colonial expansion thus often give definition and new shape to both sides of the imperial equation, with the state building its sense of purpose and identity on its perceived distance and difference from the barbarian "other" while indigenous societies are equally reordered in opposition to the colonial aggressor.”

expressou uma cultura única e monolítica. O imperialismo romano era multifacetado e seu poder esteve localizado dentro de numerosas formas de ideologia e múltiplas situações que, apesar de independentes, estavam entrelaçadas, formando uma rede complexa. Na vida cotidiana dos subjugados pelo Império Romano, as pessoas compartilhavam estruturas políticas, econômicas, sociais, espaços nos quais elas construíam e partilhavam, consciente ou inconscientemente, mensagens, representações, enfim, imagens de si mesmas e dos outros, suas posições dentro da estrutura social cambiante, das hierarquias e como elas queriam ser vistas pelas outras pessoas.

Mendes (2009, p. 88) define *identidade* sob o ponto de vista tanto da História Política quanto da História Cultural, como “[...] um conjunto composto de mitos, memórias, valores e símbolos que norteiam as práticas sociais e resultam em processos de identificação”, cuja construção “[...] apresenta uma dinâmica relacional, pois é construída por meio da diferença, e é a criação de um termo específico, histórico, sendo passível de mudança”. Além disso, ainda no entendimento de Mendes (2009, p. 88),

[...] o político é visto como uma das expressões da identidade coletiva, marcado por sistemas de representação que sustentam as identidades e envolvem a criação de sistemas classificatórios, responsáveis pela demarcação de fronteiras entre o ‘nós’ e o ‘eles’.

Complementando, de certa forma, o que diz Mendes (2009), Guarinello (2009, p. 147) é de opinião de que *identidade* “[...] é uma das questões mais centrais e urgentes das ciências humanas em nossos dias [...] vivemos num mundo que tomou consciência do caráter precário e mutante das identidades sociais”. Segundo o autor, essa tomada de consciência tem dois aspectos: i) não é mais aceitável, nos dias de hoje, momento de vigilância social constante contra o racismo, o antissemitismo, o machismo e a misoginia, por exemplo, falar em identidades naturais (apesar dos recrudescimentos conservadores contemporâneos que temos notado) baseadas em raça, etnia, nacionalidade e gênero; ii) nunca se falou tanto como na atualidade a respeito dessas questões, o que traz à tona a temática das identidades. As várias áreas de conhecimento, assim como as redes sociais, têm mostrado o quão essencial é debater sobre identidades para que, por um lado, as pessoas possam melhor (se) identificar, (se) posicionar e atuar, individual e coletivamente, no mundo; e, por outro, desconstruir/destruir antigos mitos (do passado e do presente) de supremacia, qualquer que seja ela. Assistimos, hoje, ao complexo

multifacetamento identitário, ao multiculturalismo e às lutas as mais variadas pelos direitos e respeito às diferenças.

Evidentemente, quando Guarinello fala de identidades sociais, sabemos que ela impacta, direta e indiretamente, nas identidades pessoais/individuais, visto que uma sustenta a outra, uma está embutida na outra. A partir do que diz Guarinello (2009), sentimo-nos preocupados e impelidos a buscar nas discussões identitárias, sobretudo nas acadêmicas, científicas/teóricas, parâmetros que nos sirvam de base de pesquisa para pensarmos justamente a maneira como Plutarco trata dessa questão. Os romanos, com suas ações “imperialistas”, com seus processos expansionistas de “romanização”, com suas percepções “orientalistas” do Egito e de Cleópatra, proporcionam, a Plutarco e a nós, uma rica, profícua e peculiar oportunidade de discutir identidades e representações. No entanto, se para Plutarco essa discussão (lhe) servia para referendar, de forma opositiva, a supremacia da cultura greco-romana, para nós, ela serve para refutar esse entendimento e propor uma interpretação outra, pautada em trocas culturais e nos princípios da heterogeneidade, da multiplicidade, das particularidades e das especificidades identitárias sem escalas dicotômicas de valoração.

A definição de Mendes (1999) e a reflexão de Guarinello (2009) sobre identidades se alinham, assim, ao nosso trabalho investigativo. A partir do entendimento deles e de todos os demais autores escolhidos por nós que trabalham com o conceito de *identidade*, tentamos responder, ao longo desta dissertação, questões tais como: qual a identidade de Cleópatra e do Egito forjada por Plutarco? Como se estruturam essas identidades em sua narrativa? Que elementos ele utilizou para compor suas representações? Com qual objetivo? Para quem? Que identidades de Plutarco são delineadas em sua própria narrativa? O que é ser romano, grego e egípcio na narrativa plutarquiana? Que modelos, ou melhor, que elementos constitutivos convergem e divergem para essas (con)formações identitárias? Evidentemente, as respostas a essas questões devem ser retiradas da materialidade textual e discursiva das fontes e das referências bibliográficas selecionadas.

Parte da obra de Bhabha nos auxilia neste capítulo teórico, haja vista a amplitude e a pertinência de seu pensamento que coadunam com os posicionamentos críticos assumidos nesta pesquisa. Sem querer dar conta de toda a complexidade de sua obra, trazemos para explanação somente alguns pontos mais convergentes com as discussões sobre o conceito de *identidade*. Bhabha propõe uma discussão sobre como ocorre a construção dos discursos de poder que supostamente garantem a dominação e a superioridade de uma cultura sobre outra. Seguindo (e citando) os ensinamentos de Said,

Bhabha conta em comum, não só com ele, mas também com uma série de outros intelectuais, tais como Hall, Shohat, Franz Fanon e Aimé Césaire, o fato de pertencerem a culturas, nações subjugadas, de viverem/terem vivido, trabalhado, pesquisado em/para/sobre países imperialistas, colonizadores. São intelectuais que refletem/refletiram sobre os sentimentos identitários. Por essa razão, não surpreende que as fronteiras, as diásporas e as identidades constituam as principais inspirações e os eixos articuladores de seus trabalhos acadêmicos. Trata-se de discutir como as representações dessas situações podem ser discursivamente (des)construídas.

O que parece sustentar os textos e os discursos como os de Bhabha é a necessidade de se designar um lugar simbólico (legítimo e legível) de onde se possa falar sobre as condições de dominado. Nesse sentido, o discurso de Bhabha se mostra como um contradiscurso pertencente àqueles que foram subjugados, discurso elaborado no exílio, ou seja, na Metrópole e contra ela. Autores como Bhabha e Said são, em certo sentido e contraditoriamente, periféricos e não-periféricos, ao mesmo tempo. Eles pesquisam, falam de um “entre-lugar” (“entre-meio”, “entre-tempo”), numa espécie de zona fronteira. Percebemos, nesse discurso, uma necessidade de (re)negar, atacar, desacreditar o dominador-opressor, e, ao mesmo tempo, de buscar uma justificativa que convença (aos opressores e aos oprimidos) do valor, da importância do local na constituição das identidades (*o local da cultura* e a cultura do local).

O instrumento de resistência eficazmente utilizado por pessoas pertencentes a culturas dominadas é a palavra, o discurso. Daí a importância do texto, da narrativa, enfim, da literatura, como ferramentas de reflexão, teorização, conscientização e contestação. Bhabha singulariza a cultura como o lugar por excelência da resistência aos discursos hegemônicos, imperialistas e colonizadores. Isso significa dizer que os conceitos escolhidos por nós para esta pesquisa são forjados por teóricos críticos a partir do (re)conhecimento e da consciência a respeito dos saberes coloniais impingidos, enfim, tudo aquilo que nasceu da força, da imposição, da subjugação, da violência, mas também da resistência e da luta, da troca e da esperança. O que Bhabha propõe é uma contribuição teórica que possibilite deslindar os mecanismos culturais subversivos do poder imperialista e colonialista.

No arcabouço teórico de Bhabha, a noção de *fronteira* torna-se importante e útil, no sentido de que ela não é simplesmente uma linha que separa duas culturas, dois lugares (o do dominador e o do dominado). A fronteira é também um espaço onde se articulam as diferenças, onde se produz o hibridismo como elemento constitutivo das

representações, aquelas que enfatizam as tradições e as invenções. A fronteira deixa de ser uma simples topografia para tornar-se um espaço entre-lugares, espaço não-linear e descontínuo que não coincide com a geografia. A fronteira é aquele espaço que sofre influência de ambas as partes, espaços “(de)limitados”, “misturados”, “contaminados” e “miscigenados”. É a partir desse entendimento que podemos compreender como o autor formula sua teoria a respeito dos processos de significação cultural e identitária. Esse “entre-lugar” é o espaço do multiculturalismo, algo resultante de binarismos opositivos em processo de desintegração entre o *dentro* e o *fora*, o *aqui* e o *lá*, o *eu* e o *outro*, o *subjetivo* e o *objetivo*, o *particular* e o *geral*, o *semelhante* e o *diferente*. E tudo isso na fronteira, nos “entre”; espaços limiars, intersticiais entre o posto, o suposto e o imposto.

Ao tratar de identidade, Bhabha aborda questões de fragmentações e deslocamentos (os mais variados). A partir da noção de *fronteira*, o estudioso reflete sobre a simbologia da “ponte”, que une e separa, que liga e (de)limita, o que derruba a tese da pureza, da originalidade das coisas, das pessoas, dos espaços, das culturas, das identidades e das representações, e (re)afirma o espaço das trocas culturais, do deslocamento das comunidades imaginadas (cf. ANDERSON, 2008). Nesse sentido, a identidade é uma invenção e uma intervenção, assim como a representação. O pensamento de Bhabha nos faz refletir a respeito do (re)conhecimento, o do *eu* e o do *outro*, da cultura de um e de outro, enfim, das identidades e das alteridades sempre em movimento e em (re)arranjos.

As noções de “entre-lugar” e de “troca cultural” colocam em xeque o entendimento de homogeneidade e superioridade identitária:

[...] o momento híbrido tem um valor transformacional de mudança que reside na rearticulação, ou tradução de elementos que não são nem o Um [...] nem o Outro [...], mas algo mais, que contesta os termos e territórios de ambos” (BHABHA, 1998, p. 55).

Bhabha cita Said para tratar de estereótipos através dos quais o Oriente é visto e representado. Vale, então, lembrar que os estereótipos e as representações podem condensar os binarismos opositivos, tais como Ocidente vs Oriente, o dominador vs o dominado. Os estereótipos são, na verdade, uma representação parcial de uma dada realidade. Eles dificultam a circulação e a articulação dos significantes em profundidade, fixam-no e os cristalizam na memória cultural, graças a alterações ideológicas. Por essa razão, Bhabha combate e critica os estereótipos e, a partir deles, os perigosos binarismos opositivos envolvidos nas questões relativas às identidades.

Os estudos de Bhabha a respeito da problemática das identidades certamente nos ajudam a entender mais e melhor a questão da representação identitária na obra de Plutarco. A narrativa do filósofo queronense poderia se localizar, paradigmaticamente, tanto em uma espécie de fronteira entre duas culturas, dois espaços, dois mundos, (o grego e o romano, ou ainda, o greco-romano e o não-romano) quanto como um tipo de ponte que os liga. Plutarco estaria, nesse sentido, justamente, nesse entre-lugar de que fala Bhabha uma narrativa que se constitui enquanto lugar simbólico e que se constrói sobre fissuras e tensões, hibridismos e transitoriedades. Sendo a narrativa de Plutarco calcada em estereótipos e em binarismos, cabe a nós assumirmos um posicionamento dialético, buscando uma maior profundidade interpretativa no que diz respeito aos sentimentos de pertencimento identitário (pessoal, social, cultural, político) que os circundam e que são objeto de estratégias discursivas em suas (auto)reflexões.

Na narrativa de Plutarco sobre a vida de Antônio, o passado se presentifica, se materializa, e o tempo se cruza com o espaço para, juntos, (re)produzirem a representação de Cleópatra e também a do Egito; (id)entidades individuais, sociais, espaciais e culturais que, amalgamadas, se (con)fundem inexoravelmente no discurso historiográfico. Plutarco faz com que Cleópatra reflita e refrate o Egito e sua memória cultural. No entanto, essa memória, assim como a *língua* e a *linguagem*, é um fenômeno social e está intrinsecamente ligada aos sujeitos, ao tempo e ao espaço (cf. ASSMANN, Aleida, 2011; ASSMANN, Jan, 2011). Nessa perspectiva, através da memória cultural, Plutarco (re)cria um quadro espacial e temporal que transcende a duração da vida de Cleópatra e de Antônio, e também a de sua própria.

Ao difundir a imagem identitária da rainha e a de seu reino, Plutarco acaba por traçar a sua própria. Nesse sentido, indivíduos, espaço e tempo, tidos como indissociáveis, são artefatos definidos na e pela narrativa que, por sua vez, sustenta a memória e sedimenta a História (cf. Fernand Braudel, 1988). Cleópatra e Plutarco contribuem para fixar o Egito nos espaços da História e na História dos espaços, aventam sentidos a si próprios e, por conseguinte, a nós. A representação de Cleópatra, do Egito e de Plutarco se tornam uma espécie de garantia de contiguidade da memória, que acaba por alimentar e legitimar os discursos da História em temporalidades diversas. Não nos esqueçamos, no entanto, de que Plutarco fala, ou melhor, narra sobre Cleópatra e o Egito sob a perspectiva de um cidadão greco-romano e que sua obra tem como um de seus objetivos construir, (rea)firmar uma identidade grega no Império, para exibir ao mundo romano a contribuição dos gregos para a formação desse Império (cf. SILVA, 2007a).

Percebemos, juntamente com Silva (2007a, p. 15), que a linguagem é “[...] um sistema simbólico mediante o qual as coisas do mundo são representadas e pelo qual o mundo é ordenado e recebe significação”. Nessa mesma linha de raciocínio, Ruth Amossy (1997; 2005) mostra que as opiniões, as crenças e os valores socialmente partilhados são fundamentais na linguagem, sobretudo no que diz respeito à influência, intencional ou não, sobre o outro, sobre o sujeito destinatário/receptor do discurso.

Isso nos faz pensar que o *tempo* e o *espaço*, os *estereótipos* e as *representações*, por exemplo, são trazidos à superfície da página sob a égide de um discurso social amplamente difundido e que é constantemente renovado e (re)atualizado, variando, assim, a cada situação de uso. As representações que definem Cleópatra geralmente funcionam como uma espécie de rótulo simplificador no processo de construção de sua identidade. Por serem de todos, essas representações estereotipadas não são de ninguém, pois (re)(a)presentam vozes socialmente instituídas através das quais as pessoas se escondem e se protegem, camuflando suas posições e o seus dizeres de acordo com o que lhes for mais conveniente, no tempo e no espaço, enfim, nas situações, nos contextos de interação nos quais elas estão inseridas.

Continuando a reflexão a respeito de *identidade*, essa noção nos faz pensar nas práticas e nas normas discursivas e sociais que a instauram e a legitimam¹⁰⁷. Dessa forma, os *imaginários* e as *representações sociais e discursivas* apresentam dinamicidade e mobilidade, pois estão diretamente relacionadas aos processos de valorização, desvalorização, diferenças e semelhanças presentes em espaços e tempos distintos. Segundo Margarida Maria de Carvalho, no Prefácio da obra *Política e identidades no mundo antigo*, organizada por Funari e Silva (2009, p. 9-13),

[...] a palavra *identidade* articula-se a diversos símbolos, tais como as maneiras de se expressar através da indumentária, da linguagem, do pensamento, das formas discursivas, enfim, da retórica persuasiva. Nesse sentido, a utilização de um desses símbolos denota um processo de identificação mútua.

As identidades podem, assim, se fazer presentes em símbolos, lendas, mitos, personagens fictícios, propagandas, provérbios, representações, figuras de retórica, saberes de crença, ou seja, tudo aquilo que possui uma relação com a leitura que os indivíduos de uma sociedade fazem sobre o mundo, sobre os outros e sobre si mesmos.

¹⁰⁷ Para um maior aprofundamento nas questões de identidade na Antiguidade, cf. Miles (1999); Revell (2000).

Nessa perspectiva, já prevemos que os imaginários, as representações sociais e discursivas a respeito de Cleópatra e também de Plutarco, além do Egito, de Roma e da Grécia, não podem ser rígidos e não devem ter como objetivo o estabelecimento de “verdades”, tampouco de “verdades uníssonas”.

Sobre a força, o poder do texto escrito para a História, Aleida Assmann (2011, p. 24) assevera que:

[...] desde o início da escrita, no Egito antigo de dois milênios antes de Cristo, até o presente século, diversos testemunhos atestam que a escrita é a mídia preferencial para a memória em relação a todas as demais mídias, e garantem a ela a fama de dispositivo muito confiável quando se trata de obter perpetuação.

Partindo dessa perspectiva de Assmann (2011), acreditamos que o texto escrito por Plutarco foi fundamental na perpetuação da memória a respeito do Egito Antigo e da imagem de Cleópatra. Assim, para que os nossos objetivos sejam alcançados, pesquisamos registros, marcas textuais e discursivas que nos indiquem o engendramento da representação de Cleópatra na narrativa de Plutarco. Os relatos sobre a vida de Antônio são, pelo menos para nós, aqui, uma espécie de pano de fundo sobre o qual buscamos delinear a representação da rainha lágida. Podemos dizer que, em certa medida, essa imagem construída de Cleópatra afeta a (nossa) visão de Plutarco sobre a História do Mundo Antigo, sobre a história da monarca e, por conseguinte, sua (re)construção da identidade dos egípcios, dos romanos, dos gregos, além de sua própria identidade enquanto biógrafo, homem e cidadão greco-romano. Isso porque a representação de Cleópatra afeta, de uma forma ou de outra, todos nós, nossas memórias espaciais, culturais e históricas, ontem e hoje.

Em consonância como os dizeres de Guarinello (2009), Richard Miles (1999, p. 2) assevera que “[...] a identidade, por sua própria natureza, está sempre em questão”; e esse é justamente um dos principais conceitos com o quais trabalhamos. Por um lado, valemo-nos do conceito de *identidade* enquanto *imagem de si*:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa (AMOSSY, 2005, p. 9).

O que diz Amosy serve, dessa forma, para tratar não só da imagem de Cleópatra – a narrada –, como também a do próprio Plutarco – o narrador/enunciador; ou como diz uma espécie de provérbio atribuído a Sigmund Freud e/ou a Baruch Spinoza “O homem é escravo do que fala e dono do que cala. Quando Pedro me fala de João, sei mais de Pedro do que de João”.

Ainda sobre o conceito de identidade(s), Hall (1997, p. 26) afirma que:

[...] “identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências únicas e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

Acrescentamos aos dizeres de Hall (1997) que, além de culturalmente, podemos dizer que as *identidades* são formadas também espacial, memorialística e temporalmente. Voltando ao *corpus*, acreditamos que a construção identitária da rainha do Egito é feita consciente e deliberadamente por Plutarco com o objetivo de sustentar, subsidiar a história das grandes personalidades greco-romanas. No caso específico de Cleópatra, buscamos mostrar, por exemplo, que sua imagem (individual e social) pode ter sido utilizada por Plutarco para desconstruir a força, o poder do reino egípcio ptolomaico e de subjugá-lo na personificação da rainha e, por conseguinte, agradar o poder político vigente, no sentido de buscar contrapor sua força de sedução e suas estratégias políticas aos poderes e racionalidade romana imperial, reiterando os valores greco-romanos.

Percebemos que, para Plutarco, Cleópatra e os egípcios são estrangeiros, bárbaros, uma espécie de sujeitos de um espaço incógnito que devem ser preenchidos pelo texto/discurso em sua marginalidade. Cleópatra e o Egito são composições simbólicas construídas no espaço-tempo da experiência e da vivência do próprio Plutarco. O biógrafo de Queroneia edifica a identidade de Cleópatra (e do Egito) ora revelando, ora (re)negando seus modos, a forma como ela se vestia, falava, o lugar que ocupava naquela sociedade em que vivia, suas ações políticas, posturas, ideais, enfim, seus valores morais, éticos e estéticos. Nesse ínterim, ele delineia, e, às vezes, silencia, sua visão do Egito e de Cleópatra nas histórias narradas e suscita um posicionamento político-ideológico a respeito de seu papel enquanto rainha, egípcia, mãe, filha, irmã, esposa, amante e mulher. Trazemos, por ora, e a título de ilustração, dois pequenos excertos que exemplificam a maneira como Plutarco a vê, a descreve:

[Cleópatra] provocava prazer com simples som de sua voz e de sua língua, como se fosse um instrumento de cordas múltiplas, ela podia passar de uma língua para outra, de modo que havia poucas nações bárbaras para as quais ela precisava de um intérprete para responder (*Vida de Antônio*, XXVII, 3-4)¹⁰⁸.

Cleópatra, embora fosse a soberana de tantos homens, teve que se rebaixar para ser proclamada amante de Antônio; mas ela não fugiu desse título ou o considerou indigno, se pudesse vê-lo e viver ao seu lado (*Vida de Antônio*, LIII, 10-11)¹⁰⁹.

Vemos que Plutarco traz, querendo ou não, para a sua escrita, assim como qualquer historiador ou biógrafo, sua maneira de ver/ler o mundo, a política e a cultura, os costumes e a memória, os espaços e as pessoas, suas ideologias e que, portanto, seu texto não deve ser visto como algo transparente, representando o real e a verdade dos fatos, mas sim sua representação de tudo isso (cf. Ciro Flamarion Santana Cardoso e Ronaldo Vainfas, 1997).

Nesta investigação, nos unimos, por exemplo, a Shohat (2004; 2006), que levanta uma série de questões pertinentes a respeito de Cleópatra e, sobretudo, de quem fala e das razões pelas quais se fala de Cleópatra. Questões levantadas pela autora, selecionadas e adaptadas aqui aos nossos fins: por que Cleópatra ocupa tanto espaço nas *Vitae*? Por que enfatizar sua aparência física e seus modos? Qual a razão em se discutir suas estratégias de sedução, omitir sobre sua ascendência macedônia e grega e valorizar suas raízes orientais, egípcias? Por que dar ênfase à sua vida pessoal, amorosa e sexual? Para Shohat (2004; 2006), não há uma resposta única para questões como essas, mas várias, a depender de quem fala, dos pontos de vista, dos objetivos e das ideologias envolvidas. Uma coisa, no entanto, é certa, Cleópatra foi objeto de interesse, de pesquisa de Plutarco, e também o é para nós. Além disso, outra coisa também é certa: não existe uma Cleópatra, mas várias, a depender dos interesses daqueles que tratam dela. Um de nossos objetivos é, enfim, mostrar qual é a Cleópatra de Plutarco, para, em um segundo momento, poder confrontar essa imagem a representações outras da monarca.

Antes de encerrarmos esse capítulo teórico, propomos uma reflexão a respeito de *helenismo*, noção/conceito intimamente ligado aos conceitos tanto de *romanização*, *imperialismo* e *orientalismo* quanto de *identidade* e de *representação*. Lembrando que

¹⁰⁸ “Le plaisir naissait même du simple son de sa voix, quand elle parlait, et sa langue était comme un instrument à plusieurs cordes qu’elle pliait sans peine au dialecte qu’elle voulait.”

¹⁰⁹ “Cléopâtre, reine de tant de peuples, n’était appelée que la maîtresse d’Antoine – et elle ne refusait pas ce nom et ne s’en croyait pas déshonorée, pourvu qu’elle put le voir et vivre avec lui.”

trazemos uma lista de autores que trabalham com essa temática (cf. pé-de-página 95, p. 66), usamos, recorrentemente, ao longo desta dissertação, termos tais como *cultura e civilização helênica*, *período e espaço helênico*, *mundo e oriente helênico*, *identidade e representação helênica*, *heleno(a)*, *helenismo*, *helenizado(a)* e *helenizante*, o que nos leva a “agrupar” esses termos e dar algumas explicações para essas questões. Sendo todo esse universo helênico amplo e complexo, optamos, no entanto, por apenas apontar alguns pontos de reflexão que sirvam aos nossos fins.

Segundo Katerina Zacharia (2008), o termo *helenismo*, já na Antiguidade, significava “grego correto” e “hábitos gregos” ou ainda “aqueles que agem de uma maneira grega”, o que corresponderia, hoje, a “cultura grega”. Isso significa dizer que o termo *helenismo* diz respeito, desde seu primeiro entendimento e uso, ao jogo identidade/alteridade, à representação dos gregos em contraposição aos outros, aos não-helenos, aos não-gregos. Ademais, tendo os reis da Macedônia dominado a Grécia, estes lhes serve de modelo cultural e moral. Houve, então, como estratégia ideológica de interesse para conquistadores e conquistados, uma necessidade de harmonização e de reconhecimento e assimilação recíproca. Assim, a concepção de *heleno* passa a abranger também os macedônios.

A autora chama a atenção para o fato de que o termo *helenismo* também pode ser entendido como “a fusão do grego e do oriental” ou “a cultura grega no Oriente”. Esse entendimento surge quando se dá foco a um período histórico específico, qual seja, quando o macedônio Alexandre, o Grande, e seus sucessores visitaram e/ou se instalaram em lugares orientais. Toda essa época de alargamento da acepção de *helenismo* ficou conhecida pela historiografia como “Era Helenística”, isto é, entre a ascensão de Alexandre, o Grande ao trono, em 336 a.C. e a vitória de Otávio/Augusto na Batalha de Ácio, em 31 a.C. (cf. ZACHARIA, 2008, p. 6). Por se tratar de um período de ações imperialistas de Alexandre, o Grande, dos Lágidas e até mesmo de César e de Otávio, a estudiosa sugere que não se use o termo *helenização*, justamente por conter força semântica semelhante a de *romanização*, de *imperialismo* ou de *política imperialista*.

Zacharia (2008) prefere se valer do termo *helenismo* para dar ênfase a um movimento de interação/integração entre a cultura grega e as demais, tais como a macedônia, a alexandrina e a romana. Nesse período, intelectuais gregos difundiam sua cultura e promoviam uma espécie de normatização cidadã ideal que serviria como parâmetro tanto para os próprios gregos como para certas culturas com as quais eles lidavam. Estamos falando, aqui, justamente da *Paideia*. E é nesse contexto que se entende

mais claramente a ideia de uma fusão cultural que culminou com a expressão *greco-romano*.

Zacharia (2008) nos fala, ainda, das várias possibilidades ou bifurcações de *helenismo*: *helenismo* cultural, político, idiomático, geográfico, religioso, discursivo, a depender do lugar de fala, do espaço-tempo observado e do enfoque que se queira dar. No nosso caso, nos interessa particularmente o helenismo tanto em Plutarco e em sua relação com Roma, quanto em Cleópatra em sua relação com o universo ptolomaico e egípcio. Isso porque, por um lado, Plutarco é grego, logo de cultura helênica, e pertence à Segunda Sofística, movimento artístico-cultural e histórico fortemente presente nos séculos I e II d.C., que objetiva justamente valorizar e valorar sua cultura, ou seja, difundir orgulhosamente o que significa “ser grego”; por outro, Cleópatra, pertencendo, também ela, à cultura helênica, via ascendência do macedônio Alexandre, o Grande, vive sob os preceitos do helenismo, ainda que em outro espaço-tempo, e ainda que (re)agindo diferentemente de Plutarco a esses preceitos ou modos de “ser grego”. Em certo sentido, já a partir desses dois exemplos, podemos mesmo afirmar que há diferentes helenismos: helenismo grego, macedônio, egípcio, romano, helenismo ocidental, oriental, mediterrâneo, o que nos remete, mais uma vez, para as questões de representação identitária (e de alteridade)¹¹⁰.

Assim como grego tornou-se a língua franca dos reinos helenísticos, a língua da diplomacia e das relações internacionais na República e no Império Romano, tornando um instrumento comum a várias culturas, é interessante notar que o conceito de *helenismo* traz em seu bojo aquilo que os teóricos com os quais trabalhamos defendem a nível de política cultural, ou seja, que se (re)conheça as relações entre as culturas, as trocas, os compartilhamentos e as miscigenações. Dito de outra maneira, diferentemente do conceito de *romanização*, altamente criticado pelos estudiosos, o de helenismo parece, em parte, ser mais palatável, menos ofensivo e valorativo, já que é aceito em sua

¹¹⁰ Joana Campos Clímaco (2013, p. 182) levanta algumas questões interessantes: “Mas quem eram os desordeiros, alexandrinos ou egípcios? É possível dissociar a percepção negativa entre Alexandria e o Egito como um todo? O preconceito já arraigado sobre o Egito ajudou a consolidar uma imagem da turbulência em Alexandria, ou eram percepções diferenciadas, que não se relacionavam? Na busca por respostas a essas questões, a autora se vale, dentre outros, de Políbio, de Cícero e de Estrabão, que criticam os alexandrinos por eles não serem tão gregos como deveriam, visto certos comportamentos parecidos com os dos egípcios advindos da miscigenação entre eles. Em certo sentido, também Cleópatra estaria sendo vista por Plutarco como alguém que, sendo ptolomaica, de origem macedônia e de cultura grega, mas (con)vivendo com os egípcios, teria se “contaminado” pela forma de vida desses bárbaros.

pluralidade de usos, justamente por ter sido cunhado já em uma fusão cultural entre gregos e não-gregos.

Ao final deste capítulo teórico-metodológico, percebemos que muito ficou por ser dito, discutido e mostrado. Achamos por bem, no entanto, finalizar aqui esta etapa e passarmos ao segundo capítulo, discutindo mais detidamente sobre o universo plutarquiano.

CAPÍTULO II

O UNIVERSO PLUTARQUIANO

*Aconteça o que acontecer, cada indivíduo é filho do seu tempo;
da mesma forma, a filosofia resume no pensamento o seu próprio tempo.*

Georg Wilhelm Friedrich Hegel.

*Cada época constrói, mentalmente,
sua própria representação do passado,
sua própria Roma e sua própria Atenas.*

Georges Duby.

Acrescentaríamos...

[...] *sua própria Alexandria e sua própria Cleópatra.*

2. QUESTÕES PRELIMINARES

O capítulo II nos serve como uma espécie de ponte que (inter)liga o capítulo I ao III. Nele apresentamos um dos personagens-chave da pesquisa – Plutarco –, o autor da obra escolhida como fonte e como objeto de estudo. Em um breve panorama a respeito de sua vida e de sua obra, especial atenção é dada a fatos e a eventos que nos ajudem a chegar ao capítulo III munidos de informações, de conhecimentos que proporcionem uma visão mais clara e precisa do que buscamos pesquisar: a representação de Cleópatra e do Egito em *Vida de Antônio*.

Torna-se, então, necessária essa incursão na vida e na obra do autor, para que possamos perceber sua inserção no contexto social e político da época em que escreveu *Vitae*. Interessa-nos, mais particularmente, saber de que lugar, sob que perspectivas Plutarco compõe sua obra. Ademais, torna-se fundamental para nós detectar no seu discurso seu posicionamento político/ideológico diante do Império Romano, da Grécia dominada e dos não-greco-romanos. Para a consecução desses objetivos, utilizamos uma extensa bibliografia que cobre a vida e a obra do autor, esse espaço-tempo e essas temáticas.

Plutarco escreveu sobre a vida dos grandes homens, mas pouco se sabe sobre esse homem, também ele ilustre, razão pela qual este capítulo busca, de certa forma, preencher um pouco esse vazio. Plutarco escreve sobre homens ilustres, gregos e romanos, e sobre uma multiplicidade de temas morais, mas, no entanto, o que sabemos dele está, de maneira esparsa, registrado em seus próprios escritos (alguns deles perdidos), ou seja, é a partir de alguns fragmentos de sua obra e de sua escrita que podemos vislumbrar um pouco de sua vida tanto pública quanto privada. Talvez por modéstia, decoro (*bienséance*) ou por polidez, Plutarco fala pouco de si. Conforme assevera Sirinelli (2000, p. 10), há uma história (anedota) segundo a qual o biógrafo seguiu, de uma forma ou de outra, um conselho de seu pai, que sempre lhe dizia: “Nunca diga ‘eu’, diga sempre ‘nós’”.¹¹¹ Ainda segundo Sirinelli (2010, p. 11), se a polidez é algo facilmente encontrado no discurso de Plutarco, essa suposta modéstia, no entanto, é apenas aparente: “É um ‘eu’ que assume o

¹¹¹ “Ne dis jamais ‘je’ mais toujours ‘nous’.”

papel de ‘mestre’, o senhor da casa, mestre do pensamento. Ele não se dissimula atrás de seus personagens, ele decidiu ser o que eles são”.¹¹²

Cabe informar que não temos, aqui, a pretensão de (re)compôr e tampouco esgotar a biografia de Plutarco no sentido habitual do termo. Mesmo porque Sirinelli (2010, p. 10-13), seu principal biógrafo, buscou fazê-lo, ainda que de maneira aproximativa e especulativa, como ele mesmo assume:

Na própria obra de Plutarco, ainda que imponente, encontramos pouquíssimas informações sobre ele [...] é possível reconstituir, se não uma vida no sentido estrito do termo, pelo menos um percurso, um itinerário verossímil que cada um poderá melhorar ou modificar segundo seus próprios julgamentos.¹¹³

Assim sendo, nossa intenção é simplesmente pontuar algumas questões biográficas que possam nos ajudar a melhor entender parte de sua obra, de seu discurso. Para tanto, devido à escassez de informações sobre nosso personagem-autor, recorreremos a especialistas, tais como Boulogne, Sirinelli e Silva, que têm se debruçado sobre a vida e a obra de Plutarco ao longo do tempo, e os quais muitas vezes parafraseamos neste capítulo.

2.1. FRAGMENTOS DA VIDA DE PLUTARCO

Não se sabe ao certo a data exata de nascimento de Plutarco. Para Sirinelli (2000, p. 30), ele teria nascido entre os anos de 45 e 47 d.C.: “No que diz respeito à data de nascimento de Plutarco, nos vemos limitados a conjecturas, felizmente bastante seguras”.¹¹⁴ Sobre sua infância, pouco ou nada se sabe¹¹⁵. Presume-se que foi vivida em Queroneia, local que contava com intelectuais (re)conhecidos (incluindo familiares), preparados para dar uma educação diferenciada em cultura clássica àquele que se tornaria o mais famoso queronense da História Antiga: Plutarco.

¹¹² “C’est un ‘je’ qui assume son rôle de ‘maître’, maître de maison, maître à penser. Il ne se dissimule pas derrière ces personnages : il a choisi d’être ce qu’ils sont.”

¹¹³ “Dans l’œuvre même de Plutarque, pourtant si imposant, nous trouvons très peu d’informations sur lui-même. [...] Il est possible de reconstituer, sinon une vie au sens strict du mot, du moins un parcours, un itinéraire vraisemblable que chacun pourra perfectionner ou modifier selon ses propres jugements.”

¹¹⁴ “En ce qui concerne la date de naissance de Plutarque, nous en sommes réduits à des conjectures, par bonheur assez sûres.”

¹¹⁵ Conforme informa Schiff (2010, p. 42) além da de Plutarco, também não se sabe praticamente nada sobre a infância de Júlio César, Antônio, Otávio e Cleópatra.

Além de Sirinelli, outros plutarquistas, como Boulogne, Flacelière, Françoise Frazier, Gianakaris, Christopher Jones e também Silva lidam com a inexatidão da data de nascimento de Plutarco¹¹⁶. Mas, se a data de nascimento é imprecisa, o local do nascimento parece certo – a cidade de Queroneia, na região da Beócia, província da Acaia, entre a península do Peloponeso e o sul da antiga Grécia. Sirinelli (2000) diz que, por dedução, somos levados a acreditar que Plutarco pertenceu a uma grande, nobre e abastada família. Essas deduções estão ancoradas sobretudo na própria obra do filósofo, que recorrentemente faz referências às suas origens, à sua região, sempre de maneira afetiva.

Cabe dizer aqui que algumas cidades gregas, durante o Império Romano, viveram crises demográficas que as deixaram com poucos habitantes, com uma população composta praticamente de agricultores relativamente dispersos em fazendas. Vários centros urbanos gregos deixaram de existir durante esse período. Essa constatação pode ser confirmada pelo próprio Plutarco, que afirma, em *Vida de Demóstenes*, permanecer em Queroneia para que ela não se tornasse ainda menor (PLUTARCO *apud* SIRINELLI, 2000, p. 19). No entanto, Queroneia já havia entrado para a História da Grécia Antiga antes mesmo de Plutarco ter nascido, por sua importância geopolítica na região, com destaque para a Batalha de Queroneia, disputada por Filipe II, pai de Alexandre, o Grande, e rei da Macedônia, contra o exército formado pela coalizão liderada pelas cidades gregas de Atenas e Tebas no ano de 338 a.C.. Como explica Silva (2012, p. 2),

A cidade natal de Plutarco figurava no cenário histórico do mundo greco-romano por ter servido de palco para as batalhas de Filipe da Macedônia, ao lado de seu imberbe filho Alexandre (338 a.C.) e Sula (86 a.C.). [...] A cidade natal de Plutarco já traz as marcas de uma dominação anterior realizada por Filipe da Macedônia, que, quando de sua vitória na batalha de Queroneia, erigiu uma monumental estátua comemorativa por ter se tornado governante da Grécia.

Essas batalhas são objeto de comentário de Plutarco, que, em *O abandono dos oráculos* (VIII), afirma: “A Grécia já é conhecida pela diminuição demográfica provocada pelas guerras civis e estrangeiras das épocas anteriores”¹¹⁷.

¹¹⁶ Para Goldsworthy (2011, p. 83), “[...] não saber exatamente quando ou sob que circunstâncias nasciam as pessoas no mundo antigo não é invulgar. Muito mais frustrante são as muitas outras coisas que não sabemos sobre elas”.

¹¹⁷ “La Grèce connaît pour une très grande part la dépopulation générale que les guerres, civiles et étrangères, des époques antérieures on provoquée.”

Buscando detalhar um pouco mais a localização de Queroneia, tem-se que ela está situada na periferia da Grécia Central, próximo ao Monte Parnaso e também dos golfos de Corinto e Eubeia, próximo do Santuário de Delfos. Naquela época, era praticamente o único caminho para se chegar à Grécia do Norte, sendo, assim, considerada parada quase que obrigatória para os viajantes que passavam pela região da Beócia. Segundo Sirinelli (2000), sabe-se pouco sobre a história de Queroneia; hoje há apenas alguns vestígios daquilo que teria sido a acrópole.

Em *Preceitos Políticos* (VII), o queronense ilustre afirma: “Toda cidade é também uma pátria para aquele que nela aprendeu a viver, o que lhe engendra raízes capazes de alimentá-lo em qualquer lugar que ele estiver”¹¹⁸. Cidadão queronense com admiração e orgulho, segundo seus recorrentes testemunhos, Plutarco se sente ligado à cidade tanto política, quanto histórica, religiosa e culturalmente. Seus escritos deixam entrever que em Queroneia ele nasceu, cresceu, se casou, teve filhos, recebeu amigos, fez escola, educou seus discípulos, exerceu plenamente sua cidadania, escreveu boa parte de sua obra e faleceu. Evidentemente essa relação tão próxima e amorosa com a cidade grega de Queroneia vai impactar em sua forma de ver e ler o mundo, incluindo-se aí sua identidade greco-romana, o que reverbera em sua obra.

Queroneia foi a cidade de seus antepassados. Ali teriam nascido seus bisavôs, avôs, seus tios, pais, irmãos, sua esposa e seus filhos, razão pela qual Plutarco se sentia parte e partícipe desse lugar. Boulogne (1999, p. 25) lembra que o próprio Plutarco fez questão de registrar sua ascendência nobre:

No diálogo *A lentidão*, Plutarco afirma pertencer à linha dos Opheltiades, isto é, os descendentes de Opheltias, um rei da Tessália que, no final do segundo milênio, teria se apoderado daquilo que se tornaria a cidade de Queroneia, na Beócia, perto da Fócida e, em particular, perto de Delfos. Ele se orgulha de ter uma ascendência real. Ele se vangloria disso para justificar o fato de que sua família possui mais terras do que as outras. Assim, ele não só pertence à aristocracia mais antiga de Queroneia, onde nasceu, por volta de 45 d.C., como ele ainda é um grande proprietário de terras, o que atrai ciúmes e críticas.¹¹⁹

¹¹⁸ “Toute cité est aussitôt une patrie pour un homme qui a appris à la pratiquer et possède des racines capables de vivre et de se nourrir partout et de pousser en tout lieu.”

¹¹⁹ “Dans le dialogue *La lenteur*..., Plutarque prétend appartenir à la lignée des Opheltiades, c’est-à-dire des descendants d’Opheltias, un roi de Thessalie qui, vers la fin du deuxième millénaire, se serait emparé de ce qui allait devenir la ville de Chéronée, en Béotie, tout près de la Phocide et, en particulier, à deux pas de Delphes. Il se targue ainsi d’avoir une ascendance royale. Il excipe même de celle-ci pour justifier le fait que sa famille possède plus de terres que les autres. Donc, non seulement il est de la plus vieille aristocratie de Chéronée, où il est né, aux alentours de 45 après Jésus-Christ, mais il est encore un grand propriétaire terrien, ce qui lui attire des jalousies et des critiques.”

Foi no seio dessa família nobre queronense que Plutarco teria ouvido, desde criança, histórias passadas de geração a geração, como as da Batalha de Ácio¹²⁰, que envolveu Antônio, Otávio e Cleópatra. Histórias contadas, por exemplo, por seu bisavô Nicarco, que teria participado dessa batalha. Segundo Stadter (2014, p. 13-14),

Às vezes, a dominação romana demonstra ter sido opressiva. Queroneia foi quase destruída quando um jovem orgulhoso rejeitou os avanços de um oficial romano; ela foi salva graças à intervenção de Lucullus, um oficial de Sulla. A tradição da família lembra que o bisavô de Plutarco teve que carregar grãos para abastecer as forças de Antônio em Ácio em 31 a.C.. Essa guerra havia estabelecido a dinastia que só terminaria a época de Plutarco, com a morte de Nero e com a guerra civil de 69 d.C.. O domínio romano era fato para Plutarco, mas a estabilidade de seu governo e a benevolência de seus governantes nunca foram asseguradas.¹²¹

Em mais uma “anedota”, Plutarco conta que seu avô Lâmprias teria conhecido, em sua juventude, Filotas, um médico que fazia seus estudos em Alexandria e frequentava a cozinha do Palácio de Cleópatra. Esse avô parece ter marcado sobremaneira a vida de Plutarco, visto que o filósofo recorrentemente o cita. Como explica Beck (2014, p. 2),

Sua educação foi acrescida com conversas à mesa de jantar com seus familiares e círculo de amigos. Podemos ter uma ideia aproximada do que esses encontros familiares à mesa podem ter sido, com as longas palestras de Plutarco. Alguns detalhes históricos ele teria apreendido dessa maneira e isso teria sido incorporado às suas obras. Plutarco ouviu, por exemplo, de seu bisavô Nicarco que Marco Antônio praticamente escravizou os gregos de Queroneia, aqueles nascidos livres, tendo-os forçado com chicote para levarem grãos para o porto e tendo tomado o dinheiro deles, escravizando-os e tratando-os como animais.¹²²

¹²⁰ Batalha de Ácio, também grafada como *Accio* ou *Actium*. Para saber mais sobre essa batalha, cf. Plutarco (*Vida de Antônio*, LXXVI-LXXVII), Suetônio (*O Divino Augusto*, XVII); Veleio Patérculo (*História Romana*, II); John Carter (1970); Si Sheppard (2009) e Paul Zanker (1988).

¹²¹ “At times Roman domination could be oppressive. Chaeronea was almost destroyed when a proud young man rejected the advances of a Roman officer; it was saved by the intervention of Lucullus, an officer of Sulla’s. Family tradition recalled that Plutarch’s great-grandfather had had to carry on his back grain to supply Antony’s forces at Actium in 31 a.C.. That war had established the dynasty that would end in Plutarch’s day with the death of Nero and the civil war of 69 d.C.. Roman rule for Plutarch was a given, but the stability of its government and the benevolence of its rulers was never assured.”

¹²² “His education was augmented by conversations at the dinner table with his family and circle of friends. We are able to acquire an approximate idea of what these evening sessions may have been like from reading Plutarch’s lengthy Table Talks. Some historical details he learned in this way have been incorporated into his works. Plutarch heard, for example, from his great-grandfather Nicarchus that Mark Antony virtually enslaved the freeborn Greeks of Chaeronea by forcing them with whips to carry grain to the harbor, after having taken their money, slaves, and yoke-animals.”

Histórias cheias de imaginação e eloquência que compuseram uma memória ao mesmo tempo doméstica e coletiva. Histórias cultivadas em casa e que moldaram Plutarco se cristalizaram em seus escritos e chegaram até nós como raros documentos daquele espaço-tempo:

Esse avô cheio de curiosidades culturais certamente exerceu uma forte influência sobre seu neto, para que suas lembranças sejam tão vivas a ponto de apagar, relativamente, a imagem do pai [...] que parece sempre mais preocupado com questões de protocolo [...] e mostra-se mais competente em matéria de criação de cavalos. (SIRINELLI, 2000, p. 120-121)¹²³

No entanto, se, por um lado, seu bisavô e seu avô são citados algumas vezes no conjunto da obra de Plutarco, as mulheres de sua vida (sua bisavó, avó, mãe, esposa e sua(s) filhas(s)) são raramente mencionadas. Lembrando que Plutarco escreveu “Sobre o amor fraterno”, os irmãos Timon e Lâmprias são sempre lembrados pela afeição, pela intimidade e pela proximidade intelectual. Cabe ressaltar que Lâmprias também teria sido discípulo de Amônio de Lamptra¹²⁴, mestre de Plutarco. Ademais, foi esse seu irmão que, após a morte de Plutarco, organizou toda a obra do filósofo, o que resultou no conhecido “Catálogo de Lâmprias”, referindo-se a uma suposta lista que abarcasse toda a obra de Plutarco após a sua morte. Um documento, segundo Sirinelli (2000, p. 449-451), “[...] mal identificado que atravessou os séculos”. “Suposta” porque nele consta um total de 70% da obra de Plutarco que não chegou até nós e nele não consta dezesseis textos conservados, que seriam da autoria de Plutarco e que não estão presentes nesse catálogo de Lâmprias.

Quando jovem, foi necessário que Plutarco deixasse sua cidade natal para dar continuidade aos seus estudos. Aos dezesseis anos de idade aproximadamente, ele vai para Atenas para estudar Retórica, algo fundamental a todo cidadão de seu nível social. Sabe-se que Atenas, no século II d.C., é uma cidade efervescente, uma metrópole progressista, cosmopolita, com grande agitação social e cultural, política e financeira. Ao jovem Plutarco, descortina-se um mundo jamais visto, novo e apaixonante. Desejoso por absorver tudo o que se lhe apresentava, ávido por conhecimento, fascinado pela cidade e sua história, Plutarco constrói, nesse momento, uma espécie de segunda identidade cívica;

¹²³ “Ce grand-père aux curiosités culturelles a certainement exercé une forte influence sur son petit-fils pour que son souvenir reste tellement vif, au point de faire ressortir plus nettement le relatif effacement du père qui [...] semble plutôt préoccupé par les questions de protocole [...] et montre sa compétence en matière d'élevage de chevaux”.

¹²⁴ Curiosamente, o nome “Amônio” vem de “Âmon”, divindade egípcia.

além de queronense ele também passa a ser ateniense. Para Sirinelli (2000), não é possível saber com exatidão quanto tempo Plutarco ficou em Atenas e tampouco quantas vezes ele retornou à Metrópole. Também não se sabe ao certo quais professores ele teve e quantas amizades ele fez em Atenas, ao longo de sua vida. No entanto, ainda para Sirinelli (2000, p. 46), “Plutarco tira proveito de Atenas como um jovem dotado pode fazê-lo, com uma voracidade totalmente liberal”.¹²⁵ Esse pensamento do autor coaduna, de certa forma, com o de Jones (1971, p. 13 *apud* Gregory da Silva Baltazar, 2012, p. 116), segundo o qual a vida de Plutarco poderia ser dividida em três períodos distintos e correspondente a reinados também distintos, a saber:

[...] o período de formação, referente à sua juventude e educação, recai aproximadamente sob Nero; o de sua maturidade (o menos conhecido) sob os Flávios; e sua velhice, período em que escreveu a maioria de suas obras sobreviventes, sob Nerva e seus sucessores.

Esse pensamento também vai ao encontro do que diz Beck (2014, p. 3):

O entrelaçamento do grego com a história romana era parte natural de seu mundo, ao longo de sua juventude e idade adulta, e explica, em parte, o formato greco-romano das *Vidas Paralelas*. Sua estada em Atenas o aproximou de uma série significativa de eventos que influenciaram a história da Grécia.¹²⁶

Ao estudar filosofia, Plutarco torna-se aluno de Amônio de Lampra, cidadão de Alexandria, mestre e conhecedor da obra de Platão. Segundo Jones (1967), eles teriam se conhecido em 67 d.C.. No entanto, conforme assevera Sirinelli (2000), não se sabe ao certo se ambos pertenceram de fato à Academia, visto não haver nenhuma prova documental disso. O fato de Plutarco citá-lo recorrentemente no conjunto de sua obra, permite que se especule a respeito. Parece que nesse mesmo período Plutarco teria feito uma viagem de iniciação a terras estrangeiras, mais especificamente à Ásia Menor e ao Egito. Interessante notar duas coisas: i) especula-se que Amônio de Lampras seria de origem egípcia; ii) nem mesmo nas obras *Ísis e Osíris* e *Vida de Antônio*, cujas temáticas

¹²⁵ “Plutarque profite d’Athènes comme un jeune homme doué peut le faire, avec une voracité toute libérale.”

¹²⁶ “The intertwining of Greek with Roman history was a natural part of his world, throughout his youth and adulthood, and explains in part the Greco-Roman format of the *Parallel Lives*. His residence in Athens brought him close to the most significant series of events that influenced Greek history.”

envolvem o Egito, Plutarco faz menção a essa viagem a Alexandria¹²⁷. Para Sirinelli (2000, p. 48), há apenas uma breve informação sobre esse assunto:

O silêncio de Plutarco sobre essa viagem não significa que ela não tenha acontecido, visto que em relação a essa viagem a Alexandria, que foi de grande consequência, ele fez menção apenas uma vez e por acaso em *Assuntos de banquetes*, quando ele evoca o banquete que comemorou seu retorno¹²⁸.

Uma festa para comemorar o retorno de Plutarco de Alexandria é indício da importância dada ao fato e da notoriedade e do *status* social da família, ainda que não se saiba exatamente quando isso aconteceu. Ademais, essa viagem parece ter servido como uma espécie de rito de passagem da juventude para a idade adulta, talvez aos vinte e cinco anos. Teria sido nessa época que, sob o império de Vespasiano, Plutarco, tendo terminado seus estudos em Atenas e feito sua viagem ao Egito, se vê preparado para dar início à sua vida adulta. Nesse momento, Plutarco faz sua primeira viagem a Roma, capital do Império. No entanto, como assevera Sirinelli (2000, p. 55),

Plutarco vai a Roma. Não sabemos em que condições e só podemos formular hipóteses. Não se trata, evidentemente, de melhorar seus conhecimentos – os gregos não vão a Roma para isso. No entanto, podemos imaginar que ele tenha sido convidado por um alto funcionário romano.

Outra opção elencada por Sirinelli (2000) para explicar a primeira viagem de Plutarco a Roma diz respeito a problemas burocráticos de Queroneia: impostos, multas, isenções fiscais, subvenções do imperador. Isso significa dizer que ele estaria cumprindo com funções políticas e financeiras próprias de um funcionário de alto escalão de Queroneia ligado à Metrópole do Império, uma espécie de procurador, diplomata, embaixador e/ou procônsul grego em Roma (cf. JONES, 1971). Ainda segundo Sirinelli (2000), ele poderia simplesmente ter ido a Roma por conta própria, ter recebido um convite para visitar a capital por parte de Méstrio Florus, parente de Vespasiano, cônsul sob seu regime entre 70 e 79, amigo romano afeiçoado a Plutarco, talvez também a seus pais, visto que ele era aproximadamente quinze anos mais velho que o biógrafo

¹²⁷ No capítulo 3, trataremos mais detidamente de Alexandria, quando mostraremos que ela pode representar uma metáfora/metonímia de Cleópatra. Antecipamos, no entanto, que a Alexandria visitada por Plutarco não era mais a Alexandria de Cleópatra, mas sim a dos imperadores romanos.

¹²⁸ “Le silence de Plutarque sur ce déplacement n’est pas une preuve, car du voyage à Alexandrie, qui fut de grande conséquence, il ne fait mention qu’une fois par hasard dans les *Propos de table* pour évoquer le banquet qui salua son retour.”

queronense. Sendo Méstrio Florus um homem rico, um “notável” pertencente à elite romana, teria sido ele quem hospedou Plutarco em sua casa. Há, inclusive, uma teoria de que foi Méstrio Florus quem intercedeu para a obtenção da cidadania romana de Plutarco (BECK, 2014). A amizade seria alimentada pelo interesse de ambos pela história helênica.

Evidentemente, o círculo de amizade de Plutarco em Roma não se restringiria a Méstrio Florus. Constata-se que vários funcionários romanos que frequentavam a Grécia, tais como Caio Avidius Nigrinus e seu irmão Titus Avidius Quietus (ambos cônsules e senadores romanos), além de Quinto Sósio Senecião (amigo de Trajano e cônsul algumas vezes), nutriam por ele respeito e amizade. O grupo de amigos romanos de Plutarco pertencia à elite do Império. A maior parte desse grupo alcançou o ápice de suas carreiras sob o principado de Trajano, quando Plutarco tinha aproximadamente sessenta anos. Era para esses homens, assim como também para seus muitos amigos gregos ativos no governo local e imperial, que ele escreveu as *Vitae* (cf. STADTER, 2014). Como prova dessa amizade com cidadãos romanos ilustres, Plutarco dedicou vários de seus escritos a eles: *O amor Fraternal* é dedicado a Caio Avidius Nigrinus e a Titus Avidius Quietus; *Como tirar proveito de inimigos pessoais* é dedicado a Cornelius Pulcher; *a Serenidade* é dedicada a Paccius; *Como os jovens devem escutar poesia* a Sedatius; *O abandono dos oráculos* a Terentius Priscus. As *Vitae* são dedicadas a Quinto Sosio Senecio. Ademais, quando os romanos não são destinatários das dedicatórias, eles figuram como personagens interlocutores dos diálogos¹²⁹, como é o caso de Méstrio Florus em *Problemas de Banquete*, e Fundanus e Sextius Sulla em *A ausência de coléra*. Sosio Senecio teria sido, inclusive, o responsável por apresentar Plutarco a Trajano (imperador de 98 a 117), que também se torna seu amigo e o convida a frequentar os palácios romanos e a proferir palestras aos romanos ilustres (cf. BOULGOGNE, 1999; PINHEIRO, 2013; ZIEGLER, 1964). Ainda segundo Serinelli, foi Méstrio Florus que teria influenciado Plutarco a ser também historiador. No entanto, como assevera o biógrafo do biógrafo (2000, p. 94), “[...] nada disso é comprovado, mas, essas hipóteses parecem ser verossímeis”¹³⁰.

¹²⁹ A estrutura de diálogos de boa parte da narrativa de Plutarco nos remete à mesma estrutura dos textos de Platão, algo comum na Antiguidade.

¹³⁰ “Rien n’est assuré mais cette hypothèse a pour elle plus que de la vraisemblance.”

A Segunda Sofística era parte da História na Antiguidade, sobretudo quando produzia obras literárias e biográficas nas quais se valoriza os feitos do mundo grego. Isso porque não havia uma divisão clara entre as disciplinas das áreas tidas hoje como Ciências Humanas e Sociais, ou melhor dizendo, não haviam disciplinas ou ciências como as pensamos hoje. Esse gosto pela História influenciaria sobremaneira Plutarco na confecção de suas *Vitae*, biografias alicerçadas em narrativas históricas e sistematicamente de cunho didático quanto à exemplaridade moral.¹³¹ A esse respeito Beck (2014, p. 1) nos esclarece que

A influência da cultura literária grega permaneceu forte e até mesmo experimentou um tipo de renascimento, a chamada *Segunda Sofística*. Plutarco foi, sem dúvida, o mais importante intelectual grego neste movimento. Ele é considerado o principal biógrafo e ensaísta filosófico do mundo antigo. [...] Seu trabalho, baseado amplamente no princípio heurístico da comparação (*synkrisis*), explora os elementos constitutivos da grandeza individual na política e na guerra, os dois domínios de atividade que serviram como campo de prova para a virtude masculina (*aretê*) no mundo antigo.¹³²

A Segunda Sofística, entre os séculos I e III d.C., representou um processo de florescimento cultural ligado a um período de alguma prosperidade econômica nas províncias romanas, onde as elites culturais se mostraram orgulhosas das formas de arte e de pensamento dos seus antepassados. Segundo John Marincola (1997), Plutarco, além de Díon Crisóstomo, é um dos maiores, talvez o primeiro representante desse movimento que tem como prioridade registrar textualmente o orgulho de ser grego e de divulgar a cultura helênica, ainda que “harmonizada” e “convergente” com um sentimento de admiração e dívida por Roma, que representa aquela que restaurou a liberdade e a paz aos gregos. Um dos objetivos desse movimento era conscientizar os próprios gregos do que era “ser grego” sob o Império Romano. Ademais, não se pode negar que as intenções “pedagógicas”, “educativas” de Plutarco estão disseminadas por todo o conjunto de sua obra. Era comum na Antiguidade querer instruir os leitores via valores morais. Plutarco

¹³¹ Segundo Suzanne Said (1990, 1997), Plutarco pertenceria à Segunda Sofística, que incarnaria, mais do que qualquer outro gênero, o compromisso histórico entre a cultura grega e o poder romano. Com relação a Plutarco e a Segunda Sofística, cf. também Graham Anderson (1993), Silva (2006b), Vito Antonio Sirago (1986), Tim Whitmarsh (2005) e Deise Zandoná (2008).

¹³² “The influence of Greek literary culture remained strong, however, and even experienced a type of renaissance, the so-called Second Sophistic. Plutarch was arguably the most important Greek intellectual in this movement. He is generally considered to be the ancient world’s foremost biographer and philosophical essayist. [...] His work, based broadly on the heuristic principle of comparison (*synkrisis*), explores the constitutive elements of individual greatness in politics and warfare, he two realms of activity that served as the proving grounds for male virtue (*aretê*) in the ancient world.”

inscreve-se nessa linha de pensamento assim como na tradição helênica daqueles que se acham dignos de assumir responsabilidades públicas e de aprofundar a sua formação e a de seus concidadãos (cf. CIZEK, 1995; PINHEIRO, 2013).

No entanto, o que diferenciaria um texto histórico de um literário/biográfico seria o fato de o historiador estudar as causas ou causalidades históricas para contribuir com a compreensão dos fatos e se posicionar diante deles. Já para o biógrafo, essa cadeia causal (e a continuidade temporal que lhe é intrínseca) perde importância, dando lugar a uma narrativa mais subjetiva na qual se explora com maior vigor as emoções via moralidade. Complementando esse pensamento, Frazier (2016, p. 131) defende que “[...] é necessário abandonar a ideia usual de que a diferença entre biógrafo e historiador reside na escolha do assunto, reservando ao primeiro os ‘pequenos fatos’ e ao segundo os ‘grandes eventos’”.¹³³ Ainda segundo Frazier (2008; 2016), as emoções são, de fato, as raízes de todos os conflitos e da maioria das ações humanas.

No centro do poder imperial, ou seja, em Roma, Plutarco, mostra-se atraído pela cidade e pela efervescência desse centro de poder. Conhecer Roma e alguns sítios arqueológicos na Itália representaria para Plutarco ter contato direto com o Império Romano, com o conquistador/dominador da Grécia. Beck (2014, p. 4) nos fala da importância dessa experiência de Plutarco:

Suas visitas a sítios na Itália permitem que ele entenda melhor suas fontes latinas, ainda que o latim seja uma língua que ele afirma nunca ter dominado completamente. Essa experiência permitiu-lhe comparar o esplendor de Atenas com a magnificência de Roma. Esses exemplos comparativos nos escritos de Plutarco são convincentes e aumentam o valor e o interesse de sua narrativa por parte dos leitores. A importância desses lugares, desses monumentos e artefatos se correlaciona com as pessoas e com os grandes feitos em seu universo cognitivo.¹³⁴

Cabe lembrar que a primeira viagem de Plutarco a Roma se dá sob o regime de Nero e que a Grécia já se encontrava sob o domínio de Roma há mais de dois séculos. Isso significa dizer que os gregos já faziam parte da história de Roma e também seu

¹³³ “Il s’impose de renoncer à l’idée courante selon laquelle la différence entre biographe et historien résiderait dans le choix de la matière, l’un se réservant les ‘petits faits’ et l’autre les ‘grands événements.’”

¹³⁴ “His visits to sites in Italy enable him to better understand his Latin sources, a language he tells us he never completely mastered. First-hand experience enabled him to compare the splendor of Athens with the magnificence of Rome and come down squarely on the side of Periclean Athens. These instances of autopsy in Plutarch’s writings are compelling and enhance the value and interest of his narrative for us. The importance of cities, monuments, and artifacts correlates with people and the doing of great deeds in his cognitive universe.”

contrário, ou seja, que os romanos já estavam “familiarizados” com os gregos. Não haveria, nesse sentido, razão para acreditar que homens gregos, sobretudo homens notáveis, cultos como Plutarco, se sentissem socialmente intimidados, oprimidos ou humilhados, seja em Roma seja em suas províncias de origem. Sob o ponto de vista cultural, esses gregos eram até mesmo admirados e respeitados pela elite romana. Além disso, sabe-se que o tratamento dado pelos romanos a um cidadão comum de alguma pólis e a um cidadão culto era diferenciado. Intelectuais gregos como Plutarco transitavam mais facilmente pela sociedade romana, participavam de parte da vida pública, sobretudo quando se tratava de representantes legais das províncias.

Essa relação de Plutarco com Roma traz para o debate biográfico plutarquiano algumas dúvidas, talvez polêmicas, quais sejam: Plutarco teria tido a cidadania romana? Como, em que circunstâncias, quando? O que isso representou para Plutarco, ou melhor, qual teria sido o impacto dessa cidadania em sua vida? Como isso teria interferido em seu pensamento, em sua forma de ver e sentir o mundo, e como isso reverberou em sua obra? Teria Plutarco, além de queronense e ateniense, adquirido uma terceira identidade cidadã?

Plutarco teria, então, aproveitado essa estada em Roma para conhecer mais e melhor o espírito romano, observar como viviam e pensavam, para conhecer e dominar o funcionamento do sistema imperial, e, sobretudo, frequentar bibliotecas e acervos que lhe seriam de grande valia na confecção de sua obra (cf. BECK, 2014).

O filósofo, pertencendo à elite grega, tinha trânsito na elite romana, preservando e difundindo a cultura dessas elites. Plutarco escreve para gregos e para romanos, transmitindo-lhes “[...] uma mensagem que oscila entre o louvor da antiga Grécia e o reconhecimento do destino imperial de Roma”, conforme afirma Pinheiro (2012, p. 238). Após dois séculos de dominação, gregos como Plutarco pareciam ver a superioridade militar romana como algo natural, algo pacificado e aceito como um dado, visto não haver naquele momento movimentos de contestação e de luta. No entanto, os gregos ainda guardavam sua memória, sua identidade e o orgulho da cultura helênica herdada.

Plutarco teria se valido dos conhecimentos adquiridos durante essa estada em Roma para escrever uma de suas biografias de homens ilustres, a de Rômulo, fundador de Roma, comparada à de Teseu, representante grego da dupla biografada. Essa aproximação comparativa entre Teseu e Rômulo se justifica por ambos estarem associados às origens de Atenas e Roma respectivamente. Cabe notar que Plutarco não sabia falar latim, língua oficial no Império. Essa informação é retirada de sua obra biográfica *Vida de Demóstenes*, na qual o próprio filósofo afirma que não teve tempo de

aprender latim porque esteve “[...] ocupado em tratar de negócios políticos e a dar conferências sobre filosofia”¹³⁵ (PLUTARCO *apud* SIRINELLI, 2000, p. 70). Essa rara informação dada pelo próprio Plutarco sobre sua vida privada e pública nos ajuda a conjecturar sobre sua rotina em Roma e sobre sua importância social, sua notoriedade na sociedade romana. Existe, ainda, uma outra leitura possível para o fato de Plutarco admitir que não domina a língua latina, qual seja, um possível desdém pela cultura romana¹³⁶. A respeito do seu limitado domínio da língua latina, Stadter (2014, p. 15) comenta que

Essa confissão autodepreciativa de que seu latim não alcançou o alto padrão que ele havia atingido em grego também sugere que ele tinha coisas melhores para fazer em Roma do que aperfeiçoar os pontos mais sutis da linguagem retórica latina. O estudo dos erros nas paráfrases de Plutarco de textos latinos foi significativo para estabelecer sua familiaridade com os originais e a precisão relativa de suas citações.¹³⁷

O fato de não dominar o latim não tinha, ao que parece, tão grande impacto em sua vida em Roma, já que seus interlocutores eram, em sua maioria, romanos que pertenciam às elites locais e que sabiam grego. Como assevera Sirinelli (2000, p. 92-93), “Roma é mais do que nunca um dos grandes centros do helenismo; todo aquele que pensa, fala grego, e todo aquele que vende e compra também, muito provavelmente”¹³⁸. Ademais, há que se indagar: o fato de Plutarco conhecer tão bem a cultura romana, de escrever várias obras sobre ela, valer-se de sua literatura como fonte, não seria prova de sua relativa facilidade com o latim? Seus conhecimentos dessa língua, bem como as conversas mantidas ao longo dos anos com seus amigos romanos, deram a ele acesso a um espectro da cultura romana tanto quanto da grega, haja vista que ele teve necessidade de ler muitos textos em língua latina para compor suas *Vitae* que retratam os heróis romanos. Como ele poderia pesquisar elementos históricos ou literários ao abordar essas vidas sem conhecer a língua de Virgílio? Seu conhecimento do latim é perceptível em *A*

¹³⁵ “[...] occupé qu’il était à traiter des affaires politiques et à dispenser des conférences de philosophie”.

¹³⁶ Segundo Díon Cássio (*História Romana*, LX, 17, 4), o Imperador Cláudio considerava que aquele que não falasse a língua dos romanos não poderia ser considerado como um romano. E Suetônio (*Vida de Cláudio*, XVI), conta que o Imperador Cláudio retirou a cidadania de um juiz grego que exercia a profissão em Roma porque ele não sabia latim.

¹³⁷ “This self-deprecatory confession that his Latin did not reach the high standard which he had attained in Greek also intimates that he had better things to do while in Rome than perfect the finer points of Latin rhetorical language. The study of the errors in Plutarch’s paraphrases of Latin texts has been significant for establishing his acquaintance with the originals and the relative accuracy of his notices.”

¹³⁸ “Rome est plus que jamais l’un des grands centres de l’hellénisme; tout ce qui pense parle grec, tout ce qui vend et achète probablement aussi.”

Fortuna de Roma, que, provavelmente, foi entregue em Roma sob o principado de Vespasiano. Seu discurso demonstra, nesse sentido, uma excepcional familiaridade com grandes figuras da história romana, de Rômulo a Otávio (cf. PINHEIRO 2013; STADTER, 2014).

Plutarco estudou e ensinou filosofia, retórica, mais especificamente a sofística. Certamente todo esse conhecimento adquirido surtirá efeito em sua obra biográfica (as *Vitae*) e moral (os *Moralia*). A respeito disso, Sirinelli (2000, p. 74) afirma que

A hipótese mais verossímil para nós é que Plutarco, ao terminar seus estudos, tornou-se aquilo que se esperava dele: um intelectual brilhante, inteligente, trabalhador, que ocupava o lugar que lhe era naturalmente reservado, o que mostrava que ele sabia refletir, compor, agradar ao público seja em Beócia, seja em Atenas ou em Roma. [...] Ele escolheu essa vida menos frívola assumindo seus deveres cívicos diante de seus compatriotas e seus deveres intelectuais diante de seus ouvintes e leitores próximos ou distantes.¹³⁹

O texto *Sobre a fortuna de Roma*, de caráter retórico e sofisticado, em forma de Tratado, provoca interpretações variadas, dentre as quais a de que se trata de uma crítica velada aos romanos:

Esse tratado deixa no leitor uma impressão dupla. [...] Ele atesta [...] um conhecimento já sólido da história romana ou pelo menos de suas etapas principais; ele revela também como um grego culto via essa história romana ao mesmo tempo próxima e muito distinta, em suma paralela¹⁴⁰ (SIRINELLI, 2000, p. 76-77).

Vê-se que Plutarco coloca em prática tudo o que aprendeu sobre filosofia, retórica e sofística, ou seja, a educação ateniense recebida lhe traz os primeiros frutos. Vale ressaltar que nesses tempos em que passou em Roma, no início da idade adulta, Plutarco não manifestava grande interesse por questões morais e religiosas. Ademais, todo o seu conhecimento sobre a história clássica da Grécia, de Roma e do Egito, além da história

¹³⁹ “L’hypothèse la plus vraisemblable à nos yeux, c’est tout simplement que Plutarque, au sortir de ses années d’études, a été ce qu’on attendait qu’il fût: un intellectuel brillant, intelligent, travailleur, occupant la place qui lui était tout naturellement réservé et montrant qu’il savait réfléchir, composer, plaire à un public en Béotie, à Athènes et à Rome. [...] il a choisi cette vie moins frivole en remplissant ses devoirs civiques vis-à-vis de ses compatriotes et ses devoirs intellectuels vis-à-vis d’auditeurs ou de lecteurs proches ou lointains.”

¹⁴⁰ “Ce traité laisse au lecteur une impression double. [...] Il atteste [...] une connaissance déjà solide de l’histoire romaine ou du moins de ses étapes principales ; il révèle aussi comment un Grec cultivé voyait cette histoire romaine à la fois proche et très distincte, en somme parallèle.”

helênica que chegou até nós, faz de sua obra documentos importantes e instrutivos, fundamentais para o entendimento da História Antiga.

Plutarco teve a chance de fazer parte de um período importante da história do Império Romano. Ele vivenciou momentos de grande efervescência social e política em suas viagens. O queronense tinha apenas vinte anos de idade quando Nero assumiu o poder em Roma; assistiu à subida de Vespasiano ao trono enquanto estava em Roma. Nesse momento, a administração de Vespasiano traz modificações nas relações entre Roma e as províncias, implementando uma política de apaziguamento que traz consequências que afetam a vida dos queronenses, em geral, e a de Plutarco, particularmente. Emprega-se, como política de Estado, uma harmonização nas relações entre Roma e suas províncias. Daí advém uma compreensão recíproca da manutenção do *status quo* das forças políticas que implica em (auto)confiança que reverbera nas sociedades envolvidas. Evidentemente, diante da multiplicidade de províncias e de sua heterogeneidade, essas relações variavam, a nível de tratamento político, bélico e financeiro, o que impactava nas decisões de domínio imperial.

Para Sirinelli (2000, p. 68), Plutarco se adapta à vida cotidiana romana sem manifestar encantamento, êxtase ou comoção, mas também sem demonstrar frieza, choque ou desprezo:

É nessa situação pacificada que Plutarco descobre Roma. Não se tem certeza que ele tenha dado atenção especial ao fato. Com efeito, mesmo que não tenhamos detalhes de sua chegada à capital e ainda que ele não tenha deixado nenhuma confidência sobre esse primeiro contato, ele não fez nenhuma alusão em sua obra a esse respeito como ele o fez com relação à sua chegada a Atenas.¹⁴¹

Após estudar em Atenas, vivenciar o rito de passagem entre a juventude e a idade adulta, e após viver um período em Roma, onde amadureceu e começou a pôr em prática seus conhecimentos, dando aulas de sofística e partilhando com os romanos a vida social e cultural, política e administrativa, Plutarco decide retornar a Queroneia e se instalar definitivamente em sua cidade natal, ao final do principado de Vespasiano. Com trinta anos de idade aproximadamente, Plutarco volta para casa levando conhecimento cultural, experiências políticas, além de boas relações na capital do Império. Nesse momento,

¹⁴¹ “C’est dans cette situation dans l’ensemble pacifiée que Plutarque découvre Rome. Il n’est pas sûr qu’il ait accordé une attention particulière à ces problèmes. En effet, de même que nous ne savons pas en quelle qualité il débarque dans la capitale, de même il ne nous a laissé aucune confiance sur ce premier contact : aucune allusion dans son œuvre, analogue à l’anecdote qui marqua pour lui son arrivée à Athènes.”

tendo vivido em outros espaços, Plutarco, de certa forma, torna-se um cidadão de fronteira, não só geográfica, mas também cultural (cf. BHABHA, 1998; 2011).

Plutarco chega a Queroneia trazendo na bagagem um conjunto de vocações, variando entre a filosófica, a política, a administrativa, a literária, a historiográfica e a biográfica. Ainda segundo Sirinelli (2000, p. 100), “[...] ele se radicou em Queroneia por gosto ou necessidade familiar. Ele não precisou de nenhum mentor para se decidir sobre isso. [...] Essa escolha foi decisiva: ela marca a vida e talvez a obra de Plutarco”¹⁴². Em uma espécie de devoção cidadã ou até mesmo de patriotismo local, Plutarco decide por viver próximo às origens, aos amigos queronenses e, sobretudo, próximo à família: “[...] escolhendo Queroneia, Plutarco escolhe ser um homem e não mais uma função, um papel”¹⁴³ (SIRINELLI, 2000, p. 103).

Especula-se que Plutarco, com o incentivo e o apadrinhamento de Amônio de Lamptra, abre uma escola em Queroneia na qual ele ensinaria filosofia e retórica, sofisticada e história, literatura e matemática, gramática grega e filologia: “[...] ele já é um notável conhecido e o representante ilustre de sua cidade e até mesmo da Beócia”¹⁴⁴. A propósito dessa escola aberta por Plutarco, Sirinelli (2000, p. 126) se posiciona: “[...] a prudência nos sugere deixar de lado essa questão da Academia da qual não conhecemos nem seu estado nem seu funcionamento naquela época”¹⁴⁵.

Ao regressar a Queroneia, Plutarco constitui família, gerencia suas propriedades, participa ativamente da vida local, prepara suas conferências e organiza suas aulas de filosofia, que dura, segundo Sirinelli (2000, p. 129), “[...] um quarto de século ou mais – com interrupções, já que ele viaja para Atenas, Delfos, Corinto, Aidespos e Roma”¹⁴⁶. Ainda segundo seu biógrafo (2000, p. 137), “Plutarco não leva separadamente suas atividades, ainda menos seus modos de vida distintos. Cada um deles alimenta os outros”¹⁴⁷. Durante esse período, Plutarco teria sido eleito “arconte epônimo” de

¹⁴² “Il s’est réenraciné à Chéronée par goût ou nécessité familiale. In n’a eu besoin d’aucun mentor pour s’y décider. [...] Ce choix est décisif : il commande la vie et peut-être l’œuvre de Plutarque.”

¹⁴³ “[...] en choisissant Chéronée, Plutarque choisit d’être un homme et non plus un rôle.”

¹⁴⁴ “[...] il est déjà un notable connu et probablement l’illustration de sa cité, voire de la Béotie.”

¹⁴⁵ “La prudence nous suggère de laisser de côté la question de l’Académie dont nous ne connaissons ni l’état ni le fonctionnement à cette époque [...]”

¹⁴⁶ “[...] un quart de siècle ou plus – avec des interruptions, car il se déplace à Athènes, Delphes, Corinthe, Aidespos ou Rome.”

¹⁴⁷ “Plutarque ne mène pas séparément ces activités, encore moins ce modes de vie distincts. Chacun d’eux nourrit les autres.”

Queroneia, uma espécie de membro da assembleia de nobres. Próximo dos trinta anos de idade, Plutarco se casa com Timôxena, filha de Alexion. Pouco se sabe sobre sua esposa. Plutarco, assim como faz com seu pai¹⁴⁸, raramente nomeia o nome da esposa em seus textos, ainda que tenha escrito recorrentemente sobre casamento e sobre essa instituição familiar com amor e respeito. Sendo hoje considerado misoginia, não era comum, ou melhor, não era uma tradição grega, citar os nomes das mulheres nos textos e nos discursos. Mesmo sem citar os nomes das mulheres de sua família, o filósofo grego trata delas, ainda que indiretamente, em vários diálogos que chegaram até nós: *Consolação à sua mulher*, *Preceitos conjugais*, *Assuntos de banquetes*. Além dessas obras “dedicada ao amor”, Plutarco, mesmo em *Vitae*, volta sempre à temática e à defesa do casamento, da família, do amor conjugal e da fidelidade:

No *Diálogo do Amor*, que ele compôs no final de sua vida, e que é um hino ao casamento e ao amor conjugal, ele narra valendo-se do nome de seu filho mais velho, o que torna o texto ainda mais tocante, como se os pais já estivessem mortos¹⁴⁹ (SIRINELLI, 200, p. 112).

Ainda que não se saiba ao certo a quantidade exata e tampouco os nomes de todos, Plutarco e Timôxena tiveram vários filhos (de quatro a seis). Alguns nomes são mais recorrentes que outros na obra do filósofo: Autobulo (como o avô), que, assim como o pai, também se tornou filósofo platônico, Plutarco (como o pai), Soclaro (como um amigo íntimo de Plutarco), Queron (morto prematuramente) e Timôxena (como a mãe, e também morta prematuramente). Muitas das informações a respeito da família de Plutarco são extraídas de duas importantes obras suas – *Assuntos de banquetes* e *Consolação à esposa*. Dessa lista e das relações estabelecidas entre os membros da família, fica evidente a importância do círculo familiar na vida e na obra de Plutarco: ele é seu norte, seu referencial, delinea sua identidade e sua escrita. Entre 95 e 100 d.C., Plutarco também foi nomeado sacerdote do templo de Apolo, na cidade de Delfos, a quarenta quilômetros aproximadamente de Queroneia. Assim, Delfos teria sido por mais de quinze anos uma espécie de segunda casa de Plutarco.

¹⁴⁸ Segundo Boulogne (1999, p. 25-26), Plutarco cita o nome do pai no diálogo *Preceitos políticos*, quando registra que foi seu pai quem lhe ensinou a produzir um relatório de uma missão em Corinto quando ele ainda era jovem, o que teria impulsionado precocemente sua vida pública/política.

¹⁴⁹ “Dans le dialogue De l’Amour, qu’il a composé à la fin de sa vie et qui est un hymne au mariage et à l’amour conjugal, il met le récit dans la bouche de leur fils aîné, ce qui le rend plus touchant encore, comme si eux-mêmes avaient déjà disparu.”

O Império Romano vive um período de paz – a *pax romana* – que se inicia com Otávio/Augusto (primeiro imperador romano, de 27 a.C. a 14 d.C.)¹⁵⁰, passando por Nero (Imperador de 54 a 68) Trajano (Imperador de 98 a 117) e por Adriano (Imperador de 117 a 138). Roma e Atenas desfrutam, durante esse período, daquilo que é chamado de “filo-helenismo”, que significa, *grosso modo*, ter sentimentos amigáveis com relação aos helenos, uma admiração pela cultura grega. O “filo-helenismo”, por sua vez, tinha o objetivo de incentivar, reforçar o poder de Roma na formação do “pan-helenismo” (cf. GUARINELLO, 2009). Para Sirinelli (2000, p. 216),

[os imperadores romanos] ajudaram a melhorar o governo provincial e se interessaram pelos problemas das províncias. A paz mantida, a prosperidade crescente, a melhoria da gestão tinha reunido o assentimento dos notáveis provinciais [...]¹⁵¹.

Essa relação de equilíbrio entre Roma e suas províncias foi particularmente benéfica para a elite e para o meio intelectual, visto que propalou sentimentos, tais como os de colaboração e unificação, econômica, política e cultural e deu visibilidade para pessoas como Plutarco, tanto em Roma como fora dela.

Plutarco teria recebido do Imperador Trajano uma das maiores honrarias dadas aos romanos, o *ornamenta consularia*, entre os anos de 98 e 117 d.C.. Isso teria dado a ele uma posição consular e privilégios como usar a *toga consularis* e assentos com senadores em ocasiões públicas. Segundo Philip Stadter (2014, p. 18),

[...] menos credível é outra notificação tardia segundo a qual Adriano teria feito de Plutarco um Procurador Imperial para a Grécia, embora possivelmente isso poderia se referir a algum tipo de supervisão não-administrativa da província¹⁵².

¹⁵⁰ Contemporâneo de Otávio e anterior a Plutarco, Veleio Patérculo (*História Romana*, II, 36), registra, em sua obra, sua admiração incondicional por Otávio/Augusto, tido como responsável pela *pax romana*: “O nascimento do Divino Augusto, que iria obscurecer a todos os homens de todas as naturalidades com sua grandeza, há noventa e dois anos atrás, acresceu de brilhantismo o consulado de Cícero” (“La naissance du Divin Auguste, qui obscurcirait tous les hommes de toutes natures par leur grandeur, il y a quatre-vingt-douze ans, a ajouté le consulat de Cicéron à l'éclat.”)

¹⁵¹ “[...] les empereurs romans] avaient contribué à améliorer le gouvernement des provinces, s'étaient intéressés aux problèmes de celles-ci. La paix maintenue, la prospérité grandissante, l'amélioration de la gestion avaient rallié l'assentiment des notables provinciaux [...].”

¹⁵² “Less credible is another late notification reporting that Hadrian had made Plutarch an Imperial procurator for Greece, though possibly this could refer to some kind of non-administrative oversight of the province.”

Confirmadas ou não essas honrarias, fato é que Plutarco pertenceu à elite romana e ateniense e sua obra, com pretensões universalistas, alcançou boa parte do Império Romano. Ele trabalhou para o Estado, ou melhor, para vários membros do senado romano¹⁵³. A elite greco-romana determinava a legitimação da narrativa de Plutarco. O filósofo de Queroneia parecia saber perfeitamente que ele tinha que agradar seus leitores, saber qual eram os seus propósitos e as funções de seus escritos. Dito de outra maneira, se Plutarco, com seus textos, (re)conhecia os poderes imperialistas de Roma, ele também (re)conhecia o poder de seus escritos (cf. BOWMAN; WOOLF, 1998).

Se tomarmos como data de nascimento de Plutarco o ano de 46 d.C., sob o Império de Cláudio e como data de morte o ano de 126 d.C., sob o Principado de Adriano, o filósofo greco-romano viveu sob o domínio de onze imperadores (SIRINELLI, 2000). Vejamos, a título de ilustração, um quadro síntese dessa situação¹⁵⁴:

Datas / Ano	Acontecimentos políticos, históricos e culturais	Vida e obra de Plutarco
45	- Cláudio Imperador (de 41 a 54)	- Nascimento de Plutarco (entre 45 e 47 d.C.)
65	- Ascensão de Nero ao Trono (em 54)	- Estada de Plutarco a Atenas
	- Suicídio de Sêneca	
	- Morte de Nero (em 68)	
	- Ascensão de Galba ao Trono (sete meses em 68)	
	- Morte de Galba e ascensão de Oto ao Trono (quatro meses em 69)	
	- Morte de Oto e ascensão de Vitelo ao Trono (8 meses em 69)	
	- Morte de Vitelo e ascensão de Vespasiano ao Trono (em 69)	
70	- Destruição de Jerusalém	- Viagem de Plutarco à Ásia, a Alexandria
		- Primeira missão a Corinto
		- Atividades de conferencista (<i>Sobre a fortuna de Alexandre, Sobre a fortuna de Roma, Sobre a fortuna de Atenas</i>)
		- <i>Da superstição</i>
		- <i>Vidas de Galba e de Othon</i>
75	- Morte de Vespasiano (em 79) e ascensão de Tito Flávio ao Trono (de 79 a 81)	- Casamento de Plutarco
		- Instalação em Queroneia e abertura de uma escola
		- Nascimento dos primeiros filhos
80	- Morte de Tito Flávio (em 81) e ascensão de Domiciano ao Trono (de 81 a 96)	- Morte do avô de Plutarco – Lâmprias
		- Morte do pai de Plutarco – Autobulo
		- Morte de Amônio de Lampra, filósofo e mestre de Plutarco
		- Morte de Timôxena

¹⁵³ O Império Romano durou de 27 a.C. a 476 d.C.. Entre as dezenas de seus imperadores, citamos apenas alguns, em ordem cronológica e em período de reinado: Otávio Augusto (27 a.C. – 14 d.C.); Tibério (14 – 37); Calígula (37 – 41); Cláudio (41 – 54); Nero (54 – 68); Galba (68); Vespasiano (69-79); Tito Flávio (79 – 81); Domiciano (81 – 96); Nerva (96 – 98); Trajano (98 – 117); Adriano (117 – 138). O Império Romano também é subdividido em dinastias, dentre as quais citamos apenas três: a Júlio-Claudiana (com Otávio Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero); a Flaviana (com Vespasiano, Tito e Domiciano) e a Antonina (com Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero e Cômodo).

¹⁵⁴ Valemo-nos, para a confecção desse quadro, da cronologia publicada na obra de Sirinelli (2000, p. 475-483), biógrafo de Plutarco, adaptada aos nossos fins.

90	- Tensão em Roma (em 94)	- <i>Da inteligência dos animais; Preceitos de saúde; Dos progressos na virtude;</i> - Plutarco passa uma temporada em Roma (em 92) - Nomeação de sacerdote de Apolo em Delfos - <i>Preceitos conjugais; Sobre a amizade; O Declínio dos oráculos; Como escutar;</i>
95	- Assassinato de Domiciano e ascensão de Nerva ao Trono (de 96 a 98) - Designação de Trajano (em 98) e ascensão ao Trono (de 98 a 117)	- <i>Como controlar a cólera; Sobre a tranquilidade da alma; Preceitos Políticos;</i>
100	- Primeira guerra Dácia	- Nova estada de Plutarco em Roma - Início da produção de <i>Vitae</i> ; - Diferentes tratados políticos
105	- Segunda guerra Dácia	- Favores imperiais - <i>Sobre a justiça divina</i> - Morte de Méstrio Florus
115	- Morte de Trajano e ascensão de Adriano ao Trono (de 117 a 138)	- Fim da redação de <i>Vitae</i> - <i>Sobre Ísis e Osiris</i> - <i>Sobre o Amor; Sobre o E de Delfos</i>
120	- Aniversário da fundação de Roma (em 121) - Adriano viaja pelo Império (Mauritânia, Espanha, Ásia, Grécia, Gália, Balcãs, Elêusis, Delfos)	- Morte de Sósio Senecião - Trabalhos em Delfos - <i>Sobre os oráculos da Pítia</i> - Morte de Plutarco (em 126)

Ainda que sintético e sem muita preocupação quanto ao rigor temporal e histórico, o quadro acima nos serve, sobretudo, para acedermos a um panorama cronológico da vida e da obra de Plutarco ligado aos processos políticos do Império Romano. Plutarco viveu sob a égide do Império Romano e “sentiu na pele” o poder de seu imperialismo. Ele frequentou Roma, foi sacerdote de/em Delfos, trabalhou para importantes políticos romanos e escreveu parte de sua obra sob encomenda dessas pessoas (cf. SIRINELLI, 2000). Nessas circunstâncias, torna-se possível já supor que a relação de Plutarco com o Império e com o imperialismo é de forte (inter)dependência, ainda que ele pertença, como já dito, a uma sociedade dominada, subjugada – a grega.

O Império e o imperialismo romano parecem marcar tanto a vida quanto a obra de Plutarco. A interdependência de que falamos acima se reflete, por exemplo, na estrutura do conjunto de sua obra *Vitae*, contendo em cada par de biografias a história de vida de um grego e de um romano considerados por ele como ilustres¹⁵⁵. Plutarco fala dos gregos e romanos do passado, mas também dos contemporâneos a ele, ou seja, o biógrafo identifica (e compara) o valor, a virtude, o caráter e a conduta desses homens públicos que viveram antes dele e também alguns que lhes são contemporâneos (Galba, Marco Sávio Oto e Tibério). Em suas biografias, Plutarco buscava demonstrar a superioridade da cultura grega sobre as demais, incluindo-se aí a romana (SILVA, 2007a). Com um posicionamento um pouco diferente do de Silva (2007a) Stadter (2014, p. 22) afirma que:

¹⁵⁵ A lista dos homens ilustres biografados por Plutarco será retomada no capítulo II.

Nos epílogos comparativos que concluem a maioria dos pares, Plutarco tem o cuidado de distribuir elogios e culpar, equitativamente, de modo que nenhuma nação possa reivindicar uma virtude superior. A perspectiva moral fundamental é grega, ou melhor, platônica e aristotélica: uma insistência em treinar-se para controlar a paixão através da razão e uma visão dos objetivos mais altos. Para Plutarco, essa perspectiva não era nem grega nem romana, mas uma verdade da natureza humana. Um dos principais objetivos na educação, na *paideia*, foi introduzir as pessoas às qualidades necessárias para viver e liderar: as virtudes de justiça, temperança, prudência e coragem, e as qualidades subsidiárias de autocontrole, humanidade e razoabilidade. As *Vitae* presumem, nesse contexto, um leitor que compartilha com ele essa perspectiva moral.¹⁵⁶

Diante do excerto sobre a maneira como procede Plutarco e sobre seu posicionamento ideológico, vemos um questionamento inquietante e recorrente na maioria das obras que consultamos a seu respeito: seria Plutarco um patriota grego, honrado e ressentido, que luta pela resistência identitária grega, ou seria ele um colaborador e “adulador romanófilo” que se sujeita ao imperialismo? Ainda que não seja nossa pretensão responder ou nos posicionar diante dessa polêmica, vemos que tanto Flacelière (1963) e Sirinelli (2000) quanto Stadter (2014) questionam até que ponto o fato de Plutarco ter escrito *Vitae* representaria uma espécie de refúgio junto aos romanos, uma forma de demonstrar estima, apreço pelos romanos e, ao mesmo tempo, ser aceito e protegido por eles. De qualquer forma, Plutarco enaltece e critica em sua obra a vida de gregos e romanos, registrando os ganhos das ações imperialistas de ambos e mostrando as fragilidades morais de seus biografados.

Plutarco, sentindo-se honrado por ter vivido sob o regime imperial romano, opta, provavelmente após ter terminado suas *Vidas*, por dar mais um passo importante em sua vida pública, tornando-se representante de uma ideologia que vai ao encontro das estratégias políticas do Império, qual seja, tornar-se sacerdote de Apolo em Delfos (cf. BOULGONE, 1994). Cabe ressaltar que o oráculo de Delfos, o maior santuário religioso (e político) do mundo grego representava um espaço de controle do domínio romano sobre a cultura grega ao lado de Atenas, Esparta e Olímpia (cf. SILVA, 2012). Com essa

¹⁵⁶ “In the comparative epilogues which conclude most pairs, Plutarch is careful to distribute praise and blame equitably, so that neither nation can claim superior virtue. The fundamental moral outlook is Greek, or rather Platonic and Aristotelian: an insistence on training oneself to control one’s passion through reason and a vision of one’s highest goals. For Plutarch, this perspective was neither Greek nor Roman, but a truth of human nature. A chief object of education, *paideia*, was to introduce a person to the qualities needed for both living and leading: the virtues of justice, temperance, prudence, and courage, and the subsidiary qualities of self-restraint, humanity, and reasonableness. The *Parallel Lives* presume a reader who shares this moral perspective.”

atitude, Plutarco fortalece seu papel de homem público grego frente ao Império Romano. Ademais, teria sido a partir desse período que Plutarco alcança sua plenitude intelectual, dedicando-se com mais intensidade às suas *Vitae* e a vários tratados sobre religião, sobre a morte, as almas e os demônios, e sobre os oráculos de Delfos e de Pítia: *Sobre os oráculos de Pítia, Do declínio dos oráculos, Sobre o E de Delfos, Sobre a superstição, Do rosto que está na lua, Sobre Ísis e Osíris*.

Ao final desse percurso biográfico de Plutarco, nos chama atenção alguns fatos; primeiramente resta um incômodo, ao menos para os historiadores plutarquistas: durante toda a sua vida, não há registros de citação de seu nome em textos dos principais filósofos contemporâneos a ele: Tácito, Suetônio, Epíteto¹⁵⁷ e tampouco Díon Crisóstomo ou Plínio, o Jovem¹⁵⁸ mencionam, citam seu nome. Um silêncio que causa estranhamento (cf. SIRINELLI, 2000). No entanto, mesmo não tendo sido “famoso” entre seus pares, Plutarco nos oferece, hoje, um tesouro documental, nos presenteia com uma enormidade de informações que podemos dizer “enciclopédicas”¹⁵⁹. Graças a ele, como registrado na dedicatória desta pesquisa, temos a oportunidade de conhecer uma faceta da História Antiga, conhecer Antônio, Cleópatra e o Egito daquela época.

Antes de terminarmos esta parte, trazemos para registro duas citações que resumem bem quem foi o cidadão ilustre de Queroneia, de Delfos, de Atenas, da Grécia e até mesmo de Roma. Para Boulogne (1994, p. 27), “[...] ao todo, uma carreira pública precoce, longa, densa, brilhante e, também ela, alicerçada sob o signo da variedade. Uma carreira ao longo da qual Plutarco não parou de dar conferências, escrever, aconselhar e ensinar”.¹⁶⁰ Já para Sirinelli (2000, p. 473),

Ter 20 anos sob o comando de Nero e 80 sob o comando de Adriano, sair de Queroneia, da Beócia, estudar em Atenas, se afirmar como conferencista no

¹⁵⁷ Epíteto (50-138 d.C.) filósofo estoicista grego que viveu a maior parte de sua vida em Roma. Foi escravo nos tempos de Nero. Escreveu “Manual de Epíteto” e “Discursos” (oito volumes). Para o filósofo, felicidade e vida plena são sinônimos de moralidade.

¹⁵⁸ Foram contemporâneos de Plutarco: i) Públio (Caio) Cornélio Tácito, historiador e senador romano (nasceu em 56 d.C., na Gália Narbonense e faleceu em 120 d.C., em Roma); ii) Caio Suetônio Tranquilo, nasceu em Roma em 69 d.C., e faleceu em 141 d.C.; historiador, escreveu *Vidas dos Doze Césares*; Díon Crisóstomo (Díon de Prusa), nasceu em 40 d.C. e faleceu em 120 d.C., foi orador, escritor, filósofo e historiador grego; Plínio, o Jovem, orador romano, nasceu em 61 d.C. e faleceu em 114 d.C.

¹⁵⁹ Simon Goldhill (2002, p. 292) considera que “[...] Plutarch’s encyclopedia is his Empire of knowledge”; “[...] a enciclopéida de Plutarco é seu império do conhecimento”.

¹⁶⁰ “Au total, une carrière publique précoce, longue, dense, brillante et, elle aussi, placée sous le signe de la variété. Une carrière tout au long de laquelle Plutarque n’a pas cessé de tenir des conférences, d’écrire, de guider, d’enseigner.”

pequeno mundo intelectual da época, ser notado pelos círculos imperiais e terminar como pensador quase oficial, que carreira!¹⁶¹

Fechando o ciclo biográfico de Plutarco, tem-se que, assim como sua data de nascimento, a de sua morte também não é exata para nós. Segundo Ziegler (1964), há quem date a morte de Plutarco em 125 d.C. ou até mesmo em 127 d.C., ainda que ele próprio acredite que seja 120 d.C..

2.2. PLUTARCO E O CONJUNTO DE SUA OBRA

Plutarco dedicou boa parte de sua vida a escrever dezenas, talvez centenas de livros, geralmente divididos ou separados já na Antiguidade e também pela tradição historiográfica em dois grandes grupos, a saber: os *Moralia* e as *Vitae*. Boulogne (1994, p. 23), vê nessa divisão uma falsa dicotomia “[...] que tende a mascarar a unidade presente na variedade”¹⁶². Entendemos que a unidade de que fala Boulogne diz respeito a uma certa (in)distinção de gêneros relativos aos saberes, a uma (inter)pendência que se traduz em uma confluência de conhecimentos filosóficos e históricos, biográficos e literários somados às ações públicas, cívicas, sociais e políticas. Em uma espécie de interseção e tangenciamento entre as áreas de conhecimento, obras como as de Plutarco buscam dar visibilidade, legibilidade e legitimidade às ações humanas atreladas às virtudes morais e, no sentido contrário, têm-se que essas virtudes morais provocam “naturalmente” as ações. Assim, ações e virtudes mostram-se inexoravelmente atreladas, umas sustentando as outras de maneira dinâmica para juntas formar o cidadão ideal, exemplar, seja na vida privada, seja na pública.

Para procedermos a um panorama geral da produção de Plutarco, achamos por bem registrar, na sequência, dois quadros sínteses referentes a esses dois grupos que enquadram a obra do autor.

¹⁶¹ “Avoir vingt ans sous Néron et quatre-vingt sous Hadrien, sortir de Chéronée de Béotie, étudier à Athènes, s’affirmer comme conférencier dans le petit monde intellectuel d’alors, être remarqué par les cercles impériaux et finir comme penseur quasi officiel, quelle carrière.”

¹⁶² “[...] qui tend à masquer l’unité présente dans la variété.”

Os *Moralia*¹⁶³

01	<i>Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre</i>	70 d.C.
02	<i>Sobre a fortuna de Roma</i>	
03	<i>Sobre a fortuna de Atenas</i>	
04	<i>Sobre a superstição</i>	75 d.C.
05	<i>Sobre a inteligência dos animais</i>	80 d.C.
06	<i>Preceitos de saúde</i>	
07	<i>Sobre os progressos da virtude</i>	85 d.C.
08	<i>Consolação à sua esposa</i>	90 d.C.
09	<i>Preceitos conjugais</i>	
10	<i>Como ler os poetas / Como os jovens devem escutar poesia</i>	
11	<i>Sobre o afeto aos filhos / Do amor aos filhos</i>	92 d.C.
12	<i>Como escutar/ser um bom ouvinte</i>	
13	<i>Sobre a amizade/o número de amigos</i>	95 d.C.
14	<i>O banquete dos Sete Sábios</i>	
15	<i>O Declínio dos oráculos</i>	
16	<i>Sobre a tranquilidade da alma</i>	
17	<i>Como controlar a cólera</i>	
18	<i>Sobre o daimon de Sócrates</i>	100 d.C.
19	<i>Sobre o rosto que está na lua</i>	
20	<i>Assuntos de banquetes</i>	
21	<i>Sobre os prazos da justiça divina</i>	
22	<i>Sobre o amor / Diálogo do amor / Erotika</i>	117 d.C.
23	<i>Sobre Ísis e Osíris / Os mistérios de Ísis e Osíris</i>	
24	<i>Sobre o E de Delfos</i>	
25	<i>Sobre os oráculos de Pítia</i>	125 d.C.
26	<i>Sobre a educação das crianças</i>	? ↓
27	<i>Como distinguir o bajulador do amigo</i>	
28	<i>Como tirar proveito de seus inimigos</i>	
29	<i>Sobre a tagarelice</i>	
30	<i>A virtude das Mulheres/Condutas meritórias das mulheres</i>	
31	<i>Sobre a abundância de amigos</i>	
32	<i>Sobre a malícia (malignidade) de Heródoto</i>	
33	<i>Se os velhos devem participar dos negócios públicos</i>	
34	<i>As contradições dos estoicos</i>	
35	<i>Sobre a virtude moral e sobre o vício</i>	
36	<i>Sobre o uso da carne</i>	
37	<i>Sobre o frio primitivo</i>	
38	<i>Sobre a sorte</i>	
39	<i>Sobre a monarquia, a democracia e a oligarquia</i>	
40	<i>Sobre a serenidade</i>	
41	<i>Sobre o destino</i>	
42	<i>Sobre o exílio</i>	
43	<i>Ao dirigente inculto</i>	

¹⁶³ Boulogne (1999, p. 158-173) lista e comenta, resumidamente, também ele sem a pretensão de esgotar a totalidade e sem a intenção de marcar sua cronologia, setenta e cinco textos que compõem os *Moralia*.

Ziegler (1964) propõe onze categorias (ou gêneros) para o conjunto da obra de Plutarco, a saber: i) dissertações do gênero retórico; ii) tratados de psicologia animal; iii) tratados filosóficos; iv) tratados morais; v) tratados de pedagogia; vi) tratados de teologia; vii) tratados de física e cosmologia; viii) tratados de erudição e história; ix) tratados de crítica histórica; tratados de crítica literária; xi) tratados gerais (variados temas)¹⁶⁴.

Quanto a esse quadro dos *Moralia*, cabe dizer que a lista acima não pretende esgotar a totalidade dessa obra; optamos por registrar apenas os textos mais conhecidos. Trata-se de uma coletânea de pequenos tratados que abarcam assuntos variados que vão desde a ética, a filosofia e a religião até a retórica, a crítica literária e a política. As datas que constam do lado direito do quadro síntese dos *Moralia* são, evidentemente aproximativas, ou seja, a maior parte das obras de Plutarco está datada ou ao menos situada em uma cronologia plausível, aproximada, seja por critérios internos ou externos à própria obra, graças a pesquisadores que se debruçam sobre o conjunto da obra do autor e se dedicam a organizá-la cronologicamente¹⁶⁵. Ao final da lista, constam os textos os quais não conseguimos encontrar referências sobre a época em que foram escritos, nem mesmo de forma aproximativa. Essa cronologia, ainda que não tão exata ou completa quanto desejamos, possibilita aos estudiosos da História Antiga, aos pesquisadores, sobretudo aos plutarquistas, uma ideia não só de seu percurso intelectual, da evolução de seu pensamento, mas também de sua própria vida, de seu itinerário enquanto cidadão, um *zoon politikon*, ou seja, possibilita datar parte de sua biografia. Há, também no caso dos *Moralia*, alguns textos que não chegaram até nós, ou seja, se perderam ao longo do tempo, e ainda outros que não se sabe ao certo se são realmente da autoria de Plutarco.

No segundo quadro¹⁶⁶, registramos os nomes das personalidades biografadas por Plutarco, o período em que elas estiveram no poder (quando for o caso), e sua origem cidadã. Vale registrar que nem todas as *Vitae* se dão em pares (um grego e um romano),

¹⁶⁴ Além de Ziegler (1964), Manuel Ramos (2010, p. 125) também lista os *Moralia* em grupo: “[...] são dissertações retóricas à maneira dos Sofistas: tratados propriamente filosóficos, tratados de moral, pedagogia, política, teologia, física e cosmologia, erudição, crítica literária e histórica, tratados de “psicologia animal”, além de textos de difícil classificação. Os tratados morais, filosóficos e teológicos são dominantes”.

¹⁶⁵ Diante das complexidades e das dificuldades na datação da obra de Plutarco, sugerimos a leitura de autores que se dedicaram a essa questão: Brozek (1963); Jones (1966); Mewaldt (1907) e Stoltz (1929).

¹⁶⁶ Para se chegar a esse quadro síntese, foram utilizadas fontes variadas, incluindo busca pelos nomes dessas personalidades na internet.

que algumas delas não chegaram até nós, que quando se dão em duplas, há, na maioria das vezes, uma parte no final das obras em que Plutarco compara (moralmente) os biografados. Ademais, não se sabe a ordem cronológica em que essas biografias foram escritas. No entanto, especula-se que, com exceção de *Vidas de Galba e Oto*, todas as demais teriam sido escritas em um espaço de tempo de quinze anos, entre 100 e 115 d.C., ou seja, antes do principado de Adriano (de 117 a 138 d.C.). Tomamos, então, a mesma medida de Pinheiro (2013, p. 20) em sua pesquisa, qual seja,

[...] abandonar a intenção de usar a cronologia como critério, até porque não está provado que a escolha e a ordem dos heróis tenham tido em conta um interesse puramente historiográfico. Em muito deve ter contribuído a admiração pessoal de Plutarco por alguns heróis, o contexto histórico da sua época e as fontes necessárias à elaboração biográfica.

Passemos, na sequência, a um quadro síntese das biografias escritas por Plutarco¹⁶⁷

01	<i>Vida de Galba</i> (imperador romano de 68 a 69 d.C.) (sem par). <i>Vida de Marco Savió Oto</i> (imperador romano, 32 – 69 d.C.) (sem par).
02	<i>Vidas de Teseu</i> (personagem da mitologia grega); <i>e Rômulo</i> (rei fundador de Roma, 771 – 717 a.C.).
03	<i>Vidas de Licurgo</i> (legislador de Esparta, 800 – 730 a.C.); <i>e Numa Pompílio</i> (rei de Roma de 715 a 673 a.C.).
04	<i>Vidas de Sólon</i> (estadista e poeta ateniense 738 – 558 a.C.); <i>e Públio Valério Públicola</i> (cônsul romano de 509 a 504 a.C.).
05	<i>Vidas de Temístocles</i> (general ateniense, 524 – 449 a.C.) <i>e Marco Fúrio Camilo</i> (cônsul e ditador romano de 401 a 381 a.C.).
06	<i>Vidas de Péricles</i> (estadista e orador ateniense, 495 – 429 a.C.); <i>e Fábio Máximo</i> (cônsul romano, 275 – 203 a.C.).
07	<i>Vidas de Alcibiades</i> (político-militar ateniense, 450 – 404 a.C.); <i>e Caio Marcio Coriolano</i> (general romano, séc. VI – V a.C.).
08	<i>Vidas de Timoleão</i> (militar de Corinto, 410 – 337 a.C.); <i>e Paulo Emílio</i> (cônsul romano de 219 a 2016 a.C.).
09	<i>Vidas de Pelópidas</i> (político e militar tebano, ? – 364 a.C.); <i>e Marco Cláudio Marcelo</i> (cônsul romano por 5 vezes, de 222 a 208 a.C.).
10	<i>Vidas de Aristides</i> (político-militar ateniense, 535 – 468 a.C.); <i>e Catão, (Cato Maior / Marco Catão)</i> , (cônsul romano, 234 – 149 a.C.).
11	<i>Vidas de Filopêmen</i> (general grego, 253 – 184 a.C.); <i>e Tito Quincio Flaminino</i> (cônsul romano, 229 – 174 a.C.).
12	<i>Vidas de Pirro</i> (filósofo grego, 360 – 270 a.C.); <i>e Caio Mário</i> (cônsul romano por sete vezes, 157 – 86 a.C.).
13	<i>Vidas de Lisandro</i> (general espartano, ? – 395 a.C.);

¹⁶⁷ Boulogne (1999, p. 174-202) apresenta um pequeno resumo da vida de alguns dos biografados de Plutarco, além de fazer uma espécie de *balanço* de algumas comparações dessas vidas feitas pelo filósofo grego.

	<i>e Lúcio Cornélio Sula</i> (militar e estadista romano, 138 – 78 a.C.)
14	<i>Vidas de Címon</i> (general ateniense, 510 – 449 a.C.); <i>e Licínio Lúculo</i> (cônsul romano, 118 – 56 a.C.).
15	<i>Vidas de Nícias</i> (general e político grego, 470 – 413 a.C.); <i>e Marcos Crasso</i> (cônsul romano em 70 e em 55 a.C., 114 – 53 a.C.).
16	<i>Vidas de Agesilau II</i> (rei de Esparta entre 400 e 360 a.C.); <i>e Eumênes</i> (rei de Pérgamo entre 197 e 159 a.C.).
17	<i>Vidas de Sertório</i> (general romano, 126 – 72 a.C.); <i>e Pompeu</i> (cônsul romano de 52 a 51 a.C.).
18	<i>Vidas de Alexandre, o Grande</i> (rei da Macedônia entre 336 e 323 a.C.); <i>e Júlio César</i> (ditador romano, 100 – 44 a.C.).
19	<i>Vidas de Focião</i> (general e político ateniense, 402 – 318 a.C.); <i>e Catão de Útica (o Jovem)</i> (romano, tribuno da plebe, 95 – 46 a.C.).
20	<i>Vidas de Ágis</i> (governante espartano, 265 – 241 a.C.) (dois pares juntos). <i>e Cleômenes</i> (governante espartano, 260 – 219 a.C.) (dois pares juntos).
21	<i>Vidas de Tibério</i> (imperador romano, 14 a.C. – 37 d.C.); (dois pares juntos). <i>e Caio Graco</i> (tribuno da plebe, 154 – 121 a.C.) (dois pares juntos).
22	<i>Vidas de Demóstenes</i> (político e orador ateniense, 384 – 322 a.C.); <i>e Cícero</i> (político e filósofo romano, 106 – 43 a.C.).
23	<i>Vidas de Demétrio</i> (rei da Macedônia, 337 – 283 a.C.); <i>e Antônio</i> (cônsul e triúmviro romano, 83 – 31 a.C.).
24	<i>Vida de Díon</i> (Tirano grego, de Siracusa, 408 – 354 a.C.); <i>e Marco Bruto</i> (senador romano, 85 – 42 a.C.).
25	<i>Vida de Artaxerxes</i> (rei persa, ? – 424 a.C.) (sem par). <i>Vida de Arato</i> (poeta grego, 315 – 240 a.C.) (sem par).
26	<i>Vidas de Epaminondas</i> (general grego, 418- 362 a.C.); <i>e Cipião Africano</i> (cônsul romano, 205 – 183 a.C.).

Boulogne (1994) observa que a divisão da obra de Plutarco em dois grandes grupos – *Moralia* e *Vitae* –, não significa que as *Vitae* não tratem de questões morais, pelo contrário. Como dissemos no início desta dissertação, Plutarco compõe suas biografias justamente buscando nas personalidades que alcançaram a celebridade por suas ações políticas exemplos de ética e de moralidade, seguindo e segundo parâmetros próprios da tradição helênica. Beck (2014, p. 5) corrobora esse posicionamento:

A tendência moralizadora do método de caracterização de Plutarco nas *Vidas* mostra-se bem estabelecida. A correspondência temática entre as *Vidas* e os *Moralia* é particularmente profícua a este respeito. O sistema hierárquico de classificação de Plutarco classifica a realização humana de acordo com seu grau de dependência ontológica. Isso significa dizer que ele considera no mais alto grau aqueles indivíduos que são os sujeitos de ações (incluindo-se declarações), mais do que aqueles que escrevem sobre eles ou os representam.¹⁶⁸

¹⁶⁸ “The moralizing tendency of Plutarch’s method of characterization in *Lives* is now well established. The thematic correspondence between the *Lives* and the *Moralia* is particularly pronounced in this regard. Plutarch’s hierarchical system of valuation ranks human achievement according to its degree of ontological

No entanto, Frazier (2016, p. 22-23) percebe que não é comum vermos historiadores se debruçando sobre as *Vitae* de Plutarco, pesquisando nelas questões morais enquanto material histórico e tampouco relacionando, ou melhor, confrontando biografia e história, ainda que isso possa ser entendido, visto como natural e até mesmo desejável:

Provavelmente incomodados ao mesmo tempo pela distinção tradicional das obras de Plutarco em *Vidas* de um lado e *Moralia* do outro, e pela concepção moderna de biografia, que pode ser mais ou menos histórica ou mais ou menos romancizada, mas que tem, nessa situação, pouca relação com o ensino moral, os especialistas de Plutarco raramente trataram as *Vidas* como obras morais; ou, mais exatamente, isso foi feito apenas no contexto de estudos mais amplos sobre o pensamento filosófico e moral de Plutarco.¹⁶⁹

Esse excerto de Frazier no leva a tratar, ainda que sucintamente, da questão da biografia na Antiguidade. Na época de Plutarco, e mesmo antes dela, o termo *biografia* não era comum. Para esse tipo de texto/gênero usava-se justamente o termo *vitae* (vidas), que se caracterizava, *grosso modo*, pela história de vida de uma pessoa, geralmente personalidade (re)conhecida, contada a partir de um estrutura relativamente padrão: nascimento, origem, família, educação, ascensão social, atividades públicas, vida moral e morte. Isso significa dizer que Plutarco não foi o primeiro e tampouco o único a escrever biografias¹⁷⁰. Para ficarmos somente com alguns exemplos de biógrafos da Antiguidade, tem-se: Díon Cássio, Lucano, Suetônio, Veleio Patérculo¹⁷¹ e Plutarco; autores preocupados em retratar um passado geralmente tido como distante e glorioso e reforçar

dependency. That is to say he regards more highly those individuals who are doers of deeds (including statements) than those who write about or represent them.”

¹⁶⁹ “Probablement gênés à la fois para la distinction traditionnelle des œuvres de Plutarque en *Vies* d’un côté et *Moralia* de l’autre, et par la conception moderne de la biographie qui peut être plus au moins historique ou plus au moins romancé, mais n’a, en tout état de cause, que peu de rapport avec l’enseignement moral, les spécialistes de Plutarque ont rarement abordé les *Vies* comme des œuvres morales ; ou, plus exactement, cela n’a été fait que dans le cadre d’études plus larges sur la pensée philosophique et morale de Plutarque.”

¹⁷⁰ Para Eugen Cizek (1977, p. 27), “Plutarco seria o representante de um gênero biográfico patético, dramático e artístico, enquanto Suetônio ilustraria um gênero mais reflexivo, realista e impessoal. Plutarco seria um moralista e Suetônio um escritor completamente indiferente aos problemas colocados pelo julgamento moral”. (“Plutarque serait le représentant d’un genre biographique pathétique, dramatique et artistique, alors que Suétone illustrerait un genre plus réfléchi, réaliste et impersonnel. Plutarque serait un moraliste et Suétone un écrivain complètement indifférent aux problèmes posés par le jugement moral.”)

¹⁷¹ Veleio Patérculo (19 a.C. – 31 d.C.), romano que fez carreira militar sob o império de Augusto e foi pretor sob o império de Tibério. Escreveu *História Romana*. É o historiador mais próximo dos eventos que envolvem Cleópatra, Antônio e Otávio.

os valores morais da cultura helênica (*paideia* e/ou do *humanitas*) (MARINCOLA, 1997; 2007).

Entre os séculos I a.C. e III d.C., era comum os biógrafos e literatos descreverem a história de vida de pessoas valendo-se de uma espécie de padrão (régua) moral e comportamental. Com isso, eles circunstanciavam o universo das representações sociais e dos saberes vigentes tanto no espaço-tempo dos biografados como também nos seus próprios, o que acrescenta aos textos valor documental histórico, ainda que permeados de ficcionalidade (cf. SWAIN, 1996). As fronteiras do gênero *biografia* com outros gêneros configuram, desde a Antiguidade até os dias de hoje, algo fluido, complexo e polêmico¹⁷². Na época de Plutarco, o gênero (auto)biográfico engendrava sobretudo os da história, da filosofia e da literatura, ou seja, não havia uma divisão clara desses gêneros.

Mikhail Bakhtin, interessado nas nuances das biografias da Antiguidade, fala em *biografia energética* (ações pessoais do sujeito) e *analítica* (vida social, familiar). Segundo o autor, a primeira enquadraria melhor a obra de Plutarco e a segunda a de Suetônio:

O principal representante desse segundo tipo de biografia é Suetônio. Se Plutarco exerceu enorme influência na literatura, sobretudo no drama (pois o tipo energético da biografia é, por essência, dramático), Suetônio então teve influência principalmente sobre o gênero estritamente biográfico, particularmente na Idade Média (BAKHTIN, 1993, p. 259).

Como ponto em comum às (auto)biografias na Antiguidade, tem-se o valor educativo, instrucional das obras, que se serviam da vida dos biografados para traçarem uma modelo de homem ideal, a partir do desenvolvimento de suas faculdades físicas, intelectuais e morais, cuja finalidade era conhecer (-se) e tornar o espírito, a alma mais nobre, conforme os preceitos helênicos (*paideia*, *humanitas*, *mos maiorum*).

Voltando ao quadro que compõe as *Vitae*, tem-se que a coletânea de Plutarco conta com aproximadamente cinquenta biografias, a maioria em pares, de renomados reis e imperadores, ditadores e generais gregos e romanos. O conjunto dessa obra chegou até nós de duas formas: uma que busca respeitar a ordem cronológica e uma outra que leva em consideração aspectos geográficos ou geopolíticos. Há, ainda, o Catálogo de Lâmprias, que seria, num certo sentido, uma terceira forma de organização da obra plutarquiana. A lista apresentada acima respeita a ordem com que foram traduzidas e

¹⁷² Aldo Sobral (2007), divide os gêneros biográficos na/da Antiguidade em “ecômio”, peripatético” e “alexandrino”. Sobre as biografias literárias romanas, eles as classifica como “carmina convivalia”, “carmina triumphalia”, “neniae”, “laudationes fúnerbres” e Stemmata”.

publicadas por Robert Flacelière. Vê-se que são aproximadamente vinte e dois pares de biografias (quarenta e seis biografias no total, visto que um dos pares tem quatro vidas – Agis e Cleômenes, Tibério Gracus e Caio Gracus, além de quatro biografias sem par – Aratus, Artaxerxes, Galba e Oto). Especula-se que algumas outras biografias se perderam, ou melhor, não chegaram até nós, tais como a de Hércules, Escipião, Epaminondas, Otávio, Claudio, Metelo e Nero. Quanto à importância (e uso) desses líderes para a narrativa biográfica e filosófica de Plutarco, Beck (2014, p. 5-6) entende que

Os indivíduos que incorporam ativamente esse ideal de compromisso cívico são líderes políticos e militares. O objetivo maior desses indivíduos talentosos era o de prestar serviços a suas comunidades com sua capacidade política, por mais diminuído que esse papel possa ter sido à luz da hegemonia política romana. Isto é o que o próprio Plutarco escolheu fazer e nisso ele diverge significativamente dos epicuristas. Por outro lado, ele também queria que seus leitores vissem esses homens como pessoas com as quais se poderia identificar. A idealização excessiva foi assim evitada. Em vez disso, ele se empenha para quebrar a distância entre os biografados e seus leitores e redefinir um retrato mais próximo com o qual se possa examinar e se identificar, pelo menos em parte.¹⁷³

Plutarco, no prefácio de *Vidas de Timoleão e de Paulo Emilio* explica a razão pela qual decidiu compor as biografias:

Aconteceu-me ter iniciado a composição destas biografias por insistência de outros, mas, se continuo essa tarefa, faço-o já no meu próprio interesse; é como se a história [dos grandes homens] fosse um espelho onde procuro, de alguma forma, ordenar e conformar a minha vida à imagem das suas virtudes. É que nada há de mais semelhante à companhia e convívio com uma pessoa do que quando, através da história, os recebo a cada um deles como hóspede em minha casa, mantendo-os e conservando-os comigo e contemplando “como era alto e belo”, selecionado, para as dar a conhecer, de entre as suas ações, as mais notáveis e as mais belas (PLUTARCO, *Vida de Timoleão*, I).¹⁷⁴

¹⁷³ “The individuals who actively embody this ideal of civic commitment are political and military leaders. The ultimate goal of talented individuals was to serve their communities in a political capacity, however diminished that role may have been in light of Roman political hegemony. This is what Plutarch himself chose to do and in this he diverges significantly from the Epicureans. On the other hand he also wanted his readers to experience these men as people that could be identified with. Excessive idealization was thus avoided. Instead he endeavors to break down the distance between his subjects and his readers and render a more intimate portrait that we can examine and identify with, at least in part.”

¹⁷⁴ “Je me suis mis à la rédaction des *Vies* pour rendre service aux autres ; mais si, par la suite, j’y ai persévéré et même avec complaisance, c’était dans mon intérêt. L’histoire me présente, comme en un miroir, les vertus des grands hommes, auxquelles je m’efforce de conformer ma vie pour l’embellir. Accueillir à tour de rôle chacun de ces modèles et lui donner l’hospitalité de l’histoire, n’est-ce pas l’équivalent d’un commerce et d’une liaison intimes ? On peut ainsi contempler leur grandeur et apprécier leurs qualités en prenant dans leur activité, pour arriver à les bien connaître, les traits les plus importants et les plus beaux.”

Vê-se que Plutarco inicialmente assumiu o compromisso de compor parte de suas *Vitae* a pedido de amigos, entre os quais personalidades importantes, tanto gregas como romanas. No entanto, é possível deduzir que o biógrafo dos grandes homens também foi motivado pelo convívio com grandes personalidades e pela admiração de outras tantas do passado, muitas delas como ideários de virtudes aos quais ele se espelhava (espelho de virtudes), sendo esse um dos principais motivos de sua escrita biográfica. Até mesmo os erros das ações e os defeitos morais criticados por Plutarco em seus biografados lhe servem como (anti)modelo para tecer suas formulações morais. Também não se sabe ao certo as razões específicas das escolhas de Plutarco quanto aos biografados e tampouco sobre a opção pelos pares, já que não há coincidência ou equivalência temporal sistemática. Por exemplo, o cônsul e triúmviro romano – Antônio viveu entre 83 e 31 a.C.; já seu par biográfico, o rei da Macedônia – Demétrio, viveu entre 337 e 283 a.C.. Como assevera Pinheiro (2013, p. 46), “[...] Plutarco sacrifica muitas vezes a ordem cronológica nas *Vidas*, em favor da organização temática, chegando a interromper a narração cronológica para se deter na descrição e análise do ethos”.

Ainda a respeito da citação na qual Plutarco se refere às biografias escritas por ele como espelho para refletir sobre si próprio, Beck (2014, p. 6) diz o seguinte:

Como o próprio Plutarco diz, ele olhou para o espelho que ele criou e viveu sua vida. Assim, apesar de viajar muito, visitando a Grécia, Macedônia, Creta, Itália (incluindo Roma), norte do Egito e partes da Ásia Menor, a casa de Plutarco continuou sendo sua amada Queroneia, e no prólogo de *Vida de Demosthenes* (II, 2), ele expressa seu desejo de viver lá para que ela “não se torne ainda menor”. Plutarco era politicamente ativo em Queroneia, tendo servido em embaixadas para procônsules, aceitado postos municipais e supervisionado projetos locais de construção. Como prova de sua reputação literária, lhe foi conferido o título de *ornamenta consularia*. Jovens se reuniam em sua casa para instrução em filosofia e matemática. Notavelmente, ele também se tornou sacerdote do santuário em Delfos por vários anos.¹⁷⁵

Esse espelho de que fala Plutarco (e também Beck, 2014) nos remete a François Hartog (1999) e seu “espelho de Heródoto” e a representação do outro. Plutarco, ao olhar,

¹⁷⁵ “As he himself tells us, Plutarch looked into the mirror he had created and lived his life Accordingly. Despite traveling widely, visiting Greece, Macedonia, Crete, Italy (including Rome), Northern Egypt, and parts of Asia Minor, Plutarch’s home remained his beloved Chaeronea, and in the prologue to his Life of Demosthenes (II, 2) he expresses his desire to live there that “it may not become even smaller.” He was politically active in Chaeronea, he served on embassies to proconsuls, accepted municipal posts, and oversaw local building projects. As a sign of his literary repute he was bestowed with the *ornamenta consularia*. Young people gathered in his home for instruction in philosophy and mathematics. Notably he also became priest of the nearby sanctuary of Apollo at Delphi for a number of years.”

observar e escrever sobre aqueles homens ilustres que ele biografava, acaba por olhar, observar e escrever sobre si próprio, como ele mesmo afirma. Para Frazier (2016, p. 113):

Através dos retratos que ele traça, Plutarco, sem dúvida, revela muito mais de si mesmo do que do verdadeiro ser histórico do qual ele afirma descobrir a verdade. Podemos entender os outros sem projetar um pouco de nós mesmos? Esses limites, no entanto, inerentes à natureza humana, ficam ainda mais em evidência quando aquele que tenta entender, por mais honesto que ele seja – e a honestidade de Plutarco não está em questão – também faz os leitores pensar.¹⁷⁶

Nesse sentido, sendo nós leitores de Plutarco, o mesmo acontece conosco, que, nos debruçando sobre o *corpus* escolhido, estamos, em última instância, nos mirando nesse espelho, seja para validar, legitimar ou refutar aquilo que vemos. De qualquer forma, o *outro*, que por espelhamento (nos) remete a nós mesmos, compõe uma complexa trama identitária. Isso porque, como comenta Hartog (1999, p. 228):

Se a narrativa se desenvolve justamente entre um narrador e um destinatário implicitamente presente no próprio texto, a questão é então perceber como ela ‘traduz’ o outro e como faz com que o destinatário creia no outro que ela constrói. Em outros termos, tratar-se-á de descobrir a retórica da alteridade em ação no texto, de capturar alguma de suas figuras e de desmontar alguns de seus procedimentos – em resumo, de reunir as regras das quais se opera a fabricação do outro.

Entre o *eu* e o *outro*, tem-se identidades e alteridades fluidas, uns inventando os outros e se (re)inventando, no passado, no presente e no futuro. Isso serve para nós hoje e também para os antigos, como Antônio, Otávio, Cleópatra e Plutarco, pessoas que se utilizaram de elementos culturais advindos de suas relações com o(s) outro(s), construindo suas identidades nas alteridades e vice-versa.

No conjunto das *Vitae*, a narrativa do polígrafo queronense poderia ser classificada com um gênero híbrido e heterogêneo. Vê-se que há uma tênue fronteira entre os gêneros biográfico, historiográfico e filosófico em Plutarco. A obra se alimenta da História e as fontes utilizadas por ele para compor suas biografias foram, pelo menos em parte, produzidas por historiadores. No prólogo da *Vida de Címon e Luculus* (II, 2-4)

¹⁷⁶ “À travers les portraits qu’il trace, Plutarque révèle sans doute beaucoup plus de lui-même que de l’être historique réel dont il prétend découvrir la vérité. Peut-on d’ailleurs jamais comprendre autrui sans projeter un peu de soi-même ? Ces limites cependant, inhérentes à la nature humaine, s’accusent encore quand celui qui essaie de comprendre, si honnête qu’il se veuille – et l’honnêteté de Plutarque n’est pas en cause –, prétend aussi donner à penser à ses lecteurs.”

Plutarco registra algumas das razões que o levaram a escrever as *Vitae*, além de seu posicionamento quanto à distância temporal que o separa de seus biografados:

Para nós, embora distantes dessas gerações, nos consideramos em dívida com elas pelos serviços que prestaram. Estamos convencidos de que um retrato só retém a forma do corpo e algumas características do rosto; e isso não representa a mesma beleza que uma imagem que traz consigo o caráter e a conduta dos homens ilustres. Por isso, retomamos na escrita das *Vidas Paralelas* as ações desses homens, expondo-as com verdade. Eles mesmos não iriam querer que relatos falsos e alterados de suas vidas fossem a recompensa de um depoimento que forjasse uma narração falsa a favor deles, em vez de um testemunho verdadeiro. Quando um pintor faz o retrato de uma pessoa bonita, cujo rosto, cheio de graça, é visto com alguns pontos de luz, não queremos que ele os suprima por completo ou que os faça com muita fidelidade: um seria prejudicial à beleza do retrato, o outro à semelhança. [...] Mas as falhas e as manchas com as quais as paixões ou as necessidades políticas pontuam as ações dos homens, devemos considerá-las menos como vícios reais do que como imperfeições de alguma virtude: em vez de desenhar muito escrupulosamente as características, e muito profundamente na história, vamos nos comportar com uma espécie de respeito pela fraqueza da natureza humana, que não produz um caráter verdadeiramente perfeito, nem podemos propor como um modelo irrepreensível de virtude.¹⁷⁷

Há uma certa regularidade estrutural nas *Vitae* de Plutarco. A grande maioria delas conta com: i) algumas considerações sobre a escolha dos biografados; ii) os motivos do paralelismo entre os biografados; iii) um conjunto de elementos considerados dignos de memória. A partir daí começa-se a biografia propriamente dita, que conta com: i) a origem e o estatuto social do biografado; ii) sua caracterização física e formação das qualidades morais; iii) o caráter, geralmente agregado à vida privada e pública (passagem da juventude para a vida adulta); iv) o desempenho na vida pública (vida adulta); v) os feitos, as ações políticas e militares; vi) o reconhecimento público pelos atos heroicos; vii) a morte do herói e sua memória; viii) uma pequena comparação entre os biografados, com ênfase nos aspectos morais.

¹⁷⁷ “Pour nous, bien qu’ éloignés de ces temps par plusieurs générations, nous nous estimons redevables à eux pour les services qu’ ils ont rendu: aussi, persuadés qu’ un portrait qui ne rend que la forme du corps et les traits du visage n’ a pas la même beauté qu’ une image qui représente les mœurs et le caractère, nous tracerons dans ces *Vies Parallèles* le tableau fidèle et vrai des actions de hommes illustres. Il suffit, pour acquitter notre reconnaissance, de conserver le souvenir de ce qu’ ils ont fait ; et eux-mêmes ils ne voudraient pas qu’ un récit faux et altéré de leur vie fût le salaire d’ une véridique déposition. Quand un peintre fait le portrait d’ une belle personne, dont la figure, remplie de grâce, à quelques taches légères, nous ne voulons ni qu’ il les supprime entièrement, ni qu’ il les rende avec trop de fidélité : l’ un nuirait à la beauté du portrait, l’ autre à la ressemblance. [...] Mais les fautes et les taches dont les passions ou la nécessité politique parsèment les actions des hommes, nous les devons regarder moins comme de véritables vices que comme des imperfections de quelque vertu : au lieu d’ en tracer trop scrupuleusement les traits, et trop profondément, dans l’ histoire, ménageons avec une sorte de respect la faiblesse de la nature humaine, laquelle ne produit point de caractère vraiment parfait, ni qu’ on puisse proposer comme un modèle irréprochable de vertu.”

Boulogne (1999, p. 57), provocando o leitor e buscando polemizar a temática, vê em *Vitae* uma espécie de enquete, que mede a supremacia entre gregos e romanos, em uma escala de comparativos e superlativos de superioridade entre homens ilustres representantes dessas duas culturas, como se isso fosse possível e aceitável nos dias atuais: “*Vidas Paralelas* devem ser consideradas como uma pesquisa para fornecer uma resposta à seguinte pergunta: os romanos são melhores que os gregos?”¹⁷⁸ Complementando essa discussão, Erskine (2010) vê que a “aceitação” de Roma por parte das elites gregas, no entanto, vem, às vezes, acompanhada de um sentimento de perda, até mesmo ressentimento, que encontra expressão na idealização do passado clássico grego, bem ao gosto da Segunda Sofística. Plutarco, por exemplo, emparelha, em *Vitae*, um famoso grego com um homólogo romano e, com isso, faz uma reivindicação implícita de uma igualdade de *status*. Algumas dessas comparações parecem demonstrar que os gregos eram até mesmo superiores aos romanos (SILVA, 2006a). A idealização de um passado glorioso deu espaço para os discursos de grandeza, porém, em outras obras, Plutarco lamenta as restrições que o domínio romano impôs às elites cívicas de sua época. Já para Pinheiro (2013, p. 58), as *Vitae* de Plutarco não vislumbram uma inclinação clara por declarar a superioridade helênica, mas “[...] apenas assumem que os valores da sua cultura, a grega, são os que mais interessam naquele momento, aliados ao poderio romano e aos nobres princípios da própria cultura romana”.

O fato de iniciar as comparações com um modelo grego não significa necessariamente uma preferência, já que essa opção pode dizer respeito ao mais antigo, ou melhor, ao que viveu primeiro ou, ainda, ao modelo helênico, o que confirma que a cultura grega precede cronologicamente à romana. A respeito dos procedimentos de Plutarco no julgamento de seus biografados gregos e romanos, um entendimento relativamente diferente é assumido por Joseph Geiger (2014, p. 297), quando ele afirma que

Um corolário do propósito do biógrafo, restrito às vidas romanas, é a importância que ele acorda à *paideia* helênica para julgar os heróis. A importância da cultura para a formação do caráter diz claramente mais sobre o biógrafo do que sobre seus biografados. O grau de absorção da cultura helênica é para ele um critério importante na avaliação do caráter romano, o que pode ser demonstrado com vários exemplos.¹⁷⁹

¹⁷⁸ “Vies parallèles sont à considérer comme une enquête destinée à fournir une réponse à la question suivant: les Romains dépassent-ils les Grecs en qualité?”

¹⁷⁹ “A corollary of the biographer’s purpose, restricted to the Roman Lives, is the importance he accords to the heroes’ Hellenic *paideia*. The importance of culture for the shaping of character tells of course more

Privilegiando ou não mais os gregos do que os romanos, fato é que Plutarco dedica suas *Vitae* aos romanos, seus co-enunciadores, compatriotas e possíveis financiadores. Plutarco demonstra se dedicar em suas *Vitae* muito mais à natureza humana, buscando exemplos, modelos de condutas morais que confirmem suas posições ideológicas, políticas, filosóficas e religiosas:

As virtudes desses homens mostram, para além de suas diferenças finais e diminutas, um caráter único, um aspecto e uma qualidade moral única constituída por uma mistura comum, como se tivessem sido misturados de acordo com medidas iguais de humanidade, a saber, o rigor e a coragem nas questões de segurança, o cuidado com os outros e consigo mesmo, as precauções contra o vício e a energia para se fazer justiça, tudo isso conjugado em uma harmonia idêntica¹⁸⁰ (PLUTARCO, *Vida de Focião*, III, 8).

As *Vitae* tornam-se, nesse contexto, uma espécie de pano de fundo histórico, um cenário teatral (mimético)¹⁸¹, onde os fatos são narrados quase de maneira ilustrativa, ou seja, a nível de simples circunstâncias. O que conta sobremaneira são o caráter dos personagens, suas ações e seus perfis intelectuais e morais expostos e julgados em perspectiva humana, além, evidentemente, de provocar a catarse em seus leitores. A esse respeito, Frazier (2016, p. 34) assevera que “[...] Plutarco apresenta sua análise como válida no absoluto; ela não explica as guerras, mas são as guerras que confirmam sua validade”.¹⁸² Em uma espécie de vai-e-vem entre detalhes da vida dos biografados e sínteses das batalhas por eles vividas, Plutarco busca, com seus procedimentos retórico-discursivos e teatrais, persuadir seus interlocutores dos julgamentos (positivos e negativos, ou melhor, tanto os méritos quanto os deméritos), dando primazia aos valores morais em detrimento da realidade histórica imediata.

about the biographer than about his subjects. The degree of absorption of Hellenic culture is for him an important yardstick in evaluating Roman character, as can be demonstrated by various examples.”

¹⁸⁰ “Les vertus de ces hommes montrent, jusqu’en leurs différences ultimes et infimes, un seul caractère, un seul aspect et une seule qualité morale constituée par un mélange commun, comme si avaient été mêlés selon des mesures égales d’humanité à la rigueur et le courage au souci de la sécurité, et comme si la sollicitude pour autrui mais la désinvolture pour soi-même, les précautions contre le vice mais l’énergie pour la justice étaient conjuguées dans une harmonie identique.”

¹⁸¹ Como assevera Domingues (2013, p. 73) “Julgamos poder afirmar que Plutarco prefere introduzir nas biografias elementos dramáticos, problematizando a relação que a *arete* e a *tyche* têm com os acontecimentos”.

¹⁸² “Plutarque présente son analyse comme valable dans l’absolu; elle n’explique pas les guerres mais ce sont les guerres qui confirme sa validité.”

Como veremos mais adiante, esse procedimento não é exclusivo de Plutarco. Também não é exclusivo de Plutarco denegrir a imagem do Oriente, de Cleópatra e de Antônio. Essa atitude era comum aos poetas, biógrafos, historiadores, filósofos e políticos da Antiguidade contemporânea da rainha e nos séculos subsequentes. Compreendido no que se entende por “formalismo estoico”¹⁸³, intelectuais como Plutarco buscavam banir simbolicamente os excessos dos costumes personificados em personagens emblemáticas, dando relevo às virtudes aos bons costumes greco-romanos. Diante da necessidade de exaltar o conservadorismo, o respeito às normas e aos bons costumes greco-romanos, Cleópatra e o Egito tornam-se, sob a pluma dos intelectuais, alvos de críticas que, com o tempo, só aumentaram. Com discursos como os de Plutarco, em harmonia com a propaganda otaviana, Cleópatra se torna uma personagem emblemática do Egito. Ela cristaliza em si todo o ressentimento e o preconceito de Roma.

Isso significa dizer que, em nome da construção de perfis morais, em *Vitae*, Plutarco estabelece uma causalidade diferente da causalidade histórica; ele relega a um segundo plano detalhes político-históricos e até mesmo a cronologia dos acontecimentos e as fontes consultadas: “[...] essa causalidade às vezes se impõe ao ponto de conferir à narrativa uma certa visada argumentativa, sensível [...] e o tempo, portanto, aparece menos como o lugar de um processo causal do que de um desvelamento progressivo”¹⁸⁴ (FRAZIER, 2016, p. 45). Com isso, o acontecimento deixa de se vincular a um fluxo histórico contínuo para ser suporte retórico da narrativa, uma peça isolada a serviço do autor enquanto obra “educativa”. Por essa razão, muito provavelmente, Plutarco afirmou que, em *Vitae*, ele não faz historiografia e sim biografia. Ainda que retórica, teatral e educativa, o conjunto de sua obra chega até nós como documento histórico inestimável. Sintetizando essa escritura de Plutarco, Frazier (2016, p. 62) entende que:

Essas atitudes de Plutarco, fiéis ao espírito da época, são perceptíveis em toda a sua obra, e especialmente em *Vidas* cujo passado é sua matéria. Ali, o moralista impõe uma perspectiva sobre os fatos, explora palavras famosas transmitidas pela história e até as usa para destacar essas atitudes excepcionais; mas o erudito nunca desaparece completamente e deve envernizar seu texto com explicações de toda ordem, assim que aparece um elemento curioso ou interessante a seus olhos.¹⁸⁵

¹⁸³ Para uma bibliografia a respeito do estoicismo na Antiguidade, cf. Andityas Soares de Moura Costa (2009) e Alexandre Augusto de Castro Corrêa (1950).

¹⁸⁴ “Cette causalité s’affirme parfois au point de conférer au récit un certain tour argumentatif, sensible [...]; et le temps apparaît ainsi moins comme le lieu d’un processus causal que d’un dévoilement progressif.”

¹⁸⁵ “Ces attitudes de Plutarque, fidèles à l’esprit du temps, sont sensibles un peu partout dans son œuvre, et surtout dans les *Vies* dont le passé est matière. Là, le moraliste impose aux faits une perspective, exploite

Em uma perspectiva reducionista entre superioridade vs inferioridade entre gregos vs romanos e entre greco-romanos e bárbaros, esses paralelismos poderiam ser tanto um sinal de equidade quanto uma forma sutil de mostrar que as diferenças são muito mais marcantes do que as semelhanças. Com elas, o autor baseia suas confrontações e sua estrutura narrativa em uma espécie de “jogo de oposições” dicotômicas. No entanto, Geiger (2014, p. 298) relativiza isso:

[...] sugere-se que o paralelismo das *Vitae* transcende o que é observado nos pares de biografados. Na verdade, toda a série de personagens que compõem as *Vitae* é uma justaposição da história grega e romana, a construção do helenismo vs a da romanidade. No entanto, as imagens espelhadas das duas culturas não obliteram o fato de que todo o trabalho é escrito sob o ponto de vista grego a respeito do que é ser romano e do que é Roma, ambos medidos por critérios gregos, helênicos. Plutarco representa, aqui, algo que nunca (ao que se saiba) havia sido feito antes: uma tentativa de escala comparável para justapor as duas civilizações dominantes da antiguidade.¹⁸⁶

No caso de *Vida de Antônio*, vê-se que, através das análises comportamentais dos personagens sob o jugo moral, Plutarco insiste em repisar o caráter “egípcio” e “oriental” da rainha e sua relação amorosa (imoral e ilegal) com Antônio, silenciando aspectos políticos e militares como estratégia retórico-discursiva: “[...] o que chamaríamos hoje de guerra de propaganda¹⁸⁷ (GAUDEFRROY, 2017, p. 135)”. O historiador narra com detalhes as humilhações pretensamente vividas devido às condutas indignas de Antônio, visto como manipulado pelos caprichos da “egípcia”. Em 34 a.C., Antônio, ao celebrar, em Alexandria, seu triunfo pelos territórios conquistados, é visto por historiadores como Plutarco e Díon Cássio, como traidor de Roma. Cabe dizer que o triunfo era uma instituição romana venerável, tão antiga quanto o próprio estado, cuja origem remonta

les mots célèbres transmises par l’histoire et utilise même celle-ci pour mettre en valeur telles attitudes, exceptionnelles ; mais l’érudit ne disparaît jamais totalement et se doit d’émailler son texte d’explications de tous ordres, dès qu’apparaît un élément curieux ou intéressant à ses yeux.”

¹⁸⁶ “Nevertheless it has been suggested that the parallelism far transcends that observed in the individual pairs, and that in fact the entire series is a juxtaposition of Greek and Roman history, the construct of Hellenism versus that of Romanness. Yet the mirror images of the two cultures do not obliterate the fact that the entire work is written from a Greek point of view, that it is the Roman, and Rome, that is measured by the yardstick of the Greek, and of Greece. Though as we saw Plutarch had some precedent in Nepos, there never has been (and seems never to have been repeated) an attempt on a comparable scale to juxtapose the two dominant civilizations of antiquity.”

¹⁸⁷ “[...] ce qu’on appellerait aujourd’hui une guerre de propagande.”

aos ditirambos gregos e dos festivais dionisíacos¹⁸⁸. Trata-se de um espetáculo público de elevação do humano ao patamar de divindade. Assim, o fato de esse espetáculo proporcionado por Antônio ter acontecido em Alexandria e não em Roma foi o causador de uma crise política que somou-se à discórdia já instalada entre os triúmviros. Segundo Huzar (1988, p. 348),

A propaganda e a guerra contra Cleópatra despertaram uma xenofobia histórica na Itália, conforme os rumores que César, e depois Antônio planejavam mudar a capital de Roma para Alexandria, uma cidade considerada licenciosa, corrupta e perigosa. Poucos romanos haviam visitado o Egito, e ainda menos romanos lá tinham se estabelecido, e o distanciamento se somava ao medo.¹⁸⁹

Essa propaganda otaviana de oposição vai ao encontro do sentimento popular, que já via a rainha do Egito como a responsável por vários conflitos desde César¹⁹⁰. Esse sentimento foi aflorado pela propaganda orquestrada por Otávio, que acabou por orientar não só as massas, mas também os historiadores em suas leituras dos fatos. Desde que Antônio se aliara a Cleópatra, Otávio age com reserva com relação a eles e a favor de seu poder sobre Roma. Ele manipula discursos de depreciação contra seus inimigos, valendo-se de críticas aos comportamentos morais e éticos e estéticos de Antônio e Cleópatra (cf. GURVAL, 1995). (Res)surge, nesse cenário, uma ideologia que reverbera ou encontra eco no imaginário social e na literatura greco-romana por séculos. Com base na *paideia* e no *humanitas* (*mos maiorum*), atitudes foram tomadas tendo o *outro* (o estrangeiro) como elemento opositor, ainda que constitutivo, do *nós* (romanos ou greco-romanos). Para tanto, Otávio, com a ajuda de intelectuais¹⁹¹, busca construir seu próprio *ethos* como romano bom e leal, e um *ethos* de Antônio como traidor público e rival degenerado de

¹⁸⁸ Segundo Goldsworthy (2011, p. 47), “[...] era necessário, segundo uma regra introduzida pelo Senado em Roma, que se matasse pelo menos cinco mil inimigos em batalha antes que um general fosse elegível para um triunfo”.

¹⁸⁹ “The propaganda and war against Cleopatra had roused an hysterical xenophobia in Italy, as had the rumors that Caesar, then Antony planned to move the imperial capital from Rome to Alexandria, a city judged licentious, corrupt and dangerous. Few Romans had visited Egypt, still fewer had settled there, and remoteness added to the fear.”

¹⁹⁰ Sobre a propaganda arquitetada/orquestrada por Otávio contra Cleópatra, cf. Kenneth Scott (1929; 1933) e Nuno Simões Rodrigues (2013).

¹⁹¹ Entre seus colaboradores de peso, Otávio contou com Cícero e suas *Filípicas* (algumas delas retomadas nos discursos de Plutarco) para difundir sua propaganda anti-Antônio e anti-Cleópatra. Aufrère (2018, p. 32), ao pesquisar o discurso de Cícero, fala em “crime de lesa-majestade”, tamanho o ódio e a difamação que ele alimenta pela rainha e pelos seus. Sobre Antônio, Cícero (*Filípicas*, VI, III, 7) diz: “Antônio é um patife imprudente, um tolo entregue a caprichos, bêbado, obsceno, sem vergonha, depravado, libertino e saqueador. [...] A ideia que devemos ter dele não é a de um homem, mas de uma besta feroz. [...] Ele preferiu obedecer a uma mulher avarenta do que ao Senado e ao povo romano.”

Roma. E Plutarco não foge a essa regra. Valendo-se das *Filípicas* de Cícero, ele (re)traça a representação de Antônio:

[...] As pessoas honestas o odiavam, tinham nojo de vê-lo embebedar-se até o dia amanhecer, gastar de maneira escandalosa, se deitar com qualquer mulher, dormir em plena luz do dia, passar o dia embriagado e as noites em festas nos teatros ou em casamentos¹⁹² (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, IX).

Com sua narrativa, Plutarco se torna um propalador (difusor) dessa ideologia, dessa propaganda otaviana, que visa desarticular um suposto poder de Antônio e de Cleópatra no Oriente. Para Jacques Benoist-Méchin (2007, p. 12-13), essa propaganda otaviana se traduz “[...] em eventos cuidadosamente orquestrados que ganharam aplausos da multidão [a Otávio, que tinha] um desejo de (auto)glorificação ligado ao poder pessoal”¹⁹³.

Na (des)construção identitária promovida pela propaganda otaviana, Antônio é delineado pervertido pelo fasto oriental, um escravo submisso aos caprichos da egípcia, também ela alvo do confronto. Para alcançá-lo, era preciso também atacar Cleópatra sua esposa egípcia. E o cenário ideal para desenrolar da disputa não poderia ser mais adequado a Otávio: o Oriente, mais particularmente o Egito, espaço estratégico de lutas de poder entre eles. Esse ideário de Oriente exótico e ameaçador compõe, assim, uma espécie de antítese da cena cultural e política para o Ocidente. O Oriente, visto como o estrangeiro, o bárbaro, enfim como o *outro*, foi (e ainda tem sido) necessário para a dinâmica social e cultural, política e militar de nossos personagens. Um Oriente como produto histórico, construído discursivamente a partir de um mosaico de realidades que possibilitam várias apropriações e usos.

Em *Vida de Antônio*, Plutarco preocupa-se em fazer um retrato moral de Antônio, com ênfase em suas ações no Oriente, território que lhe coube a partir do início do II Triunvirato. As notícias sobre a vida de Antônio e Cleópatra chegavam a Roma como “um pavio em barril de pólvora”, para usarmos a expressão de Gaudefroy (2017, p. 136). Como em todas as biografias que escreveu, *grosso modo*, Plutarco inicia sua narrativa sobre a vida de Antônio delineando sua origem identitária e fazendo alguns comentários

¹⁹² “[...] Les gens honnêtes le détestaient, dégoûtés de le voir s’enivrer jusqu’à point d’heure, dépenser scandaleusement, traîner avec des filles, dormir en plein jour, déambuler et flâner en état d’ivresse et passer ses nuits en parties de plaisir, au théâtre ou aux noces de mimes et de bouffons.”

¹⁹³ “[...] en manifestations savamment orchestrées qui ont valu les applaudissements de la foule [à Octave qui cherchait] une volonté d’autoglorification qui aspire au pouvoir personnel.”

positivos a respeito de sua juventude e seu caráter guerreiro. Porém, já no fim de sua juventude, Plutarco dá início a uma série de críticas a respeito de problemas éticos e morais de Antônio. Na sequência, ele trata do conturbado (des)equilíbrio de forças, das desavenças e reconciliações entre os dois romanos triúmviros, descreve traços morais de ambos e suas ações. Sendo um general romano digno de uma biografia, Plutarco vê os traços morais de Antônio se deteriorarem ainda mais por culpa de Cleópatra, que aflorou males adormecidos no romano e potencializou os que ele já possuía (*Vida de Antônio*, XXV). Esses males o levam ao desfecho final, com o rompimento com Otávio, a derrota na Batalha de Ácio, sua morte e a de Cleópatra.

Com um olhar tardio e influenciado pela ideologia otaviana de depreciação da imagem identitária de Antônio e de Cleópatra, Plutarco os circunscreve no seu ideário de Oriente, o que torna mais legítimo e legível seu discurso para si mesmo e para os greco-romanos para quem ele escreve. Nesse sentido, podemos mesmo dizer que o Oriente tornou-se um espaço tão importante para Antônio, que lá cuidava de reestabelecer a diplomacia e a dominação romana, além de seus negócios políticos, militares e pessoais, quanto para Plutarco, que a partir de seu ideário desse espaço, constrói suas comparações morais e seu discurso imperialista.

2.3. PLUTARCO E SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES

Por mais clichê que possa parecer, dizer que Plutarco é/foi um homem de seu tempo nos abre a possibilidade de relacionar quem ele foi, sobre o que ele escreveu e o contexto social, cultural, político e religioso no qual ele viveu. Sendo ele um homem de seu tempo, devemos procurar saber que formas de pensamento o moldaram, quais foram seus posicionamentos assumidos nesse espaço-tempo, ou seja, sob que ideologias ele viveu e quais ele defendeu e propalou com sua obra.

Suzanne Said (1990, p. 43) vê em Plutarco uma preocupação em conciliar dicotomias opostas entre o Império Romano e o desejo grego de autonomia: “Plutarco é um homem de compromisso em matéria de política, como em matéria de religião”. A expressão “compromisso” serve para fomentar as discussões a respeito dos posicionamentos ideológicos de Plutarco. Pode ser entendida tanto como responsabilidade social quanto como “concessão” às forças, aos jogos de poder que se lhe apresentam, ou, dito de outra maneira, pergunta-se, a partir da assertiva de Said,

compromisso com quem? Com os gregos? Com os romanos?¹⁹⁴ E ainda, quando se trata de compromisso religioso, a serviço de quem ele estaria ao escrever parte de sua obra que trata da temática? A Delfos? A Roma? A Ísis e Osíris?

Como afirma Silva (2007, p. 8), “[...] a narrativa plutarquiana oscila entre sua individualidade, moldada pela cultura grega, e seu coletivo, composto de gregos, romanos e bárbaros”. Concordamos, nesse sentido, também com Balthazar (2013, p. 322), para quem “[...] os escritos de Plutarco trazem à baila suas crenças particulares e seu modo de fazer história”. Esse raciocínio nos leva à importância da escolha das fontes na busca por precisar as circunstâncias dos fenômenos ocorridos em uma sociedade específica, uma época e um lugar específicos e, sobretudo, uma pessoa específica (cf. FUNARI, 2006).

Assim, os textos de Plutarco que escolhemos como fonte dessa pesquisa tratam, prioritariamente, da vida de grandes homens públicos da História Antiga sobre os quais ele biografava, ainda que sejam perpassados por um discurso que parece mesclar historicismo, criatividade e ficcionalidade (cf. SILVA, 2007a). Por conseguinte, esbarramos, aqui, na escassez, na fragmentação e na fragilidade das fontes, tanto as de Plutarco quanto as nossas. Na Introdução de sua obra, Frazier alerta para a importância de se (de)limitar um *corpus* quando se estuda as *Vitae*, tendo em vista a suscetibilidade do confronto com as fontes históricas. Devemos evitar, ainda segundo a autora, coletar materiais dispersos e correremos o risco de cometer excessos:

Não é preciso dizer que os historiadores, na sua abordagem crítica, estão, pelo contrário, bastante interessados em questionar a possibilidade de identificar as fontes de Plutarco e a sua fiabilidade, mas são precisamente os historiadores que se esforçam para constituir e compreender os fatos, e não especialistas em literatura, preocupados em analisar a construção de um personagem na e pela escritura (FRAZIER, 2016, p. 27).¹⁹⁵

Assim como Frazier, outros plutarquistas também veem como problemática a questão das fontes em Plutarco. Não podemos, nesse sentido, nos esquecer de que pesquisamos textos escritos por alguém que, assim como nós, lê de um lugar

¹⁹⁴ Interessante notar que questões como essas eram comuns entre os gregos que viveram séculos antes de Plutarco. Políbio, historiador grego (200 a.C. – 120 a.C.) (*História*, I, 1), pergunta: “Apenas quem é inútil ou indolente para não desejar saber como e por que tipo de governo, em menos de 53 anos, quase todo o mundo habitado foi subjugado e trazido sob uma regra, a dos romanos?”

¹⁹⁵ “Il va de soi que les historiens, dans leur démarche critique, sont au contraire tout à fait fondés à s’interroger sur la possibilité d’identifier la source de Plutarque et sur sa fiabilité, mais ils sont précisément des historiens, tâchant de reconstituer et comprendre les faits, non des spécialistes de littérature, attachés à analyser la construction d’un personnage dans et par une écriture.”

ideologicamente (de)marcado, que interpreta suas fontes sem escapar às suas paixões, suas subjetividades. Plutarco, assim como nós, se vale de documentos históricos e também de outras fontes, enfim, de elementos circunstanciais, sociais, culturais, políticos, religiosos e ideológicos para criar sua trama discursiva. Ele, assim como qualquer historiador e/ou biógrafo, se submete, querendo ou não, aos imaginários e às representações sociais, aos estereótipos que regem os indivíduos em tempos e espaços específicos e distintos.

Boulogne (1999, p. 29-30) levanta uma série de questões pertinentes a respeito de Plutarco e de suas relações com o Império Romano:

Aqui surgem várias questões. Por que Plutarco está tão interessado em Roma? Existe uma ligação conjuntural entre este interesse e as atividades políticas? Ele compartilha simpatia, curiosidade ou bajulação? De fato, nenhum vestígio de ódio ou hostilidade pode ser encontrado em qualquer parte de sua obra. Outras formas de formular estas questões: as motivações são circunstanciais, diplomáticas, políticas, intelectuais, materiais? Em particular, o sucesso de sua carreira é fruto de uma colaboração com o Império Romano? Como compreender sua atitude tão benevolente em relação ao invasor de seu país? Como Plutarco reage a uma situação na qual são os não-gregos, portanto, os bárbaros, que impõem sua civilização em toda a bacia do Mediterrâneo?¹⁹⁶

Vê-se, na narrativa de Plutarco uma espécie de triangulação espacial. Como primeiro ponto, ou melhor, primeiro ângulo dessa figura, tem-se um conjunto de identidades – a de Queroneia, a de Atenas e a da Grécia, espaços/culturas que representam suas origens, sua identidade primeira; como segundo ponto, ou segundo ângulo, tem-se Roma, espaço/cultura/identidade do grande outro, o político e o desejado; e como terceiro ponto ou ângulo, tem-se também um conjunto de espacialidades – a cidade de Alexandria, o Egito, o Oriente, representando também um outro, só que renegado, abjeto, que deve ser subjogado pois representa ameaça às identidades romanas e gregas.

Parece-nos que Plutarco busca (re)construir uma identidade grega na qual ele se sente concernido (cf. SILVA, 2007a) dentro ou a partir de uma realidade imposta de uma hegemonia romana que busca encampar cada vez mais territórios estrangeiros. Resta-nos

¹⁹⁶ “Ici, surgissent plusieurs interrogations. Pourquoi Plutarque s’intéresse-t-il tant à Rome ? Existe-il un lien autre que conjoncturel entre cet intérêt et les activités politiques ? Participe-t-il de la sympathie, de la curiosité ou de la flatterie ? De fait, aucune trace de haine, ni même d’hostilité, ne se relève nulle part chez lui. Autres manières de formuler ces questions : les motivations sont-elles circonstancielles, diplomatiques, politiques, intellectuelles, matérielles ? En particulier, la réussite d’une telle carrière est-elle le fruit d’une collaboration avec l’occupant romain ? [...] Quel regard notre société peut-elle aujourd’hui porter sur ce Grec de l’Empire romain ? Comment faut-il comprendre son attitude très bienveillante à l’égard de l’envahisseur de son pays ? [...] Comment réagit Plutarque face à une situation dans laquelle ce sont des non-Grecs, donc des Barbares, qui imposent leur civilisation à l’ensemble du bassin méditerranéen ?”

saber até que ponto Plutarco se orienta pela identificação, pelo (re)conhecimento e pelo respeito às diferenças e divergências culturais entre gregos, romanos e egípcios, entre César, Antônio, Cleópatra e ele próprio e, sobretudo, até que ponto ele se orienta pelo pelas (inter)influências entre os espaços identitários. Com o olhar de um importante cidadão queronense, ateniense e romano, ele é conhecido por muitos historiadores como um biógrafo que ficcionaliza parte da vida de seus biografados, mistura fatos e dados tidos como reais e verdadeiros com lendas e mitos, e busca (sobre)por, a cultura, a política e a economia dos gregos às dos romanos e de ambos em relação às demais; e isso, como veremos no capítulo III, impacta na imagem que ele constrói de Cleópatra e na representação que ele forja do Egito e do Oriente.

Para Guarinello (2009, p. 155), “[...] não é fácil definir em que consistia a identidade grega”. Segundo o autor, a cultura grega atuava como uma espécie de sistema cultural de intercâmbio, como uma cultura franca que permitia o contato entre povos e pessoas com substratos culturais próprios e distintos, aos quais se sobrepunha sem anulá-los. Com sua subjugação ao poder romano, os gregos, sobretudo as elites, buscaram manter seu *status quo*, assimilando, como já estavam habituados, parte de uma cultura outra, no caso, a romana, ainda que a grega gozasse de grande prestígio entre os envolvidos. Tal processo encontra eco no caso do Egito, cuja elite, incluindo-se aí, a dinastia ptolomaica (helênica), reconhece e aceita o poder de Roma, procurando circunscrever um espaço próprio, autônomo e significativo, no seio da República.

No entanto, para Erskine (2010, p. 69), é preciso tomar cuidado quando se fala em consentimento quanto à dominação romana:

Com efeito, as pessoas dominadas consentiram em ser subjugadas por causa das vantagens que isso lhes trouxeram. Embora haja algo de verdade nisso e a ideia emergente de romanidade possa ser traduzida em seu apoio, precisamos evitar ir longe demais em imaginar que o império romano mudou de base, da coerção para uma base da boa vontade. Na realidade, sempre houve uma combinação desses dois elementos. As autoridades romanas nunca perderam seu apreço pelo terror. Quaisquer que sejam as regras que um governador provincial se viu obrigado, ele ainda era uma figura imprevisível e arbitrária de poder aos olhos de seus súditos. O terror tanto quanto a lealdade os mantinha em seu lugar, que, do ponto de vista do governador, pode ter sido interpretado como deferência que lhe era devida.¹⁹⁷

¹⁹⁷ “In effect, therefore, the subjects acquiesced in their own subjugation because of the advantages it brought them. While there is something in this and the emerging idea of Romanness can be adduced in support of it, we need to avoid going too far in imagining that the Roman empire changed from one based on coercion to one based on goodwill. In reality, there was always a combination of these two elements. The Roman authorities never lost their appreciation of the value of terror. Whatever rules a provincial governor may have been bound by, he was still a figure of unpredictable and arbitrary power in the eyes of

Trazendo essa discussão para o nosso foco de análise, temos que em *Vida de Antônio*, por exemplo, Plutarco registra os grandes feitos do general romano, tece, recorrentemente e não por acaso, comentários a respeito da dominação romana, do processo de colonização e romanização, além da magnitude das estruturas políticas e militares de Roma. Secundariamente, o filósofo também trata da vida de Cleópatra com vários objetivos, alguns óbvios e outros nem tanto. Ele se serve de sua narrativa para registrar os grandes feitos de Roma e sua relação imperialista com o Egito, tece vários elogios e críticas a Antônio e traz detalhes de suas relações com a rainha. Enfim, Plutarco (re)constitui a representação tanto dos dois personagens ilustres quanto de si próprio, e (re)compõe representações tanto de Roma e de Atenas quanto de Alexandria e do Egito.

Se para a historiografia, hoje, não é mais cabível, aceitável (re)tratar os eventos sociais sob uma ótica de valorização civilizacional, que tem sido não só refutada mas insistentemente criticada e combatida, vemos que Plutarco, seguindo, já na sua época, essa tradição historiográfica, produz um conjunto de obras calcado na justificativa da supremacia e da superioridade greco-romana, alimentada pela propaganda otaviana, com um discurso de cunho moral, moralista e moralizante. Silva (2009, p. 165) lembra que há, nessas oposições binárias comuns no pensamento antigo, o emprego de antagonismos, tais como o grego e o romano ligados à civilização e os egípcios ligados à barbárie. Isso porque, para Plutarco “[...] o Império Romano era capaz de executar dois movimentos contrários: o de suplantar as práticas culturais de seus conquistados e o de fundir-se com os mais evoluídos” (SILVA; 2009, 165). Isso explicaria, inclusive, a própria condição social e identitária de Plutarco, que era cidadão ilustre queronense e ateniense e também romano.

Plutarco, visto como um personagem histórico que soma, na verdade, três cidadanias – a queronense, a ateniense e a romana –, que trabalha com e para o Império Romano e sobrevive a essa situação, e (sobre)vive graças a ela, ou melhor, parece tirar proveito disso, o que configura uma situação bastante peculiar. A própria expressão *greco-romana* já traz em si um grau de assimilação por parte de ambas as culturas, ou melhor, de hibridização (cf. BHABHA, 1998; 2011). O filósofo grego atuaria, nesse contexto, como uma espécie de voz conciliadora, apaziguadora nas relações entre gregos

his subjects. Terror as much as loyalty kept them in their place, which from the governor’s point of view might have been construed as the deference that was his due.”

e romanos, além de uma voz estabilizadora da política imperialista de Roma nos territórios conquistados.

Plutarco, com sua narrativa, demonstra ter assimilado bem a propaganda alimentada por Otávio em seu processo de valorização de Roma, a ponto de escrever sob encomenda de políticos romanos e para leitura das elites tanto romanas quanto gregas, que viam, juntamente com ele, aparentemente, o mundo dividido em três categorias: a romana, a grega e a dos bárbaros. Ainda segundo Silva (2009, p. 166), Plutarco e seus compatriotas “[...] compunham um grupo diferenciado em Roma e que, em relação aos demais povos conquistados, eles eram tratados com distinção pelos romanos”. A maneira como Plutarco se relaciona com o Império Romano seria representativa da “boa” convivência entre as elites grega e romana, da (auto)estima mútua, ainda que hierárquica. Diríamos mesmo que Plutarco e Roma se empenham em conjunto para manter a unidade do Império, uma unidade de coesão ideológica construída sobre bases helênicas, sintetizadas na propaganda romana contra os inimigos de Roma, uma maneira de demarcar as diferenças (inter)culturais e identitárias.

O fato de Plutarco escrever um texto cujo título é *Sobre a fortuna de Roma* faz com que possamos idealizar seu conteúdo e a relação do autor com Roma e sua cultura: “[...] uma cidade tão poderosa [...] um lugar verdadeiramente sagrado” (PLUTARCO, *Sobre a fortuna de Roma*). Imponente, próspera, integralizadora e pacificadora, Roma do século II d.C., juntamente com Atenas, representam para Plutarco centros civilizadores do mundo e a universalidade nas mais variadas manifestações: artísticas, comercial, militar, política e arquitetônica. Não nos esqueçamos que Plutarco também escreveu *Sobre a Fortuna de Atenas*, o que demonstra mais vez um paralelismo que se traduz em uma dupla identidade. Plutarco mostra-se entusiasta da política imperial, que financiou restaurações e novas construções em Delfos. Ademais, é reconhecedor da liberdade dada às elites gregas, ao tratamento diferenciado. Graças a Roma, a Grécia pode experienciar séculos de paz, a *pax romana*, colocando fim a um longo período de instabilidade, o que parece ter deixado em Plutarco um relativo sentimento de reconhecimento. Em *Sobre os oráculos de Pítia* (XXVIII) o autor registra essa sua gratidão aos romanos:

Hoje, os assuntos sobre os quais deus é questionado voltaram a se tornar calmos: de minha parte, estou feliz com isso e regozijo-me, visto que reina uma grande paz e tranquilidade; a guerra acabou; sem migrações, sem revoltas,

sem tiranias e também sem outras doenças e outros males da Grécia que exigem o poder de muitos e excepcionais medicamentos.¹⁹⁸

Roma teve em alta estima parte da elite grega e lhe permitiu uma relativa liberdade de expressão, liberdade de ir e vir e de ação, permitiu até mesmo a abertura de escolas filosóficas gregas em Roma. A Plutarco e a tantos outros gregos ilustres, Roma deu inclusive o direito à cidadania. Após séculos de dominação romana, a Grécia, diante da autonomia que lhe é dada, ainda que dentro da subalternidade, não resistiu, ou não se revoltou fortemente contra o Império Romano, já que era tida como partícipe. Segundo Erskine (2010, p. 86),

A longo prazo, dois desenvolvimentos – a extensão da cidadania e o surgimento de uma forma de governo monárquico –, em tudo contribuiu para uma redefinição do império. Não foi meramente uma mudança de composição do estado para um nível superior; juntos, eles mudaram a relação entre assujeitados e governantes. O imperador rompeu as fronteiras de Roma, em vez de ser o líder cidadão em um estado que governou um império, ele se tornou o governante do todo império e foi percebido como tal por aqueles nas províncias, portanto, tem-se por exemplo, a proliferação de cultos ao imperador e à sua família.¹⁹⁹

O queronense parece ter sabido corresponder dignamente aos privilégios que lhe foram concedidos; *Vitae e Moralia* seriam uma prova disso. Com sua obra, Plutarco teria ajudado, direta e indiretamente, a Metrópole a controlar sua relação com a Grécia, a apaziguar os possíveis ânimos revoltosos, a fazê-los aceitar suas (de)limitações e fragilidades (bélicas), a levá-los a ver o lado bom do domínio romano. Em *Preceitos Políticos* (XVIII), Plutarco afirma:

É necessário não apenas tornar-se, a si mesmo e ao próprio país, inatacável aos governadores, mas também ter sempre como amigo um dos mais poderosos personagens do alto escalão, como um baluarte seguro de sua política (visto

¹⁹⁸ “Aujourd’hui, les affaires sur lesquelles on interroge le dieu sont redevenues calmes; pour ma part, j’en suis content et je m’en félicite, car il règne une grande paix et une grande tranquillité; la guerre est finie; pas de migrations, de révoltes, ni de tyrannies, pas, non plus, d’autres maladies et d’autres maux de la Grèce qui demandent la puissance de médicaments nombreux et exceptionnels.”

¹⁹⁹ “In the long run these two developments, the extension of citizenship and the emergence of a form of government that was monarchic in all but name, contributed to a redefining of the empire. It was not merely that one changed the composition of the state and the other its top tier; together they changed the relationship between subject and ruler. The emperor broke the boundaries of Rome. Rather than being the leading citizen in a state that ruled an empire, he became the ruler of the whole empire and was perceived as such by those in the provinces, hence, for example, the proliferation of cults of the emperor and his family.”

que os próprios romanos cuidam, com grande zelo, dos interesses políticos de seus amigos).²⁰⁰

Esse raciocínio poderia levar a uma dúvida, ou melhor, a um questionamento: seria, então, Plutarco, um “colaboracionista”²⁰¹ junto ao Império Romano? Estaria ele a serviço das elites romanas?²⁰² Seria ele, nesse contexto, um tredo? Questões complexas e de difícil respostas.

No entanto, os que conhecem a obra de Plutarco, que constatarem seu amor pela Grécia, por Atenas, por Queroneia, por Delfos e por seus habitantes, sabem que esse caminho investigativo não é o melhor, ou, ao menos, não o mais justo com a personalidade de Plutarco. Ademais, ao conhecer, ainda que parcial e de maneira fragmentada, a vida e a obra de Plutarco, sabemos que não há razão para ele ter se submetido “cegamente” aos interesses da Metrópole. Preferimos acreditar que, ao contrário, Plutarco buscou sempre salvaguardar a Grécia e a cultura helênica. Mais uma vez, o conjunto de sua obra é a melhor prova disso. Plutarco, sempre que pode, (re)lembra que Roma teria suas raízes e origem também no mundo grego/helênico. Graças à cultura helênica, os romanos teriam se aproximado mais da civilização²⁰³.

Nesse contexto, mesmo reconhecendo que a cultura grega tenha feito bem à cultura romana via herança helênica, e mesmo reconhecendo que Roma ajudou sobremaneira a acabar com a violência crônica que assolava as poleis gregas, e a oferecer um tratamento diferenciado com relação às demais colônias, a dominação do Império Romano não demonstra ter sido total e irrestrita, mas apenas parcial e relativa. Dentre as várias razões para se acreditar nisso, tem-se que ele nasceu sob a égide do Império Romano, período em que a Grécia já era uma província de Roma desde 143 a.C., com a derrota grega na Batalha de Corinto. Plutarco, mesmo tendo a oportunidade de morar

²⁰⁰ “Il faut non seulement se rendre, soi-même et sa patrie, inattaquables par rapport aux gouverneurs, mais encore avoir toujours pour ami un des personnages haut placés les plus puissants, comme rempart sûr de sa politique (car les Romains favorisent d’eux-mêmes avec un très grand zèle les intérêts politiques de leurs amis).”

²⁰¹ O termo *colaboracionista* é, semanticamente, bastante “carregado”. Lembramo-nos, aqui, da França de Vichy. Ainda que não caiba um aprofundamento na questão, pensamos em possíveis reflexões interessantes em temporalidades distintas e a relação que as palavras têm com as coisas que elas denominam e seus múltiplos sentidos discursivos em diferentes contextos.

²⁰² Repisamos que quando lemos sobre a expansão romana e sua relação com as elites locais provinciais, um processo de cooptação se traduzia em parcerias políticas estratégicas para ambos, tendo como uma de suas práticas a concessão da cidadania. Para mais detalhes sobre a relação de Roma com as elites provinciais, cf. Woolf (1994).

²⁰³ Para Goldsworthy (2012, p. 39), “[...] os romanos só começaram a escrever história em finais de século III a.C. [...] e os escritores gregos mostravam, até então, pouco interesse por eles.

definitivamente em Roma optou por permanecer em Queroneia e em Delfos, terras de seus ancestrais. Ele não fala latim e também não fala, não se vangloria, em nenhum de seus textos, a respeito de sua cidadania romana. Ademais, tem-se a composição do conjunto de sua obra mais vultuosa – *Vitae*, na qual ele compara os heróis gregos e romanos; para cada romano, um grego. Tudo isso nos faz pensar que Plutarco foi, antes de tudo, um patriota queronense e ateniense. Para além do teor supostamente propagandístico em favor da monarquia romana, Plutarco divulga, em sua narrativa, seja explicitamente, seja através de seus pontos de vista, o modo grego de ser e ver/ler o mundo, (de)marcando as semelhanças e as diferenças com o mundo romano.

Plutarco (e vários outros intelectuais gregos) valeram-se de tudo aquilo que compõe sua identidade cultural e social, todo o conhecimento acumulado em várias áreas, tais como a língua e a literatura, a mecânica e as artes, a medicina e a geografia, a astronomia e a arquitetura, a filosofia e a religião²⁰⁴, como moeda de troca com os romanos, como uma espécie de *passé livre* para atravessarem séculos de dominação romana. Como afirma Stadter (2014, p. 13),

Nenhum homem conseguiu, com tanto sucesso, ligar as duas culturas clássicas, grega e romana, como Plutarco. Sua maior conquista, *Vidas Paralelas*, atesta a dignidade e valor intrínseco das duas nações, comparando seus heróis e suas histórias. Seu senso de contribuição do que cada um fez para o seu próprio mundo, e continuaria a fazer, deu a ele fama em seu próprio tempo e fez dele uma importante janela para o mundo clássico desde sempre.²⁰⁵

Plutarco, juntamente com a elite grega, formaria um grupo de cidadãos ilustres formadores de opinião, em alguns casos favorável ao Império Romano, e ajudavam, de alguma forma, a assegurar a *pax romana*, implementada por Otávio e mantida por alguns de seus sucessores, como estratégia de unidade do Império. Por outro lado, esses mesmos gregos, valendo-se das armas que tinham, mais particularmente a cultura, a filosofia, a literatura, a religião e as artes, buscavam eternizar os valores gregos, a memória milenar, enfim, a identidade, ainda que fluida.

²⁰⁴ Sobre as ciências desenvolvidas em Alexandria, cf. Marasco, Argaud e Guillaumin (1998).

²⁰⁵ “No man more successfully bridged the two classical cultures, Greek and Roman, than Plutarch. His crowning achievement, the *Parallel Lives*, testifies to the dignity and intrinsic worth of the two nations, comparing their heroes and their history. His sense of the contribution that each made to his own world, and would continue to make, won him fame in his own time and has made him a favorite window to the classical world ever since.”

Nesse sentido, em uma visão mais otimista, não teria havido apenas uma total subserviência e uma pacífica servilidade, nem tampouco total rebeldia e desobediência, mas, também um misto de cooperação consciente e vigilante e táticas de sobrevivência cultural e identitária. Sob essa ótica, caem por terra muitos estereótipos quando se fala de Roma vs Grécia. Não teria havido, nesse caso, apesar da dominação e violência militar romana, uma relação entre as diferentes culturas vista por vieses maniqueístas, tais como vencedores vs vencidos, mestres vs escravos, superiores vs inferiores, grego vs latim, armas vs artes. Teria havido, talvez, algo menos extremo e mais próximo de parcerias, integrações, acordos tácitos e (com)partilhamentos, ou seja, identidades construídas a partir da absorção das alteridades, um *eu* que se forma de maneira constante a partir de um *outro*, em conjunto e em trocas dinâmicas.

Boulogne (1994) traz como exemplo dessa visão dinâmica das trocas entre gregos e romanos o texto de Plutarco *A fortuna de Alexandre*, no qual o queronense busca demonstrar que os verdadeiros vencedores não são aqueles que se impõem militarmente, mas aqueles que se preocupam em eternizar a cultura e a civilização. Plutarco se declara fascinado pela força e sabedoria desse homem ilustre. Alexandre representa, na maior parte das vezes, a inspiração e o exemplo de bom homem e de bom político, motivo de honra e orgulho tanto para os helenos quanto para os romanos. Esse macedônio deixa para a posteridade sua vida como legado, um herói civilizador e unificador: “Os que Alexandre venceu foram mais felizes do que os que conseguiram dele escapar, pois estes continuaram com suas vidas miseráveis, enquanto que aqueles foram forçados pelo conquistador a viverem felizes”²⁰⁶ (PLUTARCO, *A fortuna de Alexandre*, I, 5). Alexandre levou a cabo sua expansão territorial, cujo objetivo era unificar os povos, fazer com que os bárbaros se tornassem menos bárbaros e, por conseguinte, instaurar uma universalidade helênica, pautada na língua, nos costumes na moral e na ética. Empreitada que nos faz pensar na busca pela subtração ou desconstrução da alteridade, como se isso fosse possível. Nesse sentido, Roma poderia ter se inspirado em Alexandre, assim como os impérios têm, ao longo do tempo, se inspirado uns nos outros, tendo em vista as semelhanças no *modus operandi* de suas ações nos territórios dominados. Lembremos, no entanto, que, apesar de toda essa glorificação de Alexandre, Plutarco o critica pelas mesmas razões que censura, desaprova César e Antônio, quais sejam, a de se deixar

²⁰⁶ “Plus heureux furent les vaincus d’Alexandre que ceux qui réussirent à lui échapper, car personne n’a mis fin à la vie misérable de ces derniers, tandis que les autres ont été contraints par le vainqueur de vivre dans le bonheur.”

seduzir pelo Oriente e a de assimilar parte de uma cultura cujos princípios vão de encontro aos preceitos helênicos.

Valendo-nos do pensamento expresso em Silva (2010, p. 167), vê-se, aí, por parte de intelectuais como Plutarco, “[...] uma manobra para o fortalecimento de comunidades isoladas ao torná-las partícipes de um grupo com identidade cultural e influência política no Império”. Se, por um lado, Paul Veyne (1992a; 1992b; 2005) chega a perceber uma total integração cultural entre gregos e romanos, por outro lado, há historiadores, tais como Susan Alcock (1994; 1997), Christopher Jones (1971) e Wilfried Nippel (1996) que não veem essa questão da mesma forma. Para estes estudiosos, a relação não foi tão amistosa quanto se possa pensar; houve muita resistência e sérios conflitos. De qualquer forma, é sabido que os romanos, mesmo diante das ações imperialistas e do processo de expansão, mas também de reverberação, assimilaram, em graus diferentes, a cultura dos dominados, sobretudo a helênica. E a recíproca é verdadeira, qual seja, os gregos, com séculos de subjugação, acabaram por assimilar partes da cultura romana.

Para Frazier (2016), Plutarco, ao escrever as *Vitae*, cometeu descompassos cronológicos e anacronismos, trazendo para a sua narrativa uma espécie de propaganda ideológica greco-romana e registrando acontecimentos que parecem simultâneos, mas que ocorreram em lugares e épocas distintas. Ainda assim, mesmo com anacronismos e descompassos, a obra de Plutarco pode representar uma tentativa de salvaguardar e (rea)firmar a memória de sua cultura, (di)fundir o patrimônio cultural grego, enfim, proteger os gregos das investidas imperialistas. Aos gregos, caberia uma absorção do poder imperialista romano; e aos romanos, uma apropriação de capital cultural grego, em um movimento de reciprocidade, embora assimétrico (cf. Rebecca Preston, 2001).

Nessas circunstâncias, conforme assevera Silva (2009, p. 171), “[...] Plutarco seria mais um membro da elite arrebanhado pelo Império que exerceria a dupla função de governante e de governado, com liberdade para divulgar sua cultura literária”. No entanto, mesmo com esse pensamento de entrelaçamento entre gregos e romanos, é possível vislumbrar uma visão e uma estratégia imperialista não só por parte de Roma, mas também, num certo sentido, por parte de Plutarco. Isso porque Plutarco encarnaria uma suposta simbiose entre gregos e romanos, na qual os gregos se aproximariam de Roma e “ofereceriam” aos romanos sua suposta superioridade cultural, e os romanos se aproximariam de Atenas e “ofereceriam” aos gregos proteção (as armas) e uma nova cidadania, o que acabaria por impactar nas identidades sociais de todos os envolvidos. O verbo “oferecer”, aqui utilizado propositalmente e entre aspas, nos serve justamente para

questionar essa suposta harmonia, naturalidade e eficácia que o pensamento acima (pres)supõe.

Não podemos nos esquecer de que, por três séculos, os helenos vivenciaram o *imperialismo* enquanto dominadores, até entrarem em crise no século II a.C., quando foram dominados pelos romanos. Para Silva (2009, p. 176), “[...] o que não podemos aceitar é que [a cooptação das elites gregas] tenha sido uniforme e absolutamente eficaz, isto é, sem qualquer tipo de resistência política ou cultural por parte desses mesmos gregos”.

Para Hingley (2010), é difícil acreditar ingenuamente em fontes literárias greco-romanas (como as de Plutarco), visto que elas foram escritas a partir de um ponto de vista particular (ou de um conjunto de visões relacionadas) e não se têm registro de depoimentos daqueles que foram vencidos e anexados. Pelo menos no âmbito da literatura, tem-se apenas um lado da história, o lado do conquistador imperialista e seus colaboradores, como é o caso de Plutarco, que, pertencendo à cultura grega e tendo assimilado parte da romana, mostra-se, muitas vezes, simpático a Roma e lhe presta serviços, usufruindo dessa situação e dessa sua condição.

Guarinello (2009, p. 154), assevera que “[...] a posição privilegiada conferida à identidade grega tornou-se um instrumento de promoção social das elites, e, de modo geral, das cidades do Oriente romano em suas disputas por posições de prestígio no seio do Império”. Isso explicaria o papel de Plutarco enquanto elite intelectual grega em Roma.

No capítulo III, veremos que Cleópatra, por razões aparentemente distintas das de Plutarco, também é responsável pela manutenção dessa ideologia imperialista. Ambos pertenciam à elite, assimilaram parte da ideologia imperialista. Evidentemente, a invasão e a dominação romana no Egito afetaram diferentemente Cleópatra e Plutarco por razões óbvias. Eles (re)agiram diferentemente, em espaços e tempos distintos, a situações específicas. Enquanto Cleópatra era alvo da propaganda otaviana, lutou, foi perseguida e acabou morrendo por causa de Roma, já Plutarco trabalhava junto à Metrópole, era influenciado pela ideologia imperial. Buscamos tornar um pouco mais claras no próximo capítulo, tornar mais claras essas circunstâncias, analisar os contextos e os textos, com o objetivo último de traçar linhas de entendimento a respeito dos fatos supostamente ocorridos que nos ajudem a recuperar e entender a representação de Cleópatra e do Egito na narrativa de Plutarco.

Intentamos, enfim, mostrar que não é mais possível sustentar que haja uma identidade única, pura, nem para os dominados e tampouco para os dominadores, a partir do momento em que há interação, troca, miscigenação e mistura. Ainda que recorrentemente persista a questão de hierarquização, no contato entre dominadores e dominados, ambos deixam de ser o que são para se tornarem uma outra coisa. Esse pensamento é compartilhado por Mendes, Bustamante e Davidson (2005, p. 40):

As análises [arqueológicas] demonstram que a hegemonia romana não foi simplesmente imposta nas províncias. Envolveu processos interativos que implicaram em diferentes níveis de coerção, recompensa, transformação estrutural, cooptação, resistência e acomodação. Denominamos estes processos de “mecanismos de romanização”, que atuaram como distintas formas de discursos hegemônicos.

Enriquecendo a discussão, Erskine (2010, p. 60) também tem sua opinião sobre as possíveis formas de cooptação dos *não-romanos* (os *bárbaros*) por parte do Império:

Embora os romanos possam não ter se estabelecido com a intenção de converter seus súditos em romanos, eles queriam lidar com um mundo que lhes convinha e era familiar a eles. Urbanização e uma elite que entendesse e aceitasse os valores romanos tornava o domínio mais fácil. Isso pode ser comparado ao que o cientista político Joseph Nye tem chamado “soft power”, que “coopta as pessoas em vez de coagi-las.” Para as próprias elites locais, a cultura romana era, inicialmente, pelo menos, um meio de anunciar sua lealdade a Roma e também adquirir status para si como parte de um todo maior, Roma os trouxe para mais perto do centro do poder e os distinguiu de seus compatriotas.²⁰⁷

A definição de *não-romanos*, de *bárbaros*, ao menos no caso específico de Plutarco, parece não se aplicar. O filósofo greco-romano parece ter assimilado tão bem algumas das ideologias imperialistas de Roma a ponto de fazê-lo sentir-se compatriota, incorporar, ainda que em parte, a nova civilização e utilizá-la em sua narrativa de forma a ver o inimigo romano como o seu, esquecendo-se, talvez, de que sua própria cultura um dia o fora. Lembramos que os “orientais” já eram, há séculos, dicotomicamente opostos à identidade grega e tidos por eles como bárbaros. Essa situação nos faz pensar na eficácia imperial romana que faz com que o estrangeiro, dominado, absorva parte da cultura

²⁰⁷ “Although the Romans may not have set out with the intention of converting their subjects into Romans, they did want to deal with a world that suited them and was familiar to them. Urbanization and an elite that understood and accepted Roman values made ruling easier. This might be compared to what the political scientist, Joseph Nye, has called ‘soft power’, which ‘co-opts people rather than coerces them’. For the local elites themselves Roman culture was, initially at least, a means of advertising their loyalty to Rome and also acquiring status for themselves as part of a bigger whole; it brought them closer to the center of power and distinguished them from their compatriots.”

dominante a ponto de defender elementos de suas ideologias. A situação de Plutarco se mostra ainda mais complexa, tendo em vista que ele pertence “originalmente” a uma cultura grega que também foi, durante séculos, expansionista. Ao “tornar-se” cidadão romano, Plutarco volta a pertencer a uma cultura dominante, que, por sua vez, vê, por exemplo, os egípcios como inferiores. Estes, por sua vez, viram outras culturas como estrangeiras e bárbaras, e assim por diante.

Também no capítulo III desta dissertação, veremos que a categorização de *bárbaro* aplicada à Cleópatra e ao Egito também pode e deve ser relativizada. Cleópatra pertence à dinastia ptolomaica²⁰⁸, no poder do Egito há séculos, é tida como descendente direta de Ptolomeu e de Alexandre – o Grande²⁰⁹. Como chamar de bárbara uma mulher com um poder político, cultural e educacional como o de Cleópatra? Como chamar de bárbaro um povo pertencente a uma cultura mais antiga que a dos romanos e gregos, reconhecida pelos avanços em várias áreas, tais como a medicina e a história natural, a astronomia e a geografia, a filosofia e a botânica, a matemática e a agricultura, a engenharia e a mineralogia, as artes e a escrita, como os egípcios? Vê-se, assim, que a própria noção de *bárbaro* varia, dependendo de quem usa o termo, seus objetivos políticos, e com relação a quem ele é atribuído. Também Cleópatra, pertencente à cultura helênica, e os alexandrinos, sob o poder ptolomaico, se valem do termo *bárbaro* para se referirem a alguns estrangeiros²¹⁰. É possível dizer que, também para ela, “[...] o bom

²⁰⁸ Dinastia dos Lágidas, conforme René Bouchet (2001): Ptolomeu I e Berenice I (305 a.C. – 285 a.C.); Ptolomeu II e Arsínoe I e II (285 a.C. – 246 a.C.); Ptolomeu III e Berenice II (246 a.C. – 222 a.C.); Ptolomeu IV e Arsínoe III (222 a.C. – 205 a.C.); Ptolomeu V e Cleópatra I (204 a.C. – 180 a.C.); Ptolomeu VI e Cleópatra II (180 a.C. – 145 a.C.); Ptolomeu VII (145 a.C. – 144 a.C.); Ptolomeu VIII e Cleópatra II, III (144 a.C. – 116 a.C.); Ptolomeu IX e Cleópatra IV e V (116 a.C. – 107 a.C.); Ptolomeu X e Berenice III (107 a.C. – 88 a.C.); Ptolomeu XI (88 a.C. – 80 a.C.); Ptolomeu XII (80 a.C. – 58 a.C.); Berenice IV (58 a.C. – 55 a.C.); Ptolomeu XIII (55 a.C. – 51 a.C.); Cleópatra VII (51 a.C. – 30 a.C.); Ptolomeu XIV (47 a.C. – 44 a.C.); Ptolomeu XV – Cesário (44 a.C. – 30 a.C.). Para mais detalhes a respeito da árvore genealógica dos Ptolomeus, cf. Sheila Ager (2006), Sally-Ann Ashton (2001; 2003; 2008); Edwyn Robert Bevan (1934); Walter Ellis (1994); Adrian Goldsworthy (2012); Gunther Holbl (2001).

²⁰⁹ Mesmo cientes de que a história da dinastia ptolomaica é essencial para entender a vida de Cleópatra VII, visto que ela foi herdeira de quase 250 anos de suas políticas e visto que eles, direta ou indiretamente determinaram a natureza de seu governo e sua própria posição política, optamos por não aprofundarmos aqui na história de sua ascendência. Sobre a genealogia e a história dos Ptolomeus e do Egito, cf. Joana Clímaco (2007; 2011; 2013); Madeleine Della Monica (1997), Olivier Gaudefroy (2017), Roger Bagnal (1993, 2004), André Bernand (1995), Laurent Bricault *et al.* (1999; 2010; 2013); Ciro Flamarion Cardoso (1982, 2002), Walter Ellis (1994), Yasmina Gateau (2010), Júlio Gralha (2009), Nicolas Gruimal (2003; 2007); Gunther Holbl (2001); Barry Kemp (1992); Herman Meulenare (1969); Jean-Louis Reynier (1807); Linda Maurine Ricketts (1980); Ian Shaw (2004); Mary Siani-Davies (1997); e Rogério Sousa *et al.* (2011).

²¹⁰ Cabe lembrar que, no início da dinastia ptolomaica, os gregos, mesmos os que viviam em Alexandria, evitavam se misturar com os egípcios. No caso dos Ptolomeus, esse fato explica, pelo menos em parte, o casamento entre parentes, para justamente não haver mistura com estrangeiros. Nos tempos de Cleópatra

estrangeiro é aquele que se submete, ou que se integra à sociedade egípcia, na qual será tratado como se egípcio fosse” (CARDOSO *apud* BAKOS, 2009, p. 18).

Todas essas situações nos fazem concordar com Funari (2003, p. 22), quando este afirma que “[...] a ideologia da classe dominante torna-se a ideologia dominante para a sociedade como um todo”. Mais particularmente, a ideologia imperial alcança toda a sociedade sob seu domínio e toda a cultura greco-romana, incluindo-se aí, evidentemente, Plutarco e sua representação de Antônio, Cleópatra e o Oriente. *Bárbaro* é, nesse sentido, um termo relativamente flexível e cambiante, designando os dominados, os subjugados, os anexados, os rivais. Todo esse processo ideológico de valoração cultural e de compatibilidade social entre dominantes e dominados nos faz ver e entender que a *romanização* é uma invenção, uma construção ideológica e discursiva, uma vez que os romanos, ao anexarem os territórios gregos, no período clássico, por exemplo, absorveram parte da cultura helênica. Prova disso seria o crescimento do culto a Ísis em diversos territórios dominados por Roma, uma demonstração de trocas culturais. E Plutarco, querendo ou não, consciente ou inconscientemente, ao escrever sobre Ísis e Osíris, acaba por colaborar com uma miscigenação religiosa, uma orientalização de Roma (e uma propaganda de Cleópatra e do Egito), ao fundir a natureza grega e egípcia da divindade e sua adoração por todos. Nesse contexto, os próprios romanos poderiam ser vistos como bárbaros aos olhos dos gregos:

O fato de que os romanos tinham herdado essas ideias como resultado da influência dos povos da Grécia clássica sobre suas sociedades, foi, por sua vez, utilizado para dar justificativas à dominação romana daquelas que eram rotuladas de sociedades ‘bárbaras’ (HINGLEY, 2010, p. 70).

A ideia de ver os romanos da era clássica enquanto bárbaros adquire, paradoxal e contraditoriamente, reforços, na medida em que eles são, estereotipadamente, (re)conhecidos por dominarem o mundo ocidental pelas armas por tanto tempo e serem, ao mesmo tempo, incultos (sobretudo com relação aos gregos), pouco refinados (grosseiros), rústicos, propensos à violência e à crueldade e com pouca imaginação criativa (cf. FUNARI, 1994, 2003). Além disso, como poderiam os romanos, tidos como moralmente decadentes, afeitos a exageros na comida e nas diversões, como é o caso de Antônio, narrado por Plutarco, sustentarem a retórica imperial pelo viés justamente da

esse rejeição, ainda que talvez menos evidente, permaneceu, devido ao sentimento de superioridade grega de Alexandria em relação ao Egito. Para maiores delhates, cf. Vasques (2005); Goudriaan (1988).

moral, dos bons costumes, enfim, da soberania e da supremacia? Como afirma Funari (1994), as pesquisas sobre Roma antiga devem consistir em mostrar as parcialidades dessas (e de outras) visões correntes e a existência de diferentes pontos de vista sobre essas sociedades.

Mesmo tendo absorvido parte da cultura grega, a ambiciosa estratégia imperial romana, via narrativas como as de Plutarco, propala, nas anexações dos territórios estrangeiros, uma ideologia que enfatiza os benefícios para todos aqueles que são dominados pela hegemonia cultural romana. Seguindo esse raciocínio, a Roma de Otávio representaria a positividade e o centro, a civilização e a civilidade, a moralidade e a supremacia. Já os derrotados representariam a periferia e os bárbaros, ou seja, a corrupção e a negatividade, o atraso e a imoralidade. A narrativa de Plutarco parece endossar e ajudar a cristalizar esse *status quo*. Para ele, Cleópatra e o Egito representariam a barbárie, a corrupção e a periferia, aqueles que, subservientes ao poder romano, ocupam posição inferior na hierarquia, ainda que a civilização egípcia preceda em milênios o grau de “civilização” evocado pelos romanos.

Encerramos este capítulo sobre o universo plutarquiano com uma citação de Stadter (2014, p. 14), que tece uma visão geral do percurso de vida do queronense:

Sua linguagem, sua educação retórica e filosófica, sua herança histórica e literária e, mais tarde, sua posição como sacerdote no antigo santuário de Apolo em Delfos, ligaram-no, intelectualmente e culturalmente, a um milênio de tradição grega. Sua leitura voraz da literatura grega, da história e da filosofia, mais particularmente Platão, continuou ao longo de sua vida e é evidente em cada página que escreveu. Plutarco é uma das primeiras figuras do renascimento literário grego que floresceria no segundo século d.C.. Ao contrário de seu contemporâneo, Dio de Prusa, ele optou por se apresentar como um filósofo em vez de um orador. Ademais, sua profunda familiaridade com a história e com as instituições de Roma o diferencia de outros intelectuais gregos contemporâneos a ele.²¹¹

Esperamos que a contextualização panorâmica da vida e da obra de Plutarco tenha contribuído como uma espécie de terreno preparatório para o terceiro capítulo, momento dedicado à (re)construção identitária de Cleópatra e do Egito sob o olhar de Plutarco.

²¹¹ “His language, his rhetorical and philosophical education, his historical and literary heritage, and later his position as priest at Apollo’s ancient shrine at Delphi bound him intellectually and culturally to a millennium of Greek tradition. His voracious reading in Greek literature, history, and philosophy, in particular Plato, continued throughout his life and is evident in every page he wrote. Plutarch is one of the earliest figures of the Greek literary renaissance that would flower in the second century ce.1 Unlike his contemporary, Dio of Prusa, he chose to present himself as a philosopher rather than an orator. In addition, his deep familiarity with Rome’s history and institutions set him apart from other contemporary Greek intellectuals.”

CAPÍTULO III

CLEÓPATRA E EGITO

SOB O OLHAR DE

PLUTARCO

Cleópatra

*Sus cortesanas la bañan en leche de burra y miel.
Después de ungir la en zumos de jazmines, lirios y madre selvas,
depositan su cuerpo desnudo en almohadones de seda rellenos de plumas.
Sobre sus párpados cerrados, hay finas rodajas de áloe.
En la cara y el cuello, emplastes hechos de bilis de buey, huevos de avestruz y cera de abejas.
Cuando despierta de la siesta, ya hay luna en el cielo.
Las cortesanas impregnan de rosas sus manos y
perfuman sus pies con elixires de almendras y flores de azahar.
Sus axilas exhalan fragancias de limón
y de canela, y los dátiles del desierto dan aroma a su cabellera, brillante de
aceite de nuez. Y llega el turno del maquillaje.
Polvo de escarabajos colorea sus mejillas y sus labios.
Polvo de antimonio dibuja sus cejas. El lapislázuli y la
malaquita pintan un antifaz de sombras azules y sombras verdes en torno de sus ojos.
En su palacio de Alejandría, Cleopatra entra en su última noche.
La última faraona,
la que no fue tan bella como dicen,
la que fue mejor reina de lo que dicen,
la que hablaba varias lenguas y entendía de economía y otros misterios masculinos,
la que deslumbró a Roma,
la que desafió a Roma,
la que compartió cama y poder con Julio César y Marco Antonio,
viste ahora sus más deslumbrantes ropajes y lentamente se sienta en su trono,
mientras las tropas romanas avanzan contra ella.
Julio César ha muerto, Marco Antonio ha muerto.
Las defensas egipcias caen.
Cleopatra manda abrir la cesta de paja.
Suena el cascabel.
Se desliza la serpiente.
Y la reina del Nilo abre su túnica y le ofrece sus pechos desnudos, brillantes de polvo de oro.*

Eduardo Galeano.

3. QUESTÕES PRELIMINARES

Cleópatra é uma personagem histórica que habita a memória e o imaginário de todos nós. Há mais de dois mil anos, ela é tema de estudos, inspiração para poemas e romances, peças de teatro e telenovela, moda e pintura, histórias em quadrinhos e filmes, entre tantas outras manifestações artísticas²¹². Ela foi transformada em uma lenda, em um mito e tornou-se uma espécie de patrimônio histórico-cultural da humanidade. Sua representação tem sido forjada ao longo do tempo com uma composição mista de positivities e negatividades²¹³. Historiadores, poetas, filósofos e políticos, enfim, intelectuais da Antiguidade colaboraram com grande parte da construção da imagem identitária da rainha do Egito, sob a égide de ideologias contemporâneas a eles, além de interesses particulares e/ou coletivos²¹⁴. Seus discursos/textos carregam saberes de crença, imaginários sociais e estereótipos a respeito de Cleópatra que variam em alguns pontos específicos, mas que, de uma maneira geral, convergem, ou melhor, oscilam entre dois grupos distintos de perfis identitários. O primeiro, tido como positivo, apresenta uma Cleópatra nobre e rica, esclarecida e culta, sedutora e inteligente, que se destaca por sua capacidade de liderança e por dominar vários idiomas e vários homens ilustres. O segundo perfil, o mais comumente encontrado nas narrativas dos antigos, é delineado de maneira mais severa, ou seja, em sua negatividade, mostrando a rainha do Egito como mentirosa e falsa, interesseira e manipuladora na política e nos negócios, feiticeira e bruxa, criminosa e prostituta, entre muitos outros adjetivos qualificativos de sua identidade, de seu caráter.

Buscamos ver, neste terceiro e último capítulo, como e por que Plutarco, assim como alguns outros intelectuais da Antiguidade, priorizou esse segundo perfil da rainha, ou seja, aventamos algumas razões/explicações possíveis dessa opção pela construção de uma representação majoritariamente depreciativa de Cleópatra. Como estruturação

²¹² Para Rosa Maria Cid López (2000, p. 119), “[...] la imagen de Cleopatra imperante a lo largo de la historia y hoy en día, sólo parcialmente se inspira en la vida real de la última reina egipcia: de ahí la afirmación, no exagerada, de que fue el personaje histórico más adulterado de la Antigüedad”. (“[...] a imagem de Cleópatra que prevalece ao longo da história e até hoje, é apenas parcialmente inspirada na vida real da última rainha egípcia: daí a afirmação, não exagerada, de que ela é a personagem histórica mais adulterada da antiguidade.”)

²¹³ No entendimento de Shohat (2004, p. 13), a incerteza sobre a aparência de Cleópatra permitiu a cada geração dar a ela uma imagem na forma de seus desejos; cada época tem sua própria Cleópatra.

²¹⁴ Conforme assevera Lucy Hughes-Hallett (2005, p. 31), “[...] mesmo durante o período em que viveu Cleópatra foi, várias vezes, reinventada”.

textual, pautamo-nos, ainda que de maneira aproximativa e na medida do possível, na linearidade cronológica de sua vida e tendo como base a sequência narrativa de Plutarco em *Vida de Antônio*. Como já dito anteriormente, mesmo tendo optado por *Vida de Antônio* como *corpus* de análise, não nos restringimos a esse texto de Plutarco para tratar de Cleópatra; valemo-nos de outras obras do biógrafo e de outros autores contemporâneos a ele e também de estudiosos contemporâneos a nós, com o objetivo de buscar um diálogo entre os posicionamentos. Antes, porém, trazemos para registro algumas informações que estão além do nosso *corpus*, mas que nos ajudam na busca pela compreensão de um panorama mais geral da biografia da rainha e dão base de sustentação para o desenvolvimento de nossas reflexões.

À exceção de informações dadas por Plutarco a respeito da morte de Cleópatra (o que nos leva a supor a data de seu nascimento e outras datas importantes na vida da rainha e em acontecimentos que lhe dizem respeito), tem-se que se sabe muito pouco a respeito de sua infância e de sua adolescência. Especula-se, no entanto, que ela teria nascido e vivido em Alexandria grande parte de sua vida, que ela teria tido uma educação esmerada, uma instrução diferenciada, graças à famosa Biblioteca de Alexandria e aos melhores tutores lhe ensinando literatura e história, retórica, filosofia e matemática, “[...] os mais prestigiosos eruditos, e os médicos os mais sábios” (cf. SCHIFF, 2010, p. 44), o que certamente a ajudou na vida política e também privada.²¹⁵ Essa escassez de fontes se justifica em parte pelo fato de que no Egito da época de Cleópatra, apesar de haver uma cultura fortemente escrita, com tratados e documentos diplomáticos registrados em papiros, por exemplo, textos a respeito da vida da realeza, se houveram, se perderam no tempo.

Mesmo diante desse contexto de escassez de fontes documentais, Sartre (2018, p. 17) critica os historiadores que falam de Cleópatra sem terem tido maiores preocupações em buscar alguma confirmação comprobatória dos fatos, na medida do possível, evidentemente:

²¹⁵ Para Roller (2010, p. 45), [...] presume-se que Cleópatra estudava na Biblioteca e assistia a palestras no Museu do complexo do palácio real. Ela teria estudado com médicos e farmacologistas na corte de seu pai. Filóstrato era seu tutor em filosofia, retórica e oratória. Como ele era o orador mais destacado de sua época, ele teria dado a Cleópatra sua excelência em falar em público e sua reputação filológica”. (“[...] but one presumes that she could study at the Library and attend lectures at the Mouseion of the royal palace complex. A medical writer herself, she may have studied with the physicians and pharmacologists at her father’s court. Philostratos was her tutor in philosophy, rhetoric, and oratory. He would have been the one who gave Cleopatra her excellence in public speaking and her philological reputation.”)

[...] os historiadores que, desde a Antiguidade, não deixaram de falar de Cleópatra, não tiveram a curiosidade de saber com maior precisão quando ela nasceu. É apenas em torno de uma frase, em uma biografia em que ela ocupa lugar relativamente importante, mas da qual ela não é a heroína principal, a de Antônio, que Plutarco diz que Cleópatra tinha 39 anos na época de sua morte, após um reinado de vinte e dois anos. Como ela morreu, parece, em 12 de agosto de 30 a.C., ela teria nascido entre setembro de 70 a.C. e início de agosto de 69 a.C.²¹⁶

Isso mostra que, na Antiguidade, a maioria dos historiadores antigos que falavam de Cleópatra, produziam narrativas relativamente frágeis, são textos tardios que costumam tomar a narrativa (também tardia) de Plutarco como referência documental, como fonte primária e como a verdade dos fatos, uma espécie de *certidão de nascimento e de óbito* emitidas por uma “autoridade” greco-romana que nasceu quase um século depois da morte da rainha do Egito. Trazemos, para registro, o trecho em que Plutarco menciona dados a respeito de Cleópatra em *Vida de Antônio* (CIX, 7-8)²¹⁷ que levam às supostas datas de seu nascimento e sua morte: “Cleópatra morreu na idade de trinta e nove anos, depois de ter reinado vinte e dois, dentre os quais mais de quatorze ao lado de Antônio.”²¹⁸

Mesmo com problemas de fontes, sobretudo as mais confiáveis, é sabido que Cleópatra é oriunda da aristocracia ptolomaica macedônia, razão pela qual vários historiadores afirmam que ela não era nem genuinamente grega e tampouco macedônia ou egípcia, era, talvez, uma mistura de tudo isso²¹⁹. Ainda assim, Cleópatra teria governado o Egito durante vinte e dois anos e chegado a controlar grande parte da costa

²¹⁶ “[...] les historiens qui, dès l'Antiquité, n'ont pas manqué de parler de Cléopâtre, n'ont pas eu la curiosité de savoir avec précision quand elle est éteinte venue au monde. Ce n'est qu'au détour d'une phrase, dans une biographie où elle occupe une place relativement importante mais dont elle n'est pas l'héroïne principale, celle de Marc Antoine, que Plutarque précise que Cléopâtre avait 39 ans au moment de sa mort, après un règne de vingt-deux ans. Comme est morte il semble le 12 août 30, elle serait donc née entre septembre 70 et début août 69.”

²¹⁷ Talvez por erro de copistas ou de editoração, fato é que a versão portuguesa da obra *Vida de Antônio*, feita pelo Padre Vicente Pedroso (Ed. das Américas, 1963), consta que Cleópatra morreu aos 38 anos e não aos 39 anos como afirmam as versões em francês (Ed. Belles Lettres) e em espanhol (Editora Gredos). Ademais, na edição da Gredos, consta, como nota de rodapé referente a essa passagem, que Plutarco se equivocou quanto à data em que Cleópatra teria se encontrado com Antônio em Tarso, que ocorreu provavelmente em 41 a.C..

²¹⁸ “Cléopâtre mourut à trente-neuf ans, après en avoir régné vingt-deux, dont plus de quatorze associées à Antoine.”

²¹⁹ Ainda que Michael Grant (1972, p. 5), afirme que “Cleópatra não tinha uma gota de sangue egípcio em suas veias”, o autor acredita na forte miscigenação (hibridismo racial) entre os Ptolomeus, o que leva a se supor inclusive que Cleópatra poderia ter sido negra. No entanto, Michael Foss (1987) assevera que “[...] se Cleópatra era negra, ninguém o mencionou”; e Shohat (2004) complementa a problemática dizendo que “[...] se Cleópatra era branca, ninguém tampouco o mencionou. Toda essa polêmica aquece a discussão sobre uma possível higienização (e ocidentalização) da imagem de Cleópatra na atualidade.

oriental do Mediterrâneo, não sem dificuldades, como veremos ao longo deste capítulo, haja vista as crises, guerras e disputas políticas, além dos conflitos e problemas familiares e das suas relações amorosas e conflituosas com romanos ilustres.

Apesar de pertencer à História do Egito Antigo e chegar até os dias de hoje como uma das mulheres mais poderosas do Mundo Antigo, muito se diz e pouco se comprova a respeito da vida de Cleópatra. Partindo do entendimento de Foucault (1978), de que a identidade é uma construção individual, mas, também, e sobretudo, coletiva, social e cultural, as imagens identitárias da última rainha do Egito têm sido moldadas ao longo do tempo quase sempre se baseando em fragmentos de relatos escritos por pessoas que não eram contemporâneas à monarca, que não conviveram com ela. Ademais, é preciso estar atento às razões (políticas, ideológicas, morais, éticas, estéticas e pessoais) que levaram os historiadores-biógrafos antigos a falarem dela e do Egito.

Importante ressaltar que não tratamos da identidade de Cleópatra e da representação do Egito como algo que possa ser apreendido isoladamente (*per se*). Nosso procedimento se inscreve naquilo que Veyne (1983, p. 2) chama de *trama*, “[...] uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador/biógrafo isola segundo sua conveniência”. Partimos do pressuposto de que os entrelaçamentos, as tramas das narrativas históricas são fiadas, tecidas na confluência de vários textos e discursos que oferecem múltiplas noções e proporcionam abordagens variadas, tornando possível identificar uma multiplicidade de significações. Nessa perspectiva, procedemos à leitura e à interpretação do *ethos* de Cleópatra e da representação do Egito prioritariamente sob o olhar de Plutarco sem nos esquecermos, evidentemente, de vários outros textos importantes da (e para a) História, levando em conta aspectos pertinentes a esse universo representacional, tais como o cultural, o memorialístico, o político, o ideológico, o propagandístico, o espacial, o temporal, o simbólico, o discursivo e o textual.

Cleópatra pertence à história milenar do Egito e do Mediterrâneo. Com o intuito de registrar um panorama geral, trazemos, na sequência, um quadro síntese de cronologia linear com alguns dados e fatos contemporâneos à rainha que acreditamos serem contextualmente importantes para nós.²²⁰

²²⁰ Este quadro é construído a partir da cronologia da vida de Cleópatra proposta por Maurice Sartre (2018) e por Olivier Gaudefroy (2017).

VIDA DE CLEÓPATRA	
100 a.C. – 83 a.C.	Nascimento de Júlio César; nascimento de Antônio;
80 a.C.	Ascensão de Ptolemeu XII (117 – 51 a.C.) quando se torna faraó; ele é conhecido também como Ptolemeu Noto ou “Auletes” – tocador de aulos, esposo de Cleópatra V – Trifena, pai de Cleópatra VII ²²¹ ;
69 a.C. – 63 a.C.	Nascimento de Cleópatra VII; nascimento de Otávio;
60 a.C.	Primeiro Triunvirato (César, Pompeu e Crasso partilham o poder de Roma)
59 a.C.	Ptolomeu XII é confirmado por Roma como rei do Egito; Chipre é reduzida a província romana;
58 – 56 a.C.	Com uma revolta no Egito, Cleópatra se refugia com seu pai em Rhodes, em Roma e em Éfeso;
55 a.C.	Com apoio de Roma (mais particularmente de Pompeu, o Grande, que tinha interesse no Egito), a família ptolomaica retorna a Alexandria; Berenice é executada pelo pai, que retoma o poder;
52 – 51 a.C.	Morte do pai – Ptolomeu XII; Ascensão de Cleópatra ao trono egípcio, que se casa com seu irmão de 10 anos de idade – Ptolomeu XIII Theos Philopator e, juntos, reinam sobre o Egito;
49 a.C.	Ruptura entre Cleópatra VII e Ptolemeu XIII; Cleópatra faz cunhar moedas com sua imagem, o que reforça a suspeita entre os historiadores de que ela buscava reinar sozinha;
48 a.C.	Cleópatra se refugia provavelmente em Tebaida e na Síria; Júlio César (100 a.C. – 44 a.C.) vence Pompeu na Batalha de Farsália; fugindo de Júlio César, Pompeu, o Grande é assassinado no Egito a mando de Ptolomeu XIII e seus asseclas; Júlio César desembarca em Alexandria; Cleópatra se encontra com Júlio César;
47 a.C.	Início da Guerra de Alexandria; Batalha do Nilo; morte de Ptolemeu XIII; exílio de Arsínoe IV (irmã de Cleópatra que foi capturada e exibida em Roma como Triunfo de César); Cleópatra é confirmada por César Rainha do Egito junto com seu irmão e também esposo Ptolomeu XIV; devolução da ilha de Chipre ao Egito; expedição de Cleópatra com Júlio César no Nilo; Júlio César deixa o Egito; nascimento de Ptolomeu XV (Cesário);
46 a.C.	Cleópatra viaja a Roma para encontros com Júlio César e para assistirem aos seus Triunfos; a rainha é recebida com pompa monárquica e frequenta a elite romana;
45 a.C.	Júlio César adota, secretamente, Otávio; nova viagem de Cleópatra a Roma, onde recebeu o título de “Amiga e Aliada do Povo Romano”;
44 a.C.	Júlio César, nomeado Ditador Vitalício, é assassinado; Cleópatra deixa Roma e volta a Alexandria; assassinato de Ptolomeu XIV (supostamente por ordem da irmã); Coroação de Ptolomeu XV César (Cesário), seu filho, como co-regente;
43 a.C.	Batalha de Módena; Cleópatra fracassa na tentativa de ajudar Dolabella (governador da Síria) que estava sob ameaça dos assassinos de César; Cesário é reconhecido por Roma como rei do Egito, junto com sua mãe Cleópatra; início do Segundo Triunvirato (Otávio, Antônio e Lépido dividem o poder de Roma);
42 a.C.	Antônio, Lépido e Otávio disputam a supremacia do poder em Roma; Batalha de Fílipos; Cássio e Bruto ameaçam invadir o Egito; uma frota de Cleópatra naufraga em Ilíria; Antônio e Otávio vencem a Batalha; morte de Cássio, de Bruto e de Cícero; ida de Antônio para o Oriente para combater os partas;
41 a.C.	Batalha de Perúsia; Paz de Brindes; domínio de Antônio sobre a parte oriental do império e de Otávio sobre a parte ocidental; Cleópatra se encontra com Antônio em

²²¹ Sobre a (i)legitimidade da origem de Cleópatra, cf. Maurice Sartre (2018); Werner Huss (1990).

	Tarso, ao sul da atual Turquia; Antônio se encontra com Cleópatra em Alexandria; “Os Inimitáveis Viventes”;
40 a.C.	Morte de Fúlvia (esposa de Antônio); Antônio deixa Alexandria e volta à Itália; acordo entre Antônio e Otávio; Antônio se casa com Otávia (irmã de Otávio); nascimento dos filhos gêmeos de Cleópatra com Antônio (Alexandre Hélio e Cleópatra Selene); Herodes, o Grande (futuro rei da Judeia) se refugia em Alexandria e em Roma; Antônio e Otávia se casam e se instalam em Atenas;
38 a.C. – 36 a.C.	Acordo de Tarento (entre Antônio e Otávio); exclusão de Lépido do Triunvirato; Cleópatra se encontra com Antônio em Antioquia; Guerra contra Sexto Pompeu; Fracasso de Antônio na guerra contra os partas: instalação de Antônio no Oriente; casamento de Antônio com Cleópatra; rompimento entre Otávio e Antônio;
36 a.C. – 35 a.C.	Guerra contra Sexto Pompeu; Guerra contra os partas; campanha de Antônio na Armênia e na Média; nascimento do filho de Cleópatra – Ptolomeu Filadelfo; anexação de Armênia, Fenícia, Média, Cirenaica, Cilícia e Líbia ao Império egípcio (“Doações de Alexandria”);
34 a.C.	Triunfo armênio; Cleópatra e Cesário são proclamados a encarnação das divindades egípcias; Cleópatra é coroada “Rainha dos reis” e seu filho “Rei dos reis”; ruptura de Roma com o Egito; início da transição de Roma para a Era Imperial;
33 a.C. – 32 a.C.	Fim do II Triunvirato; Cleópatra se encontra com Antônio em Atenas; eles estabelecem o Golfo de Ácio, na costa setentrional da Grécia, como quartel-general; Otávio lê o Testamento de Antônio no Senado;
31 a.C.	O Senado Romano (mais particularmente Otávio) declara guerra contra Cleópatra; Otávio vence a Batalha de Ácio; Antônio e Cleópatra se refugiam no Palácio de Cleópatra, em Alexandria;
30 a.C.	Cleópatra festeja com pompa o aniversário de Antônio; Otávio invade Alexandria; suicídio de Antônio (01 de agosto); sepultamento suntuoso de Antônio; suicídio de Cleópatra (12 de agosto); sepultamento suntuoso de Cleópatra, ao lado de Antônio; Cesário é interceptado a caminho da Etiópia e morto por ordem de Otávio; fim do Império ptolomaico; o Egito é anexado como província ao Império Romano; três filhos de Cleópatra com Antônio são entregues sob custódia a Otávia, irmã de Otávio e ex-esposa de Antônio.
29 a.C. – 27 a.C.	Triunfo de Otávio/Augusto; Início do principado.

Ainda que relativamente funcional, o quadro acima é, ao nosso ver, simplista, visto que representa apenas uma entre as várias leituras e interpretações possíveis da cronologia dos fatos e dos dados relativos à vida de Cleópatra. Chamamos mais uma vez a atenção para as fragilidades das fontes que subsidiam os estudos sobre a rainha do Egito. Sobre isso, Sartre (2018, p. 11-12), assevera que

[...] as lacunas documentais são enormes [...] o historiador hesita diante do vazio de sua documentação e deve se contentar em observar [...] o historiador se sente invadido por remorsos, ao apresentar fatos dentre os quais vários são incertos. Ela realmente engravidou? César era realmente o pai da criança? Será que ela realmente casou-se com seus irmãos? As datas são exatas? A partir das incertezas, diferentes hipóteses são elaboradas por especialistas competentes,

e essas devem ser examinadas com cuidado antes de serem descartadas ou adotadas.²²²

Continuando com Sartre (2018), ele percebe que o historiador-biógrafo escrupuloso geralmente se vê limitado ao silêncio a respeito de aspectos essenciais da vida daquela pessoa sobre a qual se pesquisa. Além da relativa escassez de fontes, tem-se que a representação de Cleópatra fez/faz surgir uma enormidade de fontes outras que vieram orbitar aquelas mais contemporâneas a ela, o que torna ainda mais difícil separar aquilo que pode ser considerado fonte credível daquilo que se aproxima mais da imaginação, algo cristalizado em estereótipos, constitutivo de narrativas míticas e místicas a respeito da rainha do Egito ao longo do tempo.

Não obstante, Cleópatra disputa, hoje, com os grandes heróis da Antiguidade, tais como o macedônio Alexandre, o Grande (do qual ela era, dizem, descendente) e os romanos Júlio César e Marco Antônio (seus maridos/amantes), além de Otávio/Augusto (seu carrasco), a fama de ser uma das personalidades mais poderosas da Antiguidade e de ter suscitado grande interesse entre os historiadores (do passado e do presente), que se debruçam sobre essa época e sobre esse recorte temático. Daí a necessidade de pesquisarmos, de lermos a narrativa de Plutarco de forma atenta e crítica, buscando entender o que consta nas palavras dele e para além delas, ainda que essa fonte (assim como aquelas utilizadas por pesquisadores com os quais trabalhamos) contenha fragilidades, como já aventado nos capítulos anteriores. Sabermos quais as representações de Cleópatra e do Egito forjadas na narrativa de Plutarco (e para além dela) nos faz certamente lidar com lapsos, com ignorâncias e com fantasias sobre aspectos essenciais de sua vida e do Oriente. Evidentemente, não esperamos encontrar respostas para todas as questões levantadas e tampouco suprir tais lapsos, ou seja, não estamos em busca de uma Verdade sobre Cleópatra. Devemos nos satisfazer com pequenos passos, com elucubrações que nos permitam clarear, ainda que pouco, o cenário delineado, a partir das (des)construções representacionais dos envolvidos.

Mesmo que Cleópatra tenha reinado sobre o Egito e sobre territórios no Mediterrâneo dominados por seu reino por mais de vinte anos, o que se sabe sobre seu

²²² “[...] les lacunes documentaires sont immenses [...] l’historien hésite face au vide de sa documentation et doit se contenter d’observer [...] l’historien est-il rempli de remords d’avoir présenté des faits dont il sait que beaucoup sont incertains. César est-il le père de son fils ? Est-elle vraiment mariée à ses frères ? Les dates sont-elles exactes ? A des incertitudes, d’hypothèses différentes ont été élaborées par des savants compétents, hypothèses qu’il lui faut examiner avec soin avant de les écarter ou de les adopter.”

papel como soberana chega até nós de forma intermitente e graças também a raros documentos como as narrativas de historiadores, biógrafos e poetas romanos e gregos. Podemos afirmar que nenhum historiador da Antiguidade lhe consagrou uma biografia, diferentemente do que fizeram com os grandes homens. Ainda assim, ela foi objeto de menção em obras de Plutarco e também nas de Suetônio, Dionísio de Halicarnasso, Flávio Josefo, Dión Cássio e Estrabão²²³, para ficarmos apenas com alguns antigos. Autores que contam em comum, além obras sobre homens lustres, o fato de representarem Cleópatra e o Egito muitas vezes de forma parcial e limitada, tendenciosa e negativa, ou melhor, do ponto de vista dos dominadores. Autores que recorrentemente levantam sérias suspeitas sobre sua origem nobre e sobre sua moral, sua ética e sua estética, além de suas ações, tanto no nível privado quanto no público.

Quando Cleópatra é objeto de menção por partes desses historiadores-biógrafos antigos, ela é delineada, prioritariamente, não por sua importância enquanto rainha ou por seus grandes feitos políticos, militares ou administrativos, ou seja, não pelo que ela fez pelo Egito e pelo seu reino, mas por seus supostos múltiplos defeitos e erros cometidos. Dito de outra maneira, Cleópatra não é tida como protagonista. Como veremos mais adiante, uma das razões possíveis dessa atitude por parte dos historiadores-biógrafos seria o fato de ela ter sido alvo da propaganda imperialista romana contra ela e contra Antônio, tido como aquele que sucumbiu a uma mulher, a uma rainha, à “egípcia”, à amante, à estrangeira, aquela que o levou à ruína final na Batalha de Ácio e, por conseguinte, ao suicídio (cf. Prudence Jones, 2006; Christian-Georges Schwentzel, 1999; 2014). Dito de outra maneira, Cleópatra só entra para a História quando contracena (como coadjuvante) com os grandes homens romanos.

Fora isso, é como se houvesse uma suspensão (e uma suspeição) temporal, espacial e identitária. É como se sem Júlio César, Marco Antônio e Otávio/Augusto, Cleópatra não existisse. É como se ela fosse reiteradamente apenas uma espécie de “pano de fundo”, personagem com um papel limitado na História e constituído de estereótipos próprias do arcabouço cultural da visão greco-romana do Oriente, clichês alicerçados em elementos físicos (estéticos) e comportamentais (morais) atrelados a aventuras amorosas

²²³ Estrabão (Strabão, ou ainda, Strabon) nasceu em Amaseia em 64 ou 63 a.C. e morreu em 24 ou 25 a.C.. Ele escreveu *Comentários Históricos* em 43 volumes. Registrando informações históricas importantes sobre a Antiguidade. Ele escreveu também *Geografia*, em 17 volumes, totalmente conservados. Nessa obra, o autor descreve Roma do século I a.C. e as viagens que fez pelo Mediterrâneo.

e a ações luxuriantes e espetaculares. É como se ela, no máximo, se inserisse apenas de maneira parcial, secundária e “natural” na História de Roma e não mais do que isso.

Mas, talvez por ironia do destino, é justamente esse suposto “descaso” historiográfico a respeito de Cleópatra e esse (in)consequente lapso documental os responsáveis por fomentar as imaginações férteis dos escritores e por elevar sua fama e sua estada no hall das grandes personalidades da História. As anedotas (os “causos”), as sátiras, as zombarias, as maledicências e as fofocas também fizeram com que ela atravessasse os tempos da História subsequente e chegasse até nós muitas vezes suplantando os atores que com ela contracenavam, aqueles tidos, na época, como principais, como ilustres e mais importantes para a História.

Ter sua imagem sempre atrelada a dos homens, sejam eles pai, marido, amante, irmão, filho e/ou inimigo, parece minimizar a importância de Cleópatra e sua influência no tabuleiro dos jogos de poder. Isso explicaria em parte esse lapso, que pode ter sido proposital por parte da historiografia, que silenciou ou não deu a devida atenção a certos fatos e dados que envolveram diretamente a rainha, tais como: Cleópatra é uma “rainha” que compartilha a cultura grega e tem ascendência helênica. Ademais, ela é uma mulher descendente de uma ilustre e poderosa dinastia – a ptolomaica (os Lágidas), com imagem identitária ligada à deusa Ísis. Cleópatra foi responsável por um projeto político ambicioso para o Egito a ponto de ameaçar Roma e seu império. Por fim, vê-se que a rainha representa uma cultura milenar, e que o Egito, assim como Roma, contou com uma estrutura imperial. Nesse sentido, a ideologia imperialista fazia parte do cotidiano de todos os nossos personagens, regia seus pensamentos e pautavam suas ações. Diante de todos esses fatos, nos perguntamos quais seriam as razões para Plutarco optar por silenciar (modalizar ou minimizar) sobre tudo isso e privilegiar, destacar e enfatizar razões de cunho estético, ético e moral para julgar e condenar tão severamente a rainha do Egito.

Se partimos do pressuposto de que Plutarco propõe em suas narrativas (sobretudo as biográficas) interpretações que configuram um debate histórico sobre as relações políticas, sociais, culturais, espaciais e históricas entre gregos e romanos e em contraponto com estrangeiros, é de se esperar que o delineamento da identidade de Cleópatra seja feito majoritariamente de maneira negativa, pelo fato de ela ser inimiga de Otávio/Augusto – seu algoz, primeiro Imperador romano e herdeiro de Júlio César, ambos tidos por Plutarco como modelos helênicos de moral a serem seguidos. Júlio César e Antônio foram, sem dúvida, dois homens importantes na vida de Cleópatra e também o são para nós, visto que é através deles, ou melhor, da narrativa de Plutarco (e de outros)

sobre eles, que temos acesso à (re)configuração da imagem identitária da rainha e representacional do Egito e do Oriente feita pelo biógrafo-historiador, ainda que, para nós, ideologicamente comprometida com a propaganda romana, logo, político-ideológica, parcial e subjetiva.

Em *Vidas*, Plutarco fala da última rainha do Egito em um momento específico da vida dela, qual seja, no momento em que ela dividia o poder egípcio com os romanos ilustres, seja no tempo de Júlio César, seja no tempo de Antônio e de Otávio. Nesse sentido, constata-se que o polímata de Queroneia narrou apenas uma parte da vida da rainha, justamente os fragmentos que o ajudam a contar a vida dos grandes homens romanos, além de contextualizar algumas das formas de oposição egípcia às investidas romanas, silenciando ou modalizando boa parte da história, ou melhor, das histórias de Cleópatra.

Da leitura da obra de Plutarco ficam, portanto, algumas questões incômodas: por que Cleópatra, sendo de origem macedônia e pertencendo à cultura helênica, não representa para Plutarco esse *status quo*? Por que ele insiste na nomeação da rainha de “egípcia”, sabendo do peso dessa expressão? Por que ela é insistentemente tida por Plutarco como um contraexemplo nas biografias dos homens ilustres romanos? Seria pelo fato de ela ser mulher? E por que ele insiste na comparação de Cleópatra, uma poderosa rainha do Egito, com esposas romanas de grandes homens? Talvez as respostas estejam no fato de que a História tem por hábito ou por prerrogativa ser contada por homens vencedores, no caso pelos romanos e não pelos vencidos, no caso por Cleópatra, pelos egípcios e pelo Oriente. De qualquer forma, a História de Cleópatra que chegou até nós foi escrita prioritária e quase que exclusivamente pelas mãos de gregos e romanos, por intelectuais pertencentes às elites que, direta ou indiretamente, se beneficiavam da máquina imperial e que muito provavelmente simpáticos a Roma e propaladores de sua propaganda.

Schiff (2011, p. 14-18), sintetiza bem o que veremos neste capítulo III, a respeito da imagem identitária forjada da rainha do Egito. De acordo com a estudiosa de Cleópatra, para os romanos, ela

[...] não era necessariamente bonita, mas, sua riqueza – assim como seu palácio – deixava Roma de boca aberta [...] ela era duplamente suspeita, primeiro por vir de uma cultura conhecida por seu ‘talento natural para a dissimulação’ e depois por seu endereço alexandrino. Cleópatra era um ícone do Oriente oculto, alquímico, de sua terra sinuosa, sensual, tão perversa e original quanto aquele rio inacreditável. Os homens que entravam em contato com ela

pareciam perder a cabeça [...] Ela perturba até a biografia que Plutarco escreveu de Marco Antônio. [...] As habilidades de Cleópatra eram grandes, mas a fértil fantasia masculina era incontestavelmente maior.

3.1. ALEXANDRIA – REPRESENTAÇÃO METAFÓRICA/METONÍMICA DA RAINHA

Interessante notar que, ainda que a preceda em séculos, muito do que se diz sobre Alexandria²²⁴ serve, guardadas as devidas proporções, para definir identitariamente Cleópatra (o Egito e o Oriente). Em Alexandria nasceu Cleópatra. Lá ela cresceu, se educou e viveu grande parte de sua vida; fato que leva alguns historiadores a dizerem que ela não era egípcia, já que nasceu em uma pólis grega, naquela época²²⁵. Vale lembrar que Alexandria, fundada por Alexandre, o Grande, em 331 a.C., pelo fato de ser helênica, e mesmo estando na África, no Oriente, é considerada território grego²²⁶. Nesse sentido, Alexandria era uma cidade no/do Egito, sem, contudo, ser egípcia.

No entanto, Plutarco parece fazer questão de silenciar que a Alexandria de Alexandre, o Grande, e de Ptolomeus como Cleópatra é um espaço de poder ancestral mítico e, assim como Roma e Atenas, era helênica e cosmopolita. Ponto de cruzamento de muitos povos do mundo greco-romano e território alvo de constantes tentativas de invasão, Alexandria era mais do que simplesmente a capital do Egito ou do império ptolomaico; era uma hiperbólica metrópole de um reino, um território rico, intrigante e de grande interesse para todo o Mediterrâneo, entre outras coisas, pela riqueza e pela peculiaridade e sofisticação de sua cultura milenar, pelas ciências avançadas, além de ser um dos principais exportadores de alimentos e de artigos de luxo (cf. BERNAND, 2001).

Na época de Cleópatra, todo esse conhecimento e poder gerado em Alexandria é, direta ou indiretamente, também responsabilidade dela e nela reverbera. Alexandria ficou conhecida na História por ter sido um centro de referência em medicina, matemática e

²²⁴ Para uma bibliografia com maiores detalhes sobre a história de Alexandria, cf. Pascal Ballet (1999), André Bernand (1966; 2001), Joana Clímaco (2007; 2011; 2013), Christopher Haas (1997), Anthony Hirst *et al* (2004), Jean-Yves Empereur (2002), Nial Finneran (2005), Jens Krasilnikoff (2009), Michael Rostovtzeff (1941) e Simon Swain (1990; 1996).

²²⁵ François de Callatay (2015) vê que Cleópatra acabou sendo excluída da helenicidade pela tradição greco-latina e jogada no terreno da barbárie. Preferimos dizer que essa exclusão se deu pela tradição greco-romana, incluindo-se aí Plutarco.

²²⁶ Plutarco (*Vida de Alexandre*, XXVI), narra a história da fundação de Alexandria. O autor afirma que a decisão de Alexandre de construir uma cidade grega no Oriente foi inspirada em Homero e que ele, na época em que discutia com os responsáveis pela construção sobre a melhor topografia, teve uma maravilhosa visão da cidade em um sonho que lhe determinava o local exato onde a cidade deveria ser erguida. A narrativa de Plutarco sobre Alexandria mostra que ele via a cidade como espaço grego, helênico. No entanto, quando ele fala de Cleópatra, ele a coloca em um espaço egípcio, oriental.

filosofia, para ficarmos apenas com alguns exemplos. Maçoudi (1863, p. 287), autor árabe da Idade Média, assevera que Cleópatra

[...] era uma princesa versada em ciências, dedicada ao estudo da filosofia e admitia estudiosos em seu círculo de relações. Compôs, sobre medicina, encantos e magias e outras partes das ciências naturais, obras que levam o nome da autora e de homens conhecidos versados na arte da medicina. Com sua morte, termina a dinastia dos reis gregos. [...] Otávio queria tê-la sob seu domínio e graça para aprender com ela os segredos preciosos que possuía como a última representante dos sábios da Grécia.²²⁷

Ao ver positivities em Cleópatra, Maçoudi difere, no entanto, da maioria dos autores (da Antiguidade e também de seu tempo) que, alimentados pela narrativa de Plutarco, Suetônio e Dión Cássio, entre outros, promoviam a imagem negativa da rainha do Egito, distorcendo essa visão de mulher culta e séria e afirmando, por exemplo, que seus conhecimentos em medicina serviam a frivolidades, que se limitavam à farmacologia, à cosmetologia e à ginecologia para poder manter sua beleza e juventude e manipular venenos para matar seus inimigos. Plutarco (*Vida de Antônio*, LXXI, 6-8), afirma que Cleópatra usava escravos condenados à morte como cobaias para estudar a letalidade de seus venenos. O fato de Cleópatra saber manipular venenos lhe rendeu inclusive mais um entre vários adjetivos depreciativos: o de feiticeira/bruxa²²⁸. Interessante notar que na literatura greco-romana da Antiguidade, as bruxas e as feiticeiras eram frequentemente retratadas no espaço do além-fronteiras, ou seja, aquela que vem de fora, a estrangeira, a outra. E Plutarco demonstra ter seguido essa tradição, caracterizando Cleópatra como a egípcia, a oriental que manipulava seus homens com chás de ervas para que eles perdessem o autocontrole, se tornassem pacíficos e passivos e ficassem “em suas mãos”. Os testes de venenos para seu suicídio (re)afirmariam essa ideia de manobra própria de uma bruxa em busca de uma poção poderosa, fatal. Assim, conforme assevera Rodrigues (2013, p. 71), “[...] os venenos, um domínio em que

²²⁷ “C’était une princesse versée dans les sciences, adonnée à l’étude de la philosophie et admettant les savants dans son intimité. Elle composa, sur la médecine, les charmes, et d’autres parties des sciences naturelles, des ouvrages qui portent le nom de son auteur, et son connus des hommes versés dans l’art de la médecine. Avec elle finit la dynastie des rois grecs. [...] Octave voulait s’emparer d’elle pour en apprendre les précieux secrets qu’elle possédait, comme dernier représentant des sages de la Grèce.”

²²⁸ Essa imagem de Cleópatra feiticeira e bruxa nos remete aos mitos gregos de Calipso, Circe, Medeia, Cassandra, entre outros. Para maiores detalhes sobre esses mitos, cf. Thomas Bulfinch (2001) e Edith Hamilton (1983). Lembramos, ainda, que o tão discutido “nariz adunco” de Cleópatra serve perfeitamente como complemento ethótico da rainha como uma bruxa.

Cleópatra parece se mover com facilidade, também podem ser vistos como um *topos* oriental”²²⁹.

Ainda que Alexandria fosse um centro urbano, cultural, político e econômico de grande importância, ou seja, fonte de riqueza e de conhecimento no contexto geral das diversas relações internacionais entre o Ocidente e o Oriente, alguns romanos costumavam enxergar a cidade sede de Cleópatra como uma síntese do modo de existência oriental, inevitavelmente associada à rainha (e vice-versa). Alexandria era uma cidade considerada, na época, por cidadãos romanos, como a capital da degeneração política e social, uma ameaça à hegemonia romana, posicionamento coincidente sustentado na visão a respeito de Cleópatra (cf. RODRIGUES, 2013). Um dos responsáveis por essa leitura romana de Alexandria, ainda na época de Cleópatra, foi Cícero, que, reiteradas vezes, alertou a classe política romana para os perigos que a capital do reino egípcio representava, devido a sua prosperidade e avanços nas mais variadas áreas de conhecimento (cf. *De Lege Agraria contra Rullum*, II, 16; *De Officiis*, III, 12; *Epistulae ad Atticum*, II, 5).

Nesse contexto, seria impossível contestar que as elites romanas consideravam Cleópatra e o Egito como elementos essenciais, centrais de seu poder no Mediterrâneo. Ainda assim, segundo Sartre, autores antigos como Plutarco, optam por silenciar sobre o importante centro cultural e de pesquisas (que Cleópatra incentivava e financiava) nas mais variadas áreas, espaço financeiro e de poder político que era Alexandria. Eles preferem dar ênfase à vida íntima de Cleópatra: “Os escritores antigos esquecem de bom grado, quando mencionam Cleópatra, o importante centro de ciência e cultura que era Alexandria, mas a rainha certamente não o esqueceu” (SARTRE, 2018, p. 231)²³⁰. Plutarco, por exemplo, chega a citar (para criticar), (*Vida de António*, LVIII, 9) uma doação de António à Biblioteca de Alexandria de 200 mil rolos de pergaminhos adquiridos da Biblioteca de Pérgamo, a mais prestigiosa do mundo grego e rival em tamanho e prestígio da Biblioteca de Alexandria. Plutarco e demais historiadores antigos não registram o fato com sua devida importância, não detalham o gesto de António, ou seja, não falam praticamente nada sobre as circunstâncias dessa suposta doação.

²²⁹ “Poisons, a domain in which Cleopatra seems to move with ease, can also be seen as an Oriental topos.”

²³⁰ “Les auteurs anciens oublient volontiers, lorsqu’ils mentionnent Cléopâtre, quel centre de science et de culture avait été Alexandrie, mais la reine ne l’avait sûrement pas oublié.”

No entanto, a imagem de Alexandria não era, o tempo todo e por todos, apagada, silenciada. Ela era conhecida também por sua rica estética arquitetônica e por sua invejável Biblioteca, que guardava registros da cultura enciclopédica do mundo grego e do mundo mediterrâneo seculares²³¹, fazendo da cidade a capital cultural, intelectual e política. Assim, se, por um lado, Alexandria é uma metonímia do Oriente depravado (luxuosa e luxuriosa, mágica e enganosa), por outro, ela, é sinônimo de cultura, beleza e erudição. Em sua narrativa, Plutarco trata dessa positividade, descrevendo Cleópatra como uma mulher que, assim como ele, valoriza o conhecimento e a literatura, o que, de uma forma ou de outra, reflete na imagem de Alexandria, cidade que o queronense ilustre teria visitado uma vez, conforme visto no capítulo II. Ademais, Alexandria, juntamente com Roma e Atenas, são, nos tempos de nossos personagens, espaços múltiplos, dinâmicos, efervescentes, enfim, palcos de discursos de poderes (político, militar, religioso, comercial, econômico, intelectual e literário), espaço híbrido, entre-lugar, como nos dizeres de Bhabha (2011), cenários de sociabilidades e disputas, confrontos e sensibilidades (cf. RODRIGUES, 2013; WILLIAMS, 2004). Sintetizando, em certo sentido, o que se diz de Alexandria, se diz também do Oriente e de Cleópatra (e vice-versa), imagem de uma, representação da outra.

Morando em um complexo de palácios ptolomaicos, Cleópatra agitava a cidade, fazendo com que toda a vida cotidiana de Alexandria fosse ainda mais (re)ativa, já que ela não estava regularmente sozinha (cf. CLÍMACO, 2007). Seja com Júlio César, seja com Antônio como hóspedes de honra, entre outros homens ilustres, Alexandria contava também com milhares de soldados romanos que compunham suas forças armadas e ajudavam a movimentar a cidade. Os palácios de Cleópatra em Alexandria eram considerados os lugares mais luxuosos de todo o Egito, quiçá do mundo mediterrâneo (cf. SWAIN, 1990). Não nos é difícil imaginar que muitos desses soldados romanos a serviço de Júlio César e de Antônio presenciavam a rotina de seus líderes ao lado da rainha egípcia e nem sempre concordavam ou gostavam do que viam. Há relatos de historiadores antigos tais como Plutarco e Dión Cássio que mostram uma constante preocupação de Cleópatra em suborná-los, como se fazia há séculos pelos Ptolomeus, para que eles não causassem problemas, não se rebelassem contra ela, em Alexandria. Há vários episódios

²³¹ Goldsworthy (2012, p. 52-53) lembra que, segundo historiadores antigos, Ptolomeu II foi um grande responsável pela consolidação e fama da Biblioteca de Alexandria de forma ilegal e imoral, já que ele confiscava qualquer livro que entrasse na cidade e que pagava a Atenas por empréstimos de obras literárias e documentos raros para copiar e não devolvia os originais (que ficavam na Biblioteca de Alexandria), devolvia apenas as cópias que havia mandado fazer.

nos quais a rainha presenteia esses soldados para controlar em parte a hostilidade que eles alimentavam contra ela, visto que ela era mulher e oriental, a personagem central dos eventos. Aos seus líderes romanos, sobretudo em aparições públicas em Alexandria, nem sempre lhes cabia o papel mais importante, ficando a cargo de Cleópatra o controle das situações e relegando os cônsules e generais romanos ao papel de coadjuvante, algo humilhante para um romano ilustre aos olhos de seus compatriotas.

Sabe-se que o grego era a língua materna da rainha do Egito, falada tanto em Alexandria quanto em Atenas e Roma, língua dos negócios e das relações políticas e diplomáticas, e, como toda pessoa considerada culta de sua época, ela dominava também o latim, língua dos romanos. Sobre a educação e a cultura de Cleópatra em Alexandria, as fontes principais também vêm da narrativa de Plutarco (*Vida de Antônio*, XXVII, 4-5), segundo a qual:

[...] haviam poucos povos bárbaros com quem ela [Cleópatra] não falasse em seu idioma, sem precisar de intérpretes: assim aconteceu com os etíopes, com os trogloditas, os hebreus, os árabes, os sírios, os medas e os partas. Além dessas, dizem que ela sabia ainda várias outras línguas, enquanto que alguns dos reis do Egito que a precederam não se deram ao trabalho de aprender egípcio, e alguns deles chegaram até mesmo a esquecer o macedônio.²³²

Informações como essas registradas por Plutarco teriam sido tomadas por ele próprio (e por muitos que o leram e copiaram) como uma constatação cabal à revelia de uma pesquisa pautada em fontes documentais seguras. Ademais, vemos, nesse trecho, que Plutarco fala a respeito do domínio de várias línguas por parte da rainha, que, a princípio e em uma primeira leitura, pode parecer uma positividade²³³, mas não necessariamente o é. Destarte, percebe-se que as línguas e dialetos citados dizem respeito a questões geográficas, ou melhor, geopolíticas do Oriente, já que esses reinos eram vassallos ao reino ptolomaico. Assim, seria compreensível que Cleópatra falasse vários idiomas e dialetos, já que que ela representava um reino importante que mantinha relações diplomáticas, políticas, financeiras e comerciais com muitos reinados e povos, ocidentais e orientais.

²³² “[...] en sorte qu’il était peu de barbares avec qui elle [Cléopâtre] parlât elle rendait elle-même et par elle-même sa réponse: ainsi aux Éthiopiens, aux Troglodytes, aux Hébreux, aux Arabes, aux Syriens, aux Mèdes et aux Parthes. Elle savait encore, dit-on, plusieurs autres langues, alors que les rois d’Égypte qui l’avaient précédée n’avaient pas même pris la peine d’apprendre l’égyptien et que quelques-uns d’entre eux étaient allés jusqu’à oublier macédonien.”

²³³ Sobre o multilinguismo e o multiculturalismo no Egito Antigo, cf. Jean-Luc Fournet (2009) e Bruno Rochette (1996; 1997).

Chama-nos a atenção que aquilo que parece um elogio pode ser, na verdade, uma crítica ou até mesmo um conjunto de insultos. De início, percebemos no/do excerto uma ênfase negativa quanto aos seus antecessores, uma crítica aos Ptolomeus, que não se preocuparam em aprender a língua (morta) dos ancestrais – o macedônio, e tampouco aquela dos dominados, ou melhor, daqueles que eles governavam – o egípcio. Isso poderia configurar uma crítica a esse Oriente despreparado para a liderança política. Cabe lembrar, no entanto, que o próprio Plutarco afirmara que só dominava o grego e não sabia latim, língua do Império sob o qual ele viveu, mas sociedade para a qual ele escrevia, já que a elite romana dominava o grego. Conforme assevera Schiff (2010, p. 51), na época de Cleópatra, “[...] todo romano bem-educado falava latim e grego e Cleópatra certamente dominava bem também esses dois idiomas”.

Quanto aos povos (e línguas) citados nesse mesmo trecho por Plutarco, tem-se que eles parecem configurar boa parte do Oriente no ideário do historiador. Para Sartre (2018), a Etiópia servia, em textos da Antiguidade, para nomear grande parte das populações negras da África, o que cobre, na geografia atual, todo o norte do continente, da Etiópia até o Marrocos, um conjunto enorme de povos e culturas com línguas diversas. Isso nos leva a duvidar se Cleópatra realmente dominava tantas línguas/dialetos como afirma Plutarco. Cabe ressaltar que o espaço linguístico/idiomático do qual Plutarco fala, parece referir-se ao seu ideário de Oriente.

No que diz respeito aos trogloditas, sociedade que teria vivido nas proximidades do Mar Vermelho, povo retratado pelo ideário greco-romano como de hábitos rudes, privado do uso de uma língua, no sentido que normalmente a concebemos, ou seja, era um povo primitivo que se comunicava por gestos, grunhidos e gritos (cf. SARTRE, 2018). Assim, dizer que Cleópatra dominava essa língua não significaria necessariamente um elogio, mas sim um deboche. Coincidência ou não, o termo *troglodita* atravessou os séculos cristalizado em estereótipos para designar aquele que é considerado rude, sem civilidade e que age tal como os pré-históricos. Fica, então, a suspeita de que Plutarco estaria sendo cáustico ao dizer, direta ou indiretamente, que Cleópatra e seus familiares, assim como os Orientais, podiam ser definidos identitariamente com esses adjetivos.

Ainda com relação ao Oriente, no que diz respeito aos povos hebreus e medas, haveria, provavelmente, um desconhecimento de Plutarco com relação ao povo judeu, que, já na época de Cleópatra, não falava o hebraico clássico (tido como língua morta, língua de Moisés). As línguas faladas na Judeia, assim como na Síria, já eram, desde o século VII a.C., o aramaico e o grego (Koiné). Nem mesmo o filósofo do judaísmo

helênico, Filon de Alexandria²³⁴, ou o filósofo-historiador da Judeia, Flávio Josefo, ambos cidadãos romanos, não falavam cotidianamente o hebraico (cf. SARTRE, 2018).

A respeito dos árabes, também citados por Plutarco, eles designavam, na época, grande parte dos povos nômades, que falavam não uma língua árabe, mas um conjunto de dialetos, o que, a princípio torna a afirmativa de Plutarco inverídica ou imprecisa. Os medas, citados por Plutarco, seriam, na verdade, os persas. O uso do termo *medas* no texto pode parecer apenas uma nomeação inocente, mas também pode parecer mais um preconceito, talvez um arcaísmo, visto que os gregos não escondiam sua aversão pelos persas, tidos como bárbaros e inimigos imemoriais. E ainda, resta saber que outras tantas línguas Cleópatra teria dominado, mas que foram silenciadas por Plutarco em uma espécie de reticências deixada por ele em sua narrativa (cf. David Wassertein, 2014).

Fica, desse excerto de Plutarco sobre o domínio das línguas por Cleópatra, a sensação de que aquilo que poderia ser uma positividade, também possa ser visto como uma crítica relativamente velada. Em uma visão de cunho imperialista, esse domínio de várias línguas seria, para Plutarco, algo próprio de líderes bárbaros, que precisavam disso para reinar. Já para os greco-romanos, bastaria o domínio do grego e/ou do latim. Não haveria, então, a necessidade e tampouco o desejo de conhecer e/ou assimilar a língua (e /ou a cultura) dos estrangeiros, dos bárbaros. Mais uma vez nos lembramos que Plutarco, às vezes, deixa (entre)ver que, para ele, saber latim não é importante, pois também essa língua seria própria de povos inferiores, ou seja, somente (lhe) importava o grego, língua dos helenos, dos civilizados, língua universal, a sua língua.

Outra razão plausível para o relativo silenciamento ou minimização de Plutarco quanto à educação de Cleópatra em Alexandria seria o fato de não haver uma preocupação dessa natureza quando se trata de mulheres, mesmo que rainhas. Isso é facilmente perceptível na obra de Plutarco, pois nela ele prioriza os homens e não as mulheres. Como dito anteriormente, nem mesmo sua mãe, sua esposa e suas filhas mereceram destaque em suas narrativas, o que era costumeiro para a época. Nesses termos, a Alexandria de Alexandre, o Grande²³⁵, marcada por Plutarco com alta carga simbólica, mitológica e lendária, como destinada a existir de forma “divina” para os gregos, quando se transforma

²³⁴ Filon de Alexandria, como o nome indica, nasceu em Alexandria, em 15 a.C. e morreu em 45 d. C.. Filósofo e historiador judeu, adepto da moralidade e aliado dos romanos, estudou o Antigo Testamento para além da cultura helênica – a judaica, e sob a influência dos estudos de Platão.

²³⁵ Em “A Fortuna de Alexandre” (*Moralia*), Plutarco, mais uma vez, registra que sem Alexandre, a cidade de Alexandria não existiria e que a cultura helênica não se faria representar no Oriente. Ainda nesse texto, Plutarco expõe, dicotomicamente, Alexandria, espaço civilizado, e o Egito, espaço selvagem e bárbaro.

em Alexandria de Cleópatra, perde muito em legitimidade de uma identidade helênica e passa a adquirir uma identidade egípcia e oriental com sua força semântica negativa, além de feminina.

É sabido que Cleópatra não foi a primeira mulher ptolomaica a reinar em Alexandria, sobre o Egito e boa parte do Oriente. Segundo Gaudefroy (2017, p. 40), à exceção de Berenice I, esposa de Ptolomeu I, e Arsínoe I, esposa de Ptolomeu II, todas as rainhas Lágidas foram filhas, esposas e irmãs de Ptolomeus, inclusive Cleópatra VII, todas elas de origem helênica²³⁶. Dito isso, vê-se que, às vezes, Plutarco compara as egípcias às romanas e às gregas, enaltecendo essas em detrimento daquelas. Há que se registrar, no entanto, que no ideal greco-romanos relativo às mulheres, estas deveriam ser submissas e dependentes dos homens (dos pais, dos maridos, dos irmãos e até mesmo dos filhos). Já no Egito, dependendo da temporalidade, era possível encontrar mulheres que podiam viver sozinhas, possuir propriedades, herdar, comprar e vender bens (cf. GOLDSWORTHY, 2012). As mulheres egípcias do tempo de Cleópatra contavam com maior liberdade e direitos, se comparadas às certas mulheres gregas e romanas; elas podiam, por exemplo, ser independentes financeiramente, se divorciar, criar os filhos sozinhas²³⁷. Nesse sentido, ainda que digam que Cleópatra era egípcia, ela era, na verdade, alexandrina de origem macedônia, compartilhava a cultura helênica, e que, sendo rainha do Egito e tendo herdado o modelo de reinado de outras importantes rainhas egípcias tais como Nefertiti e Hatshepsut, assimilou alguns de seus costumes, aproveitou dessa herança egípcia mais igualitária em gênero²³⁸, em uma espécie de hibridismo, para defender e assumir seus direitos. Sua origem nobre lhe permitia ainda reivindicar, assim como parte das elites gregas e romanas faziam, uma ancestralidade que alcançava a divindade. Ainda assim, à exceção de Cleópatra II, Berenice III e Berenice IV, que

²³⁶ Para Schiff (2010, p. 3), todas as Cleópatras, Berenices e Arsínoes pertencentes aos Lágidas envenenaram seus maridos e/ou assassinaram seus irmãos. Para uma bibliografia com maiores informações sobre os Lágidas, cf. Auguste Bouché-Leclercq (1907); Gunther Holbl (2001).

²³⁷ Conforme assevera Goldsworthy (2012, p. 35), “[...] as leis egípcias concediam mais direitos às mulheres e eram frequentemente usadas por famílias gregas radicadas em Alexandria quando suas filhas tinham chances de herdar propriedades”.

²³⁸ Cabe registrar que não é nosso interesse, nesta dissertação, trabalhar diretamente com o conceito interdisciplinar de gênero, ou melhor, com estudos que se dedicam à identidade de gênero, com o papel da mulher na Antiguidade, de uma maneira geral, ou em Plutarco, mais particularmente, visto que isso já vem sendo feito por vários estudiosos inclusive da área de História. Para maiores informações a respeito da bibliografia que trata mais especificamente dessa questão, cf. Sarah Azevedo (2017); Gregory Balhazar (2013); Pedro Funari (2003); Norberto Guarinello (2006a); Bell Hooks (1984); Joan Scott (2013); Mariana Silveira (2006); Maria Aparecida de Oliveira Silva *et al* (2010); Thais Silva (2013); Gayatri Spivak (2010); Marcia Vasques (2014b); Donna Wilshire (1997).

reinaram sozinhas por um curto espaço de tempo, todas as demais rainhas ptolomaicas reinaram chanceladas por homens, sejam eles, pais, maridos, irmãos ou filhos.

Cleópatra herdou de seus ancestrais/antepassados mais próximos, além de Alexandria, muitas histórias polêmicas de sucessos e de fracassos, uma forte dependência de Roma (sobretudo econômica e militar), além de um império mediterrâneo em crise (interna e externa) que cobria, além do próprio Egito, boa parte do que se entende hoje por Oriente Médio e do Norte da África, território evidentemente visado, desejado por Roma. Cleópatra, a última rainha do Egito, também herdou dos Ptolomeus uma série de problemas sociais e administrativos, econômicos e políticos, militares e diplomáticos. E tudo isso agravado pelo fato de que esse império estava sob o comando de uma mulher (ela própria), algo pouco apreciado tanto pelo Ocidente quanto pelo Oriente, na época, no mais alto posto hierárquico, ainda que sempre com um homem se fazendo representar e ainda que rodeada de intrigas de toda sorte.

Isso significa dizer que quando Cleópatra assume o poder em Alexandria, Roma já era, há tempos, uma presença cotidiana e impositiva em sua vida e na dinâmica de seu reino. Seu pai, Ptolomeu XII, era frequentador assíduo e fortemente dependente dos banqueiros romanos. O reino ptolomaico muitas vezes se manteve graças ao poder e às intervenções de Roma. O Egito representava para Roma uma espécie de “galinha dos ovos de ouro” ou de “asno carregado de ouro”, logo objeto de constante preocupação e vigilância. Como assevera Werner Huss (1990, p. 198), “[...] Ptolomeu XII inaugura o naufrágio do reino”²³⁹. Quando Cleópatra se torna rainha, Alexandria e o Egito já viviam a tempos sob ameaças de anexação romana (cf. ROLLER, 2010).

Segundo historiadores como Cícero, Dión Cássio e Estrabão, a corrupção endêmica era um dos principais problemas em Alexandria e em sua relação com Roma, razão pela qual, já nos anos 70-60 a.C., boa parte do senado romano desejava intervir e anexar esse reino do Oriente. Júlio César, cônsul em 59 a.C., conseguiu aprovar no Senado, após ser subornado, que Ptolomeu XII fosse reconhecido como “amigo e aliado do povo romano”, legitimando, assim, o poder imperial ptolomaico e afastando temporariamente os riscos de anexação sumária desse império. Nesse ínterim, Alexandria vivia problemas sérios de dívidas externas e convulsões sociais. Conforme alimentado pelo ideário greco-romano, que recorrentemente denigre os reinos do Oriente com uma representação negativa, é nesse contexto de tutela romana e de governança “desastrosa”

²³⁹ “Ptolemy XII inaugurates the wreck of the Kingdom.”

de Ptolomeu XII que nasce Cleópatra e no qual ela assume o poder, após a morte do pai em 51 a.C.. Tendo Ptolomeu deixado em testamento que os herdeiros do trono seriam o filho mais velho juntamente com Cleópatra, esta se casa com Ptolomeu XIII²⁴⁰. Consciente da dependência do reino egípcio (ptolomaico) diante de Roma, assim que pôde, Cleópatra se alia a Júlio César, homem forte no Senado romano, que teria pressionado a jovem rainha a fazer concessões a Roma e a ele próprio.²⁴¹

3.2. CLEÓPATRA E JÚLIO CÉSAR – UMA RELAÇÃO (COM) PROMETEDORA

Ainda que o foco desta pesquisa seja a imagem identitária de Cleópatra e a representação do Egito na obra *Vida de Antônio*, cabe, aqui, algumas palavras sobre a vida da rainha nos tempos de Júlio César, pelo fato de ele ter sido seu amante antes de Antônio. Plutarco também escreveu *Vida de Júlio César*²⁴² e nessa obra ele cita algumas vezes o nome de Cleópatra e sua relação com o poderoso líder romano, sobretudo no capítulo LXIII, intitulado – “Cleópatra é levada para a casa de César”; e no capítulo LXIV – “César coloca Cleópatra no trono”²⁴³. Trata-se de episódios referentes à Guerra de Alexandria e à recondução de Cleópatra ao trono do Egito pelo líder romano.

Como veremos nesta seção, nesses dois momentos da narrativa sobre a vida de Júlio César, Plutarco tece comentários subjetivos sobre a relação entre os dois líderes, toma uma posição imperialista e romanizada nos julgamentos dos atos da rainha, orientalizando-a exacerbadamente com fins político-ideológicos. Percebemos, na conjugação das leituras das duas narrativas, muitos traços comuns da história de amor da rainha com Júlio César e com Antônio e dos problemas que isso causou para ambos os romanos. Plutarco faz isso inclusive com os mesmos argumentos retórico-discursivos que

²⁴⁰ Se, por um lado, Plutarco, Estrabão e Dión Cássio não registraram em detalhes questões relativas aos casamentos incestuosos dos Lágidas, por outro, Lucano o faz: “[...] a irmã ímpia se une a seu irmão e também ao chefe dos Latinos, e, passando de um ao outro no papel de esposa, ela acaba por possuir o Egito e comprar Roma” (*Farsalia*, X, v. 357-358). Vê-se, assim, que o casamento entre irmãos é mais um elemento tido como típico da barbárie.

²⁴¹ Propomos, aqui, nos silenciar diante de questões relativas às dificuldades familiares por que passou Cleópatra, quando teve que governar com seus irmãos. Além da questão de economia de espaço textual, uma das razões é que o próprio Plutarco também silencia sobre essa temática, muito provavelmente por falta de fontes, sobretudo as confiáveis.

²⁴² Segundo Christopher Pelling (2002), há indícios de que Plutarco tenha escrito *Vida de Júlio César* e *Vida de Antônio* simultaneamente.

²⁴³ “LXIII – Cléopâtre se fait porter chez César; LXIV – César met Cléopâtre sur le trône.”

o ajudaram a sustentar seus julgamentos de valor moral, ético e estético a respeito de Cleópatra.

A rainha do Egito teria conhecido Júlio César quando ela era ainda uma criança, levada a Roma por seu pai, Ptolomeu XII, em missões diplomáticas. Na época, Júlio César governava Roma em um triunvirato, juntamente com Pompeu, o Grande, e Marco Licínio Crasso. Ao final desse triunvirato, quando Júlio César se autoproclama ditador vitalício, instaura-se uma crise política em Roma. Júlio César se torna inimigo de Pompeu, que perde a batalha de Farsalos, é perseguido pelo ditador e foge para o Oriente. Pompeu desembarca na costa de Pelúcio, buscando refúgio contra a perseguição de Júlio César e tentando recompor sua armada. Ele contacta seu aliado no Oriente, Ptolomeu XIII, irmão-esposo de Cleópatra, fazendo exigências a Alexandria no que diz respeito a apoios políticos e militares²⁴⁴.

Cabe lembrar que Cleópatra e Ptolomeu XIII estavam, nessa época, rompidos e que a rainha havia sido expulsa do reino egípcio pelo irmão/marido e seus tutores e supostamente se refugiado em comunidades nômades no deserto sírio.²⁴⁵ Diante desse cenário, Alexandria se encontra em uma situação perigosa: rechaçar Pompeu significaria fazer um inimigo romano de peso batendo à sua porta; acolhê-lo, seria o mesmo que desagradar Júlio César, um potencial inimigo ainda mais poderoso. Plutarco relata, em *Vida de Pompeu* (LXXVII-LXXX) que Alexandria titubeou entre os dois romanos. Após terem sido convencidos por um dos conselheiros e professor de retórica – Theodutus de Chios –, Ptolomeu optou por mandar assassinar Pompeu e, assim agradar Júlio César. Esse gesto de trair Pompeu, de matá-lo de maneira artilosa e vil serve a Plutarco para afirmar mais uma vez a natureza dos egípcios. Vale lembrar, que, ainda nesse trecho da obra, Plutarco fala da força e do preparo intelectual de Alexandria nos tempos de Cleópatra.

Na perseguição, Júlio César sai vitorioso e Pompeu é assassinado. Plutarco (*Vida de Júlio César*, LXII) (re)lembra o cenário após a morte por esfaqueamento e decapitação de Pompeu por ordem de Ptolomeu XIII e das emoções sentidas por Júlio César, que teria chorado e lamentado quando, ao atracar em Alexandria, soube do ato bárbaro:

²⁴⁴ Plutarco, em *Vida de Antônio* (XXVI), insinua que Cleópatra foi amante também de Cnaeus Pompeu, filho de Pompeu, o Grande.

²⁴⁵ Bowman (2007) lembra que a morte de Pompeu, o Grande, em Alexandria mostra bem a importância do Egito de Cleópatra no contexto geopolítico e militar internacional.

Quando [Júlio César] chegou a Alexandria, Pompeu já tinha sido morto; ficou horrorizado quando Teódoto lhe apresentou a cabeça e voltou o rosto para outro lado, para não vê-la; mas tomou o seu sinete e olhando-o, se pôs a chorar. A todos os seus familiares e amigos, que o rei do Egito tinha feito aprisionar e andavam errantes pelo país, fez muitos benefícios e os conquistou todos à sua amizade: depois de assim ter feito, ele escreveu aos amigos de Roma, que o fruto maior e mais doce que ele recebera de sua vitória fora, certamente, todos os dias salvar a vida de algum dos cidadãos que tinham usado das armas contra ele.

Ainda que Júlio César não tenha sido o responsável direto pela morte de Pompeu, ele tem sua imagem diante dos romanos arranhada (cf. WORDSWORTHY, 2012). Cleópatra teria, na época, 21 anos de idade e Júlio César 52 anos. O descontentamento do líder romano com a forma como o inimigo foi assassinado se explica por diversos fatores dentre os quais que Pompeu era genro de Júlio César, companheiros de batalhas, partícipes do Triunvirato e, talvez, porque Pompeu não sobreviveu para assistir ao Triunfo de Júlio César. Ademais, mesmo sendo adversário e até mesmo inimigo, um grande homem como Pompeu deveria ter tido uma morte mais digna, à sua altura, já que um da estatura de Júlio César não trava batalha com personalidades de pouca importância política. Dito de outra maneira, os governantes romanos eram notórios por (re)tratarem seus inimigos derrotados como oponentes poderosos e formidáveis para, com isso, darem mais valor à sua própria vitória.

Como veremos mais adiante, situação semelhante ocorrerá anos mais tarde, com Otávio, Antônio e Cleópatra. A morte de Pompeu levou, enfim, Júlio César ao centro do poder egípcio, conhece o esplendor da cidade de Alexandria, topografia na qual um mundo novo se abriria ao general romano, ocasião em que conheceu Cleópatra, que não tinha outra escolha a não ser tentar assegurar as boas graças de Roma e do romano mais importante naquele momento para salvar a própria vida e para reconquistar seu lugar ao trono (cf. SCHIFF, 2010).

Após ter vencido a guerra contra Pompeu e o perseguido até o Oriente, Júlio César permanece um tempo em Alexandria, já que essa guerra contra o colega romano havia durado mais que o esperado e que seu poder militar precisava ser reforçado. Retratando os episódios subsequentes, Plutarco comenta, de forma rápida, que Júlio César buscou apaziguar os ânimos entre os Ptolomeus (Cleópatra e seu irmão-esposo Ptolomeu XIII), que estavam em disputa pelo trono. Nesse ínterim, Ptolomeu XIII e seus asseclas espalham rumores de que César estaria em Alexandria para preparar o país para a anexação por Roma. Esse temor teria levado os alexandrinos a uma convulsão social, a uma revolta popular que culminou justamente na Batalha de Alexandria, momento em

que a Biblioteca de Alexandria foi incendiada. O romano acaba por mandar matar o rei Ptolomeu XIII e alguns de seus conselheiros. Para Plutarco (*Vida de Júlio César*, LXIII), a Batalha de Alexandria foi desnecessária pois, na verdade, Júlio César teria agido por amor a Cleópatra e que os conflitos foram inglórios e cheios de perigos para ele.

Cabe ressaltar que as atitudes de Júlio César fizeram com que Cleópatra ficasse livre de seus principais rivais e opositores no poder. Mesmo com bastante dificuldade, visto a frágil situação militar em que se encontrava, Júlio César saiu vencedor dessa revolta popular, foi a público discursar sobre a necessidade de união entre os Ptolomeus e o povo egípcio e recolocou Cleópatra, juntamente como seu irmão mais novo, Ptolomeu XIV, no trono (*Vida de Júlio César e Vida de Antônio*).

O primeiro encontro de Cleópatra com Júlio César em Alexandria se eternizou pela espetacularidade e engenhosidade da rainha narradas por vários historiadores, quando, clandestinamente, adentrou nos aposentos onde César se hospedava enrolada em um tapete. A versão de Plutarco (*Vida de Júlio César*, LXIII) difere um pouco desta:

[César] secretamente mandou chamar Cleópatra, que estava nas redondezas; ela, em companhia de Apolodoro Siciliano, um amigo, partiu em um pequeno barco, no qual chegou a se aproximar do Palácio de Alexandria, quando já era noite escura; e não tendo meios de entrar sem ser reconhecida, ela se escondeu em uma trouxa de roupas, que Apolodoro dobrou e amarrou com uma corda, colocou-a na cabeça, passou pelo portão do Palácio e a levou até a presença de César.²⁴⁶

Quanto ao teor ficcional dessa cena específica do tapete, Sartre (2018, p. 71), alerta que “[...] o historiador pode, assim como o romancista, dar asas à sua imaginação, mas, diferentemente do romancista, ele não pode escrever sobre um episódio sem nenhuma prova documental”.²⁴⁷ Dessa cena registrada por Plutarco, fica, a sensação de que, por um lado, a rainha calculou minuciosamente o encontro com Júlio César para seduzi-lo e, por outro, que Plutarco deixou fluir fantasiosamente seu machismo e sua misoginia, se nos é permitido o uso de termos anacrônicos. Na sequência, ainda segundo o biógrafo-historiador, Júlio César teria ficado muito impressionado com a jovem rainha

²⁴⁶ “César secrètement manda à Cléopâtre, qui était aux champs, qu’elle revînt ; et elle, prenant es sa compagnie Apollodore Sicilien, seul de tous ses amis, se mit dans un petit bateau, sur lequel elle vint aborder au pied du château d’Alexandrie, qu’il était déjà nuit toute noire ; et n’ayant moyen d’y entrer sans être connue, elle s’étendit tout de son long dessus un faisceau de hardes qu’Apollodore plia et lia par-dessus avec une grosse courroie, puis la chargea sur son col, et le porta ainsi dedans à César para la porte du château.”

²⁴⁷ “[...] l’historien peut comme le romancier laisser libre cours à son imagination, mais, à la différence du romancier, il ne peut rien écrire sur um épisode que rien ne documente”.

e apaixonou-se por ela, por sua, esperteza, doçura e beleza. Enfatizando mais uma vez os dons estéticos e persuasivos da rainha, Plutarco, em *Vida de Antônio* (XXV, 4-5), traz mais uma vez as relações entre Cleópatra, Júlio César, Pompeu e Antônio:

E ela, convencida, e confiando nos laços de que sua beleza lhe permitira se relacionar anteriormente com César e Cneu, filho de Pompeu, esperava seduzir Antônio mais facilmente. Como ela ainda era uma menina muito jovem, sem experiência em negócios, quando a conheceu pela primeira vez, foi frequentar Antônio na idade em que a beleza das mulheres tem todo o seu brilho e seu espírito, com toda a sua força.²⁴⁸

Vê-se, do excerto acima, que o moralista Plutarco encontra recorrentemente oportunidades de repisar seus julgamentos sobre Cleópatra, referindo-se à sua aparência física²⁴⁹, a seu charme e a seu poder de sedução para conseguir, com seus dons e dotes, o que queria dos homens, bem ao modo oriental. Em *Vida de Júlio César*, a imagem do personagem principal é delineada por Plutarco como o romano líder nato que salva o Egito de si mesmo, aquele que luta incansavelmente por seu povo, que põe ordem ao caos e se apresenta como mediador, pacificador entre o Ocidente e o Oriente:

César nasceu para fazer grandes coisas, e tendo em sua natureza o coração generoso e de grande honra, o sucesso de suas conquistas e proezas não o deixou desfrutar em paz e tirar proveito delas. No entanto, elas o encorajavam a querer empreender mais e mais, sempre buscando grandes empreendimentos e desejando novas glórias, como se as conquistas passadas e presentes nunca lhe bastassem²⁵⁰ (*Vida de Júlio César*, LXXV).

No entanto, fruto das glórias de Júlio César narradas por Plutarco, durante suas conquistas na Espanha, na Gália, na Germânia, e na Macedônia, entre outros territórios, ele teria matado, sem piedade, milhares de pessoas. Esse romano tão forte e poderoso

²⁴⁸ “Et elle, convaincue, et s’appuyant sur les liaisons que sa beauté lui avait permis de nouer précédemment avec César et avec Gnaeus, le fils de Pompée, comptait bien séduire Antoine plus facilement. Car elle était encore une toute jeune fille sans expérience des affaires quand les premiers l’avaient connue, au lieu qu’elle allait fréquenter Antonine à l’âge où la beauté des femmes est dans tout son éclat et leur esprit dans toute sa force.”

²⁴⁹ Há alguns bustos identificados como sendo de Cleópatra em museus (Berlim, Vaticano, Argélia, Roma, Turin, entre outros). No entanto, segundo Sartre (2018), tendo os Ptolomeus inventado uma maneira específica de cunhagem de moedas, somente algumas delas do período de Cleópatra poderiam nos dar pistas de como ela se fazia representar. No mais, há mais especulação do que provas, e que nenhum desses bustos pode, com certeza científica, representar os traços reais (fidedignos) da última rainha do Egito.

²⁵⁰ “César étant né pour faire toutes grandes choses, et ayant de sa nature le cœur convoiteux de grand honneur, les prospérités de ses conquêtes et prouesses passées ne le convièrent point à vouloir jouir en paix et en repos du fruit de ses labeurs, mais plutôt l’échauffèrent et l’encouragèrent à en vouloir entreprendre encore d’autres pour l’avenir, lui engendrant toujours de plus en plus imaginations de plus hautes entreprises et désir de gloire nouvelle, comme si la présente fût déjà tout usée.”

como delineia Plutarco, acaba por sucumbir à juventude e audácia de uma egípcia. Num sentido oposto, poder-se-ia pensar que Cleópatra, na verdade, seria a real ordenadora do caos romano, a mediadora e a pacificadora entre Júlio César e o Oriente, entre Roma e a representação do passado glorioso de Alexandre, o Grande, e também a mediadora entre Júlio César e os deuses, lembrando que a religião, tanto em Roma quanto em Atenas e no Egito, servia de suporte ao poder governamental²⁵¹. No entanto, essa não é a versão ou a ênfase dada por Plutarco nas *Vidas*.

Ao ter Alexandria sob controle, em 47 a.C., Júlio César manda prender Arsínoe, irmã revoltosa de Cleópatra e a leva para Roma, como parte de seu triunfo. Tendo como base, mais uma vez, questões estéticas como julgamento de valor, especula-se que, ao ser exibida durante os festejos, os romanos se impressionaram com sua beleza e pediram que César não a matasse, o que foi prontamente atendido. Ela teria vivido exilada em Éfeso e sido, na sequência dos eventos, assassinada anos depois a mando de Cleópatra e Antônio. Rege a lenda que Ptolomeu XIII teria morrido afogado tentando fugir ou se esconder de Júlio César. Assim, Cleópatra, graças à ajuda de Roma, recupera o trono, agora em dupla com Ptolomeu XIV, seu irmão mais novo e novo esposo, como era tradição na época. Ao voltar a Roma, Júlio César consegue junto ao Senado confirmar o estatuto de Cleópatra e de Ptolomeu XIV como rainha e rei do Egito.

Para Dión Cássio (*História Romana*, XLII-XLV), Cleópatra teria aceitado de bom grado essa imposição de governar com seu irmão mais novo, já que “[...] morar com Ptolomeu XIV e reinar com ele era uma pura ficção que ela aceitou com mais facilidade porque governava sozinha e passava seu tempo com César”²⁵². Ainda segundo Dión Cássio (e também Suetônio e Cícero), antes de voltar a Roma, no entanto, e talvez para melhorarem a imagem pública de ambos e para restaurarem o prestígio da monarquia, Cleópatra e Júlio César teriam decidido, nessa época, fazer uma viagem de três meses pelo rio Nilo. Também segundo alguns desses autores, Cleópatra teria engravidado de Júlio César durante essa viagem²⁵³. Sobre isso, Plutarco faz, em duas ocasiões, sucintos comentários. Em *Vida de Júlio César* (XLIX, 10) ele comenta: “[...] razão pela qual, Júlio

²⁵¹ Sobre a utilização da religião para legitimação do poder, cf. Gianluca De Sanctis (2012); Raphaëlle Laignoux (2011).

²⁵² “[...] vivre avec son frère [Ptolémée XIV] et régner avec lui était une pure fiction qu’elle accepta d’autant plus facilement qu’elle gouvernait seule et passais son temps avec César.”

²⁵³ Por falta de fontes documentais precisas sobre essa questão da gravidez de Cleópatra, sobre o nascimento de Cesário e sobre a (não) paternidade de César, há muitos discursos contraditórios e muita especulação; a situação apresentar-se-ia bem mais complexa do que podemos supor, cf. Sartre (2018).

César estabeleceu como a rainha do Egito Cleópatra, que estava grávida dele, e que pouco depois deu à luz um filho, a quem os alexandrinos chamam de Cesário”²⁵⁴. Retomando a questão, em *Vida de Antônio* (LXXI, 3), Plutarco afirma:

[Júlio César] declarou publicamente, perante toda a plateia, que ele estabeleceu Cleópatra, rainha do Egito, Cípria, Lídia e a Baixa Síria, e também Cesário, rei dos mesmos reinos; este Cesário, estimado filho de Júlio César, que havia deixado Cleópatra grávida.²⁵⁵

Embora pareça improvável que o pai seja outro homem que não Júlio César, a gravidez de Cleópatra e a questão da paternidade torna-se uma questão política complexa que persistirá até depois da morte da rainha e servirá como munição para Otávio e para os historiadores antigos atacarem a reputação de Cleópatra. Cabe lembrar que Júlio César não teve herdeiros romanos legítimos. Ele deixou em testamento sua herança para seu sobrinho Otávio, assumindo-o como filho adotivo. Essa situação teria deixado Otávio preocupado, receoso com a possibilidade de tudo perder para o filho “bastardo” de Cleópatra com Júlio César, o que justificaria sua propaganda contra a rainha e seu filho.

Arthur Weigall (1931, p. 87-88) percebe que historiadores da Antiguidade atribuíram a esse momento em que Júlio César permanece em Alexandria e à gravidez da rainha, ao jeito sensual e sedutor de Cleópatra. Ainda segundo o estudioso,

Na verdade, havia outras razões mais importantes para que Júlio César ficasse em Alexandria do que seu amor por Cleópatra. Havia a ambição, o desejo imenso de um conquistador louco por novas conquistas, o interesse supremo de um homem que pensa que em breve se apossaria de uma coroa real graças à sua audácia e construiria um trono que ele e seus descendentes de sangue manteriam por séculos.²⁵⁶

Não se pode esquecer que o Egito de Cleópatra, nesse momento em que Júlio César lá se encontra, mostra-se socialmente fragilizado, devido às guerras e sobretudo às doenças e à fome advindas das fracas monções e/ou inundações do Nilo, e

²⁵⁴ “[...] à raison de quoi, César établie reine d’Égypte Cléopâtre, laquelle étant grosse de lui, peu de après accoucha d’un fils, que ceux d’Alexandrie appelèrent Césarion.”

²⁵⁵ “[César] déclara publiquement devant toute l’assistance, qu’il établissait premièrement Cléopâtre reine d’Égypte, de Cypre, de Lydie et de la basse Syrie, et aussi Césarion roi des mêmes royaumes; on estimait ce Césarion fils de Jules César, qui avait laissé Cléopâtre enceinte.”

²⁵⁶ “En réalité, il y avait, pour le retenir en Egypte, bien plus que l’amour. Il y avait l’ambition, l’ivresse d’un conquérant orienté vers des conquêtes nouvelles, l’intérêt suprême d’un homme qui pense bientôt tenir une couronne royale de sa propre audace et construire un trône qu’occuperont après lui, pendant des siècles, les descendants de son sang.”

economicamente endividado, pois a rainha teve que pagar dívidas antigas a Roma contraídas pelos Ptolomeus XII e XIII.²⁵⁷ Assim, à paixão amorosa de Cleópatra por Júlio César, acrescenta-se sua inteligência e força política silenciada por Plutarco e por vários outros historiadores antigos.

Especula-se que Cleópatra esteve algumas vezes em Roma entre 46 a.C. e 44 a.C. em momentos importantes: para participar dos festejos de Júlio César, que comemorava suas vitórias contra Pompeu e no Egito, momento em que sua irmã Arsínoe era exposta em praça pública no Triunfo; para receber o título de “Amiga e Aliada de Roma”; e para fazer contatos com a elite romana e tratar de negócios. Como era de hábito receber monarcas amigos de Roma em seus palácios nas redondezas de Roma, a rainha do Egito teria passado ali vários meses hospedada por Júlio César. Especula-se também que isso servia para manter uma relativa discrição, já que ele era casado e morava com a esposa legítima, Calpúrnia, em Roma (cf. ROLLER, 2010). Em uma dessas idas a Roma, Marco Antônio teria sido designado por Júlio César para dar assistência à rainha.

Júlio César foi assassinado no momento em que Cleópatra se encontrava em Roma, em 44 a.C.. Assim, a cidade se tornou um território perigoso, já que, com a convulsão social e a guerra civil instalada, Roma mergulhou em um caos. Ainda assim, Cleópatra permanece em Roma, buscando reconhecimento da paternidade de seu filho diante do Senado romano. Segundo Cícero, em carta enviada a Torquato (*Correspondência*, IV), o futuro de Roma, após a morte de Júlio César, contava com três possibilidades: “A república permanecerá, ou eternamente dilacerada pela guerra, ou com liberdade de respirar, abandonando as armas, ou perecerá sem recursos”.²⁵⁸ Não conseguindo o que desejava e temerosa por sua segurança e a de seu filho Cesário, Cleópatra volta ao Egito. Nesse mesmo ano, ela mata seu esposo-irmão, Ptolomeu XIV e declara seu filho, Cesário (Ptolomeu XV) seu coregente.

²⁵⁷ Para Sartre (2018), há um número considerável de documentos oficiais assinados por Cleópatra entre 43 e 35 a.C., que atestam particularidades de uma vida política e econômica próspera em Alexandria, o que ajuda sobremaneira os historiadores a sustentarem suas histórias sobre a rainha e sobre o Egito dessa Época. Além desses documentos oficiais, tem-se as moedas cunhadas com seu perfil em vários países e que também datam do mesmo período, o que supostamente atesta a importância da rainha no Oriente.

²⁵⁸ “Il faut, ou que la république soit éternellement déchirée par la guerre, ou qu’on lui donne la liberté de respirer en abandonnant les armes, ou qu’elle périsse sans ressource.”

3.3. CLEÓPATRA E O EGITO SOB A MIRA DE PLUTARCO

Com a morte de Júlio César, o poder de/em Roma é dividido. Forma-se um novo Triunvirato para governar a República, entre Otávio, Antônio e Lépido²⁵⁹. Na divisão dos poderes, Antônio fica responsável por proteger os interesses romanos na parte oriental do Império. Nesse ínterim, Cássio, um dos assassinos fugitivos de Júlio César, pressiona Cleópatra, com ameaças de invadir territórios ptolomaicos. Os triúnviros decidem, nesse ínterim, por uma lista de pessoas a serem assassinadas, como vingança pela morte de Júlio César e para proceder a uma espécie de expurgo contra seus adversários políticos. Entre centenas de pessoas²⁶⁰, contam os nomes de Bruto, Cássio e Cícero, coincidentemente desafetos de Cleópatra, que são eliminados sem que ela empreenda esforços. Após serem derrotados na Batalha de Filipos, Cássio se mata e Bruto é morto. Cícero, que criticava abertamente Antônio²⁶¹ e dizia que detestava Cleópatra, foi morto por ordem de Antônio. Sua cabeça e suas mãos foram decepadas e exibidas no Senado Romano como parte do Triunfo Triúnviro (cf. John Barret 1997; Craig Champion, 2004; Dexter Hoyos, 2013). Com a morte de Júlio César e com a guerra civil, entre muitos outros problemas sociais e políticos, Roma tornou-se um caos. Antônio, com anuência de Otávio e de Lépido, decide, então, viajar pelo Oriente para combater os partas e reforçar a posição romana diante dos reinos aliados.

Em Tarso, Antônio se encontra novamente com Cleópatra (a primeira vez que ele a viu, ela tinha 13 anos de idade). Esse segundo encontro também entrou para a História como um acontecimento marcado pelo luxo ostentatório próprio do Oriente, pela pompa da embarcação de Cleópatra e por suas estratégias de sedução para conquistar mais um romano ilustre. Ela se apresenta como rainha do Egito e também como Ísis-Cleópatra. Ele teria, na época, 42 anos de idade e ela 28 anos: “Cleópatra conheceu Antônio na idade em que a beleza das mulheres é a mais radiante e sua inteligência se mostra com todo o

²⁵⁹ Para uma bibliografia com maiores detalhes a respeito de questões ligadas aos Triunviratos, cf. Dion Cássio (*História Romana*); Fergus Millar (1973); Christopher Pelling (2001, 2002); Plutarco (*Vida de Júlio César, Vida de Pompeu, Vida de Antônio*); François Jacques e John Sheid (1990).

²⁶⁰ Segundo Dion Cássio (*Histórias Romanas*, XLVII, 3, 1), “A cidade de Roma interior ficou cheia de cadáveres”. (“La ville entière, fut rempli de cadavres.”)

²⁶¹ A inimizade entre Cícero e Antônio é antiga, tendo em vista as críticas trocadas entre ambos e teria se agravado, segundo Plutarco (*Vida de Antônio*, II), por causa do padrasto de Marco Antônio que constava na lista daqueles que foram executados durante a Conjuração da Catilina, em 63 a.C. e a recusa de Cícero, advogado da promotoria, em liberar o corpo para os ritos funerários.

seu vigor”²⁶² (*Vida de Antônio*, XXV, 5). Teria sido a partir desse encontro em Tarso que os dois se tornariam amantes e selado seus destinos.

Para Plutarco (*Vida de Antônio*, XXV, 6), Cleópatra teria preparado o encontro com meses de antecedência, pensando em cada detalhe, tecendo uma espécie de armadilha para atraí-lo. Antônio fica fascinado pela rainha do Egito e pelo fausto das monarquias helênicas, pela dimensão divina dos Ptolomeus e pela beleza de Cleópatra. Plutarco, que relata as piores baixezas de Cleópatra e a vê como uma mulher ardilosa que se vale de sua beleza para fins políticos, sustenta que ela se valia de magias e de feitiços para seduzir o romano ilustre. A cena da chegada espetacular, triunfante de Cleópatra e os entretenimentos subsequentes serviam, evidentemente, a um fim, qual seja, o de garantir a independência de seu reino com estratégias de sedução e luxo que teriam impressionado Antônio.

Se, por acaso, Cleópatra ainda não havia calculado pormenorizadamente o *ethos* de Antônio por suas experiências pessoais, ela, muito provavelmente, sabia de sua reputação de homem afeito aos prazeres hedonísticos (cf. Si Sheppard, 2009). Sendo Plutarco moralista e terminantemente contra o hedonismo, ele trata da reputação (orientalizante) de Antônio e descreve seu encontro com Cleópatra na embarcação da rainha com riqueza de detalhes:

[...] uma embarcação cuja popa era de ouro, os véus de púrpura, os remos de prata e o movimento dos remos cronometravam ao som dos oboés, que acompanhavam o das flautas e das cítaras. Ela própria [Cleópatra], lindamente adornada e maquiada como Afrodite, estava deitada sobre um tecido bordado a ouro: criancinhas, vestidas como os pintores pintam os cupidos, permaneciam ao seu lado, abanando-a: mulheres, todas perfeitamente bem vestidas de Nereidas e Graças, algumas permaneciam na proa, outras seguravam as cordas. Ambas as margens do rio exalavam os perfumes vindos do navio. Uma imensa multidão se aglomerava nas margens do rio para acompanhar o espetáculo tão extraordinário (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, XXVI)²⁶³

²⁶² “Cléopâtre allait rencontrer Antoine à l’âge où la beauté des femmes est la plus éclatante et leur intelligence dans toute sa vigueur.”

²⁶³ “[...] un navire dont la poupe était d’or, les voiles de pourpre, les avirons d’argent, et le mouvement des rames cadencé au son des flûtes, qui se mariait à celui des lyres et des chalumeaux. Elle-même, magnifiquement parée, et telle qu’on peint la déesse Vénus, était couchée sous un pavillon brodé en or : de jeunes enfants, habillés comme les peintres peignent les Amours, étaient à ses côtés avec des éventails pour la rafraîchir : ses femmes, toutes parfaitement belles, vêtues en Néréides et en Grâces, étaient les unes au gouvernail, les autres aux cordages. Les deux rives du fleuve étaient embaumées de l’odeur des parfums qu’on brûlait dans le vaisseau, et couvertes d’une foule immense qui accompagnait Cléopâtre ; et l’on accourait de toute la ville pour jouir d’un spectacle si extraordinaire.”

Ainda segundo Plutarco, Antônio, posicionado como em um tribunal na ágora, no papel de general inquisidor, aquele que havia ordenado o encontro com a rainha para exigir satisfações sobre sua suposta ajuda a Cássio e sua participação na guerra (*Vida de Antônio*, XXV), se viu, diante desse cenário inusitado e espetacular montado por Cleópatra, envolvido em uma profusão de emoções tais como maravilhado, surpreso, embaraçado, desconcertado e, provavelmente, humilhado²⁶⁴. Assim, ao invés de Cleópatra ir até o general, ele foi até ela. Como diz Roller (2010, p. 72), “[...] a descrição de Plutarco é baseada em uma testemunha ocular de alguém na margem do rio, vendo, ouvindo e cheirando tudo, enquanto a procissão de Cleópatra passava”²⁶⁵.

Como agradecimento a esse primeiro encontro, Cleópatra convida Antônio para um banquete em seu palácio alexandrino: “Antônio, para se mostrar bem-educado e agradável, aceita o convite”²⁶⁶ (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, XXVI, 4). Segundo Plutarco (*Vida de Antônio*, XXVII), “[...] desta vez, a recepção é de tamanho luxo que ela faz parecer medíocre o encontro anterior na embarcação.”²⁶⁷. Com uma habilidade que lhe é própria, na visão de Plutarco (*Vida de Antônio*, XXVII), a rainha deixa Antônio à vontade em seu Palácio: “[...] com sua provocação rude e áspera, e sentindo em Antônio mais o soldado do que o homem da corte, ela adotou um tom espontâneo e agiu da mesma maneira, sem repugnância e com a maior ousadia”²⁶⁸.

Vê-se que, por um lado, Cleópatra demonstra ter seguido com Antônio o mesmo padrão de cortejo e sedução usado com Júlio César, e, por outro, para os historiadores antigos, esse é simplesmente o *modus operandi* de uma mulher ardilosa. Ainda segundo Plutarco, a partir desse primeiro encontro cinematográfico, teriam havido muitos outros ainda mais suntuosos, festivos e sexuais, verdadeiros banquetes orgíacos, bem ao gosto

²⁶⁴ Rodrigues (2013, p. 65) vê na cena do encontro entre Cleópatra e Antônio em uma embarcação luxuosa, uma metáfora do Egito e do Oriente: “O episódio da embarcação também é uma metáfora de uma certa opulência que, como a luxúria, está associada à construção da imagem ocidental do Oriente, incluindo luxúria e luxo. Plutarco descreve em detalhes como Cleópatra preparou riquezas e adornos para receber Antônio”.

²⁶⁵ “Plutarch’s description is based on an eyewitness account of someone standing on the riverbank, seeing, hearing, and smelling it all, as Cleopatra’s procession passed by.”

²⁶⁶ “Antoine, pour montrer de la bonne grâce et de la complaisance, se rendit à son invitation.”

²⁶⁷ “[...] cette fois-ci, la réception est d’un tel faste qu’elle fait paraître médiocre le festin de la veille.”

²⁶⁸ “[...] Cléopâtre, constant que sa raillerie était lourde et rude, en sentant le soldat plutôt que l’homme de cour, elle en adopta spontanément le ton, et répliqua dans le même goût, sans répugnance et avec la plus grande hardiesse.”

de Afrodite²⁶⁹ e Baco. Além do queronense ilustre, Díon Cássio (*História Romana*, XLVIII, 27) também vê esse contexto amoroso de forma negativa: “[...] acorrentado pelo amor de Cleópatra e pela embriaguez, Marco Antônio não pensava nem em seus aliados, nem em seus inimigos”. Para Horácio (*Carmen*, I, 37), Cleópatra é “a oriental que preparava a destruição de Roma, a insana e a embriagada”. E para Propércio (*Elegias*, III, 11), Antônio era “o impudico esposo que abriria as portas de Roma para a dominação de Cleópatra e que esta (*a meretrix regina*) era fruto de relações incestuosas, a que ousou desafiar os deuses romanos com seu reino e deuses decadentes”. Se seguirmos a leitura desses historiadores-biógrafos, corremos o risco de embarcarmos em anedotas e fofocas romanescas, em detrimento de vestígios de realidades histórico-políticas²⁷⁰. Com a relação entre Antônio e Cleópatra se firmando, Plutarco (*Vida de Antônio*, XXVIII, 1) o vê como alguém mais que bem-adaptado à cultura egípcia e aos costumes orientais, “[...] como um adolescente de férias, passando seus dias em diversões e jogos, desperdiçando o que Antífon acredita ser o bem mais precioso, o tempo”.²⁷¹

Mais uma vez, sentimos a necessidade de repisar a tendenciosidade e a ficcionalidade na narrativa de Plutarco. Cleópatra e tampouco Antônio deixaram registrados esses momentos e/ou o que viveram e sentiram, ou seja, não deixaram nada, nenhuma carta ou bilhete de amor que ficasse para a posteridade e que nos permitisse ao menos vislumbrar essa intimidade exacerbada entre eles. Daí tanta especulação e ficcionalização sobre a vida de ambos como potencial material propagandístico. É preciso, então, atenção para não tomarmos a imaginação de historiadores antigos como fatos históricos e como verdade ou até mesmo como narrativa dessas verdades, ainda que seja um dos raros documentos fontes à disposição.

Com a situação familiar e política em Roma agravada, Antônio é chamado de volta por sua esposa Fúlvia, que lutava pelos interesses de seu marido e contra Otávio, o que teria levado Cleópatra a ficar três anos aproximadamente sem ver seu amante romano.

²⁶⁹ Por associações variadas, o vocábulo *Afrodite* nos remete ao texto e ao conceito forjado por Michel Foucault de *Aphrodisia*. Foucault, cita, além de Platão e Aristóteles, Plutarco, quando discute a sexualidade na Grécia Antiga e os silenciamentos (ou condenações) dos autores, por questões morais, quanto aos possíveis excessos sexuais. Vemos que, de certa forma, Cleópatra representaria para Plutarco essa desmedida própria dos *aphrodisia*. Cf. Foucault (1994).

²⁷⁰ Lembramo-nos de Dominique Maingueneau (2006, p. 43-44), que trata da relação entre texto e contexto e mostra como os mais diferentes tipos de discursos se (inter)relacionam de acordo com as condições de produção.

²⁷¹ “[...] comme un adolescent en vacances, qui passât ses journées dans les amusements et les jeux, gaspillant ainsi en plaisirs ce que c’est, selon Antiphon, le bien le plus précieux, le temps.”

Nesse ínterim, mais uma vez, Cleópatra concebe filhos de amantes/pais ausentes; nascem os filhos gêmeos da rainha com Marco Antônio, chamados Alexandre Hélio e Cleópatra Selene. Interessante notar que as ausências temporárias dos amantes/maridos na vida de Cleópatra reverberam na ausência dela nas narrativas dos historiadores. Dito de outra maneira, ela só é lembrada por Plutarco na presença dos homens ilustres; quando eles saem de cena, ela também sai.

Como mais uma estratégia de ataque à imagem de Antônio (e, por conseguinte, à de Cleópatra), Plutarco remarca que a egípcia não foi a primeira mulher a dominá-lo. Fúlvia e Otávia também serviram à tese do historiador de que o romano ilustre era de natureza servil diante das mulheres²⁷². Para tanto, Plutarco também opõe a representação de Cleópatra às duas outras esposas de Antônio. Segundo o queronense ilustre, Cleópatra devia muito a Fúlvia, em razão de suas “[...] lições de sujeição que Antônio recebera de Fúlvia: ela o tornou manipulável e foi a primeira a lhe ensinar a ouvir as mulheres”²⁷³ (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, X).

Quando Antônio deixa Alexandria, encontra Fúlvia morta em Sicíone. Na opinião de Apiano (*História Romana*, V, 59) ela teria morrido de desgosto, ao assistir seu marido vivendo no Oriente com “a egípcia”, o que teria deixado Antônio com sentimento de culpa por sua morte. De grande importância para os romanos, mais particularmente para a propaganda político-ideológica de Otávio, Fúlvia é delineada por Plutarco como uma mulher, séria, fiel, devotada à família, e defensora incansável dos interesses de Antônio na Itália, enquanto seu marido se divertia no Oriente. Talvez por essas razões, Plutarco insinua que Fúlvia tenha provocado uma guerra contra Otávio, com o objetivo desesperado de afastar seu marido de Cleópatra (cf. APIANO, *História Romana*).

A morte de Fúlvia, em 40 a.C., teria provocado comoção em Roma, que culpou Antônio e Cleópatra pelo acontecido. Ainda segundo Apiano e Plutarco, o gênio autoritário de Fúlvia e seu jeito enérgico de ser teriam levado Antônio para os braços de

²⁷² Para Roller (2010, p. 76), Fúlvia “[...] estava ativamente envolvida em manobras políticas e militares. Dizia-se que ela não se interessava pelas atividades tradicionais das mulheres, como desfiar lã ou a manutenção da casa. O que ela gostava mesmo era de não apenas governar um homem, mas governar governantes e comandantes. Dizem também que a vida com Fúlvia preparava Antônio para Cleópatra, pois ele conhecia um ambiente controlado por uma mulher”. (“Fulvia who was actively involved in the political and military maneuvering. She was said to have had no interest in traditional women’s pursuits such as spinning wool or house-keeping; rather, she wished not merely to rule a man but to rule rulers and commanders. It was also said that life with Fulvia prepared Antonius for Cleopatra, since he was acquainted with an environment controlled by a woman.”)

²⁷³ “[...] des leçons de sujétion aux femme qu’Antoine avait reçues d’elle: elle le rendit tout à fait maniable et le dressa, la première, à écouter les femmes.”

Cleópatra. Com a morte de Fúlvia houve uma negociação política entre Otávio e Antônio, cuja uma das cláusulas era o casamento de Antônio com Otávia, irmã de Otávio. Com isso, Otávia passa a ser o novo ponto de comparação para Plutarco em contraponto a Cleópatra. O *ethos* de Otávia é forjado pelo biógrafo como o de romana jovem, virtuosa, bela, viúva duas vezes, uma síntese da matrona romana ideal: discreta, fiel, boa esposa, amorosa com os filhos e com o marido, guardiã do lar em qualquer circunstância, aquela que adotou, ou melhor, acabou de criar os filhos de Fúlvia (e também os de Cleópatra, após a morte dela). Otávia teria chegado a desobedecer o irmão, Otávio, quando ele lhe pede para abandonar o lar de Antônio, diante da série de atos desrespeitosos para com ela e com o povo romano. Sempre devotada e fiel ao marido, estava incondicionalmente pronta para ele quando era chamada.

O Egito e Cleópatra, que eram, até então, considerados clientes “amigos e aliados” de Roma, passam a rivais e a alvo de propaganda. Para Sartre (2018, p. 213), a partir desse momento, intencionalmente, Plutarco intensifica suas críticas, seus ataques a Cleópatra e a Antônio:

Plutarco, mais do que qualquer outro, encontrou a oportunidade de pintar os retratos mais sombrios da rainha e do triúmviro, acumulando as anedotas carregadas de lições patêmicas construídas por esse moralista sensacionalista. Devemos ler tudo isso ao pé da letra? Certamente que não, e de novo, a propaganda octaviana fez seu trabalho, com o objetivo de desviar o significado e o alcance dos gestos os mais banais.²⁷⁴

Com uma visão tida por nós como imperialista e xenófoba, o Oriente de Cleópatra, aos olhos dos greco-romanos, e discursivizado por Plutarco, como espaço da luxúria, da sexualidade vulgar, dos excessos, da corrupção e da crueldade, é o cenário dos embates e dos ataques, a arena de luta entre os inimigos. Os que pertencem ao Oriente são vistos como indolentes, efeminados, perversos, traiçoeiros, enganadores, desonestos e cruéis, a despeito das contradições que essa visão possa evidenciar. Essa visão preconceituosa e clichê persiste mesmo quando se trata do Oriente no qual se fala grego, onde se vive segundo os preceitos da cultura helênica como é o caso de Alexandria. Cícero, por exemplo, os chama de “pequenos gregos” (*Graeculi*). No que diz respeito aos egípcios, a situação parece ser ainda pior, já que eles adoram animais (ou meio-bichos) como

²⁷⁴ “Plutarque, plus que tout autre, a trouvé là l’occasion de brosser les portraits les plus noirs de la reine et du triumvir, accumulant les anecdotes qui constituaient autant de leçons pour ce moraliste amateur de sensationnel. Faut-il prendre tout cela au pied de la lettre ? Sûrement pas, et, là encore, la propagande octavienne a fait son œuvre, quitte à détourner le sens et la portée des gestes les plus banals.”

divindades, o que lembra a forte presença de seus ancestrais, que estariam ou deveriam ser apagados ou silenciados da memória coletiva.

Esse ideário do Oriente fomentado pela propaganda romana se cristalizou e permaneceu para a posteridade, em parte, fomentado graças à narrativa de Plutarco, que, orientalizado, registra em suas biografias exatamente o que as elites greco-romanas queriam e como elas queriam. Há um *crescendum* na construção dessa representação de Cleópatra por parte dos greco-romanos que se inicia mesmo antes dela nascer. Desde Heródoto (*Histórias*), com sua visão do Oriente exótico, até Otávio, já Imperador Augusto, e mesmo depois dele, a imagem da mulher oriental vai sendo forjada por questões político-culturais elaboradas pelo Ocidente.

Nessa campanha imperialista difamatória, é recorrente a descrição dos cenários requintados, repletos de ouro e prata, com os ornamentos caros. Desde o encontro em Tarso, Cleópatra teria buscado impressionar Antônio com sua riqueza e seu requinte. Esse encontro é descrito por Plutarco (in. *Vida de Antônio*, XXVI, 3) como uma espécie de cortejo pré-acasalamento, em uma atmosfera de sedução romântica finamente preparada: “Quando em 41 a.C., Cleópatra foi a Tarso, para estar perto de Antônio, diz-se que Afrodite visitou Dioniso”²⁷⁵. No entanto, Plutarco silencia sobre a importância das tratativas políticas e do anúncio público das premissas de uma aliança política e militar (cf. SHEPPARD, 2009).

Plutarco prefere lembrar da famosa história (anedota) das pérolas: Antônio e Cleópatra teriam feito uma aposta: a de que ela conseguiria gastar, em um único banquete, uma fortuna incalculável, uma soma de dinheiro que cobriria o salário anual de toda uma tropa de soldados de Antônio. No dia seguinte, Cleópatra convida Antônio para um banquete suntuoso, momento em que ela retira de um de seus brincos uma pérola considerada a maior e a mais bela até então já vista, a dissolve em uma taça de vinagre e a engole em um trago²⁷⁶. A segunda pérola teria sido poupada de ser engolida pela rainha e teria acabado como ornamento da estátua de Vênus no Panteão em Roma, após a morte de Cleópatra.²⁷⁷

²⁷⁵ “Quand en 41 a.C., Cléopâtre se rendit à Tarse auprès d’Antoine, on dit qu’Aphrodite visitait Dionysos.”

²⁷⁶ Segundo Lucano (*Farsália*, Livro X, 136-153) Cleópatra usava no pescoço e nos cabelos uma fôrta colossal em pérolas: “Cleópatra usava as duas maiores pérolas da história. [...] ela usava em cada orelha o equivalente a um palácio no/do Mediterrâneo.” (“Cléopâtre portait les deux plus grosses perles de toute l’histoire. [...] elle portait à chaque oreille l’équivalent d’une villa sur la Méditerranée.”)

²⁷⁷ Para Gaudefroy (2017) e para Joyce Tyldesley (2009), essa história das pérolas, contada por historiadores tais como Díon Cássio, Plínio o Velho e Plutarco, parece muito pouco verossímil, já que uma

Assim, a extravagância e a astúcia da rainha são contrapostas à suposta sobriedade e controle dos gastos dos romanos. Antônio tem, nesse contexto, o *ethos* delineado por Plutarco como aquele que se deixa seduzir não só pelo dinheiro e pelos encantos de Cleópatra, mas também pelo modo de vida dos Orientais:

[...] Antônio estava com sua mente perturbada e de tal modo encantado com o veneno do amor, que não pensava em outra coisa senão nela [...] dizia ainda Otávio que Antônio não era senhor de si, porque Cleópatra, por meio de seus encantos e de seus venenos amorosos, o havia privado de seu bom senso e que lhes fariam guerra²⁷⁸ [...] (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, XLVI; LXXVII)

Antônio é descrito como o romano que partilha (e sucumbe) dos caprichos da egípcia, aquele que vive no ócio, com banquetes e bebedeiras, que desfila por Alexandria fantasiado de deus²⁷⁹. Sucumbido à sua esposa egípcia, Antônio teria se tornado exemplo de síntese dos orientais e antítese do povo romano ou síntese da decadência romana.

Cleópatra e Antônio teriam sido os responsáveis pela “vida inimitável” por nove anos. Segundo Plutarco (*Vida de Antônio*, XXV), o amor de Cleópatra “[...] despertou e desencadeou em Antônio muitas paixões ainda escondidas e adormecidas, sufocando e destruindo o que, apesar de tudo, ainda existia de bom e de saudável nele”²⁸⁰. A partir dessa “corrupção” de Cleópatra e de seu ambiente “bárbaro” sobre Antônio e sua moral, Plutarco dá a impressão de que julgou e condenou ambos a uma posição de inimigos de Roma.

Por um lado, vê-se que Plutarco usa a expressão adjetivadora “vida inimitável”, não em sua força semântica positiva ligada ao amor entre Cleópatra e Antônio, mas, ao contrário, essa expressão parece ter sido usada de maneira irônica, visto que se mostra ligada ao desperdício e à luxúria do casal, algo que os greco-romanos habitualmente

pérola precisaria de no mínimo dois dias para ser dissolvida em vinagre. Sendo essa história verídica ou não, ela serve, de todo modo, aos fins daqueles que a contam, já que através dela delineia-se o *ethos* de Cleópatra como extravagante e leviana, além de chocar gregos e romanos, o que vai ao encontro da propaganda otaviana.

²⁷⁸ “Antoine était troublé dans son esprit et tellement enchanté par le poison de l'amour qu'il ne pensait qu'à elle ... Octave dit qu'Antoine n'était pas maître de lui-même, car Cléopâtre, à travers ses charmes et ses poisons, l'avait privé de son sens commun et cela les ferait la guerre.”

²⁷⁹ Segundo Veleio Patérculo (II, 82, 4), Antônio “[...] o mais covarde adulator da rainha, o instrumento da mais vil devassidão, [...] foi visto nu e pintado de azul, com sua cabeça cercada por juncos, arrastando um rabo de peixe e rastejando no chão, de joelhos, representando Glaucos para divertir os convidados de um banquete.” “[...] le plus lâche adulateur de la reine, l'instrument des plus vile débauche de son maître [...] on le vit, tout nu et peint de couleur bleue, la tête ceinte de roseaux, traînant une queue de poisson et rampant sur les genoux, représenter Glaucos pour égayer un festin.”

²⁸⁰ “[...] éveilla et déchaîna en Antoine beaucoup de passions encore cachées et endormies, étouffant et détruisant ce qui, malgré tout, pouvait encore en lui rester de bon et de salutaire.”

referenciam e adjetivam os orientais: “Todos os dias eles se deleitavam com uma prodigalidade incrível”²⁸¹ (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, XXVIII). Por trás dessa “vida inimitável”, Plutarco parece acreditar que Cleópatra estava atraindo mais um romano para suas armadilhas luxuriosas, para, em seguida, poder dominá-lo e, junto com ele, dominar Roma. Esse também parece ter sido o entendimento de Otávio, pelo menos é o que sua propaganda divulga.

Lucano (*Farsália*, X, 67), coadunando com esse pensamento, (se) pergunta: “O mundo cairá nas mãos de uma mulher – que nem mesmo é da nossa raça?”²⁸² E Díon Cássio (*História Romana* L, XXVI, 3), assevera: “Cleópatra, a estrangeira, devia, em razão de seus atos, ser reconhecida como inimiga de Roma”²⁸³. Para os historiadores (tardios e/ou contemporâneos), razões como essas teriam levado Otávio a declarar guerra contra o Egito, afinal, se César e Antônio foram vítimas de Cleópatra, a próxima vítima seria, certamente, Roma, se já não o seria, haja vista que esses líderes personificavam o Ocidente. Talvez por essas razões, Otávio, em uma atitude imperialista, declara guerra ao Egito de Cleópatra, evitando, assim, um confronto direto com um romano.

Por outro lado, em uma visão talvez “pseudo-romanizada”, Plutarco silencia o fato de que essa “vida inimitável” sustentada por Antônio e Cleópatra era uma prática comum, socialmente aceita e reservada à realeza, aos reis e rainhas (auto)nomeados deuses, algo inacessível aos simples mortais e, sendo Antônio e Cleópatra um casal “divino”, eles levavam a vida que lhes era reservada e esperada, algo vivido habitualmente por soberanos helênicos ao longo da história, ou seja, por uma nobreza que levavam uma vida de ostentação. No entanto, Plutarco vê aí motivos para tratar de degeneração moral dos personagens. O discurso do biógrafo vai de par com o de Florus (*Obras*, XXI, 11), segundo o qual “A egípcia pediu a esse general bêbado o Império Romano em troca de suas carícias. Antônio prometeu isso a ela, como se os romanos fossem mais fáceis de conquistar do que os partas”²⁸⁴. E Díon Cássio (*História Romana*, L, 4) também chega à mesma conclusão que Florus e Plutarco:

²⁸¹ “Chaque jour ils se festoyaient mutuellement ave une prodigalité incroyable.”

²⁸² “Le monde tombera-t-il aux mains d’une femme – qui n’est même pas de notre race?”

²⁸³ “Cléopâtre, l’Étrangère, devait être, à raison ses actes, reconnue comme ennemie de Rome.”

²⁸⁴ “L’Egyptienne demanda à ce général ivre l’Empire romain comme prix de ses caresses. Antoine le lui promit, comme si les Romains étaient plus faciles à vaincre que les Parthes.”

Pois não era apenas Antônio, mas qualquer um que fosse próximo dele era enfeitiçado e envolvido por ela, a tal ponto que, para ela, seu maior juramento, quando afirmava algo, é que, por justiça, ela estaria em breve no Capitólio.²⁸⁵

O queronense traz em detalhes o modo de vida “inimitável” repassados por seu avô, que, por sua vez, ouviu de Filotas a respeito dos tempos de Cleópatra. Parecendo desconhecer o real ritmo de vida, o cotidiano de Cleópatra enquanto monarca, Plutarco se mostra chocado com os gastos em jantares e festas suntuosas dadas pela rainha: “[...] ou seja, uma vida sem comparação, que os outros jamais podiam imitar, banqueteadose em eventos nos quais eles gastaram tanto que excedeu todos os limites e toda a razão”²⁸⁶. Além dos jantares, Antônio e Cleópatra passavam os dias ora jogando dados, pescando e caçando, ora passeando pelas ruas de Alexandria, disfarçados para espionar as pessoas ou promovendo concursos de música, dança e teatro, tanto em Alexandria quanto no exterior: “Os teatros ficavam lotados e os coros disputavam os prêmios. Cada cidade enviava um boi para os sacrifícios e os reis, para fazerem inveja, ofereciam belas recepções e davam presentes suntuosos.” (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, XXVIII)²⁸⁷. Nesse ínterim, “[...] tendo ou não Antônio, de fato, ocupações sérias ou fúteis, Cleópatra sempre lhe proporcionava um novo mimo e lhe fazia uma nova concessão. [...] Ela jogava dados com ele, bebia com ele, caçava com ele...” (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, XXIX)²⁸⁸.

Para Sartre (2018, p. 234), essa é apenas mais uma das investidas de Plutarco contra a rainha²⁸⁹: “[...] é possível que essa história seja proveniente de um texto de propaganda otaviana contra Cleópatra, o ‘*Carmen de bello actiaco*’ (*Canto sobre a Batalha de Ácio*), embora não se tenha certeza, visto que o documento mostra-se bastante

²⁸⁵ “Car ce n’était pas seulement Antoine, mais tous ceux qui avaient quelque pouvoir auprès de lui qu’elle avait ensorcelés et enchaînés, au point que, pour elle, le serment le plus grand, quand elle affirmait quelque chose, était de jurer par la justice qu’elle rendrait prochainement au Capitole.”

²⁸⁶ “C’est-à-dire la vie non pareille, et qu’autres ne sauraient imiter, se festoyant l’un et l’autre par tour, en quoi il se faisait une dépense qui excédait toutes bornes et toute mesure de raison.”

²⁸⁷ “Les théâtres étaient pleins et des chœurs se disputaient les prix. Chaque cité envoyait un bœuf pour les sacrifices et les rois offraient à l’envi de belles réceptions et des cadeaux somptueux.”

²⁸⁸ “[...] qu’Antoine eût, en effet, des occupations sérieuses ou futiles, elle lui apportait toujours un nouveau plaisir et un nouvel agrément. [...] Elle jouait aux dés avec lui, buvait avec lui, chassait avec lui...”

²⁸⁹ Além de Plutarco, Díon Cássio (*História Romana*, 51, 11, 2) também registra a mesma história e com o mesmo tom de represália à rainha. Em um gesto aparentemente de crueldade gratuita, esses escritores se mostram empenhados em denegrir a imagem de Cleópatra. No nosso entendimento, graças à propaganda instituída e institucionalizada por Otávio para fins políticos.

danificado”²⁹⁰. Como contraponto a essa visão negativa de Cleópatra como uma mulher cruel e bárbara, Cláudio Eliano (*De Natura Animalium*, IX, 11) afirma justamente o contrário, ou seja, que Cleópatra desenvolvia a ciência dos venenos para dar um fim digno aos doentes que sentiam dores insuportáveis, uma espécie de eutanásia assistida.

Mais uma vez, Plutarco teria se valido de uma situação para envolver Cleópatra em polêmicas e desenhá-la como uma mulher de poder cruel e sem limites éticos e morais. Esse quadro *ethótico* em que Plutarco enquadra Cleópatra, não é, na verdade, um fato isolado. Era comum na Antiguidade, e ainda o é até hoje em várias sociedades, ver as mulheres de poder sob características tais como o amor descabido pela riqueza, a sensualidade exagerada e a crueldade sem limites, elementos recorrentemente utilizados pelos antigos para caracterizar Cleópatra, como fizeram, além de Plutarco, Dión Cássio, Flávio Josefo, Veleio Patérculo, para ficarmos apenas com alguns exemplos.

Durante os últimos anos de vida de Cleópatra, o Egito vive um período de paz e prosperidade do qual evidentemente Antônio tirou proveito, razão pela qual ele se mostrava reconhecedor a ponto de lhe presentear com territórios conquistados por ele no Oriente, de lhe conceder títulos, a ela e aos seus filhos, gestos que fortaleciam politicamente ambos (cf. ROLLER, 2010).

Retomando mais uma vez questões estéticas já anunciadas na Introdução desta dissertação, tem-se que Plutarco e seus contemporâneos fazem questão de atribuir grande peso aos sentimentos de Antônio e Cleópatra e a vida pessoal deles e deixam os motivos políticos parecerem secundários, banais. Enquanto Dión Cássio (*História Romana*, XLII, 34) afirma que Cleópatra possuía uma beleza incomparável, Plutarco não vê sua beleza como algo tão excepcional:

Dizem que sua beleza não era, por si só, incomparável ou suscetível de fascinar aqueles que a viam, mas sua presença tinha um charme irresistível e sua aparência, combinada com a sedução de sua fala e seu jeito de ser que irradiava, se podemos dizer assim, deixava marcas nos corações. (*Vida de Antônio*, XXVII, 2)²⁹¹

²⁹⁰ “[...] il est possible que cette anecdote provienne d’un texte de propagande augustéenne, le *Carmen de bello actiaco* (*Chant sur la guerre d’Actium*) quoique ce ne soit pas assuré tant le texte est mutilé.” Essa obra latina é imputada a Rabirius, em época indefinida, provavelmente entre o império de Augusto e de Nero. Ovídio e Quintiliano registram admiração pelo poeta e por esse texto.

²⁹¹ “On dit que sa beauté n’était pas, à elle seule, incomparable ni susceptible de fasciner ceux qui la voyaient, mais sa compagnie avait un charme irrésistible et son apparence, jointe à la séduction de sa conversation et à son caractère qui se répandaient, si l’on peut dire, dans toute sa manière d’être, laissait un aiguillon dans les cœurs.”

De fato, a beleza de Cleópatra não era, em si mesma, incomparável ou capaz de ofuscar os olhos, mas, ela tinha um charme sedutor que não podia ser desvinculado; e seu físico, juntamente com seu jeito sedutor, tornava-a irresistível (*Vida de Antônio*, XXVII, 3-4)²⁹².

Plutarco também destaca o prazer que as pessoas sentiam ao ouvir a voz da rainha, que parecia com um instrumento musical de várias cordas. Em *Vida de Antônio* (LVII), o biógrafo compara a beleza de Cleópatra à de Otávia: “Cleópatra não era nem mais bela nem mais jovem que Otávia”²⁹³. Esta, no entanto, é destacada pelo queronense por “[...] sua grande beleza, seu jeito sério de ser e sua inteligência”²⁹⁴ (*Vida de Antônio*, XXXI, 4). A respeito do fato de Cleópatra não ser considerada por Plutarco como uma mulher bonita, Duane Roller (2010, p. 3) nos chama a atenção para um possível equívoco na leitura/interpretação do texto do queronense:

Uma nota de Plutarco é frequentemente citada erroneamente para indicar que ela não era particularmente bonita, mas o que realmente foi escrito é que a força de sua personalidade superava em muito qualquer atratividade física. Fontes concordam que seu charme era notável e sua presença marcante, algo ainda perceptível alguns dias antes de sua morte. Como personagem real adequada, ela era habilidosa em cavalgadas e caçadas; de fato, mais de uma vez, ela foi descrita como homem nos registros egípcios.²⁹⁵

Para Benoist-Méchin (2007, p 101), Plutarco foi um dos antigos menos severos na adjetivação da rainha do Egito: “No entanto, Plutarco – embora desconfiado – era menos injusto com ela.”²⁹⁶. Ainda segundo Benoist-Méchin (2007, p. 101), com a narrativa de Plutarco, Cleópatra estaria mais para “sereia do Nilo” do que para “serpente do Nilo”, uma bela sereia de canto melodioso e encantadora de homens. Essa teria sido mais uma razão para César e Antônio se apaixonarem pela egípcia. No entanto, na maior

²⁹² “Et de fait sa beauté en elle-même n’était pas, dit-on, incomparable ni susceptible d’éblouir les regards, mais son commerce avait un charme prenant dont on ne pouvait se dégager et son physique, joint à la séduction de sa parole et au caractère particulier qui émanait de son contact, laissait un aiguillon qui pénétrait jusqu’au vif.”

²⁹³ “Cléopâtre n’était ni plus belle, ni plus jeune qu’Octavie.”

²⁹⁴ “[...] sa grande beauté, son sérieux et son intelligence.”

²⁹⁵ “A notice by Plutarch is often misquoted to imply that she was not particularly beautiful,⁴ but what was actually written is that the force of her personality far outweighed any physical attractiveness. Sources agree that her charm was outstanding and her presence remarkable, something still noticeable even a few days before her death.⁵ As a proper royal personage she was skilled in horseback riding and hunting; in fact more than once she was described as male in Egyptian records.”

²⁹⁶ “Pourtant Plutarque – tout en s’en méfiant – s’est montré moins injuste envers elle.”

parte da narrativa de Plutarco e dos demais historiadores e poetas que tratam da rainha, o perfil *ethótico* de Cleópatra não segue esse ambiente de encantamento.

Como é sabido, a noção de beleza varia no espaço-tempo. Para Aufrère (2018, p. 23), essa questão na Antiguidade se dava para além da estética; estava diretamente atrelada a critérios morais, à inteligência, ao poder de sedução, ao charme e à bondade, ou seja, a algo próprio do “espírito neoplatônico de virtude” (Mauro Bonazzi & Christoph Helmig, 2007). Nesse modelo de virtude se encaixa a romana Otávia, a anti-modelo de Cleópatra:

Todos eles aprovaram esse casamento na esperança de que Otávia, que uniu sua beleza, bom senso e dignidade, casada com Antônio, cujo amor seria conquistado como convém a essa mulher, seria a garantia da harmonia e da salvação geral (*Vida de Antônio*, XXXI, 4-5)²⁹⁷.

Cleópatra tinha ciúmes das honrarias que Otávia havia recebido na cidade. (Otávia era claramente a favorita do povo ateniense) [...] especialmente aqueles que tinham visto Cleópatra e que disseram que ela não se comparava a Otávia em beleza ou frescor (*Vida de Antônio* LVII, 2-5)²⁹⁸.

Vê-se, a partir desse contraponto entre Cleópatra e Otávia, que a adjetivação de *bela* aplicada à rainha do Egito faria surgir uma espécie de ambiguidade para aquela época: “como pode uma egípcia ser considerada bela?”. Isso significa dizer que a palavra *bela* não serviria para adjetivar uma bárbara, uma oriental (egípcia, africana...). Isso explicaria, ao menos em parte, o fato de Plutarco modalizar seu discurso quanto à beleza de Cleópatra. Nesse sentido, ela estaria servindo de modelo especular que contempla as mulheres do Oriente e/ou até mesmo o próprio Oriente.

3.3.1. ISIS-CLEÓPATRA – MAIS UM ELEMENTO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Se Calpúrnia e Otávia eram, aos olhos de Plutarco, mulheres exemplares, sobretudo se contrapostas à rainha do Egito, Cleópatra, por sua vez, se compara (e é comparada), dentro de um espectro que a delinea em si mesma, em opostos extremos.

²⁹⁷ “Tout le monde poussait à ce mariage, dans l’espérance qu’Octavie, qui joignait dignité et intelligence à une grande beauté, une fois unie à Antoine et forte de son affection, comme il était vraisemblable pour une telle femme, assurerait salut général et harmonie.”

²⁹⁸ “Cléopâtre [était] jalouse des honneurs qu’Octavie avait reçus dans la cité (Octavie avait été très aimée des Athéniens) [...] surtout ceux qui avaient vu Cléopâtre et savaient qu’elle ne l’emportait sur Octavie ni en beauté ni en jeunesse.”

Por um lado, ela é vista como mulher vulgar e traiçoeira; por outro, ela é equiparada à deusa Ísis, uma das mais importantes divindades do Panteão do Egito Antigo:

Cleópatra, porém, não somente então, mas sempre que saía em público, diante do povo, vestia-se de trajes sagrados, como a deusa Ísis, e dava audiência aos seus súditos, como uma nova Ísis²⁹⁹. (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, LXXI).

Sabe-se que a imagem iconográfica de Ísis (e de várias outras deusas egípcias) diz muito sobre a identidade da deusa e, por analogia, à representação de Cleópatra. Segundo o *Gran Diccionario de Mitología Egipcia* (CASTEL, 2001, p. 102-105),

Ísis, em sua iconografia [...] se parece com uma mulher que carrega o símbolo de seu nome na cabeça (o trono). No Novo Reino, ela também pode se apresentar carregando dois chifres liriformes e disco solar entre eles. Em sua manifestação animal, é mostrada na forma de um milhafre ou uma vaca.³⁰⁰

Uma das mais humanizadas deusas da Antiguidade, Ísis é representada como uma mulher e esposa bonita e fértil, mãe/irmã protetora e solícita com todos, nobres e escravos, governantes e governados, homens e mulheres. Sempre acompanhada por sete escorpiões que lhes serviam de proteção e defesa, é considerada como grande feiticeira. Ísis, com seus poderes sobrenaturais, divinos, dentre os quais o de cura e o de ressuscitar pessoas, sustentou o imaginário mítico-social que transcende o Egito, no tempo (desde 2.500 anos a.C.) e no espaço, se estendendo por todo o universo greco-romano. Rege a lenda que as cheias do Rio Nilo são as abundantes lágrimas derramadas pela deusa Ísis que chora a perda de seu amado, Osíris. Todo ano, durante milênios, comemora-se no mês de junho, período de enchente do rio Nilo, a festa ritualística denominada *Noite de Lágrima*. Ísis-Cleópatra representa a realeza do Egito, o trono majestoso, além da personificação do princípio histórico e da ordem política e familiar. Ísis foi cultuada inclusive na Grécia e na Roma de Plutarco, com rituais em antigos espaços sagrados como em Delos e Delfos,

²⁹⁹ “Quant à Cléopâtre, non seulement lors, mais aussi de tout temps quand elle sortait en public devant le monde, elle vêtait l'accoutrement sacré de la déesse Ísis, et donnait audience à ses sujets comme une nouvelle Ísis.”

³⁰⁰ “Ísis, em sua iconografia “[...] tiene el aspecto de una mujer que lleva el símbolo de su nombre sobre la cabeza (el trono). A partir del Reino Nuevo también puede llevar dos cuernos liriformes y disco solar entre ellos. En su manifestación animal, se muestra en forma de milano o de vaca.”

local onde Plutarco foi sacerdote. Cabe registrar, ainda, que, não por acaso, Plutarco escreveu *Os mistérios de Ísis e Osíris*³⁰¹.

Assim, a “vida inimitável” de Cleópatra e de Antônio, frequentemente vestidos de Ísis e Osíris (ou de Afrodite e Dioniso), revelaria, não um exibicionismo ou um desejo de chocar ou blasfemar, mas de se inscrever em uma estratégia que visava mostrar que o título de rainha do Egito sustentado por Cleópatra era uma herança milenar, assim como teria sido para Alexandre, O Grande, e seus sucessores. Ademais, essa “vida inimitável” seria prova da inteligência política da rainha, de seu conhecimento da história de sua dinastia e de sua consciência e uso dos símbolos e da simbologia que isso representa não só para ela, mas para todos: gregos, romanos e egípcios.

Paradoxalmente, Otávio, nessa mesma época em que ele criticava Antônio, que se vestia de deus Dioniso junto com Cleópatra-Ísis, reivindica, também ele, uma ascendência divina que seu pai adotivo, Júlio César, teria herdado e lhe repassado por direito. Ademais, sua filiação divina também vinha de outro lastro: filho do divino Júlio, ele próprio descendente de Vênus e de Apolo. Nesse sentido, Otávio também teria buscado tirar proveito de sua pseudo-origem divina com argumentos convincentes para os romanos, acostumados a aceitar essa ligação entre soberanos e deuses, assim como o faziam os egípcios, ainda que criticados pelos romanos pelos mesmos motivos. Para André Chastagnol (1956, p. 220), a propaganda otaviana vai, *a posteriori*, mostrar que as forças de Otávio-Apolo venceram as forças de Antônio-Dioniso e as de Cleópatra-Ísis, Nova Ísis, (ou Cleópatra-Afrodite), uma guerra divina (e propagandística) entre titãs.

A narrativa de Plutarco teria ajudado, então, para que se imortalizasse Cleópatra à imagem da deusa Ísis. Segundo historiadores antigos, era tradição entre os Ptolomeus (e mesmo antes deles) que os reis e as rainhas fossem divinizados. No entanto, há que se registrar que o culto dos soberanos era também algo específico do mundo helênico e que Cleópatra, compartilhando a cultura grega, fez questão de manter em Alexandria o culto a Afrodite, além de incorporar também os cultos aos deuses egípcios, mais particularmente a Ísis. Sobre esse assunto, Gaudefroy (2017, p. 104), assevera que,

O culto a Ísis acabou cruzando as fronteiras do Egito, levado por marinheiros, comerciantes e viajantes que cruzavam o leste do Mediterrâneo. [...] Ísis se

³⁰¹ Plutarco (*Os mistérios de Ísis e Osíris*. São Paulo: Nova Acrópole, 1981). Para uma bibliografia com maiores informações a respeito de Ísis e Osíris, cf. Luís Manuel Araújo (2018); John Baines (1996); Bakos (2001; 2002; 2003a; 2003b; 2009); Frederick Brenk (1992); Marcelo Hipólito (2009); Maria Aparecida de Oliveira Silva (2010); Joyce Tyldesley (1995; 2005; 2009).

apropriou das qualidades de outras divindades egípcias, assim como as deusas gregas: foi assimilada à “Mãe da Terra”, à sabedoria de Atena, à caçadora virgem Artemis e à bela deusa do amor, Afrodite. “Deusa Mãe”, com poderes mágicos, toda-poderosa que alcançou Roma e tornou-se deusa também greco-romana.³⁰²

Cleópatra pleiteia oficialmente sua relação ancestral com Ísis, deusa com múltiplas funções (terrestres e divinas), dentre as quais as de emblema da maternidade, protetora da navegação, responsável pela escrita e pelas artes, ou seja, aquela que congrega em si algumas outras divindades femininas do panteão greco-romano e que, de alguma forma, contribuiu para uma visão um pouco mais igualitária entre os sexos, visto que ela representava também uma força igual à dos homens: Atena, Afrodite, Perséfone, Hera, Deméter (SCHIFF, 2010, p. 110). Vale mencionar, ainda, que haviam dezenas de templos e milhares de imagens (estátuas) de Ísis em Alexandria, além de Roma e Atenas, para ficarmos somente com os grandes centros urbanos, o que teria facilitado e fortalecido o papel de Cleópatra como a Nova Ísis e ajudado a manter seu secto.

Com várias possibilidades de pontos em comum com a deusa, como, por exemplo, ter esposo-irmão assassinado e com filho para proteger, Cleópatra, a Nova-Ísis torna-se, nesse sentido, uma espécie de encarnação, de síntese de todas elas, além de se fazer coroar rainha em Mênfis, como fizeram seus ancestrais. Nesse sentido, Cleópatra acumula os títulos: por um lado, os de deusa e rainha; por outro, os de amante de homens romanos ilustres, oriental pervertida e prostituta perigosa...

Bakos (2009, p. 15), coloca uma questão, para nós, oportuna: “[...] como se construiu esse sincretismo identitário entre a divindade e a governante do Egito Antigo?” A própria autora responde à questão com o ensinamento de Jean-Pierre Vernant, segundo o qual são os homens que explicam os deuses e não contrário. É evidente que a aproximação da imagem de Cleópatra à de Ísis faz com que esta adquira aura divina e, por oposição, se afaste das “amarras humanizantes” próprias dos súditos, o que cria não só uma hierarquia como também um abismo social entre a rainha, a realeza e seu povo, o que afeta, evidentemente, a vida cotidiana de todos os envolvidos.

Não é por acaso que Plutarco relaciona Cleópatra a Ísis justamente na relação com os súditos, quando se apresentava em público e dava audiências, ou seja, no exercício do

³⁰² “Le culte d’Isis finit par franchir les frontières de l’Égypte, colporté par les marins, commerçants et voyageurs qui sillonnaient la Méditerranée orientale. [...] Isis s’était appropriée les qualités d’autres divinités égyptiennes, de même fit-elle avec les déesses grecques : elle fut assimilée à la Mère de la Terre, à la sagesse d’Athéna, à la vierge chasserresse Artémis et à la belle déesse de l’amour, Aphrodite. Déesse mère, magicienne toute-puissante qui a attend Rome et est devenue aussi gréco-romaine.”

poder faraônico. Isso significa dizer que a relação identitária entre Ísis e Cleópatra foi sendo construída ao longo do tempo pela rainha, na prática social cotidiana, e também através de uma tradição oral e de registros, como os de Plutarco, por exemplo, que, paradoxalmente, colaborou para a instauração e cristalização da imagem divinizada da rainha do Egito.

Para Broadbent (2012), o culto à deusa Ísis foi adaptado por Ptolomeu Soter para sua corte macedônia, que manteve apenas os elementos mais atraentes para o seu público, aqueles que apelavam ou que se abriam para culturas outras, fora do Egito. Assim, o culto a Ísis chegou a Roma através da ilha de comércio internacional de Delos no século II a.C.. A pequena ilha era inestimável para Roma, pois lhe servindo-lhe de porto franco, era uma espécie de espaço híbrido, tendo milhares de estrangeiros, escravos transitando diariamente entre o Ocidente e o Oriente. O culto a Ísis se tornou popular primeiramente em Delos e em seguida chegou a Roma através do tráfico de escravos e produtos. A facilidade de comunicação através do transporte marítimo/fluvial e o desenvolvimento e melhoria das estradas disseminaram ainda mais esse culto. Os cultos egípcios permaneceram em Roma por séculos. Ísis simbolizava o sincretismo e a universalidade, integrando-se perfeitamente ao caldeirão das crenças tanto no Oriente quanto no Ocidente.

Mais uma vez, temos a sensação de que Plutarco silencia (e/ou deturpa), voluntariamente, o fato de que todas essas manifestações públicas socioculturais eram comuns nas cortes e nas festas dionisíacas (bacanais, por exemplo). Isso significa dizer que Plutarco particulariza situações que não contam com nada de extraordinário ou extravagante em si, visto que as festas se inscreviam em uma longa tradição de reverência aos deuses.³⁰³ Vemos, no entanto, que Plutarco toma essas festas promovidas por Cleópatra e Antônio para fins propagandísticos negativos a respeito deles e do modo de vida do Oriente. Ademais, essas festas “religiosas” são motivo de acusação por parte de Plutarco (*Vida de Antônio*, XXXIV, 1), a respeito de Cleópatra e Antônio de terem recorrido aos deuses, de terem se valido dos serviços divinos para as suas causas ou interesses políticos escusos.

³⁰³ Assim como Plutarco, Apiano (*História Romana*, V, 55), assevera que “Cleópatra sabia bem como desarmar Antônio e enfeitiçá-lo; ela o fez deixar escapar de suas mãos grandes ações e campanhas necessárias para vagabundar pelos rios de Canopo e de ali flutuar com ela”. (“Cléopâtre sut bine souvent le désarmer et l’ensorceler; elle le décidait à laisser tomber de ses mains les grandes actions et les campagnes nécessaires pour vagabonder sur les rivages de Canope et y flolâtrer ave elle.”)

Não podemos nos esquecer que Antônio se dizia descendente, por um lado, de Hércules/Héracles, por intermédio de um filho pouco conhecido, Antão; por outro, de Dioniso, mais popular no mundo helênico por representar, dentre várias coisas, a patronagem das festas, bebedeiras e orgias sexuais. Essa seria a sua maneira de afirmar sua identidade, de assegurar sua força e seu poder e de legitimar sua permanência ao lado de Cleópatra, também ela de origem divina.

Para fazer par com Cleópatra/Ísis, ou ainda, Cleópatra/Afrodite, explora-se a imagem de Antônio/Osíris, ou ainda, Antônio/Dioniso, imagens bem aceitas na sociedade alexandrina e no Oriente. Assim, Antônio acaba por colar sua imagem na longa tradição dos Lágidas de reverência a Dioniso, deus do vinho e da festa. Cleópatra e Antônio formam, assim, uma dupla ou um casal divino, grandioso, que fascinava os espectadores, encantava as multidões, terreno fértil para renovação das crenças de muitos e das conquistas do casal. Aos rivais/inimigos de Cleópatra e de Antônio, assim como para autores antigos tais como Plutarco, Dión Cássio e Veleio Patérculo, essa espetacularização proposital de descendências divinas não seria senão uma artimanha de base política e religiosa para controle do poder, esquecendo-se ou silenciando que Júlio César e Otávio fizeram a mesma coisa, seja em Roma, seja nos territórios conquistados.

Tanto para Antônio quanto para Cleópatra e para os egípcios, trata-se de ritos religiosos, naturais e indispensáveis de comemoração em honra e glória de Ísis, Afrodite e Dioniso, dentre outros deuses, algo comum no mundo helênico. A devoção aos deuses não era uma prerrogativa egípcia; gregos e romanos também cultivavam crenças religiosas, algumas delas importadas do Oriente. Nesse sentido, as comemorações e os rituais religiosos (e políticos) promovidos por Cleópatra poderiam tocar não somente os egípcios, mas também os gregos e os romanos. Uma prova da força dessa crença oriental no mundo greco-romano, estaria no fato de que o próprio Plutarco, quase um século após a morte de Cleópatra, cultuava a deusa Ísis. Nesse sentido, podemos afirmar que essa veiculação de nossos personagens com os deuses era uma maneira de renovar o sentimento de pertencimento e o desejo de reforçar as origens e as representações identitárias, além de ajudar a manter a memória coletiva e o poder.

Todas essas disputas por descendências divinas fomentavam as explorações dos adversários dos dois lados. Para os partidários de Otávio, a imagem de Antônio atrelada à de Dioniso era providencial, visto que o deus era tido também como uma espécie de patrono dos libidinosos e dos bêbados, características imputadas a ele, já que vivia dos prazeres oferecidos pela egípcia, em suas festas de luxúria, com danças lascivas e até

mesmo obscenas, bem ao gosto dos orientais, na visão de Roma e de seus simpatizantes romanizados³⁰⁴. Já os partidários de Antônio denunciavam que Otávio organizava cerimônias religiosas em nome de deuses, mas que, na verdade, eram bacanais orgíacos, enquanto muitos romanos morriam de fome. Vê-se que os insultos faziam parte do jogo político. Nessa querela entre os dois romanos, Cleópatra era alvo fácil, já que ela era a estrangeira, a mulher oriental, ainda que encenasse um papel importante no cenário político-religioso.

Toda essa discussão sobre religiosidade e cultos a deuses como prática comum entre os líderes e seus súditos, tanto no Egito quanto no mundo greco-romano, nos faz pensar em possíveis incoerências ou convergências culturais parciais que permeiam esse universo. Por um lado, há um consenso e uma espécie de comunhão entre todos esses povos e culturas no louvor a Ísis, a Afrodite e a tantas outras divindades que ultrapassaram as fronteiras geográfica; por outro, os egípcios, representantes do Oriente, são ferozmente criticados pelas sociedades do Ocidente, que os consideram exóticos e pouco confiáveis por cultuarem deuses meio-homens meio-animais, por adorarem gatos e serpentes, por seus casamentos incestuosos entre irmãos, entre outras características culturais tidas como bizarras e depreciativas.

Há que se considerar que o Egito contava, tanto na época de Júlio César, Cleópatra, Antônio e de Otávio, quanto na de Plutarco, com civilização e cultura, língua, religião e costumes muito anteriores à de Roma e de Atenas. Isso não significa dizer que as culturas estavam livres de influências de outras a ponto de se verem como melhor que as outras. Dito de outra maneira, Egito, Grécia e Roma não eram total e plenamente helenizados como pode se supor. Tanto Alexandria e o Oriente quanto Roma e o Império Romano já contavam com certo intercâmbio cultural e linguístico, financeiro e comercial, entre outros.

3.3.2. A PROPAGANDA OTAVIANA (RE)CONFIGURANDO A IMAGEM DA RAINHA

Conforme percebe John Marincola (1997) historicamente, Roma tinha por hábito criticar e hostilizar excessivamente os adversários, com a intenção de aumentar e engrandecer a própria glória. Isso significa dizer que Roma, muitas vezes, buscou manter

³⁰⁴ Cabe lembrar que a representação do deus Dioniso não se limita às negatividades fomentadas por Otávio. Dioniso também representa a fertilidade e a colheita.

seu (re)nome às custas de propagandas que tinham por objetivo difamar o adversário, o inimigo, desclassificando-o moralmente. Talvez por essa razão, historiadores e biógrafos como Plutarco e seus contemporâneos demonstraram ter (com)pactuado e (com)partilhado da propaganda intencionalmente arquitetada pelo Senado romano, mais particularmente por seu representante maior – Otávio, contra Cleópatra. Formou-se, com a colaboração deles, um discurso orquestrado e apelativo, oficial e doutrinário para macular a imagem da rainha, delineando-a como um misto de mulher atraente, inteligente, sedutora e astuta, mas, sobretudo, perigosa e trapaceira, corrupta e repulsiva. Vemos, em *Vida de Antônio*, uma rainha representada em uma época em que a mulher era recorrentemente tida como propriedade dos homens. Nesse contexto, Cleópatra fica conhecida como aquela mulher que ousou reinar para além da tutela de homens, tentou reinar sobre os reis e, com eles, apesar deles e/ou contra eles, colocou o mundo em risco (cf. FUNARI; FEITOSA, 2003).

A resistência de Cleópatra e do Egito contra o poder de Roma, ainda que não totalmente negligenciada, parece ter sido trazida para registro na narrativa plutarquiana para efeitos retóricos específicos: por um lado, convencer, seduzir seu público greco-romano da extraordinária capacidade de liderança nata de Roma, personificada nas imagens de César e de Otávio, buscando enaltecer a força, o poder e a supremacia romana; por outro, para mostrar o despreparo dos adversários, no caso, os ptolomeus, os egípcios (Alexandria e o Oriente), personificados na rainha e em suas (des)medidas. Plutarco parece querer legitimar, em sua narrativa impregnada de componentes ideológicos imperialistas, que Roma teria uma missão civilizadora, domesticaria, domaria e corrigiria os erros morais dos bárbaros, puniria severamente aqueles que ameaçassem Roma, traria uma paz duradoura e uma estabilidade política, promoveria um florescimento das atividades econômicas e culturais, enfim, implementaria uma unificação e uma harmonização dos espaços subjulgados ao conectá-los a Roma e à cultura helênica (cf. DESIDERI, 1991; 1992). Nesse caso, Plutarco se apresenta como uma espécie de testemunha desse sucesso, da *pax romana*.

No entanto, Plutarco, com sua veia herdada dos heróis helenos, sentindo-se partícipe do Império Romano, ou seja, vivendo sob sua égide, apresenta apenas uma versão, talvez mais simpática à Metrópole e mais antipática à Cleópatra e a Antônio, que teria “se orientalizado por culpa da egípcia”, um romano irremediavelmente contaminado pela luxúria do Oriente, tornando-se um déspota ávido por poder e submisso a Cleópatra, o que servia, como assevera Sartre (2018, p. 21),

[...] para depreciá-la assim como a seu amante [Antônio], porque o preconceito dos gregos e dos romanos em relação aos povos bárbaros atinge seu paroxismo contra os egípcios, mesmo que haja também uma tradição antiga (que remonta a Heródoto e a Platão) que elogia a sabedoria e a antiguidade dessa civilização e seus deuses.³⁰⁵

O processo de depreciação da imagem de Cleópatra, de Antônio e do Egito não foi, assim, algo repentino e impensado; foi criteriosamente elaborado por Roma ao longo de anos (talvez séculos), e se intensificou a partir de um momento específico, qual seja, quando Antônio toma uma série de atitudes importantes, entre os anos de 37 a 33 a.C., que selarão o destino de todos os envolvidos. Passamos, na sequência, a esses eventos polêmicos de forma retrospectiva.

Remontando à História, sabe-se que em 37 a.C., Otávio e Antônio renovam a divisão do poder romano por mais cinco anos, através do casamento de Antônio com Otávia e da exclusão de Lépido do Triunvirato. Na sequência, Antônio volta ao Oriente para lutar contra os partas. Como apoio logístico-militar, ele conta com Alexandria, que vivia em prosperidade e paz sob o reino de Cleópatra há mais de 10 anos. A rainha também parte para a Síria com seu exército e ajuda Antônio na campanha. Antônio sofre uma terrível derrota na guerra contra os partas. O desenrolar dessa história vai mostrar que Cleópatra e o Egito se tornaram a partir daí, e mais do que nunca, o pivot, o centro das atenções na organização romana do Oriente, para onde Antônio retorna. Pelling (2001, p. 8-9) vê nessa ida de Antônio para Alexandria (e sua ausência em Roma por longos períodos) como um fator importante, já que é nesse contexto (em que Antônio não está em Roma para poder se defender) que Otávio consegue implantar seu programa de difamação de seu rival e de Cleópatra.

Na sequência dos fatos, entre 37 e 35 a.C., Antônio perde a guerra contra os partas mas se vinga do rei da Armênia, que o traíra na campanha anterior. Ele decide, então comemorar seu Triunfo em Alexandria (e não em Roma), ao lado de Cleópatra e seus filhos, vestidos de suas divindades referenciais: ela de “Nova Ísis” e ele de “Novo Dioniso”.³⁰⁶ As encenações de Cleópatra e Antônio nos papéis de Ísis e Osiris e também

³⁰⁵ “[...] pour la dévaloriser en même temps que son amant, car le racisme des Grecs et des Romains à l’égard des peuples barbares atteint son paroxysme envers les égyptiens, même s’il existe aussi une tradition ancienne (elle remonte à Hérodote et à Platon) qui loue leur sagesse et l’antiquité de leur civilisation et de leurs dieux.”

³⁰⁶ Para Broadbent (2012), no Egito, era comum entre os Ptolomeus eles se associarem a divindades tais como Dioniso e Ísis, por exemplo, para ganharem as graças de seus cidadãos. Isso refletia a natureza do

nos de Afrodite e Dioniso teriam se somado à lista de pretextos que alimentaram a propaganda otaviana e tornaram mais um passo em sua estratégia política. Cada gesto do “casal oriental” entra no raio de (super)visão de Otávio e vira munição para seus ataques a Alexandria. E essa lista de reclamações não para de crescer. Otávio acusa Antônio de ter abandonado sua irmã e os costumes romanos para adotar cultos e costumes estrangeiros, incluindo-se aí adoração a deuses com cabeça de animais, algo criticado pelos romanos e proibido por lei pelo Senado Romano.

Ademais, Otávio teria se valido também da situação de amor não correspondido e de submissão da irmã para alimentar essa sua propaganda contra Cleópatra e Antônio, apresentando a irmã como a esposa vítima, menosprezada, humilhada aos olhos dos romanos. Essa é a leitura proposta por Roller (2010, p. 5):

O fato de Antônio ter enviado Otávia para casa e ido morar permanentemente com Cleópatra transformou as disputas políticas em uma briga de família. Uma feroz guerra de propaganda, amplamente centrada naquele que era o verdadeiro herdeiro de Júlio César, eclodiu entre os dois triúmviros. Cleópatra estava envolvida nisso, e todos os preconceitos romanos contra estrangeiros e mulheres bárbaras se manifestaram; a maioria das histórias sobre sua personalidade e estilo de vida data desse período.³⁰⁷

Nesse contexto, para Otávio, assim como para Plutarco, as virtudes de Otávia serviam também para fins políticos, para contrapor às excentricidades e desvios morais da rainha do Egito e de Antônio, ambos atacados por ferirem e desprezarem as leis do casamento romano. Antônio não poderia, sob as leis romanas, ter duas esposas ao mesmo tempo ou contrair um casamento válido com uma estrangeira (cf. SHEPPARD, 2009). Interessante notar que o próprio Otávio também era conhecido por sua infidelidade, por seus casos amorosos e extraconjugais, inclusive com estrangeiras, bárbaras.³⁰⁸

clima intelectual e religioso que havia se desenvolvido durante o período helenístico no qual as pessoas buscavam a salvação nas mãos de seus líderes, associados aos deuses. O uso do título *Nova Ísis* e *Nova Dioniso* para se referirem a Cleópatra e a Antônio se atrelava a atributos dos deuses de benfeitor, de fertilidade, de abundância, dentre outros.

³⁰⁷ “The fact that Antonius had sent Octavia home and was living permanently with Cleopatra turned the political disputes into a family quarrel. A fierce propaganda war, largely centered on who was the true heir of Julius Caesar, erupted between the two triumvirs. Cleopatra was embroiled in this, and all the Roman prejudices against foreigners and barbarian women came forward; most of the popular tales about her personality and lifestyle date from this period.”

³⁰⁸ Segundo Suetônio (*Augusto*, 69), Otávio tinha ciúmes de Antônio com Cleópatra. Antônio teria respondido a uma carta de Otávio sobre acusações de adultério dizendo: “Fique bem [...] se, no momento em que você ler esta carta, não estiver penetrando Tertulla, Tennentilla, Rutilla, Salvia Titisenia ou outras, não importa onde, quando você estiver excitado.” (“Porte toi bien [...] si au moment où tu lis cette lettre, tu n’es pas en train de pénétrer Tertulla, Térentilla, Rutilla, Salvia Titisenia ou d’autres, qu’importe où et dans laquelle tu as bandé.”)

E essas não foram as únicas e tampouco as maiores surpresas para egípcios, gregos e romanos; vários dos territórios (re)conquistados por Antônio são “doados” a Cleópatra e aos filhos dela com o romano³⁰⁹. Esse gesto confirmaria, por um lado, a estreita relação entre os amantes, que se casaram nesse período³¹⁰. Por outro, essas atitudes de Antônio sinalizariam, em parte, a sua (in)dependência para com o poder de Roma, fortalecendo, assim, o reino egípcio e o poder de Cleópatra em um vasto território no Oriente, que um dia já pertencera aos seus antepassados:

Com a chegada dessa mulher, ele procurou agradá-la, acrescentando aos seus bens territórios cujo tamanho e número estavam longe de ser desprezíveis: Fenícia, Celessíria, Chipre, grande parte da Cilícia e, além disso, a região da Judeia que produz o bálsamo e toda a parte da Arábia Nabataeana que desce para o mar exterior³¹¹ (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, LII).

[...] todos sentiram ódio quando viam que ele tratava tão mal uma mulher tão bondosa e tão honesta [Otávia], mas foi ainda mais odiado por uma partilha que ele fez entre seus filhos [com Cleópatra], na cidade de Alexandria: também, para se dizer a verdade, era ele igualmente muito soberbo e muito insolente, pois quase o fizera por despeito e por desprezo para com os romanos³¹² (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, LXX).

Além de todos esses “presentes de casamento” oferecidos a Cleópatra, Antônio reconhece oficialmente seus filhos gêmeos com a rainha do Egito, nascidos em 40 a.C.. Para Benoist-Méchin (2007, p. 301),

Não havia necessidade de Antônio anunciar suas decisões, visto que elas já haviam provocado uma imensa onda de reprovação. [...] Ao celebrar seu triunfo em Alexandria, Antônio feriu a suscetibilidade de seus compatriotas. Nunca um general romano se atreveu a fazê-lo. Teria ele pretendido mostrar que Alexandria se tornaria a capital do Império? Essa intenção já havia sido pensada por César, o que contribuiu para precipitar sua queda.³¹³

³⁰⁹ José das Candeias Sale assevera que as “doações de Alexandria” tocaram a imaginação popular dos romanos e proclamaram uma magnificiência ilusória e artificial onde mito e história se cruzam. “Numa visão romanocêntrica, Alexandria destronava Roma” (SALES, 2018, p. 43).

³¹⁰ Roller (2010, p. 100) chama a atenção para o fato significativo de esse casamento não ter sido mencionado por Flávio Josefo e tampouco por Dión Cássio e ter sido citado apenas por Plutarco.

³¹¹ “Dès l’arrivée de cette femme, il chercha à lui faire plaisir en ajoutant à ses possessions des territoires dont la taille et le nombre étaient loin d’être méprisables: la Phénicie, la Coelé-Syrie, Chypre, une grande partie de la Cilicie et, en outre, la région de la Judée qui produit le baume et toute la partie de l’Arabie des Nabatéens qui descend vers la mer Extérieure.”

³¹² “[...] car cela lui engendrait la haine de tout le monde, quand on voyait qu’il traitait si mal une tant honnête dame [Octavie], et fut encore bien haï davantage pour un parage qu’il fit entre ses enfants avec Cléopâtre] dans la ville d’Alexandrie ; aussi à vrai dire était-il trop insolent et trop superbe, et quasi comme fait en dépit et en mépris des Romains.”

³¹³ “Point n’était besoin qu’Antoine avisât de ses décisions: elles y ont déjà soulevé une immense vague de réprobation. [...] En célébrant son triomphe à Alexandrie, Antoine a mortifié la susceptibilité de ses compatriotes. Jamais encore un général romain n’a osé agir ainsi. Entend-il manifester par là qu’Alexandrie

Por fim, em uma espécie de “gota d’água” que deflagraria a revolta entre os romanos, tem-se a revelação do testamento de Antônio, documento conseguido de maneira espúria, que teria ajudado sobremaneira Otávio em sua propaganda, culminando com a solicitação de interdição de Antônio e tendo como desfecho a declaração de guerra contra Cleópatra. Otávio teria visto a importância de se mostrar ao Senado e ao povo romano que, além de corrompido por Cleópatra e pelo estilo oriental de ser, Antônio havia cometido o crime de ter quebrado o pacto com a *Urbs* em benefício próprio e do Egito, não podendo, assim, ser mais considerado um cidadão de romano de bem.

Além de Sheppard (2009), também Eleanor Huzar (1985) vê nessa revelação pública do testamento de Antônio um golpe de mestre da propaganda de Otávio. Esse testamento estava sob a guarda das Virgens Vestais em Roma. Otávio o apreendeu e o tornou público. Era o trunfo que ele precisava. Em um discurso cuidadosamente elaborado, ele revelou ao Senado e ao povo de Roma aquilo que seria visto por todos os romanos como a extensão da devoção/submissão de Antônio a Cleópatra. No Testamento, Antônio pedia que, mesmo que fosse morto em Roma, que seu corpo fosse enterrado em Alexandria, junto à egípcia. Para Otávio, essa era a prova cabal, escrita pelas próprias mãos de Antônio, que ele havia sido seduzido, como na história de Medeia, pela feiticeira/bruxa perigosa do Oriente, razão pela qual Otávio assume autoridade supraconstitucional para declarar guerra à Rainha do Egito.

Segundo a narrativa de Plutarco (*Vida de Antônio*, LVIII), este documento chegou às mãos de Otávio ilegalmente, que prontamente o leu no Senado Romano e diante do povo, com o objetivo de inflamar a multidão contra Antônio e também contra Cleópatra:

[Otávio] reuniu todo o senado e leu publicamente o testamento, o que desagradou vários senadores, já que era estranho que um homem vivo sofresse penalidade pelo fato de ter ordenado aquilo que deveria ser feito após sua morte. Otávio insistiu sobretudo nas disposições relativas à sepultura de Antônio, que ordenava que, mesmo se ele morresse em Roma, seu corpo, após ser levado em cortejo através do Fórum, deveria ser enviado a Alexandria para perto de Cleópatra.³¹⁴

est devenue la capitale de l’Empire ? Déjà l’on avait prêté cette intention à César, et elle n’avait pas peu contribué à précipiter sa chute.”

³¹⁴ “[César] fit assembler tout le sénat, et le lut publiquement, de quoi plusieurs ne furent pas contents: car il leur sembla étrange qu’un homme vivant portât la peine de ce qu’il ordonnait par testament être fait après sa mort. César s’attachait principalement à ce qu’il ordonnait touchant sa sépulture ; car il voulait que son corps, encore qu’il mourût à Rome, fût en pompe funèbre passé par le milieu de la place, et envoyé en Alexandrie à Cléopâtre.”

O conteúdo desse testamento, sobretudo a parte em que Antônio nomeia seus filhos com a egípcia como seus herdeiros e o fato de querer ser enterrado em Alexandria, teria gerado grande indignação e revolta entre os romanos, que viam nesses desejos de Antônio uma afronta. Como estratégia argumentativa de patemização, esse documento teria vindo a público acompanhado de uma série de histórias que envolvia os amantes, dentre as quais, a de que Antônio, em Alexandria, tocava címbalo de Canopo, acariciava os pés de Cleópatra em público e lia cartas de amor eterno à egípcia, conforme assevera Díon Cássio (*História Romana*, L, 1-2). Ainda para Díon Cássio (*História Romana*, L, 3-4) “[...] os romanos se indignaram e acreditaram que todas as notícias anteriores eram verdadeiras, sabendo que, se Marco Antônio morresse, ele daria de presente sua cidade a Cleópatra e colocaria o Egito como o centro do poder”³¹⁵. Assim, o testamento de Antônio, juntamente com as “anedotas” contadas³¹⁶, teriam funcionado como uma espécie de gatilho (estopim) para o rompimento definitivo e a preparação para a Batalha de Ácio.

A análise desse conjunto de fatos nos leva a algumas suposições/constatações, às vezes, conflitantes. Por um lado, o relato dessas ações polêmicas de Antônio servem a historiadores-biógrafos simpáticos a Antônio e a Cleópatra para delinear um *ethos* de homem bom, apegado à família e à cidade, que pensa no futuro de todos eles. Um general romano que, em um gesto humanitário, poupa os egípcios de uma anexão sumária e busca a pacificação, que presenteia sua rainha e seu povo. Ainda sob esse ponto de vista, alguns veem que a rainha e o triúmviro tinham necessidades um do outro que não eram meramente pessoais e que os arranjos entre os dois faziam perfeitamente sentido. Nessa perspectiva, Antônio e Cleópatra tinham por objetivo enviar a Otávio uma mensagem forte e sem ambiguidades, a de que não se sentiam intimidados por Roma.

Já os partidários da propaganda romana registram o escândalo que as ações de Antônio provocaram e a revolta que se instalou em Roma. Os atos de Antônio são interpretados por Roma (e pelas fontes greco-romanas) como algo que levaria a um confronto inevitável. Otávio torna pública as pretensas ações antirromanas de Antônio. Ele lê uma declaração no Senado em Roma, acusando Antônio de ter cometido desmedidas grotescas, de dilapidar o patrimônio dos romanos. Com as decisões de

³¹⁵ “[...] les Romains étaient en colère et croyaient que tous les bruits précédents étaient vrais, sachant que si Marc-Antoine mourait, il donnerait sa ville à Cléopâtre et placerait le centre du pouvoir en Égypte.”

³¹⁶ Como visto, entre essas anedotas, há uma que diz que Antônio acariciava os pés de Cleópatra em público, o que, para os romanos, era inadmissível, pois somente os escravos estariam aptos a gesto tão submisso.

Antônio (as doações de Alexandria) sedimentou-se uma ruptura com Otávia, com Roma e com Otávio e, a partir desses ressentimentos, dessas acusações e desses insultos mútuos que se acumulavam e se tornavam cada vez mais virulentos, os dois triúmviros a tornaram-se inimigos declarados. É nesse momento que a propaganda otaviana toma mais corpo e maior força letal.

Na visão de Sheppard (2009), Antônio sentiu-se obrigado a fazer uma defesa de sua pessoa que ficou conhecida por “Antônio, em sua Sobriedade”. Embora o Triunvirato já tivesse expirado formalmente no final de 33 a.C., Antônio e Otávio continuaram a usar esse título e a assumirem seus poderes. Nesse ínterim, Antônio, nesse contexto de ameaças e de propaganda otaviana, também passou a enviar ouro a seus aliados em Roma. Com todos esses eventos, além de Otávio, também Plutarco, quase um século depois dos acontecimentos, modaliza seu discurso seguindo os rastros da propaganda otaviana e o *ethos* de Antônio passa a ser delineado como o de um traidor da cultura helênica.

Plutarco (*Vida de Antônio*, LIV, 5-9) relata o sentimento vivido por Roma quando Antônio “doa” território a Cleópatra e aos seus filhos: “[...] Antônio comemorou seu triunfo. Para os romanos foi uma grande tristeza ver Antônio gratificando os egípcios, por causa de Cleópatra, em uma cerimônia que era a honra e a grandeza de sua terra natal”³¹⁷. Na sequência dessa narrativa, ele especifica o cenário no qual se comemorou o triunfo em Alexandre e sobre as doações de Antônio (Doações de Alexandria), razões para os romanos odiarem ainda mais Antônio e Cleópatra:

Ele se tornou odiado também pelas Doações de Alexandria entre seus filhos, em um evento que pareceu teatral, arrogante e anti-romano. Ele reuniu uma imensa multidão no ginásio e mandou colocar dois tronos de ouro erguidos sobre uma plataforma de prata, um para ele, outro para Cleópatra e outros dois, mais abaixo, para as crianças. Ele declarou Cleópatra rainha do Egito, Chipre, Líbia e Coele-Síria, e associou ao seu reino Cesário, filho de Júlio César; em um segundo momento, ele conferiu o título de reis dos reis aos filhos de Cleópatra, atribuindo a Alexandre a Armênia, a Média e o Império Parta, e a Ptolomeu a Fenícia, a Síria e a Cilícia. Nesse ínterim, ele fez aparecer em público Alexandre com trajes da Média, com chapéu alto e pontudo na cabeça, cuja extremidade era reta como usam os medas e os macedônios, e Ptolomeu com as sandálias e um chapéu largo e cingido de uma faixa real e com um diadema: assim como era costume usar os sucessores de Alexandre, o Grande. Quando as crianças beijaram seus pais, um guarda armênio ficou ao lado de um e um guarda macedônio ficou ao lado do outro. A partir desse dia, Cleópatra passou

³¹⁷ “Antoine célèbre sur lui un triomphe. Ce fut pour les Romains une grande tristesse de voir Antoine gratifier les Égyptiens, à cause de Cléopâtre, d’une cérémonie qui faisait l’honneur et la grandeur de sa patrie.”

a aparecer em público vestida com o manto sagrado de Ísis e passou a dar audiências como Nova Ísis. (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, LIV. 5-9)³¹⁸

Assim, o abandono da boa esposa romana, o triunfo comemorado em Alexandria por Antônio vestido de Dioniso, as “Doações de Alexandria”³¹⁹, juntamente com o reconhecimento da paternidade dos filhos gêmeos com Cleópatra, além do casamento com a rainha do Egito e do testamento de Antônio revelado representaram um conjunto de afrontas a Otávio, um verdadeiro descalabro aos olhos de Roma e aos dos romanos. Esse conjunto circunstancial tornou-se uma poderosa munição para Otávio atacar Antônio e Cleópatra e fortalecer sua propaganda difamatória. Como diz Plutarco (*Vida de Antônio*, LIV), esses eventos configuram “[...] uma manifestação teatral e arrogante de hostilidade contra Roma”. O autor relata que Otávio fez graves acusações, tanto no Senado quanto diante do povo, chamando-o de traidor de Roma (*Vida de Antônio*, LV).

Vale registrar a importância de uma fonte primária, imputada ao próprio Otávio, que teria escrito ao final de sua vida. Trata-se da *Res Gestae Divi Augusti* (ou *Os Atos do Divino Augusto*), importante documento histórico que muito provavelmente serviu como fonte para Plutarco. *Res Gestae* é uma espécie de coletânea de relatos que enumeram os grandes feitos de Otávio/Augusto, escritos por ele, além de uma lista dos títulos recebidos pelo Senado romano, de doações que ele fez ao povo romano e de jogos promovidos enquanto governou. Otávio registra, que, sendo um homem de bem, honrado, que age em prol dos romanos: “O povo fez-me cônsul, já que os dois cônsules haviam tombado numa guerra. Fez-me também triúmviro, com a incumbência de que a república houvesse de se consolidar” (*Res Gestae*, I, 1).

³¹⁸ “Il se rendit odieux aussi par le partage qu’il fit à Alexandrie entre ses enfants et qui apparut comme une manifestation théâtrale à la fois arrogante et anti romaine. Ayant assemblé au gymnase une multitude immense et fait dresser sur une estrade d’argent deux trônes d’or, l’un pour lui, l’autre pour Cléopâtre, ainsi que d’autres, plus bas, pour les enfants, il déclara d’abord Cléopâtre reine d’Égypte, de Chypre, de Libye et de Coelé-Syrie, et associa à son règne Césarion, qui passait pour les fils du premier César, qui avait quitté Cléopâtre enceinte ; en second lieu, il conféra le titre de rois des rois aux fils qu’il avait lui-même de Cléopâtre, attribuant à Alexandre l’Arménie, la Médie et l’empire parthe, quand il serait soumis, et à Ptolémée la Phénicie, la Syrie et la Cilicie. En même temps, il les fit avancer, Alexandre en costume médique, avec la tiare et la citaris droite, et Ptolémée avec les sandales, la chlamyde et le chapeau macédonien surmonté d’un diadème : c’était là la tenue des rois successeurs d’Alexandre, tandis que la première était celle des Mèdes et des Arméniens. Quand les enfants eurent embrassé leurs parents, une garde arménienne vint entourer l’un et une garde macédonienne l’autre. Et de ce jour Cléopâtre ne parut plus en public que revêtue de la robe sacrée d’Isis et donna ses audiences en tant que Nouvelle Isis.” Lembramos que Dión Cássio também registra esse momento com riqueza de detalhes (*História Romana*, XLIX, 41. 2-3)

³¹⁹ Sobre as “doações de Alexandria”, Roller (2010, p. 5) destaca que: “[...] todos os territórios dados a Cleópatra tinham sido historicamente ptolomaicos, e que as doações estavam totalmente dentro dos poderes de Antônio como triúmviro”. (“But all the territories given to Cleopatra had been historically Ptolemaic, and Antonius’s donations were fully within his powers as triumvir.”)

Assim, a propaganda otaviana contra Antônio e contra Cleópatra está, de certa forma, presente em *Res Gestae*, de forma velada, já que ele não cita os nomes dos inimigos. Este documento serviu de parâmetro para os historiadores da Antiguidade como Plutarco para completarem, à própria guisa, as lacunas deixadas por Otávio e seus aliados e comporem seus textos. Como veremos na sequência, esse conjunto de acontecimentos vai justificar o desencadeamento da guerra e custar a vida de Antônio, de Cleópatra e de seu filho Cesário, pois ele(s) representava(m) uma ameaça ao poder absoluto desejado por Otávio. Ademais, vê-se que Plutarco, mesmo quase um século depois da morte de Cleópatra e de Antônio, continua sendo um dos colaboradores para que a representação deles fosse veiculada às agressões a Roma³²⁰.

Antônio passa, então, a ser visto e descrito como um mau romano, traidor da pátria, que privou seu povo de um triunfo em Roma, que distribuiu parte do império romano entre os egípcios e os bastardos, os seus e o de César. Da narrativa de Plutarco, fica a ideia difundida entre os romanos de que Antônio se “orientalizou”, e de que ele desejava fazer de Alexandria a nova metrópole do império romano, o que era absolutamente inaceitável para Roma.

Narrado por Plutarco, isso parece ter sido o que Otávio, estrategicamente, quis que os greco-romanos pensassem. Roller (2010, p. 95) faz questão de “denunciar” que Otávio critica as ações de Antônio, mas que ele próprio toma atitudes parecidas, ao conceder à Otávia e à sua esposa Lívia, privilégios extraordinários, dentre os quais o direito a várias propriedades, a sacro-santidade e o direito de administrar seus negócios sem tutor, algo raro para a época. No entanto, segundo Sartre, as doações de Alexandria, assim como a cerimônia daí advinda, foram, nessa mesma época, divulgadas, por orientação estratégica de Otávio, de maneira tendenciosa e ardilosa. Para Sartre (2018, p. 209), na verdade, “Antônio não deu nada, não privou Roma de nada: ele distribuiu papéis a seus filhos, sem que isso eliminasse uma única província romana, um único estado-cliente.”³²¹

Ainda segundo Sartre (2018), é evidente que Antônio tinha o poder de tomar tudo aquilo que ele teria doado quando quisesse, que o poder de Roma não havia sofrido

³²⁰ Além de Plutarco, Veleio Patérculo (*História Romana*, II, 82, 4) e Dión Cássio (*História Romana*, XLIX, 40.3-4; 41.1-4) também descrevem essa cerimônia de maneira similiar, ou seja, um espécie de propaganda orientada anti-Antônio e anti-Cleópatra. Todos eles usam termos tais como *paixão ardente*, *vícios que alimentam o poder*, *adulação e crime pátrio*.

³²¹ “Antoine ne donnait rien, ne privait Rome de rien: il distribuait des rôles à ses enfants, sans que cela supprime une seule province romaine, un seul État-client.”

nenhum abalo em seu poderio, nenhuma baixa territorial e que a cerimônia não teria representado um triunfo, apenas uma demonstração de poder, de tutela de honra sobre um mundo apoiado em/por Roma. O que teria havido, então, foi, propositalmente, uma exacerbação dos fatos, dos eventos e dos discursos pelos greco-romanos (guiados pela propaganda de Otávio), para fins políticos e militares, ainda que os historiadores tenham dado bem mais ênfase às questões amorosas e familiares para explicarem a situação.

A propaganda difamatória arquitetada por Otávio tem orientado historiadores na atualidade a uma outra possível razão dessa situação “ambígua” ou “ambivalente” de Cleópatra de ora ser mostrada apenas em uma importância relativa para História da Antiguidade, ora estar nela suspensa (e suspeita): ela estaria nas concepções preconceituosas dos atores que dividiram a cena política com ela. Ainda que possa ser visto pela historiografia moderna como anacronismo, esse tem sido o entendimento de, por exemplo, Duane Roller (2010, p. 2), que vê essa situação de Cleópatra da seguinte forma:

Como todas as mulheres, Cleópatra sofre pelo fato de a historiografia ser dominada por homens, nos tempos antigos e modernos. Muitas vezes, era vista apenas como um apêndice dos homens ou então era estereotipada em papéis femininos chauvinistas típicos, como sedutora ou feiticeira. A verdade é que as principais realizações de Cleópatra estavam arruinando os homens com os quais ela estava envolvida. Nessa visão, ela não era nada mais que a ‘amante egípcia’ de Antônio, aquela que desempenhou um papel pequeno nas decisões políticas de seu próprio mundo.³²²

3.4. O (CON)TEXTO DA BATALHA DE ÁCIO – O INÍCIO DO FIM

A Batalha de Ácio foi um evento mítico na História Antiga, visto e narrado pelos vencedores e por seus simpatizantes como o Triunfo final da civilização sobre a barbárie (cf. GONZÁLES; GONZÁLES, 2009). Plutarco narra situações de controle da rainha sobre Antônio. Segundo o autor, ela chega a chantageá-lo, ao fazer uma espécie de greve de fome quando ela percebe que Otávia tentava se (re)aproximar do marido e que ele correspondia de alguma forma a esse gesto. Segundo relato de Plutarco, as lágrimas da rainha, suas mudanças repentinas de humor e sua perda de peso eram de conveniência:

³²² “Like all women, she suffers from male-dominated historiography in both ancient and modern times and was often seen merely as an appendage of the men in her life or was stereotyped into typical chauvinistic female roles such as seductress or sorceress, one whose Cleopatra primary accomplishment was ruining the men that she was involved with. In this view, she was nothing more than the “Egyptian mate”¹ of Antonius and played little role in the policy decisions of her own world.”

Cleópatra sabia que Otávia tinha ciúmes dela, e tentava tirar Antônio dela. Ela temia que, com a virtude e honestidade da romana, além do poder de Otávio, seu irmão, ela se valesse de atração e de carícias para seduzir o marido. Otávia era uma rival forte demais para ela. Para não perder Antônio para a sua rival, Cleópatra fingiu definhar, emagrecendo por falta de uma alimentação correta, e tomando atitudes oportunistas; quando Antônio vinha vê-la, ela se mostrava uma pessoa cheia de alegria e quando ele dizia que partiria ela começava a chorar e mostrava-se muito triste, com um semblante de pessoa doente, fazendo com que Antônio sempre a visse chorando.³²³ (PLUTARCO, *Vida de Antônio*, LXIX)

No entanto, Roller (2010, p. 98) vê nesse estado de Cleópatra um problema de saúde, já que ela havia acabado de completar outra gravidez e que havia indícios de depressão e de tentativa de suicídio, o que, definitivamente, não se encaixaria na propaganda romana e tampouco plutarquiana que insiste em vê-la sempre como consciente de seus atos e sedutora.

Por medo de uma reconciliação entre Antônio e Otávia, Cleópatra teria incentivado, apoiado e/ou até mesmo induzido Antônio a entrar em confronto armado contra Otávio, o que teria culminado com a Batalha de Ácio em 32 a.C., evento no qual Cleópatra teve importante e decisivo papel. Nesse sentido, concordamos com Jean-Paul Brisson (1988, p. 976), quando ele afirma que

[...] o conflito cada vez mais aberto entre Otávio e Antônio não foi apenas uma luta entre dois ambiciosos, mas também o choque de duas concepções de poder enraizadas em cada uma das metades do Império: o Ocidente Latino contra o Oriente Helenístico. A tal ponto que a batalha de Ácio será vista como uma vitória de Roma sobre uma potência estrangeira.³²⁴

Interessante notar que ao invés de Otávio declarar guerra a Antônio, ele o faz contra Cleópatra, como se ela fosse o único e real motivo das desavenças com Roma³²⁵.

³²³ “Cléopâtre connaissant qu’Octavie lui en voulait, et s’efforçait de lui soustraire Antoine, et craignant que si avec sa vertu et son honnêteté, avec le regard de la puissance de César son frère, elle s’aidait encore des attraits et caresses d’amour pour flatter son mari, elle ne fût trop forte pour elle, et qu’elle ne gagnât à la fin, elle fit semblant de languir de l’amour d’Antoine, amaigrissant son corps par faute de prendre suffisante nourriture, et composant ses gestes si à propos, que quand Antoine la venait voir elle jetait les yeux sur lui comme une personne ravie de joie, puis quand il s’en départait, elle fondait en larmes, et avait la chère triste, la contenance morne, faisant tout à propos qu’Antoine la vît plorer.”

³²⁴ “Le conflit de plus en plus ouvert entre Octave et Antoine n’était pas seulement la lutte de deux ambitieux, mais le choc de deux conceptions du pouvoir enracinées chacune dans l’une des moitiés de l’Empire: l’Occident latin et l’Orient hellénistique. Au point que la bataille d’Actium apparaîtra comme une victoire de Rome sur une puissance étrangère.”

³²⁵ Bradbent (2012, p. 19) vê uma espécie de incoerência no relato de Plutarco, que vê Cleópatra como responsável pelos males de Roma e, ao mesmo tempo a vê apenas como uma figurante: “Em *Vida de Antônio*, Otávio é naturalmente descrito como o campeão de Roma e Cleópatra como pouco mais que um

Isso se explicaria em parte pelo estranhamento ao se ter um romano declarando guerra a um outro romano no Oriente, ou seja, Otávio muito provavelmente, não queria ser responsabilizado por iniciar uma guerra civil. Conforme assevera Aufrère (2018, p. 40), “[...] era preciso declarar a rainha do Egito culpada de uma conspiração contra Roma, fazendo com que ela parecesse aos olhos dos romanos como ainda mais odiosa [...]”³²⁶.

Assim, mais uma vez, Cleópatra é tida como uma espécie de alvo (in)direto para se atacar Antônio, exatamente como faz Plutarco. A rainha é somente um motivo, um álibi (ou um “bode expiatório”) para Roma declarar guerra a um reino estrangeiro, no caso, o Egito, quando na verdade, Otávio buscava destruir Antônio, seu real concorrente ao poder de Roma. Como disse Dión Cássio (51, 26, 3) “Antônio ainda era romano e poderia ser levado a si, enquanto que a egípcia, como estrangeira, é diretamente nossa inimiga por causa de suas ações”³²⁷. Nessa mesma linha de raciocínio, Veleio Patérculo (*História Romana*, II) descreve Otávio e Antônio como “[...] liderando suas frotas e lutando, um pela segurança e o outro pela ruína do mundo”. Esses testemunhos servem para enfatizar a natureza heroica de Otávio, retratado como aquele que lutava para preservar o modo de vida romano contra forças inimigas.

Em 32 a.C., Otávio declara guerra à “esposa egípcia de Antônio”, nas palavras de Virgílio (*Eneida*, VIII, 688), ao “monstro fatal”, nas palavras de Horácio (*Odes*, I, 37). Na visão de Sheppard (2009, p. 33),

Otávio tomou um grande cuidado para definir os termos do conflito que se aproximava: não o confronto entre dois senhores romanos rivais, mas entre Roma vs Egito, a República vs a Monarquia, as deidades domésticas vs os deuses estrangeiros, o masculino vs o feminino, o Ocidente vs o Oriente.³²⁸

Para fazer frente à propaganda otaviana e a essa declaração de guerra por Roma, Antônio, por um lado, buscou contra-atacar o discurso de Otávio, valendo-se de seus

ornamento de decoração”. (“In *Antonio's Life*, Augustus is naturally depicted as the champion of Rome with Cleopatra little more than an ornament of decoration.”)

³²⁶ “[...] il fallait déclarer la reine d’Egypte coupable d’une machination pouvant paraître comme symboliquement encore plus odieuse aux romans [...]”

³²⁷ “Antoine restait toujours un Romain, et pouvait être rendu à la raison, tandis que l’égyptienne, en tant qu’étrangère est directement notre ennemie du fait de ses agissements.”

³²⁸ “The utmost care was taken to define the coming conflict on Octavian's terms: not for what it was, the showdown between two rival warlords, but as Rome vs. Egypt, Republic vs. monarchy, domestic deities vs. foreign gods, male vs. female, west vs. east.”

apoiadores em Roma, o que pouco adiantou, já que a guerra já havia sido declarada.³²⁹ Por outro, Antônio, com o apoio de Cleópatra, começa a negociar com os reinos clientes e a lhes fazer concessões. Segundo relato de Plutarco, Otávio contava com um verdadeiro exército ocidental, romano para combater em Ácio e Antônio estava à frente de uma confusa mistura de soldados romanos fieis a ele e uma enormidade de colonos, mercenários e escravos das colônias orientais.

Cleópatra parece ter participado ativamente das etapas preparatórias da guerra e teria contribuído com aproximadamente a metade da frota chefiada por Antônio, além de milhares de egípcios, que apresentavam a força de remadores. Ainda segundo Sheppard (2009, p. 32), a rainha do Egito

[...] se comprometera a fornecer e pagar o exército e a marinha, drenando todas as reservas cuidadosamente acumuladas de seu reino em um enorme baú de guerra de 20.000 talentos. A título de comparação, uma legião completa custa de 40 a 50 talentos por ano para ser mantida.³³⁰

Ainda segundo o autor, Cleópatra não teria se contentado somente em colaborar e participar da etapa preparatória, ela queria estar pessoalmente no campo de batalha. Na verdade, ela teria participado da Batalha como Comandante Naval, algo inimaginável para os romanos. Ela estaria determinada a acompanhar Antônio na batalha de Ácio, e não apenas como sua esposa/amante, mas como sua parceira e co-igual à frente de suas forças por ela angariada, sustentada e paga. Tendo apostado tanto no resultado da guerra contra Otávio e tendo exercido seu poder financeiro-executivo em seu próprio território, além de ser acostumada a exercer sua autoridade sobre homens, Cleópatra teria assumido um lugar de destaque e de direito no círculo interno de Antônio.

Já para Plutarco, apesar de financiar a campanha de Antônio, a forte presença da rainha nas ações militares teria comprometido o esforço de guerra antoniano desde o início, visto que ela desconhecia a forma bélica de pensar e agir dos romanos em batalhas. Ademais, o simples fato de se ter uma mulher no comando de uma batalha seria razão

³²⁹ Nas palavras de Chauveau (1997, p. 37), “Somente uma longa operação de persuasão, revelando todos os artifícios da propaganda e da intoxicação, finalmente permitiu a Otávio obter do Senado uma declaração de guerra contra Cleópatra, sendo que Antônio foi deliberadamente ignorado.” (“Seule une longue opération de persuasion, déployant tous les artifices de la propagande et de l’intoxication, permit finalement à Octave d’obtenir du Sénat une déclaration de guerre contre la seule Cléopâtre, Antoine étant volontairement ignoré”.)

³³⁰ “She had undertaken to supply and pay both army and navy, draining all the carefully hoarded reserves of her kingdom into an enormous war chest of 20,000 talents. By way of comparison, a full legion cost 40 to 50 talents per annum to maintain.”

suficiente para desagradar as tropas romanas de Antônio.³³¹

A presença de Cleópatra no campo de Batalha em Ácio teria servido como um grande trunfo para Otávio, ou seja, representou mais um passo na sua propaganda anti-Cleópatra, anti-Antônio e anti-Oriente. Essa propaganda buscou confirmar que Antônio era submisso e servil à egípcia até mesmo em campo de batalha. Ademais, Cleópatra foi vista pelos romanos e por aqueles que os apoiavam como uma prova de que as mulheres deveriam se manter apartadas das instituições republicanas e das esferas políticas. Nessa tradição romana, era difícil para ambas as armadas aceitar uma mulher, e ainda por cima estrangeira, bárbara e oriental, no comando de uma organização militar, sobretudo em uma batalha entre dois romanos.

Segundo relato de Plutarco (*Vida de Antônio*, LX-LXI), Antônio “[...] tinha nada menos que quinhentos navios de guerra, muitos deles com oito e dez filas de remos, tão bem decorados quanto em um desfile, e seu exército era composto de cem mil homens na infantaria e doze mil cavaleiros”.³³² Otávio, por sua vez, contava com duzentos e cinquenta navios de guerra, oitenta mil homens na infantaria e o mesmo número de cavaleiros que Antônio. Além dos domínios do reino ptolomaico, Antônio e Cleópatra contavam com a ajuda de um grande número de reis-clientes. As forças de Antônio se estendiam do Eufrates até a Armênia e do mar Egeu até a Ilíria, o que dá ao conflito aspectos cosmopolitas e de guerra internacional entre Roma e o estrangeiro, entre o Ocidente e o Oriente, quando, na verdade, poderia também ser vista como uma guerra entre duas partes do Império Romano. Otávio, por sua vez, também contou com ajuda de aliados, entre os quais Agripa, seu mais valioso e fiel comandante, aquele que o ajudou sobremaneira a ganhar a guerra. Ao contrário de Antônio, Otávio não tinha muita experiência militar, tinha uma frota menor de navios e menos homens e tinha pouco dinheiro para financiar a campanha.

Vê-se que Plutarco (*Vida de Antônio*, LXII - LXIII) se detém um bom tempo na narrativa da Batalha de Ácio, a qual ele detalha pormenorizadamente. É como se o Ocidente e o Oriente estivessem em guerra. Para o autor, Cleópatra participou ativamente dessa batalha, com todo o apoio financeiro e bélico, buscando apoio em reinos do Oriente,

³³¹ Horácio (*Épodes*, IX), lamentou: “Agora, os romanos são escravos de uma mulher”, denegrindo Cleópatra, enquanto condenava Antônio, que vivia “às ordens de eunucos enrugados”.

³³² “[...] n’avait pas moins de cinq cents navires de guerre, dont beaucoup à huit et dix rangs de rames, aussi magnifiquement décorés que pour une parade, et son armée était forte de cent mille fantassins et douze mille cavaliers.”

ditando a Antônio o que ele deveria fazer, as estratégias as quais ele deveria seguir como, por exemplo, o fato de decidir pela batalha no mar e não em terra firme. Essa visão de Plutarco tem sido contestada por outros autores (de seu tempo e depois dele), haja vista a grande experiência bélica de Antônio. Fica parecendo que Plutarco se valeu mais uma vez de uma situação específica para enredar Cleópatra para uma representação negativa de sua imagem, colocando-a como (co)responsável pelo fracasso de Antônio em Ácio. Praticamente todos os historiadores da Antiguidade que consultamos asseveram que a presença ativa de Cleópatra nessa guerra constrangeu Antônio e seus homens.

Segundo Díon Cássio (*História Romana*, L, 15), Antônio cogitou guerrear por terra, mas Cleópatra o teria influenciado a guerrear por mar. Para Plutarco (*Vida de Antônio*, LXIV), Antônio, por amor, se deixou convencer. Ademais, as tropas de Otávio eram mais homogêneas e suas embarcações eram mais ágeis e mais leves do que as de Antônio e Cleópatra. Consolidando a imagem estereotipada de um oriental perigosa e traiçoeira, Cleópatra teria se retirado subitamente da batalha com sessenta de seus navios. Ela estaria, na verdade, ainda segundo o biógrafo, fugindo para salvar seu reino e a si própria, deixando Antônio em situação ainda mais delicada na batalha. Para Plutarco (*Vida de Antônio*, LXXI), essa fuga de Cleópatra era algo previsível, em razão de sua personalidade “covarde e sorradeira”. Antônio, desesperado e fragilizado, teria ido atrás dela, o que teria facilitado sobremaneira a vitória de Otávio. Segundo Díon Cássio (*História Romana*, L, 30), milhares de soldados de Antônio desertaram e se uniram a Otávio, o que teria levado o general à depressão e ao desejo de se matar.

Sobre o fim da Batalha de Ácio, com a vitória de Otávio e a derrota de Cleópatra e Antônio, Sheppard (2009, p. 81) vê como problemático o resultado e o saldo da guerra. Com relação aos números trazidos pelos historiadores antigos, ele pergunta:

Eles se referem especificamente à batalha ou à campanha como um todo? A discrepância pode ser conciliada assumindo que a figura de Plutarco se refere apenas aos combatentes de Antônio, enquanto Orósio inclui seus remadores e tripulações? Podemos usar o número total para tirar conclusões sobre o número de navios perdidos? E o que esconde o silêncio sobre as baixas sofridas por Otávio? O fato de ele não ter procurado imediatamente terminar a guerra ordenando uma perseguição agressiva aos fugitivos pode sugerir que ele estava cuidando de uma frota muito avariada no curso da batalha para se chegar às consequências finais.³³³

³³³ “Mapping these figures against the outcome of the battle is problematic. Do they refer specifically to the battle, or to the campaign as a whole? Can the discrepancy be reconciled by assuming Plutarch's figure refers only to Antony's fighting men, while Orosius includes his oarsmen and crews? Can we use either total to draw conclusions about the number of ships lost? And what does the silence about Octavian's

Voltando ao estado de espírito de Antônio após a derrota em Ácio, Sheppard (2009, p. 59-60) concorda que a deserção dos reis clientes de Antônio, que sentiram a maré da guerra se deslocando a favor de Otaviano, tornou-se endêmica. Esse processo de deserção foi causado por diversos fatores dentre os quais o corte de suas fontes de suprimento por Otávio e a devastação em suas tropas causadas por doenças graves como a malária e a desintéria. Ademais, o impacto desmoralizante da evidente falta de fé nas perspectivas de Antônio, além do acúmulo material de forças por Otávio, contribuíram para uma espiral descendente de espírito e fé nas causas de Antônio e de Cleópatra.

Antônio, derrotado, teria ficado desorientado e deprimido. Em estilo retórico-discursivo parecido como o de Plutarco, Benoist-Méchin (2007, p. 322/335) assevera que o general romano “[...] prostrado, mãos inertes, olhar perdido, ele se sentia cada vez mais desamparado e infeliz. [...] Durante a fuga, ele chorava, gemia, pedia perdão a Cleópatra. O infeliz Antônio estava com os nervos em frangalhos. Ele chegava até mesmo a perder o sono”.³³⁴

A questão que devemos colocar aqui é: será que Cleópatra teria realmente agido como diz Plutarco? Teriam Cleópatra e Antônio sido tão irresponsáveis assim?³³⁵ Difícil acreditar, visto que a rainha do Egito havia colocado todo o seu empenho e recursos nessa batalha e fugir, ela deveria saber, não seria a solução. Vê-se, então, que, em sua narrativa, Plutarco se dedica prioritariamente na descrição de Antônio e de Cleópatra e em suas ações, sobretudo nos desacertos. Plutarco afirma que Antônio alcançara a embarcação de Cleópatra e, juntos, conseguiram fugir, de maneira covarde. No entanto, ele teria ficado vários dias sem conversar com ela. A reconciliação teria se dado graças a intervenção dos subalternos/serviçais mais próximos (cf. PLUTARCO, *Vida de Antônio*, LXVII).

Após a derrota de Antônio e Cleópatra na batalha de Ácio, Plutarco esboça a imagem de fim de reinado para ambos e da vitória de Otávio sobre o Oriente, bem de acordo com a propaganda otaviana. Essa parte da narrativa de Plutarco que trata da

casualties hide? The fact he did not immediately seek to end the war by ordering an aggressive pursuit of the fugitives suggests he was nursing a fleet too badly bruised in the course of the battle to follow up in the aftermath.”

³³⁴ “[...] prostré, les mains inertes, le regard vide, il se sent chaque jour un peu plus désemparé, un peu plus misérable. En fuit, il pleure, il gémit, il supplie pardon à Cléopâtre. Le malheureux Antoine a les nerfs déchirés. Il dépérit au pont d’en perdre le sommeil.”

³³⁵ Segundo Sheppard (2009, p. 60), havia, por parte de Plutarco, um ressentimento ardente contra Antônio, visto que seu avô, juntamente com o resto da população de Queroneia foi forçado, sob o chicote, a transportar grãos requisitados pelos agentes de Antônio em um porto da Grécia.

batalha de Ácio faz Sheppard (2009) lembrar de uma passagem da *Eneida* de Virgílio, que certamente Plutarco lera:

O choque de armas em Ácio ressoa com o tema central da *Eneida*, o mito da fundação de Roma, a saber, seu desejo de definir a identidade romana como distinta e superior à estrangeira. Citando Virgílio: 'Deuses monstruosos de todo tipo e Anúbis latindo seguram armas contra Netuno e Vênus, contra Minerva'. A manifestação física dessa ameaça estrangeira a Roma foi: 'Antônio, com riqueza bárbara e armas exóticas ... trazendo com ele o Egito e a força do Oriente [...] a vergonha! a esposa egípcia dele'.³³⁶

Com Cleópatra e Antônio ainda vivos e livres, eles buscam, cada um a seu modo, se reerguer no Oriente. Ambos contam as baixas, os prejuízos e as deserções. Não se trata mais de saber como eles poderiam resistir aos próximos ataques de Otávio, mas de decidir se fugiriam do Egito ou se lá permaneceriam para aguardar o desfecho, ou seja, saber quando ele invadiria o Egito e quando e como eles seriam perseguidos. Nesse ínterim, ainda segundo relatos de Plutarco, nem Antônio nem Cleópatra ficam inativos, aguardando os acontecimentos. Eles teriam buscado (re)fazer suas alianças e recompor, de alguma forma, suas forças. No entanto, para Sartre (2018, p. 252),

[...] tudo isso foi um caminho encontrado pelos biógrafos para escreverem o final da história, para mostrarem o impasse em que Cleópatra e Antônio se encontravam e a inevitabilidade da derrota. Não há nada que permita uma leitura de seus projetos e sentimentos reais, e os historiadores não podem senão observar o desenrolar das operações políticas e militares entre 12 de setembro, quando Otávio ganhou a batalha no mar, e o início de agosto, quando ele entrou em Alexandria, local onde seus dois oponentes desaparecem sucessivamente.³³⁷

Ainda no universo das especulações, há várias histórias contadas pelos historiadores. Plutarco lembra que uma das estratégias de Cleópatra foi fingir que nada acontecia, que Antônio, ela e seu reino não estavam sob sérias ameaças de Otávio. Ela volta a oferecer jantares luxuosos e a promover festas e festivais, rotina mal vista pelos

³³⁶ "The clash of arms at Actium resonates with the central theme of the *Aeneid*, the foundation myth of Rome, namely its desire to define Roman identity as distinct from, and superior to, the foreign. 'Monstrous gods of every kind and barking Anubis hold weapons against Neptune and Venus, against Minerva', Virgil intones. The physical manifestation of this alien threat to Rome was 'Antony, with barbaric wealth and exotic arms... bringing with him Egypt and the strength of the Orient [...] the shame! - his Egyptian wife.'"

³³⁷ "Tout cela est une manière pour les biographes qui écrivent la fin de l'histoire, de montrer dans quelle impasse de Cléopâtre et d'Antoine se trouvaient et le caractère inéluctable de leur défaite. Rien ne transparait de leurs projets et sentiments réels et les historiens ne peuvent qu'observer le déroulement des opérations politiques et militaires entre 12 septembre 31 où Octave a remporté la victoire sur mer et début août, où il entre dans Alexandrie et où ses deux adversaires disparaissent successivement."

romanos. Após a derrota em Ácio, a rainha celebra, em 14 de janeiro de 30 a.C., o aniversário de Antônio, momento em que ela presenteia ricamente seus convidados, talvez para mostrar a Roma que dinheiro não lhe faltava.³³⁸ Da confraria “vida inimitável”, passa-se a “morreremos juntos”. É nesse contexto, inclusive, que surge a história dos experimentos com venenos nos escravos. Antônio e Cleópatra voltam a festejar os deuses, talvez para rogar um milagre, o da salvação contra as forças de Otávio. Valendo-nos mais uma vez da narrativa de Veleio Patérculo (II, 82-85), na descrição do evento de Ácio, ele culpa tanto Antônio quanto Cleópatra pela derrota na batalha:

Preso a Cleópatra por uma paixão cada vez mais ardente, e dominado pelos vícios que alimentam o poder, a permissividade e a adulação, ele decidiu travar uma guerra contra a sua pátria. Ele já era chamado de Novo Baco e desfilou em Alexandria em uma carruagem, fantasiado de Baco, enfeitado com guirlandas de hera e usando uma coroa de ouro na cabeça, um buquê na mão. [...] a batalha começou; de um lado, tudo estava dentro do esperado, general, marinheiros e tropas; por outro, nada, exceto os soldados. Cleópatra deu o sinal para a fuga. Antônio preferiu fugir com ela do que lutar com seus homens, e o general, cujo dever era o de punir os desertores, abandonou ele próprio seu exército.³³⁹

Do excerto acima, percebemos claramente que a narrativa de Plutarco coaduna com a de seus contemporâneos não só em temática como em estrutura retórico-argumentativa, qual seja, a de ampliar a propaganda octaviana. Otávio moldou uma interpretação da batalha de Ácio para dar uma nova forma geopolítica que ele já havia estabelecido com bastante antecedência, uma imagem na qual ele encarnava a ordem romana conforme definida pelos padrões morais latinos contra o Oriente estrangeiro e hostil.

Vê-se, com Plutarco, que o rancor e a suspeita entre Cleópatra e Antônio se instalaram no palácio alexandrino. Nesse contexto, o casal teria, separadamente, tentado negociar com Roma. Antônio teria escrito duas cartas a Otávio; na primeira ele relembra

³³⁸ Segundo Plutarco (*Vida de Antônio*, LXXIV, 2), Cleópatra toma a decisão de guardar em seu mausoléu parte de sua fortuna: “[...] ouro, prata, esmeraldas, pérolas, ébano, marfim, canela, juntamente com uma grande quantidade de tocha e estopa.” (“[...] or, argent, émeraudes, perles, ébène, ivoire, cinnamone, ajoutant à l’ensemble beaucoup de torches et d’étoupe.”)

³³⁹ “Épris pour Cléopâtre d’une passion toujours plus ardente, et dominé par les vices qu’alimentent le pouvoir, la licence et l’adulation, il résolut de faire la guerre à sa patrie. Déjà il s’était fait appeler le Nouveau Bacchus, et promener dans Alexandrie sur un char, comme Bacchus, paré de guirlandes de lierre, chaussé du cothurne, une couronne d’or sur la tête, un thyrsé à la main. [...] La bataille s’engagea. D’un côté tout y était, général, matelots et troupes ; de l’autre, rien, sauf les soldats. Cléopâtre donna le signal de la fuite. Antoine aime mieux fuir avec elle que de combattre avec les siens, et le général, dont le devoir eût été de punir les déserteurs, déserta lui-même son armée.”

a antiga amizade entre eles, os serviços prestados e o desejo de se render; na segunda carta, Antônio propunha se matar, na condição de que Cleópatra continuasse a reinar no Egito. Cleópatra, por sua vez, teria enviado presentes valiosos a Otávio e a mensagem de que ela era inocente diante dos últimos acontecimentos³⁴⁰. Ela teria enviado a Otávio muitos presentes, incluindo-se aí um cetro, uma coroa e um trono de ouro. Todas as tentativas de reconciliação, suborno e negociação de rendição teriam sido inócuas. Otávio não teria respondido as cartas de Antônio, mas teria respondido as de Cleópatra, que, se ela desistisse de combater, renunciasse ao seu reino, ele poderia poupar sua vida, e que se ela matasse Antônio, poderia até mesmo ficar com seu reino (cf. PLUTARCO, *Vida de Antônio*, LXXII-LXXIII).

Plutarco aproveita esses acontecimentos para registrar sua leitura dos fatos e para reforçar o caráter de Cleópatra, uma mulher egípcia, corrupta, capaz de bajular o inimigo, de tentar subornar, de mentir, de trair e matar seu “amado”. Essa leitura só reforça o fato de que ele a vê prioritariamente sob as perspectivas da sensualidade e sexualidade, do preconceito e da negatividade. No entanto, como lembra Sartre (2018, p. 256), “Díon Cássio, assim como Plutarco, constroem suas narrativas como querem, e o historiador não é obrigado a acreditar no que eles dizem”³⁴¹.

3.5. ÚLTIMO ATO – EPÍLOGO DE UMA HISTÓRIA DRAMÁTICA

Com o tempo de negociação esgotado, Otávio deixa a Grécia em direção ao Oriente. Em 30 a.C. ele chega à Síria, com o objetivo final de invadir o Egito. Plutarco menciona a entrada de Otávio em Alexandria não só em *Vida de Antônio*, mas também nos *Moralia*, mais exatamente em *Máximas de reis e gerais* e em *Conselhos Políticos*, textos nos quais Plutarco diz que Otávio, apesar de tudo, perdoava os egípcios e que, a partir daquele momento, todos deveriam ser um só povo, sem distinção. Gesto benevolente, prova de sua grandeza diante dos ultrajes que sofreu, discurso sintonizado com a propaganda anti-Cleópatra. Uma possibilidade de leitura outra: não foi por grandeza que Otávio poupou os egípcios, foi uma estratégia inteligente, cuja intensão foi

³⁴⁰ Díon Cássio (*Histórias Romanas*) sugere que Otávio, quanto prestes a invadir o Egito, enviou a Cleópatra várias cartas com juras de amor, despertando na rainha uma esperança de sucesso sentimental com mais um romano de peso.

³⁴¹ “Dion comme Plutarque meublent leurs récits comme ils peuvent, et l’historien n’est pas obligé de les croire.”

a de (re)estabelecer uma nova ligação com o Oriente e prepará-lo para uma subjugação menos traumática possível. Ademais, poupar Alexandria de um ataque seria visto como uma estratégia para associar sua imagem à de Alexandre (como seu continuador), como o novo libertador do Oriente, criador de um novo tempo, portador da ordem e do progresso, imagem de um novo mito que se cristaliza (cf. SHEPPARD, 2009).

A partir daí, Plutarco (*Vida de Antônio*, XC-XCI), entendendo que se trata do ponto alto de sua narrativa, se vale da dimensão ainda mais teatral e trágica do desfecho da história. Ainda segundo o queronense, nesse momento final, Cleópatra se encontrava doente, despenteada, em um estado lamentável, olhos úmidos, voz embargada e o peito cheio de hematomas, ajoelhada aos pés do inimigo. Mais uma vez nos valem da fala de Sartre (2018, p. 257), segundo a qual “Na ausência de textos mais confiáveis ou mais detalhados, somos forçados a seguir suas narrativas, tentando ir além delas para entender as razões mais profundas das decisões de cada uma, para além das aparências e das razões superficiais de nossas fontes”³⁴².

Plutarco relata, então, uma multiplicidade de emoções vividas pelos envolvidos:

Antônio regressou à cidade bradando que Cleópatra o traíra e o entregara àqueles que ele só por ela combatia. Cleópatra, temendo sua cólera e desespero, refugiou-se no mausoléu e mandou baixar as pontes levadiças, fortemente guarnecidas de ferrolhos e fechaduras, depois mandou dizer a Antônio que estava morta. Antônio acreditou e disse de si para si: “Por que tardas, Antônio? A fortuna te roubou teu único e derradeiro motivo para estar vivo”. Em seguida entrou no quarto e despiu a couraça: “Ah, Cleópatra”, gemeu, “o que me aflige não é tua ausência, pois logo estarei contigo. É o fato de um general como eu mostrar-se inferior em coragem a uma mulher” (*Vida de Antônio*, LXXVI).

Desse excerto, percebe-se que Plutarco enfatiza que Antônio descobre tarde demais quem era Cleópatra e do que ela era capaz. A rainha, refugiada em seu mausoléu, toma ciência de que Antônio havia descoberto sua traição. Em negociação com Otávio, ela acredita ter alguma chance de salvar a si, seus filhos e seu reino. Se para Antônio a morte parecia a única saída, para Cleópatra ainda havia uma possibilidade de salvação. Mais uma oportunidade para o autor de representar a rainha como alguém inteligente mas artil, falsa e traidora, corajosa mas perigosa e egoísta.

³⁴² “Faute de texte plus crédibles ou plus détaillés, on est contraint de s’en tenir à leurs récits en tentant de les dépasser pour comprendre les raisons profondes des décisions de chacun, au-delà des apparences et des motifs superficiels retenus par nos sources.”

Plutarco (re)produz, então, a grande cena das despedidas. Em um complexo jogo dinâmico e patêmico, o sentimento de amor, parceria e companheirismo dialoga com o de decepção, vergonha e desesperança:

Informado então de que ela vivia, Antônio apressou seus criados, que o conduziam até a entrada do mausoléu. Cleópatra não abriu a porta, mas apareceu a uma janela de onde fez descer cordas e correntes, às quais Antônio foi amarrado. Em seguida, auxiliada por duas mulheres – as únicas que admitira no mausoléu –, puxou-o para cima. Não houve nunca um espetáculo tão digno de piedade, no dizer dos que testemunhavam. Antônio, ensanguentado e agonizante, estendia os braços para ela enquanto era ericado. Aquilo não era tarefa fácil para mulheres, e Cleópatra, com o rosto contraído pelo esforço e agarrada à corda com ambas as mãos, tinha imensa dificuldade em trazê-lo para si, enquanto os que estavam embaixo a encorajavam e partilhavam sua angústia. Depois que finalmente o recolheu fê-lo deitar-se, rasgou as próprias roupas para cobri-lo e, machucando o próprio peito com os punhos, limpou-lhe o sangue do rosto chamando-o seu amo, seu esposo, seu imperador. Quase esquecia seus males na piedade imensa que sentia por Antônio. Este calou-lhe as lamentações e pediu vinho, ou porque tivesse sede, ou porque esperasse assim mais rápido ser libertado da vida. Após beber, aconselhou-a a cuidar da própria salvação, caso pudesse fazê-lo sem desonra, e a confiar em Proculeio entre todos os amigos de Otávio César. Exortou-a a não chorar por aquela última mudança da fortuna, mas a considerá-lo como feliz pelos bens que usufruía quando foi o mais ilustre e poderoso dos homens; mesmo agora não sentia vergonha por ter sido vencido, ele, romano, por um romano (*Vida de Antônio*, LXXVII, 1-4).

Cabe ressaltar, desse excerto, o grande número de palavras pateticamente fortes e todo o cenário envolvendo sentimentos de dor, agonia e sofrimento, bem ao gosto das tragédias gregas. A morte de Antônio, que se valeu de sua espada para o ato derradeiro, teria sido causada pela falsa notícia da morte da rainha, que também se matou cerca de nove dias mais tarde, em companhia de duas de suas servas. O cadáver da rainha foi encontrado deitado sobre um leito de ouro; estava suntuosamente vestida e apertava contra si as insígnias de seus antepassados, os egípcios e os macedônios. Para Plutarco, a rainha preparou sua morte com requinte de detalhes³⁴³. Ela fez questão de rodear a sua morte do mesmo aparato real que sempre usara ao longo de sua vida, obrigando, assim, seus inimigos a reconhecerem nela a dignidade de “uma rainha vinda de tantos reis”, palavras ditas por ela antes de morrer, segundo Plutarco (*Vida de Antônio*, LXXXV).

Mais uma vez, a narrativa se abre para o universo factual e para múltiplas possibilidades interpretativas com tendência difamatória. Por um lado, tem-se que Otávio

³⁴³ A respeito de questões que envolvem a morte na Antiguidade, sobretudo a de personalidades, cf. Javier Arce (2000); Antônio Brancaglioni (1999); Wallis Budge (1985); James Curl (1980); René-Nicolas Desgenettes (1833); Darja Erker (2011); Maria Beatriz Florenzano (1996); Funari (2008); Valérie Hope (2007); Donald Kyle (1998); Jean-Pierre Vernant (1982; 1999).

desejava exibir Cleópatra viva como um troféu em seu cortejo triunfal em Roma. Ela, sabendo disso, por intermédio do mensageiro de Otávio – Cornélio Dolabella, não lhe teria dado esse gosto.

A outra versão é a de que Otávio, sabendo que a rainha do Egito havia mandado contruir uma enorme tumba, que nela depositara toda a sua riqueza e que ela era *expert* em venenos, enviou-lhe, propositalmente, um mensageiro para fazê-la saber de seus planos de vingança e com isso, a induzisse a se matar para não ser levada para Roma como troféu, poupando Otávio de fomentar *pathemias* tais como a *humilhação*, a *compaixão e o perdão*, a *ira e a revolta*, a *vingança e o terror*, tanto entre os egípcios quanto entre os próprios gregos e romanos, além, evidentemente, de anexar toda a riqueza da rainha reunida em um só lugar. Ademais, Otávio teria buscado se precaver de uma possível revolta em Alexandria. Cleópatra, devastada, lava o corpo do amante e ordena que Antônio receba as honras fúnebres:

Quanto ao corpo de Antônio, vários reis e generais imploraram para que eles o enterrassem, mas Otávio o deixou a cargo de Cleópatra. Ela o enterrou com magnificência real, tendo recebido tudo o que precisava para fazê-lo. Sua grande aflição, somada à dor física (porque ela sofreu inflamação no peito como resultado dos golpes que ela mesma havia dado e a ulceração), a levou a ter febre: ela se valeu desse pretexto para recusar todos os alimentos e permitir-se morrer sem ser impedida de fazê-lo. Ela tinha Olympos como seu médico habitual, a quem ela contou toda a verdade. Ele lhe deu conselhos e se comprometeu em ajudá-la a se matar, como ele próprio registra na história que publicou a respeito desses eventos. Mas Otávio, suspeitando de suas intenções, usou ameaças contra ela e a fez temer por seus filhos. Encontrando-se em situação difícil, ela se rendeu e permitiu ser cuidada e alimentada por qualquer um.³⁴⁴ (Plutarco, *Vida de Antônio*, LXXXII).

Tendo, muito provavelmente, lido Plutarco e seguido seu estilo retórico-argumentativo, Ferdinand Mainzer (1937, p. 219-220) transcreve a cena da morte de Antônio nos braços de Cleópatra de maneira extremamente patêmica:

³⁴⁴ “Pour Antoine, plusieurs rois et généraux le réclamaient pour l’ensevelir, mais César n’enleva point son corps à Cléopâtre et elle l’ensevelit de ses mains avec une magnificence toute royale, ayant reçu pour ce faire tout ce qu’elle désirait. L’excès de son affliction, jointe à la douleur physique (car elle souffrait d’inflammation à la poitrine à la suite des coups qu’elle s’était donnés et d’ulcération), finit par lui donner la fièvre : elle sauta sur ce prétexte pour refuser toute nourriture et se laisser mourir sans en être empêchée. Elle avait pour médecin ordinaire Olympos, à qui elle dit toute la vérité et qui lui donna conseil et secours pour l’aider à se délivrer de la vie, comme il l’a consigné lui-même dans l’histoire qu’il a publiée de ces événements. Mais César, soupçonnant ses intentions, employa contre elle des menaces et lui fit craindre pour ses enfants : comme une place minée par des engins, elle se rendit alors et laissa soigner et nourrir son corps à ceux qui le voulaient.”

Com Cleópatra, a grandeza desse momento rompeu repentinamente o verniz da civilização helênica e a imagem inculcada de uma educação real. Ela exala seu desespero de mulher, sua paixão de oriental, em lamentos de uma violência nunca vista. Com as unhas afiadas, ela arranha furiosamente o rosto e os seios, rasga as roupas, mergulha o rosto no sangue do morto e, enquanto murmura palavras carinhosas, o passado e o futuro, tudo é abolido.³⁴⁵

Como contraponto a essa cena chocante, percebe-se, na narrativa de Plutarco, a descrição de um Otávio inteligente e benevolente, características que marcam a descrição plutarquiana do primeiro imperador romano. Assim, ao deixar Cleópatra ficar com o corpo de Antônio para ser enterrado com honrarias, Plutarco buscou traçar uma semelhança entre Otávio e homens descritos como modelos de governantes, de homens ilustres. Ao enaltecer e valorizar seu inimigo, Otávio reforça seu próprio valor, isto porque um grande homem deve ter como inimigo grandes homens e também mulheres de poder.

Talvez por essa razão, Otávio garantiu a segurança de Cleópatra ao torná-la cativa, permitindo que parte de seus desejos fossem satisfeitos, que enterrasse Antônio com pompas reais, utilizando o que precisasse do espólio de riquezas dos Ptolomeus³⁴⁶. Com a morte de Antônio, Otávio teria tentado de várias formas poupar a vida da rainha. O suicídio de Cleópatra teria sido, então, algo facilmente previsível e previsto (e até mesmo desejável) por Otávio. A última rainha do Egito morre no dia 12 de agosto de 30 a.C., aos 39 anos de idade, segundo informações dadas por Plutarco (*Vida de Antônio*, LXXXVI).

Da leitura do final da *Vida de Antônio*, de Plutarco, vê-se que as circunstâncias do suicídio de Cleópatra continuam envoltas em mistérios, não só pela aparente facilidade com que a rainha conseguiu levá-lo a cabo como no que se refere à natureza do meio utilizado. O primeiro ponto parece demonstrar a conivência tácita de Otávio, ainda que este tenha conseguido convencer a posteridade do contrário, e não foi a menor de suas façanhas ideológicas, essa de transformar o suicídio de sua rival e um ato nobre e corajoso. Para Sartre (2018, p. 261/263),

³⁴⁵ “Chez Cléopâtre, la grandeur de cet instant fait brusquement éclater le vernis de la civilisation hellénique et la réserve inculquée par l’éducation royale. Elle exhale son désespoir de femme, sa passion d’Orientale en des plaintes d’une violence inouïe. De ses ongles aigus, elle laboure furieusement son visage et ses seins, déchire ses vêtements, plonge son visage dans le sang du mort et, pendant qu’elle lui murmure les mots les plus tendres, passé et avenir, tout est aboli.”

³⁴⁶ Segundo Olivier Gaudefroy (2017, p. 152), com a anexação do Egito como colônia de Roma, Otávio pilhou e transferiu todo o tesouro que conseguiu de Cleópatra, o que lhe serviu para financiar sua carreira política, levando-o ao posto de Primeiro Imperador Romano, e para pagar as dívidas adquiridas durante as batalhas contra Cleópatra e Antônio.

Plutarco descreve uma Cleópatra bastante assustada e submissa. No final de sua *Vida de Antônio*, ele confere um aspecto romântico que toma de empréstimo muito do que ele sabe sobre o mito de Ísis e Osíris - ao qual dedicou um tratado. O historiador de hoje pode tirar algo desse texto que busca brilhar primeiro por suas qualidades literárias? [...] O historiador não pode senão escolher e reter alguns fragmentos tidos como mais seguros.³⁴⁷

Quanto ao *modus operandi* do suicídio, é importante dizer que a principal fonte utilizada por praticamente todos os historiadores que tratam de Cleópatra é Plutarco, que teria se valido do testemunho deixado pelo médico da rainha.³⁴⁸ Há duas versões mais conhecidas da morte da rainha: a do veneno ingerido e a da picada da serpente. Cabe lembrar que intelectuais da época de Otávio, tais como Virgílio, Horácio, Flávio Josefo e Propércio evocavam, de forma *pathêmica*, o uso dos répteis mortais na produção de venenos. Isso significa dizer que era comum na época mortes por envenenamento e por picadas de serpente. Isso fazia parte do imaginário social e tinha lastro com implicações simbólicas e religiosas, sobretudo no Egito. Esse tipo de morte por envenenamento era algo ditado pela crença na divinização do ato (GODSWORTHY, 2012). Se a própria deusa Ísis era representada rodeada por serpentes, símbolo de magia e poder, Cleópatra, sendo também ela uma deusa, não agiria diferente daquela a quem cultuou. Assim, fica (re)marcada a identificação divina e a identidade particular da rainha. Apesar disso, o próprio Plutarco (*Vida de Antônio*, LXXXVI) confessa que ninguém conhece a verdade, ainda que ele acredite no uso das serpentes.

Sua morte é precedida de uma espécie de cerimônia (libação). Ela é “banhada” por suas amas, que a vestem com as mais belas vestimentas, a penteiam com cuidado e lhe colocam a coroa real. Com sua primorosa toilette terminada, lhe é oferecido um magnífico banquete. Segundo relato de Plutarco, a última rainha do Egito põe termo aos seus dias, envenenando-se, em companhia de Iras e Chármion, suas servas mais próximas e fieis. Otávio estaria aliviado com o desfecho, o que o levaria a propiciar à rainha um enterro digno do posto que ocupou e coloca os restos mortais de Cleópatra junto aos de Antônio. Resignada, a morte se apresenta a Cleópatra como suprema liberação. De certa forma, sua morte marca o fim do reino dos Ptolomeus e o início do Principado Romano.

³⁴⁷ “Plutarque décrit une Cléopâtre plutôt apeurée et soumise. Il confère à la fin de sa *Vie d’Antoine* un aspect romanesque qui emprunte beaucoup à ce qu’il sait du mythe d’Ísis et Osiris – auquel il consacre un traité. L’historien d’aujourd’hui peut-il tirer quelque chose de ce texte qui cherche à briller d’abord par ses qualités littéraires ? [...] L’historien ne peut choisir et ne peut guère retenir que quelques éléments assurés.”

³⁴⁸ Pat Brown (1994), contesta a versão de Plutarco sobre a morte da rainha egípcia. Ele percebe várias incoerências no texto do queronense.

Logo após o enterro, Otávio manda matar Cesário, filho de César, uma possível ameaça ao seu poder em Roma. Os outros filhos de Cleópatra foram confiados à Otávia. O Egito conquistado por Otávio foi anexado ao Império Romano como província imperial. Mais uma vez Plutarco (*Vida de Antônio*, LXXXVI) delinea a representação de Otávio em sua positividade, como homem afeito à compaixão e ao reconhecimento: “Irritado com a morte de Cleópatra, Otávio foi imediatamente tomado por admiração pela magnanimidade da rainha, uma morte honrosa, uma morte digna”³⁴⁹. Na lista plutarquiana de boas ações de Otávio, consta que ele permitiu que Antônio e Cleópatra fossem enterrados lado a lado em Alexandria, e permitiu também manter a estátua de Cleópatra no Templo de Vênus, em Roma. Há, nesses episódios, um silenciamento de Plutarco quanto ao imperialismo brutal e explorador instituído em/por Roma e a violência da ascensão de Otávio ao poder absoluto de Roma e sua transformação da República em Principado. Há também o apagamento das virtudes de Cleópatra em querer fazer frente, ao resistir a esse poder romano. Cabe lembrar que em *Res Gestae* (V, 27), Otávio, apesar de não citar nenhuma vez o nome da rainha, registra: “[...] anexe o Egito ao império do povo romano”. Essa ausência dos nomes dos inimigos em seus discursos é para os historiadores antigos mais uma prova de sua grandeza, de sua nobreza. No entanto, há quem veja nessa atitude de silenciamento, um recurso retórico-discursivo de manipulação, evidenciando seu nome com o apagamento intencional dos nomes dos inimigos.

E na ausência do corpo de Cleópatra, Otávio/Augusto teria se valido de uma estátua da rainha deitada, morta e com uma cobra enrolada no braço em seu cortejo de triunfo em Roma³⁵⁰. Ademais, os filhos da rainha Lágida são expostos, amarrados com correntes de ouro; “[...] o gosto pelo sensacionalismo leva a fomentar uma lenda ou uma fantasia à biografia de uma rainha que absolutamente não precisa disso”, segundo assevera Sartre (2018, p 269).³⁵¹

Segundo Broadbent (2012), com a vitória na batalha de Ácio e com a morte de Antônio e Cleópatra, foi possível a Augusto ganhar a confiança do povo e do Senado

³⁴⁹ “Fâché de la mort de cette princesse, Octave est aussitôt rempli d’admiration pour la magnanimité de la reine, une mort honorable, une mort digne.”

³⁵⁰ Essa versão é confirmada por Virgílio (*Eneida*, VIII, 697), Horácio (*Odes*, I, 37, 26-27), Propércio (*Elegias*, III, 11, 53) e por Veleio Patérculo (*História Romana*, II, 87, 1), entre outros.

³⁵¹ “[...] le goût du sensationnel ne peut que conduire à ajouter une légende ou un fantôme de plus à la biographie d’une reine qui absolument n’en a guère besoin.”

romano, proporcionando um (re)equilíbrio das contas graças ao butim dessa guerra contra Cleópatra. Na sequência, Otávio/Augusto continuou conduzindo sua rigorosa campanha de moralização e de propaganda contra Cleópatra e Antônio, com o objetivo de assegurar seu *ethos* de romano tradicional, defensor dos valores morais tradicionais e para continuar legitimando sua autoridade recém-alcançada em Roma. A narrativa de Plutarco seria, nesse contexto, uma prova do sucesso da propaganda imperial.

Em mais uma estratégia política que visaria a manutenção de sua imagem de homem justo perante todo o Império, Otávio/Augusto permitiu que certos cultos egípcios ocorressem normal e legalmente em Roma assim como em Alexandria e em outros domínios. Ademais, por motivos políticos, mantendo o Egito sob seu controle, ele teria dado continuidade à restauração dos templos sagrados em todo o território. Essa preservação dos templos egípcios sugere que o romano usou esse gesto para agradar os orientais e para apelar por graças aos deuses egípcios. Otávio/Augusto, “[...] o jovem com tantas qualidades e com tamanho valor”, segundo palavras de Veleio Patérculo (*História Romana*, II, 61), buscou marcar seu governo como o protetor de Roma e de Alexandria e como um anfitrião bem-vindo a cultos estrangeiros.

Destarte, a morte de Cleópatra marca bem mais que o fim de um reinado para o Egito e o fim de regime para Roma. É o fim de uma prestigiosa dinastia descendente do Império de Alexandre. A vida de Cleópatra marca a forte ligação, o ponto de contato entre o Ocidente e o Oriente. Com ela, graças a ela, o Oriente se revelou ao Ocidente como mais do que um espaço, um território visado. Cleópatra fez do Oriente um corpo, seu corpo, desejado, invejado, disputado e conquistado. Um corpo e uma alma que juntos formam uma divindade, ser mítico e místico, que, de corpo e alma, lutou para fixar o Egito no mapa do mundo. Cleópatra pagou com sua vida aos conquistadores por tê-los conquistado. Ela entrou na vida de César e de Antônio, e também na de tantos romanos e gregos como Plutarco para lhes abrir um mundo novo, fascinante, amedrontador e ameaçador.

O fim do reino dos Lágidas permitiu a Roma o domínio total do Mediterrâneo (*mare nostrum*). O Egito deixa de ser um “Estado Amigo e Cliente” para ser anexado a Roma como província. Apesar da assimilação territorial e política e graças a narrativas como as de Plutarco, Cleópatra, juntamente como os egípcios, garantem que o Egito conserve sua civilização e sua identidade. Mais do que isso, Cleópatra promove, mesmo depois de morta, a cultura helênica e egípcia, que se torna conhecida em todo o mundo. Com isso, o Oriente continua, em grande medida e por milênios, alimentando o ideário

do Ocidente enquanto representação de um espaço exótico e misterioso, mas corrompido e perigoso (metáfora ou metonímia de Cleópatra!?), ocupado por estrangeiros (bárbaros) que necessitam de intervenção ocidental “para o bem de todos e felicidade geral das nações”. Difícil se desfazer dos estereótipos, sobretudo quanto eles circulam, cristalizados, a milênios. Como assevera Maud Pfaff-Reydellet (2010, p. 51), “Cleópatra é, portanto, a encarnação do Oriente inimigo, excessiva em todos os aspectos: é uma tipificação, o símbolo de uma nação e não uma personalidade, um indivíduo”³⁵².

Cleópatra morreu difamada e estigmatizada pela propaganda otaviana mas sobreviveu à sua própria morte e às infâmias cuidadosamente arquitetadas, muito mais do que ela poderia imaginar. Apesar de seu tom relativamente imaginativo, concordamos mais uma vez com Sheppard (2009, p. 41), quando ele assevera que:

Quebrando a barreira da propaganda otaviana, os historiadores modernos vêm reconstruindo um retrato mais equilibrado de Cleópatra, reabilitando-a como lutadora política habilidosa e administradora eficaz, dois pré-requisitos da viabilidade como monarca no reino poliglota ptolomaico. Ela certamente comandava o carinho e o respeito de seu povo, com quem era popular. Ela não enfrentou nenhuma das desobediências civis endêmicas que atormentavam seus antecessores e, de fato, a população teria se sublevado por ela no final se ela não tivesse ordenado o contrário.³⁵³

Mesmo diante das circunstâncias em que ela morreu, Cleópatra não foi esquecida pelos egípcios e por grande parte da humanidade através dos tempos. Ainda que Plutarco tenha se esforçado para demonstrar que Cleópatra só entrou para a História graças aos grandes homens romanos (César, Antônio, Otávio), que ela não era uma grande rainha, seu *ethos* acabou por marcar fortemente o imaginário não só no/do Egito, mas em todo o mundo greco-romano, com seus amores, graça, força, poder, magnificência, orgulho, luxúria, vida e morte heróica. Otávio, que em 27 a.C. passa a ser nomeado Augusto (ou César), responsável pela propaganda difamatória inicial contra Cleópatra, fez questão de manter a imagem e a memória da egípcia e de Antônio vivas para que ele também pudesse sustentar a sua própria imagem, a de conquistador, de vencedor da Batalha de Ácio. A

³⁵² “Cléopâtre est donc l’incarnation de l’ennemie orientale, excessive en tous les domaines: c’est un type, le symbole d’une nation et non une personnalité, un individu.”

³⁵³ “Piercing the veil of Augustan propaganda, modern historians have pieced together a more balanced portrait of Cleopatra, rehabilitating her as a skilled political infighter and effective administrator, both prerequisites of viability as a monarch in the polyglot Ptolemaic realm. She certainly commanded the affection as well as respect of her people, with whom she was popular. She faced none of the endemic civil disobedience that had plagued her predecessors, and in fact the populace would have risen for her at the end had she not ordered otherwise.”

vitória de Otávio sobre Cleópatra e Antônio, não poderia e não deveria ser subestimada para o próprio bem de Otávio e tampouco desprezada por historiadores e biógrafos como Plutarco. Vencedor e vencidos heróicos, fontes de inspiração e de narrativas da Antiguidade que ficaram para a posteridade.

A imagem de Cleópatra, predominantemente negativa para Plutarco, tornou-se a imagem de uma das mulheres mais famosas da Antiguidade. Valendo-nos de um ditado popular, parece-nos que “o feitiço virou contra o feiticeiro”: logo após a morte de Cleópatra, o Ocidente “assimilou” o Oriente, foi influenciado por uma “onda oriental”, uma espécie de modismo egípcio que tomou conta de Roma e seus domínios. Para Broadbent (2012, p. 55),

O povo romano foi inundado com ideias, religião e cultura egípcias, que foram apreciadas por todos os níveis da sociedade. Até a própria família e amigos de Augusto utilizava adereços egípcios como forma de promover sua própria autoimagem. Na casa de Livia, esposa de Augusto, ela a decorou com peças e ornamentos egípcios, como coroas e discos solares, uma decoração que buscava imitar os palácios de Cleópatra. Assim, Livia, como Cleópatra antes dela, herdaria a riqueza e o prestígio do Oriente.³⁵⁴

Em certo sentido, a memória de Cleópatra continuou viva em Roma e em todo o Império Romano por séculos. Ademais, essa imagem identitária de Cleópatra viajou, atravessou séculos, civilizações e é trazida até nós, repetida, renovada, reinventada em versos e prosas, romancizada, pintada, encenada, esculpida, cantada, desenhada e filmada. Ela encarnou e ainda encarna representações as mais variadas e todas elas trazendo em si uma carga altamente patêmica. Por trás de todas as representações da rainha, a imagem identitária da “verdadeira” Cleópatra nos escapa, já que tudo parece tendencioso e suspeito, ainda que sedutor e mágico. Cleópatra saiu da vida para entrar para a História, graças à (e/ou apesar da) narrativa plutarquiana que, mesmo com certo teor ficcional, foi a que chegou até nós e foi a que continua a nos patemizar, para o bem ou para o mal. A última rainha do Egito se matou há mais de dois mil anos e, no entanto, sua morte tornou-se complemento de um mito que atravessou temporalidades e espacialidades, até alcançar o status de ícone pós-moderno, de *mito oriental*.

³⁵⁴ “Roman people were inundated with Egyptian ideas, religion, and culture which became appreciated by all levels of society. Even Augustus own family and friends utilized Egyptian motifs as a means of promoting their own self-image. In the home of Augustus wife Livia, many Egyptian motifs such as crowns and solar disks reveal a similar design to those of Cleopatra’s temple; a resonance for their patrons that went beyond fashion. Livia, like Cleopatra before her, had inherited the wealth and prestige of Egypt.”

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

*Será grande a glória às mulheres
cujos méritos ou deméritos farão os homens falar delas.*

Tucídides (História da Guerra do Peloponeso, XLV).

La boucle est bouclée.

Ditado francês.

Assim como o *resumo* e a *introdução* de qualquer trabalho acadêmico, as considerações finais também dependem do desenvolvimento da pesquisa, dos rumos que ela tomou. Comumente espera-se, nas considerações finais, um balanço do que foi pesquisado, a retomada das ideias desenvolvidas em cada capítulo, a reunião de traços que a pesquisa evidenciou. No entanto, propomos quebrar, ainda que apenas parcialmente, o paradigma do gênero “conclusão de dissertação”, produzindo, não uma síntese *ipsis litteiris* do que foi feito como normalmente se espera, mas a refletir um pouco sobre a metadiscursividade, ou melhor, sobre o fazer acadêmico do historiador e sobre o objeto de estudo que escolhemos.

Em um exercício investigativo, esperamos ter mostrado como Plutarco, influenciado também pela propaganda imperial, buscou orientalizar Cleópatra e Antônio para fins políticos e ideológicos. Vimos como ele forjou a representação da rainha de forma relativamente tendenciosa e subjetiva, em uma atitude que poderia ser considerada *imperialista, colonialista, orientalista e romanizada*. Em uma espécie de jogo opositivo entre identidades e alteridades, Plutarco buscou, com sua narrativa, por um lado, afastar Cleópatra e Antônio dos ideais da cultura helênica e “enquadrá-los” com a “pecha” de orientais.

Woolf (2014, p. 165), relaciona o trabalho do historiador romanista ao dos arqueólogos:

Arqueólogos são necessariamente historiadores da *longue durée*. Romanistas, em particular, se preocupam com padrões e fenômenos que são imensamente estendidos no tempo e no espaço. Mas a própria escala de sua empreitada coloca dificuldades especiais: não é fácil encontrar modos apropriados de descrever, quanto mais de analisar, tais assuntos.

Esta pesquisa nos fez perceber que realmente temos muito em comum com o trabalho arqueológico, no sentido de que estudamos cientificamente sociedades longínquas e culturas humanas por meio de vestígios de objetos fabricados e utilizados no passado. Após ter decidido investigar um espaço-tempo distante de nós, escolhemos um terreno, um “sítio arqueológico” rico em história humana – a narrativa de Plutarco. Seleccionamos, na sequência, um leque de instrumentos, de categorias analíticas capazes de nos ajudar nas “escavações” e na interpretação de cada achado da forma mais aceitável possível. Isso porque é impossível proceder a uma pesquisa dessa natureza sem a ajuda desses instrumentos apropriados e específicos de investigação. Além disso, também é impossível fazer arqueologia sem o conhecimento e o diálogo como outras áreas de

conhecimento. Por essa razão, contamos com a ajuda de profissionais dessa e de outras áreas, especialistas dispostos a colaborar com nosso trabalho de pesquisa, profissionais abertos à interdisciplinaridade.

De posse desse material e instrumentalizados, procedemos a “escavações” cuidadosas, para não danificar o que foi encontrado, em busca de vestígios que nos mostrassem a história desse espaço, traços daqueles que ali viveram, dos materiais que eles utilizaram durante o tempo que ali estiveram, a cultura que os movia e como se moviam nessas culturas, suas relações sociais, as formas como se relacionaram não só com o seu espaço-tempo específico, mas também com o seu passado. Esquadrinhado a obra/terreno, encontramos materiais de natureza distinta.³⁵⁵

Uma questão importante: sabíamos de antemão que o “sítio arqueológico” escolhido já era mundialmente conhecido e explorado, o que nos trouxe, ao mesmo tempo, facilidades e desafios. Facilidades, no sentido de que tivemos acesso a uma série de estudos já feitos sobre essa materialidade; desafios por nos sentir na obrigação de encontrar algo ainda não descoberto ou pelo menos propor uma nova interpretação, diferente daquilo que já havia sido encontrado e interpretado. Durante nossas análises/escavações textuais e discursivas, vimos que o próprio sujeito/objeto de nossa arqueologia – Plutarco – era, também ele, de certa forma, um arqueólogo.

Em um trabalho duplo, ou melhor, de dupla jornada, passamos, então, a nos debruçar sobre fragmentos de dois espaços-tempos distintos (ainda que próximos), uma espécie de arqueologia da arqueologia. Tivemos uma certa dificuldade em separar os tempos e os espaços, já que eles, de certa forma, se sobrepunham ou se entrelaçavam. As perspectivas e os desafios investigativos, então, se multiplicaram. Ao buscarmos recuperar, nesse terreno lacunoso, informações específicas que nos levassem a interpretações possíveis a respeito de Cleópatra e de como, porque, e para quem Plutarco narrou sobre a vida da rainha, descobrimos coisas incríveis nos dois espaços que se imbricavam, nos deparamos com fragmentos de modos de vida, formas distintas de ver, de ser, de pensar e de se relacionar de uma multiplicidade de sujeitos.

Pesquisar sobre Cleópatra e sobre Plutarco nos levou a nomes importantes da História Antiga tais como Cleópatra (todas elas), Alexandre, O Grande, Ptolomeus (todos eles), Díon Cássio, Fúlvia, Júlio César, Otávia, Estrabão, Caltúnia, Platão, Flávio Josefo,

³⁵⁵ No entendimento de Hughes-Hallett (2005, p. 15), “Cada imagem de Cleópatra (como peças de cerâmica do arqueólogo) fornece pistas sobre a natureza da cultura que a produziu, particularmente em relação a suas concepções sobre sexo, os seus preconceitos raciais, suas neuroses e suas fantasias”.

Circe, Veleio Patérculo, Medeia, Nero, Suetônio, Cassandra, Pompeu, Ísis, Apiano, Lépido, Aristóteles, Marco Antônio, Osíris, Plínio, o Grande, Otávio/Augusto, Arsínoe, Heródoto, Cícero, Berenice (todas elas) Homero, Dionísio de Halicarnasso, Herodes, Virgílio, entre tantas outras personalidades. Nomes que entraram para a História e que perduraram na memória. Entre tantos mulheres e homens importantes, nos debruçamos sobre a vida de uma mulher – Cleópatra, ainda que na perspectiva de um homem moralista – Plutarco. Esse terreno é profícuo, não para preencher lacunas interpretativas com discursos baseados em suposições infundadas, mas para buscar fragmentos de uma verdade dos fatos, mesmo conscientes de que isso é mais difícil do que se possa imaginar. Como assevera Goldsworthy (2012, p. 17), “[...] para ter de fato algum valor, o estudo da História tem de ser a procura da verdade”, não uma verdade completa, visto que isso é impossível, mas uma verdade que possa nos ajudar a preencher algumas lacunas interpretativas desse passado distante. “A impossibilidade de saber toda a verdade não torna a tentativa de o conseguir menos merecedora de consideração” (GOLDSWORTHY, 2012, p. 17). Assim como a verdade, a objetividade também é uma busca, uma quimera, o que nos traz, ao mesmo tempo, um certo conforto e uma responsabilidade ainda maior em (re)contar parte desse passado. Nesse sentido, nos dá base de sustentação a visão de Shohat (2004, p. 13), segundo a qual “[...] por mais que a ciência possa buscar a objetividade, a história envolve não só fatos, mas também narrativas, discursos e visões de mundo”. Pesquisamos a história de Cleópatra da maneira mais objetiva e imparcial possível, tentando deixar as patemias e as subjetividades para os personagens com os quais nos deparamos.

Citando mais uma vez Woolf, no prefácio de sua obra *Roma: a história de um império* (2017, p. 12), ele afirma que estudar História Antiga, pesquisar sobre Roma é como brincar em uma caixa de areia: “Mesmo hoje, o mundo romano ainda me parece, por vezes, uma grande caixa de areia onde brincar”. De forma similar, mas invertida, também nós tivemos, ao longo desta pesquisa, a sensação de estarmos em uma caixa de areia. No entanto, ao invés de brincarmos, nos sentimos, ao longo da pesquisa, em risco, em perigo, “atolados” como se a areia fosse movediça.

Deparamo-nos com um grande número de autores e de textos de diferentes épocas que abordam temáticas envolvendo Plutarco, Cleópatra, Antônio, Grécia, Roma, Egito e Oriente, enfim, essa parcela da História Antiga que escolhemos como recorte. Entre os antigos e os modernos, uma coisa nos chamou a atenção: enquanto os historiadores antigos, valendo-se de fontes muitas delas desconhecidas por nós (já que se perderam),

ou suspeitas em sua veracidade, relatavam fatos históricos e produziam julgamentos morais severos dos personagens retratados, muitos historiadores modernos com os quais trabalhamos (não todos), talvez mais cautelosos, modalizavam/modalizam esses discursos, sobretudo no que diz respeito à veracidade dos fatos e na “isenção” dos julgamentos. Assim, apesar de se basearem nos antigos, de tê-los muitas vezes como fonte primária, como é o nosso caso, esses historiadores modernos com os quais trabalhamos suspeitam ou criticam parte do que foi dito pelos antigos:

- “Esta versão de Apiano é muito pouco provável”³⁵⁶ (BENOIST-MÉCHIN, 2007, p. 37). - “Plutarco, Suetônio, Apiano, contaram essa história se inspirando em uma narrativa de Asinius Pollion, hoje perdida, uma testemunha ocular da cena. As três versões diferem entre si. Que parte, nisso tudo, pertence à verdade e que parte pertence à fábula?”³⁵⁷ (BENOIST-CHÉMIN, 2007, p. 39).

- “As explicações que Horácio dá a partir de Florus e de Tito-Lívio estão longe de convencer”³⁵⁸ (AUFRÈRE, 2018, p. 76). - “Na versão de Suetônio, que precisamos ler com muita prudência”³⁵⁹ (AUFRÈRE, 2018, p. 31). - “Somos obrigados a considerar as proposições de Plutarco com distanciamento”³⁶⁰ (AUFRÈRE, 2018, p. 100). - “A visão que Flávio Josefo e Nicolas de Damas têm da rainha e de Antônio é fortemente influenciada pela propaganda otaviana, o que impede uma visão equitativa desses personagens”³⁶¹ (AUFRÈRE, 2018, p. 113).

- “A afirmação de Apiano é, sem dúvida, combatida”³⁶² (GAUDEFROY, 2017, p. 123). - “A anedota contada por Plínio o Velho parece ser verdadeira? Pouco provável.”³⁶³ (GAUDEFROY, 2017, p. 126); - “Plutarco dá explicações para a fuga de Cleópatra em Ácio; Dion Cássio dá explicações completamente diferentes”³⁶⁴ (GAUDEFROY, 2017, 138-139). - “Segundo Plutarco Otávio estava diante de uma Cleópatra doente. [...] Dion Cássio, por sua vez, conta uma história bem diferente”³⁶⁵ (GAUDEFROY, 2017, p. 144).

³⁵⁶ “Cette version d’Appien paraît assez peu vraisemblable.”

³⁵⁷ “Plutarque, Suétone, Appien, qui ont raconté cette histoire, se sont inspirés du récit, aujourd’hui perdu, d’Asinius Pollion, qui fut un des témoins oculaires de la scène. Les trois versions diffèrent les unes des autres. Quelle est, dans tout cela, la part de la vérité, la part de la fable ?”

³⁵⁸ “Les explications de Florus et Tite-Live et proposées par Horace sont loin de convaincre.”

³⁵⁹ “Dans la version de Suétone, qu’il faut lire avec prudence [...]”

³⁶⁰ “On est obligé à considérer les propos de Plutarque avec distance.”

³⁶¹ “Le regard de la reine et aussi de Marc Antoine construit par Flavius Josèphe et Nicolas de Damas est fortement influencé par la propagande augustéenne, empêchant d’avoir une vision équitable de ces deux personnages.”

³⁶² “L’affirmation d’Appien est sans doute controuvée.”

³⁶³ “L’anecdote rapportée par Plin l’Ancien contient-elle un semblant de vérité ? Il est fort peu probable.”

³⁶⁴ “Plutarque donne quelques explications à cette fuite de Cléopâtre en pleine bataille. [...] À l’opposé, Dion Cassius livre une tout autre explication de la stratégie de Cléopâtre.”

³⁶⁵ “Selon Plutarque, Octave se trouva face à une femme malade. [...] Dion Cassius, pour sa part, livre une histoire bien différente.”

- “Não sabemos se Cleópatra saiu de um tapete enrolado na presença de César. De qualquer maneira, parece pouco verossímil que ela tenha surgido ‘toda majestosa’ (como afirma uma fonte), ou coberta de ouro e de joias (como afirma uma outra fonte), ou, ainda, ‘muito bem penteada’³⁶⁶ (SCHIFF, 2010, p. 31). - “Plutarco aventa ser um historiador, mas não podemos nos esquecer de que ele busca fazer da vida de Antônio um conto moral.”³⁶⁷ (SCHIFF, 2010, p. 216). – “Plutarco confunde causas e efeitos. [...] Tanto Plutarco quanto Dion Cássio são responsáveis por boatos maldosos”³⁶⁸ (SCHIFF, 2010, p. 240). – É bem provável que Plutarco tenha inventado essa história de briga entre Antônio e Cleópatra após a Batalha de Ácio. Também é possível que ele tenha inventado que Cleópatra traiu Antônio nesse momento”³⁶⁹ (SCHIFF, 2010, p. 389)

Ter como *corpus* principal a obra de Plutarco nos fez ver a relevância de seu pensamento, de sua moral e de seus sentimentos para a sua contemporaneidade (e também para nós), a interdependência e a transversalidade de suas reflexões, que ficaram para a posteridade. Essa experiência fascinante nos levou à constatação de que fazer historiografia, abordar e estudar o passado, mais particularmente a História Antiga, é complexo, difícil e conflituoso. A tarefa de ler e refletir sobre parte da obra de Plutarco não foi, definitivamente, tarefa simples. Como assevera Beatriz Sarlo (2005, p. 9), ao passado

[...] se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade).

O presente é o nosso tempo, tempo da enunciação, da escrita desta dissertação, que já se torna agora passado. E nesse presente da escrita, nos inscrevemos, assim como o fez Plutarco em sua narrativa. Isso porque não há como não marcar presença no ato de voltar-se para o passado e descrevê-lo, narrá-lo. Ao falarmos de Plutarco e de Cleópatra, acabamos por falar não só de identidades e de contatos culturais do passado, mas também de nós mesmos, no presente. Assim, o passado chega ao presente sempre obliterado, seja pelos sujeitos, pela memória e/ou pela própria História.

³⁶⁶ “On ignore si Cléopâtre sortit de son tapis en présence de César. Quoi qu’il en soit, il est peu vraisemblable qu’elle lui soit apparue « dans toute sa majesté » (comme l’affirme une source), ou recouverte d’or et de bijoux (comme le rapporte autre source), ou même bien coiffée.”

³⁶⁷ “Plutarque se veut un historien, mais il ne faut pas oublier qu’il entend faire de la vie d’Antoine un conte moral.”

³⁶⁸ “Pluatrique ait confondu cause et effets. [...] Aussi bien Plutarque que Dion Cassius font état d’une méchant rumeur.”

³⁶⁹ “Il est très possible que Plutarque ait inventé cette scène de bouderie après la bataille d’Actium. Il se peut aussi que ce soit un ajout tardif, de même que la trahison de Cléopâtre à cette époque.”

Esse emaranhado de espaços, tempos e sujeitos nos faz lembrar as investigações de Braudel (1988), no que diz respeito a indissociabilidade do espaço-tempo e a sobreposição das temporalidades fluidas. Isso porque, na confecção desta dissertação, ficou fortemente marcado para nós todos esses elementos de que nos fala Braudel. No espaço-tempo desta investigação, nos voltamos para espaços-tempos distintos, o de Plutarco e, dentro dele, o de Cleópatra, para ficarmos apenas com esses dois exemplos. Multiplicidade fragmentada de tempos, de espaços e de sujeitos compreendidos, de certa forma, como o quer Braudel, numa espécie de contiguidades (*emboîtement, enchâssement*), onde um contem o outro e nele está contido. Como em um labirinto de espelhos, nosso presente se faz presente no passado e vice-versa, Roma se faz presente no Egito e vice-versa, Plutarco se faz presente em Cleópatra e vice-versa, e Plutarco e Cleópatra se fazem presente em nós, e assim por diante. Temporalidades curtas, médias e longas que se tangenciam, se constituem, se completam e se complementam. Percepção inconclusiva que deixa em aberto possibilidades de leituras historiográficas plurais e dialéticas.

E nesse encaixotamento, para diminuir os riscos de nos perder, nós historiadores precisamos fazer recortes, visto que é impossível abarcar tudo e dar voz a todos. No procedimento de recortes, priorizamos alguns detalhes em detrimentos de muitos outros. Demos voz a muitos, mas, ainda assim, silenciamentos se fizeram ouvir. Silêncios polifônicos e plurisignificantes enquanto formas de expressão; silêncios que adquirem a dimensão de dito e se tornam força opositiva que motiva, ampara e dá sustentação às vozes ouvidas na pesquisa.

Ao nos determos na representação de Cleópatra e do Egito em *Vida de Antônio*, de Plutarco, o próprio protagonista (Antônio) ficou relativamente fora do centro do nosso radar investigativo. O mesmo acontece com os historiadores, os teóricos, estudiosos que nos auxiliaram em nosso trabalho; muitos deles, por falta de espaço-tempo, deixaram de ser citados, discutidos, ainda que muitos tenham sido lidos, catalogados e fichados. O mesmo aconteceu também com os conceitos; alguns deles foram utilizados e muitos outros foram silenciados, ou, pelo menos, permaneceram implícitos em nossa pesquisa. A Antiguidade é milenar. A história do Império Romano também o é. A obra de Plutarco é imensa. Vimos que para historiadores antigos como Plutarco, os (de)feitos de Cleópatra são muitos, sua representação bastante complexa. Como dar conta de tudo isso em uma dissertação? Trabalho hercúleo, razão pela qual tivemos que fazer (re)cortes.

Sobre as várias formas, ou melhor, possibilidades de se abordar a obra de Plutarco, Boulogne (1994, p. 22) assevera que:

Em primeiro lugar, cada época forja sua opinião sobre Plutarco, à medida de suas necessidades, quais sejam, aquelas que conformam seus gostos, seus valores, seus critérios, o julgamento declarado sempre incluindo, por feedback, uma validação implícita dos princípios nos quais se baseia. É assim que os mesmos traços são mantidos às vezes pelas qualidades, às vezes pelos defeitos. Que forma assume esse tipo de narcisismo hoje, em que uma sociedade que busca dar nova vida a quem não existe mais e se projeta inevitavelmente no passado reconstruído e que, de repente, remete, quase que de maneira sobreposta, à sua própria imagem?³⁷⁰

O excerto acima nos conforta e “assegura”, de certa forma, nossas escolhas, nossa forma de abordar Plutarco. Dito isso, seguimos o fluxo acadêmico-historiográfico que tem buscado romper com uma tradição que se arrastava há tempos, e que reverbera em nós até hoje – a de contar a história pela voz dos vencedores. Isso fez com que voltássemos para o passado, um passado distante ainda que próximo, levando na bagagem uma visão mais crítica, um pouco mais contestatória frente às ideologias hegemônicas, imperialistas e positivistas que regiam naqueles tempos e que ainda hoje nos afetam. O passado, como por exemplo aquele de Cleópatra, assim como aquele da narrativa de Plutarco, pode ser (re)pensado e interpretado de diversas formas. Trouxemos para esta dissertação a nossa versão, sem, com isso, querer desrespeitar, desconsiderar ou anular as demais. Queremos acreditar que há espaço, sobretudo na academia, para o convívio de leituras, sem a primazia (imposição) de uma sobre as outras.

Além de Braudel, também nos lembramos de quanto o pensamento de Certeau (1994) nos ajudou a esclarecer o embate entre o Império Romano e aqueles dominados por ele, a entender o porquê de Plutarco escrever sobre os Homens Ilustres e incluir em suas narrativas Cleópatra. Vimos, a partir dos escritos de Certeau, que o cotidiano de Roma e o de seus territórios conquistados pode ser inventado, estrategicamente narrativizado e deve ser entendido como parte de uma construção ideológica cotidiana. Percebemos que a influência de Roma sobre Plutarco e demais subjugados não foi uma “via de mão única”. Diante dos avanços e das imposições romanas sobre o Oriente,

³⁷⁰ “D’abord, chaque époque se forge sur Plutarque l’opinion dont elle a besoin, à savoir celle qui conforte ses goûts, ses valeurs, ses critères, le jugement énoncé comportant toujours, par rétroaction, une validation implicite des principes qui le fondent. C’est ainsi que les mêmes traits sont tenus tantôt pour des qualités, tantôt pour des défauts. Quelle forme prend donc aujourd’hui ce genre de narcissisme où une société cherchant à faire revivre ceux qui n’existent plus se projette inévitablement dans le passé qu’elle reconstruit et qui, du coup, lui renvoie, presque en surimpression, sa propre image ?”

assistimos as astúcias e táticas milenares de irrupção de Cleópatra entre outros, que desconstruía os discursos contra ela e contra seu reino. De certa forma, a rainha se valia de armas semelhantes às usadas por Otávio para fazer face ao poder do imperialismo romano, quais sejam, a palavra, o discurso, a propaganda sempre carregada de ideologias.

Reflexionamos que também a narrativa de Plutarco é composta de estratégias ideológicas afinadas com a propaganda imperial. Ele presentificou, justificou e propalou a ideologia imperialista de Roma, uma narrativa anti-Cleópatra, anti-Antônio, anti-Egito e anti-Oriente. Com a ajuda de Certeau e de muitos outros estudiosos, buscamos extrair da narrativa de Plutarco, os contextos históricos (o de Cleópatra e o de Plutarco), os sujeitos envolvidos e suas operações, suas estratégias e suas táticas, as circunstâncias particulares que envolvem temporalidades e espacialidades dos personagens.

Mas como todo trabalho dessa natureza, nossas conclusões são inconclusivas, pois a ciência que exercemos não é exata, ela é humana e social. Nosso trabalho de investigação conta com uma estrutura que nos faz lembrar a de Plutarco, num vai e vem entre a objetividade e a subjetividade, entre a verdade dos fatos e sua narrativização, entre identidades e alteridades.

Retomando de forma relativamente caricatural o que foi trabalhado ao longo desta dissertação, podemos dizer que vimos que Atenas e Roma não eram tão ateniense e romana assim; que Plutarco não era nem grego nem romano, tinha uma cidadania outra, fruto dessa mistura. Com Cleópatra, acontece algo muito parecido; ela era egípcia, mas antes disso ela era macedônia, grega e romana, ou seja, era fruto de uma complexa mistura de culturas. Continuando nossas (in)conclusões, percebemos que o Oriente não é assim tão oriental, assim como o Ocidente deixa de ser genuinamente ocidental. Os egípcios, assim como os gregos, com o imperialismo romano, deixaram de ser, ao menos em parte, egípcios e gregos para se tornarem uma outra coisa. Por conseguinte, ao se relacionarem com culturas outras, a partir de suas ações imperialistas, os romanos também deixaram de ser “genuinamente” romanos para se tornar uma outra coisa. Ao entrarem em contato com a cultura do outro, tudo e todos (incluindo nós) sofrem deslocamentos, são, de alguma forma, afetados por essa(s) cultura(s) outra(s). A ideia de homogeneidade e de pureza cai por terra, dando lugar a uma pluralidade e heterogeneidade de fusões e mesclas identitárias fluidas, ainda que, no caso aqui analisado, sob a ideia clichê de romanização, de imperialismo e de orientalismo. Vimos, enfim, que não cabe à historiografia, nessas circunstâncias (e em nenhuma outra), valorar culturas, pois todas colaboram, de uma forma ou de outra, para a hibridização e para a mudança.

Como apre(e)nder a identidade, a personalidade, enfim, o *ethos*, a representação de uma personalidade tão complexa como Cleópatra? Sobretudo, como fazer isso levando em conta fontes documentais históricas como as de Plutarco, tidas por muitos como tardias e ficcionais, polêmicas e contraditórias? Quando se trata de registrar, documental e cientificamente, questões relativas à identidade de Cleópatra e ao ideário de Oriente, não há como assumir, por parte daquele que investiga, que narra, a isenção completa dos fatos. Isso porque aquele que fala, fala de algum lugar, se vê comprometido com as ideologias das quais ele se vê imbuído e a partir das quais ele vê e lê o mundo. No caso de Plutarco, temos um cidadão greco-romano vivendo sob o poder de Roma, compondo uma narrativa dramática afinada com a propaganda imperial e escrita para uma elite greco-romana que busca manter seu *status quo*, texto referendado pela intelectualidade da época, ou seja, uma história contada por vencedores ou por aqueles ligados a eles.

Plutarco e outros tantos historiadores, biógrafos e poetas da Antiguidade parecem ter tido como objetivo maior glorificar a vida dos grandes homens gregos e romanos tais como Alexandre, César, Otávio e Antônio, e, para tanto (ou por conseguinte), buscaram rebaixar, denegrir a imagem identitária de Cleópatra, atribuindo-lhe uma lista de adjetivos negativos, de defeitos que se alinham a um exercício imaginativo próprio da ficcionalidade e também à propaganda imperial.

Apesar de ser (re)conhecida por sua bela voz, a ponto de encantar/enfeitiçar seus ouvintes, Cleópatra, *a priori*, foi privada de sua própria voz, no sentido de que ela não falou de si³⁷¹, mas foi (e ficou) falada por homens que, de algum modo, estiveram sob o domínio de Roma. Homens que puseram palavras em sua boca (que provavelmente ela nunca disse), que a “pintaram” recorrentemente de forma patêmica e preconceituosa, como uma figura feminina e maléfica do Oriente (ou do Oriente afeminado e maléfico).

A estratégia discursiva de ataque de Otávio (e dos historiadores antigos) contra a imagem de Antônio e de Cleópatra é aparentemente simples. Se os orientais são desprezíveis e se Cleópatra é sua rainha, juntamente com Antônio, o convertido orientalizado, todos eles são inimigos de Roma e também de Atenas. Aí se dá efetivamente a construção discursiva, por um lado, da imagem nefasta e difamatória de Antônio e de Cleópatra e, por outro, de (auto)promoção de Otávio e, tardiamente, de Plutarco. Essa forma de ver a questão nos remete novamente ao texto de Sherppard (2009, p. 41), que diz:

³⁷¹ Cabe lembrar que a cultura da/na época de Cleópatra era prioritariamente oral.

Como diz o ditado, Cleópatra foi tão útil para legitimar o regime imperialista romano que se ela nunca tivesse existido, Otávio teria que inventá-la. E de muitas maneiras, ele a inventou, transformando a realidade de uma rainha grega cuja prioridade principal era a independência de seu reino e a sobrevivência de sua dinastia em um súcubo oriental obcecado pela queda de Roma.³⁷²

Consultamos textos de importantes historiadores e poetas da Antiguidade que vilipendiaram a Rainha do Egito, sobretudo com argumentos e julgamentos éticos e morais próprios daquele espaço-tempo. A esse respeito, Benoist-Méchin (2007, p. 98) pergunta: “Como explicar tanta incompreensão e ódio?”³⁷³ Ele mesmo tenta responder: “Parece, antes de tudo, que sua reputação foi manchada por ser ela uma vítima de uma reação nacionalista, de um chauvinismo romano.”³⁷⁴ Essa animosidade contra Cleópatra por parte de intelectuais se justifica, ao menos em parte, pelas sensibilidades próprias e variadas dos autores, mas que, de alguma forma, refletiam e refratavam os imaginários sociais no contexto de Cleópatra e para além dele, nas narrativas tardias sobre ela. Em comum entre esses ataques ferozes à rainha do Egito, tem-se o fato de ela ser mulher de poder e sua pretensa orientalidade, em oposição à mulher romana, ocidental.

Plutarco nos mostra, querendo ou não, que “[...] a História não é neutra, não é baseada apenas em fatos, mas é também uma questão escolha [...] podemos talvez pensar a Antiguidade com sujeitos plurais, não utilizando apenas como identidade, mas observando-a também sob a ótica da diferença e da alteridade”, como afirma Marina Regis Cavicchioli (2009, p. 70). No nosso caso, assumimos, desde o início deste trabalho, que somos favoráveis a um posicionamento (auto)crítico, no sentido de questionar nossos próprios procedimentos enquanto historiadores, assim como o fizeram Hingley, Mattingly, Revell e Said, entre tantos outros que lemos, fichamos e citamos.

Apontamos caminhos para algumas reflexões e acreditamos que esta investigação nos possibilitou observar alguns traços da Antiguidade que a tradição historiográfica algumas vezes parece ter “camuflado”. Para nós, ficou uma maior clareza das entranhas dos jogos de poder na Antiguidade. Também ficou a consciência da necessidade de

³⁷² “As the saying goes, so useful was she to legitimizing his regime, if Queen Cleopatra had never existed, Octavian would have had to invent her. In many ways, he did invent her, spinning the reality of a Greek queen whose overriding priority was the independence of her kingdom and the survival of her dynasty into an oriental succubus obsessed with the downfall of Rome.”

³⁷³ “Comment expliquer tant d’incompréhension e de haine ?”

³⁷⁴ “Il semble tout d’abord que sa réputation ait été ternie [parce qu’elle] a été victime d’une sorte de réaction nationaliste [...] avec les œillères du chauvinisme romain.”

respeito às diferenças, às sutilezas e às singularidades de cada cultura, a aceitação reflexiva das relações sociais. Com esta investigação, buscamos desconstruir certos dogmas como, por exemplo, o de que Plutarco, por ser historiador, biógrafo e filósofo, entre várias outras funções sociais, teve o compromisso de escrever sobre os homens ilustres gregos e romanos de forma imparcial, neutra e objetiva. Vimos que uma pessoa, mesmo subjugada, pode colaborar com seu algoz, justificando e perpetuando a ideologia do dominante. Também buscamos desfazer um pouco o ideário clichê de Cleópatra e do Egito forjado por Plutarco e que ainda se perpetua através dos séculos. Queremos, enfim, crer que contribuímos para despertar nos estudiosos do Mundo Antigo um maior interesse (crítico) pela obra de Plutarco e pela história de Cleópatra e do Egito.

Na apresentação da obra *Plutarco entre mundos – visões de Esparta, Atenas e Roma*, organizada por Pilar Gómez Cardó, Delfim Leão e Maria Aparecida de Oliveira Silva (2014, p. 11), os autores resumem bem Plutarco e seu percurso:

Um grego nascido à época da dominação romana, Plutarco vive entre mundos, circulando entre Grécia e Roma, tecendo reflexões sobre gregos e romanos. Descendente de uma tradicional família beócia, nosso autor é educado conforme os preceitos da paideia grega, a mesma que ele prescreve em seus tratados e biografias como sendo a mais indicada para a formação de um homem virtuoso. Plutarco entrelaça conhecimento acumulados pela tradição grega como os da romana, registra suas impressões sobre o modo de ser grego, em um movimento de partida do seu presente de dominado para retornar ao passado glorioso de seu povo, sem negligenciar suas análises sobre o modo de ser romano. Reflexões que se fazem perceptíveis, principalmente na escrita de suas biografias de gregos e romanos, onde vemos as comparações de suas personagens, ora criticando a ação de um grego, ora a de um romano, demonstrando os aspectos positivos e negativos de cada um, embora deixe clara a sua preferência pela cultura grega. [...] Se por muitos séculos nosso autor se vê circunscrito ao espaço geográfico da bacia mediterrânica, hoje notamos que suas ideias atravessam o Oceano e alcançam o chamado Novo Mundo. Então, a perspectiva de entre mundos para o autor se expande mais, sua obra atravessa época e espaços e se transforma em um clássico, como tal, atemporal e sem fronteiras.

Nesse sentido, tanto Otávio quanto Plutarco estariam elevando suas próprias posições em cenário político e intelectual respectivamente. A construção e a difusão de uma propaganda anti-Cleópatra em um ideário negativo de Oriente serviram a ambos como elemento retórico-discursivo e, por conseguinte, ideológico e propagandístico de difamação daqueles que ameaçavam a República de Otávio e a *pax romana*. Plutarco mostrou em sua narrativa que a rainha do Egito representava um perigo para Roma e que o Oriente fosse reverberado nessa ameaça, e também seu contrário, ou seja, que Oriente fosse uma ameaça aos romanos e que isso reverberasse, como em uma metonímia, em

Cleópatra. No entanto, Plutarco monta esse cenário ocultando, silenciando certos aspectos importantes como, por exemplo, os interesses econômicos, políticos e militares de todos os envolvidos. Ele compôs um quadro temático mais restrito e restritivo, limitando-se a contar a história de um grande general como se fosse um “romance”, ou melhor, uma biografia baseada em um relacionamento amoroso, para ele, condenável.

Rostovtzeff (1941) observa uma espécie de “ironia do destino” na história de Cleópatra, qual seja, o de o mais passivo dos reinos helênicos e mais obedientes às ordens de Roma, ter produzido uma das mulheres mais forte da Antiguidade. Cleópatra pode e deve ser vista como uma mulher inteligente e capaz, valente e ambiciosa, que lutou com sabedoria e trouxe prosperidade aos egípcios, que recuperou o prestígio perdido dos Ptolomeus e o poder imperial no Oriente. Mulher forte que retomou a soberania egípcia, recolocou o Egito como centro de prestígio no mundo helênico, ainda que não tenha sido exatamente essa a imagem que Plutarco delineou em sua narrativa.

No que diz respeito à representação de Cleópatra, Broadbent (2012) assevera que ela foi fortemente influenciada por seu contato direto com os atos e legados de Júlio César, de Marco Antônio e de Otávio/Augusto. Nesse contexto, a Alexandria de Otávio/Augusto continuou ativa, ainda que na condição de colônia de Roma. A cidade, com toda a sua riqueza e beleza, tornou-se um modelo a ser seguido por Roma, que integrou parte da política (monarquia/principado), da arte e da arquitetura egípcia/ptolomaica à paisagem cultural do capitólio. De certa forma, é como se Cleópatra tivesse assimilado o Império Romano e este tivesse assimilado a rainha do Egito. Nesse sentido, o Oriente acabou por assimilar o Ocidente e vice-versa.

Com Plutarco, ou melhor antes, durante e depois dele (e contra Cleópatra) formou-se um exército de homens intelectuais (gregos, romanos e até mesmo egípcios) de peso, todos armados com seus discursos contra Cleópatra, contra o Egito, contra o Oriente: Apiano, Cícero, Díon Cássio, Díon Crisóstomo³⁷⁵, Estrabão, Filon de Alexandria, Flávio Josefo, Herodes, Horácio, Lucano, Ovídio, Plínio, Propércio, Sêneca, Suetônio, Tácito, Tito Lívio, Veleio Patérculo, além, evidentemente, de Otávio/Augusto em pessoa, e muitos outros. Ainda assim, mesmo diante do poder desse exército, Cleópatra “[...] não só ofuscou a desorientou seus amantes, mas também ofuscou e desorientou arqueólogos,

³⁷⁵ Díon Crisóstomo (40 – 120 d.C.) foi orador romano, filósofo e historiador que viveu sob o regime do Império Romano e ficou conhecido, entre outras coisas, por propalar a representação orientalista de Alexandria e por criticar o modo de vida dos Alexandrinos, seus excessos, argumentando que a cidade perdia em beleza e em atrativo por causa da rudeza de seu povo (*Orationes*, XXXII).

egiptólogos, historiadores, artistas escritores e cineastas”, como assevera Shohat (2004, p. 53).

Interessante notar que Cleópatra, mesmo muito tempo depois de morta, ainda “assombra” homens como Plutarco. Uma explicação possível para isso estaria no fato de o queronense não admitir a possibilidade, ainda que pretérita, de haver um reino forte e unido com Antônio e Cleópatra, um Império greco-romano-bárbaro e ainda por cima Oriental. Querendo ou não, mesmo com a *pax romana* instituída por Otávio/Augusto, a rainha do Egito e o Oriente mantêm-se na pauta do dia. Para Jean Bingen (2007, p. 59),

O sentimento pro ou anti-romano era mais um problema alexandrino do que uma preocupação egípcia e não foi uma realidade urgente em 36 a.C.. Estivera o povo do Egito realmente chocado com os casos de amor da rainha? A maioria dos egípcios morava longe da propaganda de Otávio, direcionada mais para a opinião pública romana, com uma imprensa popular mais devotada para o caos sentimentais da realeza e de celebridades.³⁷⁶

Vê-se que a Cleópatra, para os egípcios, não é a mesma para os romanos, assim como a Cleópatra de Antônio não é a mesma Cleópatra de César e tampouco a de Otávio ou de Plutarco e demais historiadores (antigos e modernos). Para cada um, a rainha do Egito é apresentada e representada através das leituras que dela se faz. Para alguns, ela pode ter representado temores e ameaças a ponto de se construir propagandas difamatórias, para outros, ela pode representar tanto possibilidades de alianças variadas quanto objeto de desejos e inveja, e/ou ainda, personagem forte e admirável da História Antiga. Cleópatra fascinou na Antiguidade e fascina ainda hoje.

Juntamente com a imagem de Cleópatra, o Egito também segue na História com uma imagem parecida com a de sua rainha e, os dois juntos, formam um ideário de Oriente forjado por intelectuais como Plutarco, recorrentemente de maneira estereotipada, depreciativa e preconceituosa. **Espaço** que se popularizou, graças a historiografia antiga e, de certa forma, a de hoje, por suas festas e festivais, mas também como um espectro de descomedimento, de deboche e falta de moderação nas palavras e nas ações. **Lugar** onde reina o luxo, mas também onde se propagam calúnias e ofensas, leviandades e imoralidades. **Terra** intrigante, mítica e mística, de grande magia e religiosidade, mas

³⁷⁶ “Pro- or anti-Roman feeling was an Alexandria problem rather than an Egyptian concern and was not a pressing actuality in 36 B.C. Were the people of Egypt really shocked by the queen’s love affairs? Most of the Egyptians were living far from the propaganda of Octavian, meant for Roman public opinion, and could not know that great invention for the popular press devoted to the sentimental affairs of royalty and celebrities.”

também de intrigas, bebedeiras e badernas. **Ambiente** de prazeres, mas também de exageros e imprudências, de desgovernos e estupidez, de ultraje e insolências. **Topografia** de beleza e riqueza imponentes, mas onde falta seriedade e honestidade, bom senso e equilíbrio, disciplina e retidão moral. **Geografia** maravilhosa e exuberante, com seus rios e terras férteis, mas de gente desrespeitosa, estrangeira e depravada, selvagem e bárbara. **Local** lendário, que conta com uma história milenar, mas cujo o povo tem espírito descomedido e instável, turbulento e devasso, inconveniente e pérfido. **Território** plural, efervescente e dinâmico, de encontro de várias línguas e culturas, mas miscigenado e inferior, promíscuo e ameaçador. Cleópatra e o Egito se (con)fundem eternamente.

Enfim, Plutarco tornou-se corresponsável por representar identitariamente o Oriente, forjado e padronizado sob medida pelas ideologias greco-romanas, que sintetiza a de Cleópatra e vice-versa. A imagem de Cleópatra em *Vida de Antônio* é construída por Plutarco sobre diversas dicotomias opositivas. No entanto, suscitando adoração e especulação, sua vida, não deixa de ser um conjunto de experiências complexas que ultrapassam essas (falsas) dicotomias absolutas. Cleópatra certamente foi, é e será muito mais do que isso – uma lenda.

FONTES

E

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

- APIANO. *Historia Romana*. 3 v. Madrid: Editorial Gredos, 1985.
- APPIEN. *Les Guerres Civiles à Rome*. Paris : Les Belles Lettres, 1993.
- CICERO. *Pro Rabirio Postumo*. Cambridge: Harvard University Press, 1953.
- CÍCERO. *Sobre a República*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1975.
- CICERO. *Correspondance*. Paris : Les Belles Lettres. 5 v. 1950-1964.
- CICERO. *Letters to Atticus*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- CICERO. *Philippics I-VI*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CICERON. *Discours contre Marc Antoine*. Paris : Librairie Garnier Frère, s/d.
- CLAUDIUS AELIANUS. *De Natura Animalium*. (Por Manuela García Valdes e Luís Alfonso Llera Fueyo. Madrid : Editora Walter de Gruyter, 2009.
- DION CASSIO. *Roman History*. Cambridge: Harvard University Press, 1955.
- DION CASSIUS. *Histoire Romaine*. Livre L-LI, Tome 7. Paris : Ed. Belles Lettres, 2002.
- DION CRISÓSTOMO. *Discourses*. Cambridge: Harvard University Press, 1951.
- DENYS d'HALICARNASSE. *Antiquités Romaines*. Paris : Les Belles Lettres, 1998.
- ÉPICTÈTE. *Manuel d'Épictète*. (Par Jean-Joel Duhot). Paris : Albin Michel, 2003.
- FILON d'ALEXANDRIE. *Alexander*. Paris : Edition du Cerf, 1988.
- FLAVIUS JOSÉPH. *La guerre des Juifs*. (Par Pierre Savinel). Paris : Les Éditions de Minuit, 1977.
- FLAVIUS JOSÉPH. *Autobiographie* (par André Pelletier) Paris : Les Belles Lettres, 1984.
- FLORUS. *Œuvres*. Paris : Les Belles Lettres, 2003.
- HERÓDOTO. *The Histories*. London: Penguin Books, 1988.
- HORACE. *Odes et épodes*. Paris : Les Belles Lettres, 1946.
- HORACIO. *Obras Completas*. São Paulo: Ed. Cultura, 1941.
- LÉPIDE. *Jules César* (Par Luciano Canfora). Paris : Flammarion, 2012.
- LÉPIDE. *Auguste* (Par Pierre Cosme). Paris : Ed. Perrin, 2009.
- LUCANO. *Farsália*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- OVIDE. *Les amours*. Paris : Les Belles Lettres, 1978.
- PLINE, (l'Ancien). *Histoire naturelle*. Paris : Gallimard, 2013.
- PLUTARCO. *Les Vies des hommes illustres*. Tome I. Édition établie et annotée par Gérard Walter. Traduction du grec ancien de Jacques Amyot. Bibliothèque de la Pléiade (n° 43). Paris : Gallimard, 1937.
- PLUTARCO. *Les Vies des hommes illustres*. Tome II. Édition établie et annotée par Gérard Walter. Traduction du grec ancien de Jacques Amyot. Bibliothèque de la Pléiade (n° 44). Paris : Gallimard, 1951.

- PLUTARCO. *Moralia*. Tomos I-X. Madrid: Editorial Gredos, 1987-1997.
- POLÍBIO. *História*. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- PROPÉRCIO. *Elegias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- Res Gestae diui Augusti*. São Paulo: Nobel, 1957.
- Res Gestae diui Augusti*. In: *A Vida e os feitos do Divino Augusto* (textos de Suetônio e Augusto). Tradução de Matheus Trevizam e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- SÊNECA. *Sobre a ira*. Sobre a tranquilidade da alma. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- STRABON. *Géographie*. Livres V et VI. Paris : Belles Lettres, 1967.
- STRABON. *Le voyage en Egypte – un regard romain*. Paris : Nil éditions, 1997.
- SUETONE. *Vies des Douze Césars*. Paris : Flammarion, 1990.
- TÁCITO. *Anais*. Rio de Janeiro: Edições de ouro. 1977.
- TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Paris : Les Belles Lettres, 1947.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1982.
- VELLEIUS PATERCULUS. *Histoire Romaine*. Livres I et II. Paris : Les Belles Lettres, 1982.
- VIRGÍLIO. *Eneida*. Campinas. Ateliê Editorial Unicamp, 2005.

REFERÊNCIAS³⁷⁷

- AALDERS, Gerhard Jean Daniel. *Plutarch's Political Thought*. Amsterdam/Oxford/New York: North-Holland Pub. Co., 1982.
- ABBOTT, Jacob. *Cleopatra*. New York/London: Harper & Brothers Publishers, 1904.
- ABBOTT, Jacob. *History of Cleopatra, Queen of Egypt*. Kindle Edition, 2012.
- ADAMS, Colin. *Land transport in Roman Egypt – A study of economics and administration in a Roman Province*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- ADLER, Eric. *Valorizing the Barbarians – Enemy Speeches in Roman Historiography*. Austin - Texas: University of Texas Press, 2011.
- AGER, Sheila. The Power of Excess: Royal Incest and the Ptolemaic Dynasty. In: *Anthropologica*, v. 48, 2006, p. 165-186.
- AHMAD, Aijaz. Orientalismo e depois. In: *Linhagens do presente: ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ALATAS, Syed Hussein. Intellectual Imperialism: Definition, Traits and Problems. In: *Southeast Asian Journal of Social Science*. n° 28. v. 1. 2000, p. 23-45.

³⁷⁷ Por acreditarmos que possa vir a ajudar pesquisadores que se debruçam sobre as temáticas aqui tratadas, tomamos a liberdade de registrar não só as referências bibliográficas explícita e estritamente utilizadas nesta dissertação como também aquelas que foram apenas consultadas, catalogadas e fichadas por nós.

- ALCOCK, Susan. Archaeology and imperialism: Roman expansion and the Greek city. In: *Journal of Mediterranean Archaeology*, nº 2. 1989, p. 87-135.
- ALCOCK, Susan. *Graecia Capta: The Landscapes of Roman Greece*. Cambridge; Cambridge University Press, 1994.
- ALCOCK, Susan. Greece: A Landscape or resistance? In: MATTINGLY, David. (org.) *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth, Rhode Island, 1997. p. 103-115.
- ALSTON, Richard. Violence and social control in Roman Egypt. In: *Proceedings of the 20th International Congress of Papyrologists*. Copenhagen, 1994, p. 165-176.
- ALSTON, Richard. *Soldier and society in Roman Egypt – A social history*. London/New York: Routledge, 1995.
- ALSTON, Richard. Houses and households in Roman Egypt. In: LAURENCE, Ray; WALLACE-HADRILL, Andrew. (orgs.) *Domestic Space in the Roman World: Pompeii and Beyond*. Portsmouth, R. I., v. 22, 1997a, p. 25-39.
- ALSTON, Richard. Ritual and power in the Roman-Egypt city. In: PARKINS, Helen. (org.) *Roman Urbanism. Beyond the consumer city*. London/New York: Routledge, 1997b. p. 147-172.
- ALSTON, Richard. Urbanism and the Urban Community in Roman Egypt. In: *Journal of Egyptian Archaeology*. London, nº 83, 1997c, p. 199-216.
- ALSTON, Richard. *Aspects of Roman History (Ad 12-117)*. London/New York: Routledge, 1998.
- ALSTON, Richard. *The City in Roman and Byzantine Egypt*. London/New York: Routledge, 2002.
- AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. In: *Revista Tempo*. v. 9, nº 18. Niterói, jan/jun 2005, p. 77-123. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100005.
Acessado em 02 de março de 2019.
- AMOSSY, Ruth. *Stéréotypes et clichés : langue, discours, société*. Paris : Nathan, 1997.
- AMOSSY, Ruth. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Graham. *The second Sophistic. A cultural phenomenon in the Roman Empire*. London/New York: Routledge, 1993.
- ANDURAND, Anthony ; BONNET, Corinne. Les coutumes et les lois des nations barbares. In : MELA, Charles ; AUFRÈRE, Sidney et al. *Alexandrie la Divine*. 2 v. Paris : La Baconnière, 2014, p. 109-141.
- ARAÚJO, Luís Manuel. *Mitos e Lendas do Antigo Egito*. Lisboa: Clássica Editora, 2018.
- ARAÚJO, Sônia Regina Rebel; ROSA, Claudia Beltrão; JOLY, Fabio Duarte (orgs.) *Intelectuais, poder e política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.
- ARCE, Javier. *Funus imperatorum: Los funerales de los emperadores romanos*. Madrid: Alianza, 1990.

- ARFUCH, Leonor. *O Espaço Biográfico – dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2010.
- ASHTON, Sally-Ann. *Ptolemaic Royal Sculpture from Egypt: the Greek and Egyptian Traditions and their Interaction*. London: King's College London, 1999.
- ASHTON, Sally-Ann. Identifying the Egyptian-style Ptolemaic queens. In: WALKER, Susan; HIGGS, Peter. *Cleopatra of Egypt – From History to Myth*. London: British Museum Press, 2001, p. 148-155.
- ASHTON, Sally-Ann. *The Last Queens of Egypt: Cleopatra's Royal House*. New Jersey: Upper Saddle River, 2003.
- ASHTON, Sally-Ann. *Cleopatra and Egypt*. Malden/Oxford/Victoria: Blackwell Publishing, 2008.
- ASSAYAG, Jackie. Este e Oeste: Orientalismo, guerra e a contemporaneidade colonial. In: *Revista Etnográfica*, v. 11, nº 1. Lisboa, 05/2007, p. 253-269.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- ASSMANN, Jan. *Egipto – Historia de un sentido*. Madrid: Abada Editores, 2005.
- ASSMANN, Jan. *Cultural Memory and Early Civilization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- ASTIN, Alan Edgar; WALBANK, Frank William. (orgs.) Rome and the Mediterranean to 133 B.C. In: *The Cambridge Ancient History*. v. VIII. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- AUFRÈRE, Sidney Hervé ; MORI, Frédéric. *Alexandria la Divine – les sagesses barbares – échange et réappropriation dans l'espace culturel gréco-romain*. Genève : La Baconnière, 2016.
- AUFRÈRE, Sidney Hervé ; MICHEL, Anaïs (orgs.) *Cléopâtre en abyme – aux frontières de la mythistoire et de la littérature*. Paris : Harmattan, 2018.
- AULOTTE, Robert. *Amyot et Plutarque – la tradition des Moralia au XVI siècle*. Paris, 1965.
- AUMAÎTRE, Héloïse. Cléopâtre VII Théa et l'Orient antonien : les émissions monétaires au portrait de la dernière souveraine Lagide. In : AUFRÈRE, Sydney Hervé ; MICHEL, Anaïs. *Cléopâtre en abyme – aux frontières de la mythistoire et de la littérature*. Paris. L'Harmattan, 2018, p. 217-242.
- AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino. *O adultério, a política imperial e as relações de gênero em Roma*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2017.
- BABUT, Daniel. Histoire et réflexion moral dans l'œuvre de Plutarque. In : *Revue des Études Grecques*. v. 88, Jan.1975, p. 206-209.
- BABUT, Daniel. La part du rationalisme dans la religion de Plutarque : l'exemple du 'De genio Socratis'. In : MARCOVICH, Miroslav. (org.) *Illinois Classical Studies*. nº XIII, v. 2. Lyon : Maison de l'Orient et de la Méditerranée Jean Pouilloux. 1998, p. 383-408.
- BADI, Amir Mehdi. *Les Grecs et les Barbares*. Paris : Paul Geuthner, 1990.

- BAGNALL, Roger Schaller. Greeks and Egyptians: ethnicity, status and culture. In: BIACHI, Robert Steven. (org.) *Cleopatra's Egypt. Age of the Ptolemies*. New York: The Brooklyn Museum, 1988, p. 21-27.
- BAGNALL, Roger Schaller. *Egypt in Late Antiquity*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- BAGNALL, Roger Schaller. *Hellenistic and Roman Egypt: Sources and Approaches*. Hampshire: Ashgate Variorum, 2006.
- BAGNALL, Roger Schaller; CRIBIORE, Raffaella. *Women's Letters from Ancient Egypt: 300 BC-AD 800*. Michigan: Michigan University Press, 2006.
- BAGNALL, Roger Schaller; DEROW, Peter. *Greek Historical Documents: The Hellenistic Period*. Chico, California: Scholars Press, 1981.
- BAGNALL, Roger Schaller; FRIER, Bruce. (orgs.) *The demography of Roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BAGNALL, Roger Schaller; RATHBONE, Dominic. (orgs.) *Egypt from Alexander to the Copts – an Archaeological and Historical Guide*. Los Angeles: Getty Publications, 2004.
- BAILY, Auguste. *A vida de Cleópatra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1973.
- BAINES, John. *O mundo egípcio: Deuses, templos e faraós*. Madri: Edições Del Prado, v. 1, 1996.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética - A Teoria do Romance*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Fatos e mitos do Antigo Egito*. Porto Alegre: EDIPUC, 2001.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Egiptomania no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul*. Phoínix, Rio de Janeiro, v. 8. 2002, p. 403-405.
- BAKOS, Margaret Marchiori. O Egito antigo na fronteira entre a ciência e a imaginação. In: *Anais do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos – Fronteiras e etnicidade no mundo antigo*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária, 2003a.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Corpo e Egiptomania*. Phoinix (UFRJ), v. 9. 2003b. p. 210-226.
- BAKOS, Margaret Marchiori. Eu Faraó. E você? In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.) *Política e identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 15-37.
- BAKOS, Margaret Marchiori; BALTHAZAR, Gregory da Silva. Encontro de tempos: a Rainha Cleópatra no limiar da Ciência e da Imaginação. *Revista Historiador Especial*. nº 01. Ano 03, julho de 2010.
- BALL, Warwick. *Rome in the East: the transformation of an empire*. London: Routledge, 2002.
- BALLESTEROS, Alberto Montoro. Notas sobre el imperialismo romano. In: *Persona y Derecho*. DADUN – Depósito Académico Digital Universidad de Navarra. nº 26.1992.

p. 265-277. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10171/12778>. Acessado em 25 de fevereiro de 2019.

BALLET, Pascal. *La vie quotidienne à Alexandrie – 331-20 a.C.* Paris : Hachette Littérature, 1999.

BALSDON, John Percy Vyvian Dacre. (org.) *Los Romanos*. Madrid: Editorial Gredos. 1987.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. *Cleópatra, poder e sedução: a imagem através do tempo.* (Monografia de Bacharelado). Porto Alegre: PUCRS, 2009.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. Plutarco e a Romanização da Grécia: perspectivas historiográficas. In: *Revista Mundo antigo*. Ano I, v. 01, nº 02, Dez. 2012, p. 113-130.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. *A(s) Cleópatra(s) de Plutarco: as múltiplas faces da última monarca do Antigo Egito nas Vidas Paralelas.* (Dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos; SANT'ANNA, Henrique Modanez. (orgs.) *História Antiga: estudos, revisões e diálogos*. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

BARKER, Ernest. The Roman conception of Empire. In: BAILEY, Cyril. *The legacy of Rome*. Oxford: Clarenton Press, 1923, p. 45-90.

BARON, Beth. *Egypt as a woman – nationalism, gender and politics*. California: University of California Press, 2005.

BARRET, John. Romanization: a critical comment. In: MATTINGLY, Daniel; ALCOCK, Susan; BARRET, John; FREEMAN, Pamela. (orgs.) *Dialogues in Roman Imperialism – power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire. Journal of Roman Archaeology (JRA)*. Supplementary Series nº 23. Portsmouth: Rhode Island. 1997, p. 51-66.

BARROW, Reginald Haynes. *Plutarch and his Times*. Bloomington/London: Indiana University Press, 1965.

BARTIMAN, Elizabeth. *Portraits of Livia – Imaging the Imperial Woman in Augustan Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BATTISTINI, Olivier. *Pour saluer Plutarque*. Porto-Vecchio : Editons Clémentine, 2013.

BECK, Mark. *A companion to Plutarch*. Pondicherry: Ed. Blackwell, 2014.

BELL, Idris Harold. *Cult and Greeks in Graeco-Roman Egypt*. Liverpool: University Press, 1957.

BÉNABOU, Marcel. *La résistance africaine à la romanisation*. Paris : François Maspero, 1976.

BÉNABOU, Marcel. Les Romains ont-ils conquis l'Afrique ? In : *Annales ESC – Économies, Sociétés, Civilisations*. 33 année. nº 1. 1978, p. 83-88.

BENOIST-MÉCHIN, Jacques. *Cleópatra – 69-30 antes de Cristo*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1983.

BENOIST-MÉCHIN, Jacques. *Cleópâtre ou le rêve évanoui*. Paris : Editions Perrin, 2007.

- BERKHOUT, N. H. *Cleopatra VIII Selene: Last of the Ptolemaic Queens*. In: *The Classical and Medieval Numismatic Society Journal*. v. 1. n° 2. 2000, p. 29-39.
- BERNAL, Martin. *Black Athena – The afroasiatic roots of Classic Civilization*. Rutgers: New Brunswick, 1987.
- BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. (org.) *Repensando o mundo antigo*. Coleção Textos didáticos n° 46, IFCH/UNICAMP. 2003, p. 9-27.
- BERNAND, André. *Alexandrie des Ptolémées*. Paris : CNRS, 1995.
- BERNAND, André. *Alexandrie la Grande*. Paris : Hachette, 1996.
- BERNÁTH, Désiré de. *Cléopâtre – sa vie, son règne*. Paris : Félix Alcan Éditeur.1903.
- BEVAN, Edwyn Robert. *Histoire des Lagides – 323-30 av. J.-C.*. Paris : Payot, 1934.
- BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BHABHA, Homi. O entrelugar das culturas. In: BHABHA, Homi. *O bazar global e o clube dos cavaleiros ingleses*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BIANCHI, Robert. Ptolemaic Egypt and Rome: Na overview. In: BIANCHI, Robert; FAZZINI, Richard; QUAGEBEUR, Jan. *Cleopatra's Egypt – Age of Ptolemies*. Brooklyn: The Brooklyn Museum, 1988, p. 13-20.
- BIANCHI, Robert. Cleopatra VII. In: REDFORT, Donald. (org.) *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 273-274.
- BINGEN, Jean. *Hellenistic Egypt – Monarchy, Society, Economy, Culture*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- BLAZE DE BURY, Henri. *Les femmes et la société au temps d'Auguste : Cléopâtre, Livie, la fille d'Auguste*. Paris : Hachette, 2012.
- BLOCH, Raymond; COUSIN, Jean. *Roma e seu destino*. Lisboa: Editora Cosmos, 1967.
- BOAZZI, Mauro; HELMIG, Christoph. *Platonic Stoicism, Stoic Platonism – The Dialogue Between Platonism and Stoicism in Antiquity*. Louvain: Leuven University Press, 2007.
- BORG, Barbara. (org.) *Paideia – The World of The Second Sophistic*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2004.
- BORON, Atilio. Alberto. *Empire & Imperialism: A Critical Reading of Michael Hardt ad Antonio Negri*. London: Zed, 2005.
- BOUCHÉ-Leclerq, Auguste. *Histoires des Lagides*. Tomes 1 à 4. Paris : Ernest Leroux, 1903-1907.
- BOUCHET, René. *Cléopâtre, Reine d'Égypte*. Paris : Editions Transatlantique, 2001.
- BOULOGNE, Jacques. Les sens de 'Questions romaines' de Plutarque. In : *Revue des Études Grecques*. v. 10, n° 477, 1987. p. 471-476.
- BOULOGNE, Jacques. *Plutarque, un aristocrate grec sous l'occupation romaine*. Lille : Presse de l'Université de Lille, 1994.
- BOULOGNE, Jacques. *Les systèmes mythologiques*. Paris : Septentrion, 1997.
- BOULOGNE, Jacques. *Plutarque dans le miroir d'Épicure : analyse d'une critique de l'épicurisme*. Paris: Septentrion, 2003.

- BOULOGNE, Jacques ; SYS, Jacques. (orgs.) *Le barbare, le Primitif, le Sauvage*. In : *Études inter-ethniques*. n° 10. Lille : Université de Lille, S.E.R.E.S.E., 1995.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2011b.
- BOWERSOCK, Glen Warren. Plutarch. In: *The Cambridge History of Literature*. v. I, 1985, p. 665-669.
- BOWERSOCK, Glen Warren. The Barbarism of Greeks. In: *Harvard Studies in Classical Philology*. v. 97, 1995, p. 3-14.
- BOWMAN, Alan Keir. *Egypt after the Pharaohs 332 B.C.-A.D. 642: from Alexander to the Arab Conquest*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- BOWMAN, Alan Keir. Urbanization in Roman Egypt. In: *Journal of Roman Archaeology*. n° 38. Romanization and the City. Creation, Transformations, and Failures. Ed. Elizabeth Fentress. Portsmouth, Rhode Island, 2000, p. 173-187.
- BOWMAN, Alan Keir; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew William. (orgs.) The Augustan Empire, 43 B.C. – A.D. 69. In: *The Cambridge Ancient History*. v. 10. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- BOWMAN, Alan Keir; RATHBONE, Dominic. Cities and Administration in Roman Egypt. In: *Journal of Roman Studies*. London, v. 82, 1992, p. 107-127.
- BOWMAN, Alan Keir; WOOLF, Greg. *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- BOYS-STONES, Georges; GRAZIOSI, Barbara; VASUNIA, Phiroze. (orgs.) *The Oxford handbook of Hellenic studies*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- BRADFORD, Ernle. *Cleópatra*. Rio de Janeiro: Editora Prestígio, 2002.
- BRANCAGLION, Antônio. *O banquete funerário no Egito Antigo – Tebas e Saqqara: tumbas privadas do Novo Império (1570-1293 a.C.)*. Tese de Doutorado: São Paulo: USP, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1988.
- BREMER, Jan Maarten. Plutarch and the ‘Liberation of Greece’. In: DE BLOIS, Lukas.; BONS, Jeroen; KESSELS, Ton; SCHENKEVELD, Dirk. (orgs.) *The Statesman in Plutarch’s Works*. v. II: The Statesman in Plutarch’s Greek and Roman Lives, Proceedings of the Sixth International Conferences of International Plutarch Society. *Mnemosyne*, Supplementum 250. 2005, p. 245-256.
- BRENK, Frederick Eugene. Antony-Osiris, Cleopatra-Ísis: the end of Plutarch’s Antony. In: STADTER, Philip. (org.) *Plutarch and the historical tradition*. London/New York: Routledge. 1992, p. 159-182.
- BRICAULT, Laurent. Sarapis et Isis, sauveur de Ptolémée IV à Raphia. In : *CdE* n° 75, fasc. 148, 1999, p. 334-343.

- BRICAULT, Laurent. *Les cultes isiaques dans le monde gréco-romaine*. Paris : Les Belles Lettres, 2013.
- BRICAULT, Laurent; VERSLUYS, Miguel John. (orgs.) *Ísis on the Nile – Egyptian Gods in Hellenistic and Roman Egypt*. – Proceedings of the IV International Conference of Ísis Studies, Liège. Nov. 27-29, 2008. v. 171. Leiden/Boston: Brill, 2010.
- BRISSON, Jean-Paul. Rome et l'âge d'or – Dionysos ou Saturne ? In. *MEFRA*. n° 100/02, 1988, p. 917-982.
- BROADBENT, Valerie. *Augustus, Egypt, and Propaganda*. Doctoral Thesis. Ontario: University of Waterloo, 2012.
- BRONCAGLINON, Antônio Junior; CHAPOT, Gisela. (orgs.) *Semna – Estudos de Egíptologia IV*. Rio de Janeiro: Editora Kliné, 2017.
- BROOKS, Polly Schoyer. *Cleopatra – Goddess of Egypt, Enemy of Rome*. New York: Harper Collins, 1995.
- BROWN, Pat. *The Murder of Cleopatra*. Prometheus Books, 1994.
- BUDGE, Wallis. *O Livro Egípcio dos Mortos*. São Paulo: Editora Pensamentos, 1985.
- BUISSON, Jean-Christophe ; SÉVILLIA, Jean. (orgs.). *Les derniers jours des reines – de Cléopâtre à Maie Antoinette*. Paris : Perrin, 2015.
- BULFINCH, Thomas. *O livro de Ouro da Mitologia – História de deuses e heróis*. São Paulo: Ediouro, 2001.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. In: *Estudos Históricos*, n° 19, 1997, p. 1-14.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. São Paulo: Edusc, 2004.
- BURKE, Peter. *O historiador como colonista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BURNS, Thomas. *Rome and the barbarians – 100 B.C.-A.D.400*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2003.
- BURSTEIN, Stanley. *The Reign of Cleopatra*. Oklahoma: Oklahoma University Press, 2004.
- CALATAY, François de. *Cléopâtre, usages et mésusages de son image*. Namur : Académie Royale de Belgique : 2015.
- CÂMARA, Matheus Breno Pinto. *A vida para além da morte: o mundo dos mortos na narrativa do Canto VI da Eneida*. Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2019.
- CAMOUS, Thierry. *Orients/Occidents : vingt-cinq siècles de guerres*. Paris : PUF, 2007.
- CANDAU, José María Morón. Un mentor limpio de pasiones. El filósofo y la actuación política según el De Genio Socratis. In: CARDÓ, Pilar Gómez; LEÃO, Delfim; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.) *Plutarco entre mundos – visões de Esparta, Atena e Roma*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Annablume, 2014, p. 103-118.
- CANFORA, Luciano. *La Bibliothèque d'Alexandrie et l'histoire des textes*. Liège : Presses de l'Université de Liège, 2004.
- CANTARELLA, Eva. *La calamidad ambigua*. Condición e imagen de la mujer en la antigüedad griega y romana. Madrid: Ediciones Clásicas, 1991.

- CAPEL, Anne; MARKOE, Glenn. (orgs.). *Mistress of the house, mistress of the heaven: Women in Ancient Egypt*. New York-Cincinnati: Hudson Hills Press - Cincinnati Art Museum, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política - o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: Ciro Flamarion Santana; MALERBA, Jurandir. *Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000, 227-249.
- CARANDINI, Andrea. *Rome: Day One*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- CARCOPINO, Jérôme. *La vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'Empire*. Paris : Hachette, 1939.
- CARCOPINO, Jérôme. *Las etapas del imperialismo romano*. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- CARDÓ, Pilar Gómez; LEÃO, Delfim; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.) *Plutarco entre mundos – visões de Esparta, Atena e Roma*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2014.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *O Egito Antigo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; MALERBA, Jurandir. *Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000, 9-29.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Etnia, nação e Antiguidade: um debate. Fronteiras e etnicidade no Mundo Antigo. In: *Anais do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos*. Pelotas, 2003, p. 87-105.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Artes e ofícios no Antigo Egito. In: LESSA, Fábio de Souza.; SILVA, Andreia Cristina Lopes Frazão. (orgs.) *História e Trabalho: entre Artes & Ofícios*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 19-32.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARCOPINO, Jérôme. *Ponts de vue sur l'impérialisme romain*. Paris : Le Divin, 1934.
- CARCOPINO, Jérôme. *Passion et politique chez les Césars*. Paris : Hachette, 1958.
- CARRIÈRE, Jean-Claude. À propos de la Politique de Plutarque. In : *Dialogues d'histoire ancienne*. v. 3, 1977, p. 237-251.
- CARTER, John. *The Battle of Actium*. New York: Weybright & Talley, 1970.
- CARVALHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Ângela. *Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.
- CARVALHO, Margarida Maria. Prefácio. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.) *Política e identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 9-13.
- CASSIN, Barbara; LORAUX, Nicole; PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, bárbaros e estrangeiros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

- CASTEL, Elisa. *Gran Diccionario de Mitología Egipcia*. Madrid: Aldebarán, 2001.
- CASTORIO, Jean-Noel. *Messaline, la putain impériale*. Paris : Perrin, 2014.
- CATANI, Afrânio Mendes. *O que é imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CAUCANAS, Sylvie ; CAZALS, Rémy ; PAYEN, Pascal. (orgs.) *Retrouver, imaginer, utiliser l'Antiquité*. Actes du Colloque international à Carcassonne. Toulouse : Editions Privat. 2001.
- CAVICCHIOLI, Marina Regis. A formação de Pompéia Antiga: Identidade, Pluralidade e Multiplicidade. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.) *Política e identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 59-72.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. São Paulo: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. v.1. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1978.
- CHAMOUX, François. *La Civilisation Hellénistique*. Paris : Arthaud, 1985.
- CHAMPION, Craig Brian. *Roman imperialism. Readings and sources*. London: Blackwell, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. Prefácio. In: MELLO, Renato. *Análise do Discurso & Literatura*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: a História entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *O que é um Autor? Revisão de uma genealogia*. São Carlos: EdUFSCar, 2012.
- CHAUVEAU, Michel. *L'Égypte au temps de Cléopâtre – 180-30 av. J. –C*. Paris : Hachette, 1997.
- CHAUVEAU, Michel. *A vida quotidiana do Egito no tempo de Cleópatra (180 – 30 a.C.)*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.
- CHAUVEAU, Michel. *Cleopatra: beyond the myth*. Ithaca/London: Cornell University Press, 2002.
- CHAUVEAU, Michel. *Cleópatra: para além do mito*. Lisboa: Editora Publicações Europa-América, 2003.
- CIZEK, Eugen. *Structures et Idéologie dans 'Les Vies de Douze Césars', de Suétone*. Paris. Belles Lettres, 1977.
- CIZEK, Eugen. *Histoire et historiens à Rome dans l'Antiquité*. Lyon ; Presses Universitaires de Lyon, 1995.
- CLAVEL-LÉVÈQUE, Monique. Impérialisme, développement et transition : pluralité des voies et universalisme dans le monde impérial romain. In : *La Persée*. n° 196. Paris : Ed. Sociales. 1977, p. 10-27.

- CLAVEL-LÉVÈQUE, Monique ; LÉVÈQUE, Pierre. Impérialisme et Sémiologie : l'espace urbain à Glanum. In : *MEFRA - Mélanges de l'École Française de Rome*. Rome : École Française de Rome. Tome 94. n° 2. 1982, p. 675-698.
- CLIMACO, Joana Campos. *A Alexandria dos Antigos: entre a polêmica e o encantamento*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2013.
- CLIMACO, Joana Campos. *Cultura e poder na Alexandria Romana*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2007.
- CLIMACO, Joana Campos. A representação dos reis Ptolomeus do Egito segundo a tradição clássica. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011, p. 1-18.
- COHEN, Robert. *La Grèce et l'hellénisation du Monde Antique*. Paris : Presses Universitaires de France, 1948.
- COLAS, Martin. *Cléopâtre, la vie, la légende*. Paris : Larousse, 2001.
- COLE, Thomas. *The Origins of Rhetoric in Ancient Greece*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.
- CORASSIN, Maria Luiza. Comentário sobre as *Res Gestae Divi Augusti*. In. *Revista História*. n° 151. São Paulo, 2004, p. 181-199.
- CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e política na Roma Antiga*. São Paulo: Atual, 2002.
- CORRÊA, Alexandre Augusto de Castro. *O estoicismo no direito romano*. Dissertação de Livre Docência. São Paulo: USP, 1950.
- COSTA, Andityas Soares de Moura. *O estoicismo imperial como momento da ideia de justiça: universalismo, liberdade e igualdade em Roma*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- COUSIN, Jean. *O Império Romano*. Lisboa/Rio de Janeiro: Edição Cosmos, 1964.
- COUSIN, Jean. *A República Romana*. v. 2. Lisboa/Rio de Janeiro: Edição Cosmos, 1964.
- CRIBIORE, Raffaella. *Gymnastics of the mind – Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt*. Oxford: Princeton University Press, 2005.
- CROZALS, Jacques. *Plutarque*. Paris : Lecène et Oudin, 1889.
- CROZALS, Jacques. *Les Grecs illustres*. Paris : Lecène et Oudin, 1892.
- CUMON, Franz. *Les religions orientales dans le paganisme romains*. Paris : Geuthner, 1965.
- CUNLIFFE, Barry Windsor. *Greeks, Romans and Barbarians, spheres of interaction*. London/Methuen: Batsford, 1988.
- CURL, James Stevens. *A Celebration of Death*. London: Constable, 1980.
- DAUGE, Yves Albert. *Le Barbare : recherches sur la conception romaine de la barbarie et de la civilisation*. Collection Latomus. n° 176. Bruxelles : 1981.
- DAVID, Rosalie. *Religião e Magia no Antigo Egito*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2011.
- DE BLOIS, Lukas. Political Concepts in Plutarch's Dion and Timoleon. In: *Ancient Society*. v. 28, 1997, p. 209-224.

- DE CALLATY, François. *Cléopâtre, usages et mésusages de son image*. Liège : Académie Royale de Belgique, 2015.
- DE SANCTIS, Gianluca. *La religione a Roma*. Roma: Carocci Editore, 2012.
- DEL CASTILLO, Arcadio. *La emancipación de la mujer romana en el siglo I d.C.*. Granada: Colección monográfica, 1976.
- DELGADO, José Antonio Fernández; PARDO, Francisca Pordomingo. (orgs.) *Estudios sobre Plutarco: aspectos formales – Actas del IV Simposio Español sobre Plutarco*. Salamanca (1994). Madrid. Ediciones Clásicas, 1996.
- DELLA MONICA, Madeleine. *Les derniers pharaons – les temples ptolémaïques : les turbulents Ptolémées, d'Alexandre le Grand à Cléopâtre la Grande*. Paris : Maisonneuve & Larose, 1997.
- DELORME, Jean. *Le Monde hellénistique, événements et institutions*. Paris : S.E.D.E.S., 1975.
- DEREMETZ, Alain. Plutarque : histoire de l'origine et genèse du récit. In : *Revue des Études Grecques*. v. 103, 1990, p. 54-78.
- DESGENETTES, René-Nicolas Dufriche. *Études sur le genre de mort des hommes illustres de Plutarque et des empereurs romains*. Paris : Firmin Didot Frères, 1833.
- DESIDERI, Paolo. La romanizzazione dell'Impero. In: CLEMENTE, Guido; COARELI, Filippo; GABBA, Emilio. (orgs.) *Storia di Roma II*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1991, p. 577-627.
- DESIDERI, Paolo. La formazione delle copie nelle 'Vite' plutarchee. In: *ANRW*, Band 336. 1992, p. 4470-4486.
- DESPLANCQUES, Sophie. *L'Égypte ancienne*. Collection Que sais-je ? Paris : Presses Universitaires de France - PUF, 2010.
- DESPREZ, Adrien. *Les Grandes souveraines*. Paris : Jouvet & Cie, 1885.
- DETIENNE, Marcel. *Comparative Anthropology of Ancient Greece*. Washington: Harvard University Press, 2009.
- DIAS, Paula Barata. Plutarco e os autores cristãos da Antiguidade Tardo Medieval – limites e possibilidades de uma recepção. In: FERREIRA, José Ribeiro; LEÃO, Delfim Ferreira. *Os fragmentos de Plutarco e a recepção de sua obra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003, p. 157-177.
- DMITRIEV, Sviatoslav. (Re-)constructing the Roman Empire: from 'imperialism' to 'post-colonialism'. An historical approach to history and historiography. In: *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, serie 5, 1/1, 2009.
- DOLBERTEIN, Arnaldo. Walter. *O Egito Antigo*. Porto Alegre: EdPucRs, 2010.
- DOMINIK, William; HALL, John. *A Companion to Roman Rhetoric*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.
- DONADONI, Sérgio. (org.) *O homem egípcio*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- DONADONI, Sergio; CURTO, Silvio; DONADONI ROVERI, Anna Maria. *L'Egitto dal mito all'Egitologia*. Milano: Fabbri Editori, 1990.
- DOSSE, François. *O Desafio Biográfico - escrever uma Vida*. São Paulo: EDUSP, 2009.

- DUBUISSON, Michel. Barbares et barbarie dans le Monde Gréco-Romain – du concept au slogan. In : *L'Antiquité Classique*. n° 70, 2001, p. 01-16.
- DUBY, Georges. Un nominaliste bien tempéré. In : DUBY, Georges ; LARDEAU, Guy. *Dialogues*. Paris : Flammarion, 1980, p. 37-66.
- DUFF, Tim. *Plutarch's Lives: Exploring Virtue and Vice*. Oxford: Clarendon Press, 1999.
- DUSSEL, Enrique. *El Humanismo Helénico*. Buenos Aires: Eudeba, 1975.
- DUYRAT, Frédérique ; PICARD, Olivier. (orgs.) *L'Exception égyptienne ? Production et échanges monétaires en Egypte hellénistique et romaine*. Caire : Institut Français d'Archéologie du Caire, 2005.
- EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 18. n° 53, out. 2003, p. 5-18.
- EDWARD, Catharine; WOOLF, Greg. (orgs.) *Rome the Cosmopolis*. New York: Cambridge University Press. 2003.
- ELLIS, Walter. *Ptolemy of Egypt*. London/New York: Routledge, 1994.
- EMPEREUR, Jean-Yves. *Alexandria Rediscovered*. London: Hardcover, 1998.
- EMPEREUR, Jean-Yves. *Alexandria: Past, Present and Future*. London: Thames & Hudon Ltd., 2002.
- ENGEL, Jean-Marie; PALANQUE, Jean-Rémy. *O Império Romano*. São Paulo: Atlas, 1978.
- ERMAN, Adolf. ; RANKE, Hermann. *La civilisation Égyptienne*. Paris : Payot, 1952.
- ERKER, Darja Sterbenc. Gender and roman funeral ritual. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet. (orgs.) *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011. p. 40-60.
- ERSKINE, Andrew. Hellenistic Monarchy and Roman Political Invective. In: *The Classical Quarterly*. Cambridge, 1991, p. 106-120.
- ERSKINE, Andrew. Culture and Power in Ptolemaic Egypt – The Museum and Library of Alexandria. In: *Greece and Rome*. v. 42, 1995, p. 42-48.
- ERSKINE, Andrew. Life after Death: Alexandria and the Body of Alexandre. In: *Greece and Rome*. v. 49, 2002, p. 163-179.
- ERSKINE, Andrew. *Roman Imperialism*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.
- EVANS, James Allan. *Hellenistic Age – From Alexander to Cleopatra*. Greenwood, 2008.
- FANON, Franz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- FAU, Guy. *L'émancipation féminine dans la Rome antique*. Paris : Les Belles Lettres, 1978.
- FERREIRA, José Ribeiro. (org.) *Actas do Congresso Plutarco Educador da Europa*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.
- FERREIRA, José Ribeiro; LEÃO, Delfim Ferreira. (orgs.) *Os fragmentos de Plutarco e a recepção da sua obra*. Coimbra: 2003.
- FERVAL, Claude. *La vie et la mort de Cléopâtre*. Paris : Ed. Arthème Fayard, 1922.

- FEVRE, Francis. *Ptolémée, le Pharaon d'Alexandrie*. Paris : Succès du livre, 1998.
- FIALHO, Maria do Céu. *Rituais de Cidadania na Grécia Antiga*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- FICHER, Robert Alexander. *Fulvia und Octavia – Die beiden Ehefrauen des Marcus Antonius in den politischen Kämpfen der Umbruchszeit zwischen Republik und Principat*. Berlin: Logos Berlin, 1999.
- FILHO, Viana Luís. *A verdade na biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.
- FINLEY, Moses. Empire in the Greco-Roman world. In: *Review*. nº 2. 1. Beverly Hills: Sage Publications. 1978, p. 55-68.
- FINLEY, Moses. *Os gregos antigos*. Coleção *Lugar da História*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- FINLEY, Moses. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989a.
- FINLEY, Moses. *Uso e Abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989b.
- FINLEY, Moses. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FINLEY, Moses. *Política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- FINLEY, Moses. *O legado da Grécia*. Brasília: EDUnB, 1998.
- FINNERAN, Nial. *Alexandria: A City and Myth*. Stroud, UK: Tempus Publishing, 2005.
- FISCHER-BOVET, Christelle. *Army and Society in Ptolemaic Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- FISCHLER, Susan. Social Stereotypes and Historical Analysis: the case of the imperial women at Rome. In: ARCHER, Leonie.; FISCHLER, Susan; WYKE, Maria. (orgs.) *Women in Ancient Societies – An illusion of the Night*. New York: Routledge, 1994. p. 115-133.
- FLACELIÈRE, Robert. Sur quelques passages des *Vies* de Plutarque. In : *REG 61*, 1948, p. 67-102.
- FLACELIÈRE, Robert. Rome et ses empereurs vus par Plutarque. In : *L'Antiquité Classique*, XXXII, 1963, p. 28-47.
- FLACELIÈRE, Robert. *La Sagesse de Plutarque*. Paris : Presses Universitaires de France - PUF, 1964.
- FLAMMARION, Edith. *Cléopâtre : vie et mort d'un pharaon*. Paris : Gallimard, 1993.
- FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. *Nascer, Viver e Morrer na Grécia Antiga*. São Paulo: Atual, 1996.
- FOLEY, Helene Peet; KAMPEN, Nathalie Boymel; POMEROY, Sarah; SHAPIRO, H. A. *Women in the Classical World – Image and Text*. Oxford: Oxford University Press. 1995.
- FORTE, Bettie. *Rome and the Romans as the Greeks saw them*. American Academy in Rome. 1972.
- FOSS, Michael. *The Search for Cleopatra*. New York: Arcade Publishing, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2 – O uso dos prazeres*. Lisboa: Relógio D'Água, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro; Ed. Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOURNET, Jean-Luc. *Alexandrie : une communauté linguistique ? ou la question du grec alexandrin*. Paris : IFAO – Institut Français d'Archéologie Orientale. 2009.
- FRANCO, Isabelle. *Petit Dictionnaire de Mythologie Égyptienne*. Paris : Éditions Entente, 1993.
- FRANK, Tenney. *Roman Imperialism*. Kitchener: Batoche Books, 2003.
- FRANKFURTER, David. *Religion in Roman Egypt – Assimilation and Resistance*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- FRANZERO, Carlo Maria. *Cleopatra, su vida y su época*. Barcelona: Vergara Editorial, 1957.
- FRASER, Peter. *Ptolomaic Alexandria*. Oxford: Oxford University Press, 1972.
- FRAZIER, Françoise. A propos de la composition des couples dans les 'Vies Parallèles' de Plutarque. In : *RPh*. v. 61, 1987, p. 65-75.
- FRAZIER, Françoise. Remarques autour du vocabulaire du pouvoir personnel dans les Vies Parallèles de Plutarque. In : *Ktèma*. n° 18. Strasbourg : Presses Universitaires de Strasbourg, 1993, p. 49-66.
- FRAZIER, Françoise. Philosophie et religion dans la pensée de Plutarque. In : *Études platoniciennes*. n° 5. Paris : Société d'Études platoniciennes. 2008, p. 41-61.
- FRAZIER, Françoise. *Histoire et morale dans 'Les vies parallèles' de Plutarque*. Paris : Les Belles Lettres, 2016.
- FREEMAN, Philip. The study of the Roman period in Britain: a comment on Hingley. In: *Journal Archaeology Review*. 1993, p. 438-445.
- FROIDEFOND, Christian. *Le mirage égyptien dans la littérature grecque d'Homère à Aristote*. Aix-en-Provence : Ophrys, 1971.
- FROIDEFOND, Christian. Plutarque et le platonisme. In : *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt - ANRW*, v. II, 36.1, 1987, p. 184-233.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Cultura popular na Antiguidade clássica*. São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Roma – Vida pública e vida privada*. São Paulo: Editora Atual, 1994.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Cidadania, erudição e pesquisas sobre a Antiguidade Clássica no Brasil. In: *Boletim do CPA*. Campinas, n°3, 1997, p. 83-97.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Letras e coisas: ensaios sobre a cultura romana*. Campinas: Unicamp. Coleção Trajetória 6, 2002.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A vida cotidiana na Roma antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Fontes arqueológicas – o historiador e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezzi. (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Plutarco historiador. In: *Revista Calíope*, nº 16, 2007, p.155-157.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A diversidade de concepções sobre a morte e a magia: uma abordagem antropológica. In: BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. (org.) *Vida, morte e magia no mundo antigo*. Rio de Janeiro: NEA\UERJ. 2008, p. 68-74.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; BELEBONI, Renata Cardoso; GARRAFFONI, Renata Senna. *Repensando o mundo antigo: Jean-Pierre Vernant, Pedro Paulo Abreu Funari, Richard Hingley*. (Textos didáticos nº 47) Campinas: Unicamp, 2002.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; FEITOSA, Lourdes Conde; SILVA, Glaydson José. Amor, desejo e poder na Antiguidade – relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Unicamp, 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.) *Política e identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009.
- FUNARI, Raquel dos Santos. *Imagens do Egito Antigo – um estudo de representações históricas*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2004.
- GABBA, Emilio. *Aspetti culturali dell'imperialismo romano*. Firenze: Sansoni Editore Nuova, 1993.
- GARCIA, Gustavo Alberto Vivas. *Octavio contra Cleopatra – el papel de la mujer en la propaganda política del Triunvirato (44-30 a.C.)*. Madrid: Liceus, 2013.
- GARNSEY, Peter; SALLER, Richard *et al.* (orgs.) *The Roman empire – Economy, society, culture*. London: 1987.
- GARNSEY, Peter; WHITTAKER, Charles Richard. (orgs.) *Imperialism in the ancient world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- GARRAFFONI, Renata Senna. *Bandidos e salteadores: concepções da elite romana sobre a transgressão social*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1999.
- GARRAFFONI, Renata Senna. *Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.
- GARRAFFONI, Renata Senna; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PINTO, Renato. O estudo da Antiguidade no Brasil: as contribuições das discussões teóricas recentes. In: HINGLEY, Richard. *O Imperialismo Romano – novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 9-25.
- GASTINEAU, Benjamin. *Les Femmes des Césars*. Paris : Chez tous les libraires, 1863.
- GATEAU, Yasmina ; SCHWENTZEL, Christian-Georges. *L'Égypte Antique*. 2010.
- GAUDEFROY, Olivier. *Cléopâtre l'immortelle – de l'histoire à la légende*. Paris : Arlea, 2017.
- GEIGER, Joseph. Plutarch's Parallel Lives: The Choice of Heroes. In: *Hermes*, v. 109, 1981, p. 85-103.
- GEIGER, Joseph. The project of the parallel Lives. In: BECK, Mark. *A companion to Plutarch*. Pondicherry: Ed. Blackwell, 2014, p. 292-303.

- GENTILI, Bruno; CERRI, Giovanni. *History and Biography in Ancient Thought*. Amsterdam: Brill Academic Publishers, 1988.
- GERHARD, Herm. *Les Héritiers de l'Empire d'Alexandre*. Paris : Belfond, 1981.
- GÉZA, Alfody. *História Social de Roma*. Lisboa: [s.n], 1989.
- GIACOMO, Luiz Henrique Souza. *A 'restauração republicana' de Augusto – discurso romano, alteridade oriental e teatocracia política*. Dissertação em História Social. São Paulo: USP, 2015.
- GIANAKARIS, Constantine John. *Plutarch*. New York: Twayne, 1970.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais – Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GOFFART, Walter. *Barbarians and Romans – The Techniques of Accommodation*. New Jersey: Princeton University Press, 1980.
- GOLDHILL, Simon. *Who Needs Greek? – Contests in the Cultural History of Hellenism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *O fim do Império Romano*. Lisboa: A esfera dos livros, 2010.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *Antônio e Cleópatra*. Lisboa: A esfera dos livros, 2012.
- GOODY, Jack. A invenção da Antiguidade. In: GOODY, Jack. *O roubo da História: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 37-82.
- GOUDRIAAN, Koen. *Ethnicity in Ptolemaic Egypt*. Amsterdam: J. C. Gieben Publisher, 1988.
- GRALHA, Júlio Cesar Mendonça. *A legitimidade do poder no Egito Ptolomaico: cultura material e práticas mágico-religiosas*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.
- GRANT, Michael. *Cleopatra – A Biography*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1972.
- GREEN, Peter (org.) *Hellenistic History and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- GREVILLE, Henry. *Cléopâtre*. Paris : Librairie Plon, 1886.
- GRIFFITHS, John Gwyn. Allegory in Greece and Egypt. In: *The Journal of Egyptian Archaeology*. v. 53, dec. 1967, p. 79-102.
- GRIMAL, Nicolas. *História do Egito Antigo*. São Paulo: Forense Universitária, 1988.
- GRIMAL, Nicolas. La dynastie des Ptolémée et Cléopâtre. In : *Histoire Antique*. n° 1 (hors-série), 2003.
- GRIMAL, Nicolas. La fin des pharaons. In : *Les Cahiers de Science et Vie*. n° 99, 2007
- GRIMAL, Pierre. *Cicéron*. Paris : Fayard, 1986.
- GRIMAL, Pierre. *El Helenismo y el auge de Roma – El mundo mediterráneo en la Edad Antigua*, II. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1990.
- GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1993.

- GRIMAL, Pierre. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- GRIMAL, Pierre. *A alma Romana*. Lisboa: Editorial Teorema, 1999.
- GRIMAL, Pierre. *O amor em Roma*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- GRIMAL, Pierre. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, 2017.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: as formas da História Antiga. In: *Politeia*, v. 3. n° 1. Vitória da Conquista, 2003, p. 41-62.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Roma, o poder e a história. In: SILVA, Gilvan Ventura.; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel. (orgs.) *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006a. p. 281-294.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Plutarco e a Identidade Grega no Império. In: SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. In: *Plutarco historiador: análise das biografias espartanas*. São Paulo: Edusp, 2006b, p. 15-22.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Império e Imperialismo: realidades antigas e conceitos contemporâneos. In: CAMPOS, Adriana Pereira et al. (orgs.) *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor e Cultura, 2008. p. 1-202.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Império Romano e Identidade Grega. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA; Maria Aparecida de Oliveira. *Políticas e Identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 147-161.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um Ensaio. In: *Revista Mari Nostrum – Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*. v. 1, 2010. p. 113-127.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- GUERRAS, Maria Sonsoles. *Os povos bárbaros*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- GUERRIER, Olivier. (org.) *Plutarque : de l'âge classique au XIXe siècle – présences, interférences et dynamique*. Grenoble : Éditions Jérôme Million, 2012.
- GUIMET, Emile. *Plutarque et l'Égypte*. Paris : Nouvelle Revue, 1898.
- GURVAL, Robert Alan. *Actium and Augustus – The Politics and Emotions of Civil War*. Michigan: The University of Michigan Press, 1998.
- HAAS, Christopher. *Alexandria in Late Antiquity: topography and social conflict*. Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- HADAS-LEBEL, Mireille. *Flávio Josefo: o Judeu de Roma*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HALL, Edith. *Investing the barbarian. Greek self-definition through tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HALL, Jonathan Mark. *Ethnic identity in Greek Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 22, nº 2, jul./dez., 1997, p.17-46.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011a.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011b.
- HALLET, Judith. *Fathers and Daughters in Roman Society – Women and the Elite Family*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1984.
- HAMILTON, Edith. *A Mitologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.
- HAMMOND, Mason. Hellenistic Influences on the Structure of Augustus Principate. In: *Memoirs of the American Academy in Rome*. V. 17. 1940, p. 1-25.
- HARKER, Andrew. *Loyalty and Dissident in Roman Egypt – The case of the Acta Alesandrinorum*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- HARRIS, William Vernon. *War and imperialism in Republican Rome – 327-70 B.C.* Oxford: Oxford University Press, 1979.
- HARRIS, William Vernon. *Guerra e imperialismo en la Roma republicana (327-70 a.C.)* Madrid: Siglo XXI, 1989.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto – Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UnB, 2003.
- HARTOG, François. *Memória de Ulisses – Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HAVERFIELD, Francis. *The Romanization of Roman Britain*. Oxford: At the Clarendon Press. 1915.
- HAWASS, Zahi. Cleopatra: Queen of Magic. In: *Horus: The Inflight Magazine of Egypt*. Jan/Fab, 2006, p. 20-21.
- HAWASS, Zahi; GODDIO, Frank. (orgs.) *Cleopatra: The Search for the Last Queen of Egypt*. Washington: National Geographic Society, 2010.
- HEILPORN, Paul. Présence romaine en Égypte ptolémaïque. In : BARRANDON, Nathalie ; KIRBIHER, François. (orgs.) *Administrer les provinces de la République romaine*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2010.p. 108-110.
- HENTSCH, Thierry. *L'Orient imaginaire : la vision politique occidentale de l'Est méditerranéen*. Paris Les Editions de Minuit, 1988.
- HERING, Fábio Adriano. *Helenismo e Imperialismo: a imaginação histórica britânica e a construção moderna da Grécia Antiga*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2006.
- HERNÁNDEZ, Pablo Sánchez; GONZÁLEZ, Marta González. Introdução, tradução e notas de Vida de Antônio, de Plutarco. Madrid: Editora Gredos, 2009.
- HINGLEY, Richard. *Rural Settlement in Roman Britain*. London: 1989.
- HINGLEY, Richard. Past, present and future – the study of the Roman period in Britain. In: *Scottish Archaeological Review*, nº 8, 1991, p. 90-101.

- HINGLEY, Richard. Attitudes to Roman imperialism. In: *TRAC - Theoretical Roman Archaeology Journal*. 1993, p. 23-27.
- HINGLEY, Richard. Britannia, origin myths and the British Empire. In: COTTAN, Sally Dungworth; D, Scott, S; Taylor J. (orgs.) *TRAC 94: Proceedings of the fourth annual Theoretical Roman Archaeology Conference*. Oxford, 1995a, p. 11-23.
- HINGLEY, Richard. Forhcoming 'Resistance, co-operation and coercion: the native viewpoint. In: MATHINGLY, David. (org.) *Dialogues in Roman Imperialism*. Journal of Roman Archaeology, 1995b.
- HINGLEY, Richard. The 'Legacy' of Rome: The Rise, Decline, and Fall of the Theory of Romanization. In: *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archaeological Studies of the University of Leicester, 1996, p. 35-48.
- HINGLEY, Richard. Resistance and domination: social change in Roman Britain. In: *Journal of Roman Studies (JRA)*. Supplementary series n° 23, 1997, p. 81-102.
- HINGLEY, Richard. *Roman Officers and English Gentlemen – The imperial origins of Roman archaeology*. London/New York: Routledge, 2000.
- HINGLEY, Richard. Images of Rome: Perceptions of Ancient Rome in Europe and the United States of America in the Modern Age. In: *Journal of Roma Archaeology. Supplementary Series*. n° 44, 2001.
- HINGLEY, Richard. Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. (org.) *Repensando o Mundo Antigo*. Campinas: IFCH-UNICAMP, Coleção Textos Didáticos, n° 47, março de 2002, p. 27-62.
- HINGLEY, Richard. Recreating coherence without reinventing Romanization. In: *Digressus Supplement*. v. 1, 2003, p. 111-119.
- HINGLEY, Richard. *Globalizing Roman Culture – Unity, Diversity and Empire*. London /New York: Routledge, 2005.
- HINGLEY, Richard. No so Romanized? Tradition, reinvention or discovery in the study of Roman Britain. In: *World Archaeology*. v. 40: 3, 2008, p. 427-443.
- HINGLEY, Richard. *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- HINGLEY, Richard. Globalization and the Roman empire: the genealogy of 'Empire'. In: *SEMATA – Ciências Sociais e Humanidade*. v. 23. 2011, p. 99-113.
- HINGLEY, Richard. Romanization. In: SMITH, Claire. (org.) *Encyclopedia of Global Archaeology*. Springer, 2014. p. 6373-6380.
- HINGLEY, Richard. Introduction: Imperial Limits and the crossing of frontiers. In: SÁNCHEZ GONZÁLEZ, S.; GUGLIELMI, A. *Roman and Barbarians beyond the Frontiers: Archaeology, ideology and Identities in the North*. Oxford: Oxbow Books 1, 2017, p. 1-7.
- HIPOLITO, Marcelo. *Osíris – Deus do Egito*. São Paulo; Marco Zero, 2009.
- HIRST, Anthony; SILK, Michael (orgs.) *Alexandria, Real and Imagined*. Aldershot: Ashgate Publishing Ltd., 2004.
- HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

- HÖLBL, Gunther. *A History of the Ptolemaic Empire*. New York: Routledge, 2001.
- HOUBLER, Dorothy; HOUBLER, Tomas. *Cleópatra*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- HOOBS, Bell. *Feminist Theory: from Margin to Center*. Boston/Brooklyn: South & Press, 1984.
- HOPE, Valerie Munoz. *Death in Ancient Rome*. London/New York: Routledge, 2007.
- HOPKINS, Keith. La romanización: asimilación, cambio y resistencia. In: BLÁZQUEZ, José María; ALVAR, Jaime. (orgs.) *La Romanización en Occidente*. Madrid: Actas Editorial, 1996, p. 15-44.
- HOUSSAYE, Henry. *Aspasie, Cléopâtre, Théodora*. Paris : Éditeur Calmann Lévy, 1890.
- HOYOS, Dexter. (org.) *A Companion to Roman Imperialism*. Leiden/Boston: Brill, 2013.
- HUBBARD, Thomas. (org.) *A companion to Greek and Roman Sexualities*. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.
- HUGHES-HALLET, Lucy. *Cleópatra: história, sonhos e distorções*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HUMBERT, Jean-Marcel. *Egyptomanie : Egypte in Western Art. (1730-1930)*. Ottawa : Editions et La Réunion des Musées Nationaux, 1994.
- HUSKINSON, Janet. (org.) *Experience Rome - Looking for culture, identity and power in the Roman Empire*. London/New York: Routledge, 2000a.
- HUSKINSON, Janet. Looking for culture, identity and power. In: HUSKINSON, Janet. *Experience Rome: culture, identity, and power in the Roman Empire*. London/New York: Routledge, 2000b, 3-28.
- HUSS, Werner. Die Herkunft der Kleopatra Philopator. In: *Aegyptus*, anno 70, n° 1/2, 1990, p. 191-203.
- INGLEBERT, Hervé et al. *Histoire de la civilisation romaine*. Paris : PUF, 2005.
- International Plutarch Society*. Homepage: <http://ips.ploutarchos.org>.
- IRIGOIN, Jean. Le Catalogue de Lamprias : Tradition Manuscrite et Éditions Imprimées. In. *Revue des Etudes Grecques*. v. 99. 1986, p. 318-331.
- ISAAC, Benjamin. *The limits of empire: The Roman army in the East*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- ISAAC, Benjamin. *The invention of Racism in Classical Antiquity*. Princeton: Princeton University, 2004.
- JACQ, Christian. *As Egípcias – retratos de mulheres do Egito Faraônico*. Editora Bertrand, 2000.
- JACQUES, François ; SCHEID, John. *Rome et l'intégration de l'Empire (44 av. J.C. – 260 ap. J.C.) Tome I – Les structures de l'empire romain*. Paris : Nouvelle Clio, 1990.
- JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- JAMES, Thomas Henri Garnet. *Mitos e lendas do Egito Antigo*. São Paulo: Melhoramento, 1978.

- JEANMAIRE, Henri. La politique religieuse d'Antoine et de Cléopâtre. In : *Revue Archéologique*. v. 1. 1924, p. 241-261.
- JIMÉNEZ, Aurelio Pérez. Introducción. In: *Vidas Paralelas – Teseo-Rómulo, Licurgo-Nuna*. Madrid: Editora Gredos, 1985, p. 139-147.
- JIMÉNEZ, Aurelio Pérez; CALDERON, Gonzalo Del Cerro. (orgs.) *Estudios sobre Plutarco: Obra y Tradición*. Actas del Simposio Español sobre Plutarco, Fuengirola (1998) Málaga, 1990.
- JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- JOHNSON, Van L. The Humanism of Plutarch. In: *The Classical Journal*, v. 66, 1970, p. 26-37.
- JOHNSON, William; PARKER, Holt. *Ancient Literacies: The culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2009.
- JOLY, Fabio Duarte. (org.) *História e Retórica: Ensaio sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.
- JONES, Christopher Prestige. Towards a Chronology of Plutarch's Works. In: *JRS*, nº 56, 1966 p. 61-74.
- JONES, Christopher Prestige. The Teacher of Plutarch. In: *Harvard Studies in Classical Philology*. nº 71, 1967a, p. 205-213.
- JONES, Christopher Prestige. *Plutarch and Rome*. Oxford: Clarendon Press, 1971.
- JONES, Christopher Prestige. *The Archaeology of Ethnicity: constructing Identities in the Past and Present*. London/New York: Routledge, 1997.
- JONES, Prudence. *Cleopatra: A Sourcebook*. Oklahoma: Oklahoma University Press - Series in classical culture. 2006.
- JONES, Sian. *The Archaeology of Ethnicity*. Constructing identities in the past and present. London/New York: Rutledge, 1997.
- JONES, Sian. Historical categories and the praxis of identity: the interpretation of ethnicity in historical archaeology. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; HALL, Martin; JONES, Sian. *Historical Archaeology*. Back from the edge. London; New York. 1999. p. 219-232.
- KEMP, Barry. *El Antiguo Egipto - Anatomía de una civilización*. Barcelona: Ed. Crítica, 1992.
- KIBUUKA, Brian Gordon Lutalo. Os gêneros literários biográficos da Antiguidade Tardia. In: *Alethéia – Revista de estudos sobre Antiguidade e Medieval*, v. 2, nº 2, dez. 2010. p. 1-12.
- KLEINER, Diana. *Cleopatra and Rome*. Cambridge: Belknap Press, 2005.
- KYLE, Donald. *Spectacles of Death in Ancient Rome*. New York: Routledge, 1998.
- KIMBERLY, Williams. (org.) *Alexandria and the sea – maritime origins and underwater explorations*. 2003.
- KLEINER, Diana Elisabeth Edelmar. *Cleopatra and Rome*. Cambridge and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005.
- KOCK, Henrique. *Grandes Cortesãs*. Guanabara: Matos Peixoto, 1964.

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: contraponto, 2011.
- KRASILNIKOFF, Jens. Alexandria as place: tempo-spatial Traits of royal ideology in Early Ptolemaic Egypt. In: HINGE, George; KRASILNIKOFF, Jens (orgs.). *Alexandria: a cultural and religious melting Pot*. Aarhus: Aarhus University Press, 2009, p. 21-41.
- LA ROCCA, Eugenio. *L'Età d'Oro di Cleopatra. Indagine sulla Tazza Farnese*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1984.
- LAIGNOUX, Raphaëlle. L'utilisation de la religion dans la légitimation du pouvoir : quelques pistes de recherche pour les années 44-42 av. J.-C. In : *Cahiers Mondes Anciens*. v. 2, 2011, p. 2-12.
- LAMBERTON, Robert. *Plutarch*. London: Yale University Press, 2001.
- LANÇON, Bertrand ; SCHWENTZEL, Christian-Georges. *L'Égypte hellénistique et romaine* – de 322 av. J.-C. à 643 apr. J.-C. Paris : Armand Colin. Collection 128, 2005.
- LANDI, Giulio. *Vie de Cléopâtre, reine d'Égypte*. Paris : Léopold Colin, 1808.
- LASSWEL, Harold. The Theory of Political Propaganda. In: *American Political Science Review*. v. 21. n° 3. 1927, p. 627-631.
- LATZARUS, Bernard. *Les idées religieuses de Plutarque*. Paris : Erneste Leroux, 1920.
- LE CORSU, France. *Plutarque et les femmes dans les vies parallèles*. Paris : Les Belles Lettres, 1981.
- LE GLAY, Marcel; CHAUNU, Pierre. *Grandeza y decadencia de la republica romana*. Madrid: Cátedra, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- LE GOFF, Jacques ; CHARTIER, Roger ; REVEL, Louise. (orgs.). *La nouvelle histoire*. Paris : Retz, 1978.
- LE RIDER, Georges ; CALLATAY, François. *Les séleucides et le ptolémées* – l'héritage monétaire. Paris : Éditions du rocher, 2006.
- LE ROUX, Patrick. *Império Romano*. São Paulo: L&PM Pocket, 2009.
- LEÃO, Delfim Ferreira; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu. (orgs.) *Cidadania e paideia na Grécia Antiga*. São Paulo: Annablume, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LEGRAS, Bernard. *L'Égypte grecque et romaine*. Paris : Armand Colin, 2004.
- LEGRAS, Bernard. *Hommes et femmes d'Égypte*. Paris : Armand Colin, 2010.
- LEITE, Leni Ribeiro; SILVA, Gilvan Ventura; CARVALHO, Raimundo. *Gênero, religião e poder na Antiguidade* – construções interdisciplinares. Vitória: GM, 2012.
- LESKO, Barbara. *The Remarkable Women of Ancient Egypt*. Providence: Scribe, 1996.
- LEVEAU, Philippe. La situation coloniale de l'Afrique romaine. In : *Annales ESC – Économies, Sociétés, Civilisations*. 33^e année. n° 1. 1978, p. 89-92.
- LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

- LEVI, Annalina caló. *Barbarians on Roman Imperial Coins and Sculpture*. New York: American Numismatic Society, 1952.
- LÉVY, Edmond. Naissance du concept de barbare. In : *Ktèma – L'image du barbare en Grèce et à Rome*. n° 9. Strasbourg, 1984, p. 5-14.
- LEWIS, Naphtali. *Greeks in Ptolemaic Egypt*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- LIBERATI, Ana Maria; BOURBON, Fábio. *A Roma antiga*. Barcelona: Folio, 2005.
- LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e Discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção*. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LINDSEY, Jack. *Cleopatra*. London: Folio Society, 1998.
- LISSNER, Ivar. *Os Césares*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1959.
- LOBIANCO, Luís Eduardo. *A Romanização no Egito: Direito e Religião*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.
- LOMAS, Kattrin. (org.) *Greek Identity in the Western Mediterranean*. Brill/Leiden/Boston: 2004.
- LOPES, Geraldo Rosa. *A Mulher no Antigo Egito*. 2009. Disponível em <http://olhodehorus-egito.com.br/egito.htm>. Acessado em 16 de outubro de 2019.
- LÓPEZ, María de loa Ángeles Durán. Citas y Anécdotas en Plutarco. In: DELGADO, José Antonio Fernández; PARDO, Francisca Pordomingo. (orgs.) *Actas del simposio español sobre Plutarco*. Salamanca, 1996, p. 405-414.
- LÓPEZ, María de los Ángeles Durán. Plutarco, ciudadano griego y súbdito romano. In: DE BLOIS, Lukas; BONS, Jeroen; KESSELS, Ton; SCHENKEVELD, Dirk. (orgs.) v. I: *Plutarch's Statesman and his Aftermath: Political, Philosophical, and Literary Aspects*. Proceedings of the Sixth International Conference of the International Plutarch Society. Nijmegen; Castle Hernen, May 1-5, 2002. *Mnemosyne*. Supplementum 250, 2004, p. 33-41.
- LÓPEZ, Rosa María Cid. *Cleopatra: mitos literarios e historiográficos en torno a una reina*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. 2000, p. 119-141.
- LUDWIG, Emil. *Cléopâtre : histoire d'une reine*. Paris : Plon, 1948.
- LYONS, Evangeline Zephyr. *Hellenic Philosophers as Ambassadors to the Roman Empire: performance, parrhesia and power*. (Tese de Doutorado). Michigan: Michigan University, 2011.
- MACMULLEN, Ramsay. *La Romanisation à l'époque d'Auguste*. Paris : Les Belles Lettres, 1991.
- MACMULLEN, Ramsay. *Enemies of the Roman Order: Treason, Unrest, and Alienation in the Empire*. London/New York: Routledge, 1992.
- MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris : PUF, 1984.
- MAHAFFY, John Pentland. *The Greek World under Roman Sway: from Polybius to Plutarch*. London/New York: Macmillan, 1890.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

- MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (orgs.) *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.
- MAINZER, Ferdinand. *L'héritage de César – la chute de la République Romaine*. Paris : Armand Colin, 1937.
- MARASCO, Gabriele. Cléopâtre et les sciences de son temps. In : ARGOUD, Gilbert ; GUILLAUMIN, Jean-Yves. (orgs.) *Sciences exactes et sciences appliquées à Alexandrie*. Saint-Etienne : Presses de L'Université de Saint-Étienne, 1998, p. 39-54.
- MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MARINCOLA, John. (org.) *A companion to Greek and Roman Historiography*. v. 1. Blackwell Publishing, 2007.
- MARLOW, Louise. (org.) *The Rhetoric of Biography – Narrating Lives in Persianate Societies*. Washington: Harvard University Press, 2011.
- MARQUES, Juliana Bastos. *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2007.
- MARTÍN, Carlos Alcalde; FERREIRA, Luísa de Nazaré. *O sábio e a imagem – Estudos sobre Plutarco e a arte*. Série Humanitas Supplementum – Estudos Monográficos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume, 2014.
- MARTIN, Jean-Pierre. Plutarque : un aspect de sa pensée et de son temps. In : *Revue d'études antiques*. 1986, p. 59-78.
- MARTIN, Luther. *Hellenistic religions – An Introduction*. New York: Oxford University Press, 1987.
- MARTIN, Paul Marius. Le dessein de Denys d'Halicarnasse dans les Antiquités Romaines et sa conception de l'Histoire à travers sa préface du Livre I. In : *Caesarodunum*. v. 4, 1969, p. 197-206.
- MARTIN, Paul Marius. *Antoine et Cléopâtre – la fin d'un rêve*. Paris : Albin Michel, 1990.
- MARTINS, Paulo. *Sexto Propércio – Monobiblos: Éthos, Verossimilhança e Fides no Discurso Elegíaco do Século I a.C.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.
- MARTINS, Paulo. Os bons, os maus e os feios – historiografia do pensamento greco-romano. In: *Discutindo Literatura*. v. 19. São Paulo, 2007, p. 22-26.
- MARTIRE, Alex da Silva. *Arqueologia da paisagem mineira romana: a Hispânica e a Lusitânia*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: USP, 2012.
- MASARACHA, Agostino. Sul Plutarco politico. In: *Rivista di Cultura Classica e Medioevale*. nº 1-2. 1994, p. 5-40.
- MASSIE, Allan. *Marco Antônio e Cleópatra*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- MATTERN-PARKES, Susan. *Rome and the enemy – Imperial Strategy in the Principate*. California: University of California Press, 1999.
- MATTINGLY, David John. From One Colonialism to Another: Imperialism and the Maghreb. In: WEBSTER, Jane; COOPER, Nicholas. *Roman Imperialism: Post-colonial*

- Perspectives*. Leicester Archaeological Monographs, n° 3. Leicester: Scholl of Archaeological Studies, University of Leicester, 1996. p. 49-70.
- MATTINGLY, David John. Dialogues of Power and Experience in the Roman Empire. In: MATTINGLY, David John. Dialogues in Roman Imperialism – Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire. *Journal of Roman Archaeology - JRA*. Supplementary Series n° 23. Portsmouth; Rhode Island, 1997, p. 7-26.
- MATTINGLY, David John. Being Roman: expressing identity in a provincial setting. In: *Journal of Roman Archaeology - JRA*. Supplementary series n° 17. Portsmouth: Rhode Island, 2004, p. 5-25.
- MATTINGLY, David John. *An Imperial Possession: Britain in the Roman Empire*. London: Penguin, 2006.
- MATTINGLY, David John. *Imperialism, power, and identity – experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2010a.
- MATTINGLY, David John. Part One. Imperialisms and Colonialisms. 1. From Imperium to imperialism: writing the Roman Empire. In: MATTINGLY, David John. *Imperialism, power, and identity – experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2010b, p. 3-42.
- MATTINGLY, David John. Part Four. Identity. 8. Identity and Discrepancy. In: MATTINGLY, David John. *Imperialism, power, and identity – experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2010c, p. 203-246.
- MATTINGLY, David John et al. (orgs.) Dialogues in Roman Imperialism: power, discourse & discrepant experience in the Roman Empire. In: *Journal of Roman Archaeology*, v. 23, 1997.
- MATTINGLY, David John et al (orgs.) *The Cambridge Dictionary of Classical Civilizations*. New York: Cambridge University Press. 2006.
- MATYSZAK, Philip. *Os inimigos de Roma – de Aníbal a Átila, o Huno*. São Paulo: Amariyls, 2004.
- MCKENZIE, Judith. *The architecture of Alexandria and Egypt: 300 B.C. to A.D. 700*. London: Prestel, 2008.
- MÉLA, Charles ; MOERI, Frédéric. *Alexandrie la Divine*. 2 v. Genève : La Baconnière, 2014.
- MELEZE-MODRZEJEWSKI, Joseph. *Droit et Traditions Locales dans l'Égypte Romaine*. Collected Studies Series, 321. Variourm, Hardcover, 1990.
- MENDES, Candido Antônio (org.). *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- MENDES, Norma Musco. *Roma Republicana*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MENDES, Norma Musco. *Império e Romanização: estratégias, dominação e colapso*. In: Brathair 7 /1, 2007, p. 25-48.
- MENDES, Norma Musco. Política e Identidade em Roma Republicana. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.) *Política e identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 87-106.
- MENDES, Norma Musco. Prefácio. In: HINGLEY, Richard. *O Imperialismo Romano – novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 7-8.

- MENDES, Norma Musco; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; DAVIDSON, Jorge. A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas. In: *Tempo*. nº 18, Rio de Janeiro. 2005, p. 17-41.
- MEULENAERE, Herman. Le règne conjoint de Ptolémée XII Aulète et de Cléopâtre VII. In : *Chronique d'Égypte*. nº 42, 1967, p. 300-305.
- MEWALDT, J. Selbstcitate in den Biographien Plutarch's. In: *Hermes*, v. 42, 1907, p. 564-578.
- MILES, Margaret. (org.) *Cleopatra – A Sphinx Revisited*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. 2011.
- MILES, Richard. Introduction. In: *Constructing Identities in Late Antiquity*. London: Routledge, 1999.
- MILLAR, Fergus. *A study of Cassius Dion*. Oxford: Clarendon Press, 1966.
- MILLAR, Fergus. *Rome, the Greek World, and the East*. v. 1 – The Roman Republic and the Augustan Revolution. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2002.
- MILLAR; Fergus. *Rome, the Greek World, and the East*. v. 2 – Government, Society, & Culture in the Roman Empire. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2002.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. The historian of the classical world and their audiences: some suggestions. In: *Annali della Scuola normale superiore di Pisa*, VIII, 1978, p. 59-75.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Sagesses barbares – les limites de l'hellénisation*. Paris: 1979.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os Limites da Helenização: a interação cultural das civilizações Grega, Romana, Céltica, Judaica e Persa*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1991.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Development of Greek Biography*. Cambridge: Cambridge University, 1993.
- MONDOLFO, Rodolfo. *El Genio Helénico*. Buenos Aires: Editorial Columba, 1956.
- MONTGNON, Adhémar. *L'Égypte*. Paris : Fernand Nathan, 1935.
- MORALES, Fábio Augusto. Graecia capta, novamente: considerações sobre os limites da nova romanização da Grécia. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, nº 18, 2014, p. 91-97.
- MORKOT, Robert. *The Penguin Historical Atlas of Ancient Greece*. London: Great Britain by The Bath Press, 1996.
- MORLEY, Neville. *The Roman Empire – Roots of Imperialism*. London/New York: Pluto Press, 2010.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Editora Vozes. 2003.
- MOSSÉ, Claude. *As instituições gregas*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- MOSSMAN, Judith (org.) *Plutarch and his Intellectual World – Essays on Plutarch*. London: Duckworth, 1997.

- MOTA, Thiago Eustáquio Araújo. A descrição poética da Urbs e a Convenção dos Heróis Fundadores no Livro VIII da Eneida: Hércules, Evandro e Eneias. In: *ArtCultura – Revista de História, Cultura e Arte*. V. 21. Uberlândia, 2019, p. 43-58.
- MOYER, Ian. *Egypt and the limits of Hellenism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- MURRAY, William MacGregor. *The Age of Titans – The rise and fall of the great Hellenistic Navies*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- NEVES JÚNIOR, Marco Aurélio. *Egiptologia e Egiptomania*. São Paulo: Editora Schoba, 2013.
- NICOLET, Cl. Où Cléopâtre et Antoine voulaient-ils aller ? In : *Semitica*. n° 39. Revue de l’Institut d’Études Sémitiques du Collège de France. 1990, p. 63-66.
- NIKOLAIDIS, Anastasios. (org.) The Unity of Plutarch’s Work: ‘Moralia’ Themes in the ‘Lives’, Features of the ‘Lives’ in the ‘Moralia’. v. 19. Berlin/New York: W de G - Walter de Gruyter, 2008.
- NIPPEL, Wilfried. La costruzione dell’altro. In: SETTIS, Salvatori. (org.) *I Greci: Storia, cultura, arte, società*. v. 1, Noi e I greci. Torino: Einaudi, 1996, p. 165-196.
- NOBLECOURT, Christiane Desroches. *A mulher no tempo dos Faraós*. São Paulo: Papirus, 1994.
- NORA, Pierre. Mémoire collective. In : LE GOFF, Jacques ; CHARTIER, Roger ; REVEL, Jacques. (orgs). *La nouvelle histoire*. Paris : Retz, 1978.
- NORA, Pierre. (org.) *Les lieux de mémoire*. Paris : Gallimard, 1997.
- NORTH, John. The development of Roman imperialism. In: *Journal of Roman Studies - JRS*. v. 71, 1981, p.1-9.
- NOVAES, Adauto. *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Cia das Letras. 2004.
- O’BRIEN, Patrick. *Atlas of world History – Concise Edition; Philip’s - Institute of Historical Research*. London: University of London, 2002.
- OSTENFELD, Erik. (org.) *Greek Romans and Roman Greeks: Studies in Cultural Interaction*. Gylling: Aarhus University Press, 2002.
- PELLING, Christopher. Plutarch and Roman Politics. In: MOXON, I. S.; SMART, J. D.; WOODMAN, Anthony John. (orgs.). *Past Perspectives: Studies in Greek and Roman Historical Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- PELLING, Christopher. Plutarch: Roman heroes and Greek culture. In: GRIFFIN, M. BARNES, J. (orgs.) *Philosophia Togata. Essays on Philosophy and Roman Society*. Oxford: Clarendon Press, 1989, p. 199-232.
- PELLING, Christopher. The triumviral period. In: BOWMAN, Alan; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew (orgs.) *The Cambridge Ancient History – The Augustan Empire, 43 B.C. – A.D. 69*. v. X. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 1-69.
- PELLING, Christopher. *Plutarch and History: Eighteen Studies*. London: The Classical Press of Wales and Duckworth, 2002.
- PEREZ, Jiménez Aurelio. Precisiones a la doctrina de Plutarco sobre el carácter. In: VALDÉS, Manuela García. (org.) *Estudios sobre Plutarco: ideas religiosas – Actas del III Simposio Internacional sobre Plutarco*. Madrid, 1994, p. 331-340.

- PERNOUD, Jean. *Cléopâtre*. Paris : Editions Julliard, 1963.
- PERROT, Arnaud. (org.) *Les Chrétiens et l'Hellénisme – identités religieuses et culture grecque dans l'Antiquité tardive*. Paris : Editions Rued'ulm/Presses de l'École normale supérieure, 2012.
- PERROT, Michelle. *Mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.
- PETIT, Paul. *La Civilisation Hellénistique*. Paris : Presses Universitaires de France, 1981.
- PFUFF-REYDELLET, Maud. Quand l'élégie s'aventure à faire l'éloge du prince – Cléopâtre chez Properce. In : *DHA Suppl.* 4. 2010, p. 43-57.
- PINHEIRO, Joaquim. *Tempo e espaço da paideia nas Vidas de Plutarco*. Série Supplementum. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- PINHEIRO, Joaquim. Roma nas Vidas Paralelas de Plutarco. In. OLIVEIRA, Francisco; TEIXEIRA, Claudia; DIAS, Paula Barata. *Espaços e Paisagens – Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*. v. I. Língua e Literaturas: Grécia e Roma. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2012, p. 237-245.
- PINTO, Renato. *Arqueologia e romanização: os discursos arqueológicos e a cultura material da Bretanha Romana*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2003.
- PIPPIDI, Dionisie Mihail. (org.) Assimilation et résistance à la culture gréco-romaine dans le monde ancien. In : *Actes du Vie Congrès International d'Études Classiques*. Paris : Les Belles Lettres, 1976.
- PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- PITKIN, Hanna Fenichel. *Representação: Palavras, instituições e ideias*. São Paulo: Lua Nova. v. 67, p. 15-47, 2006.
- POLLINI, Arthur; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A percepção grega da fronteira na Magna Graecia: Literatura e Arqueologia em diálogo. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.) *Política e identidade no Mundo Antigo*. São Paulo: Fapesp/Annablume. 2009, p. 40-57.
- POLYCHRONIS, Théo. Le portrait de Cléopâtre dans la Vie d'Antoine de Plutarque. In : AUFRÈRE, Sydney Hervé ; MICHEL, Anaïs. *Cléopâtre en abyme – aux frontières de la mythistoire et de la littérature*. Paris. L'Harmattan, 2018, p. 267-301.
- POMEROY, Sarah. *Women in Hellenistic Egypt – From Alexander to Cleopatra*. New York: Schocken Books, 1984.
- POMEROY, Sarah. (org.) *Women's History & Ancient History*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press.
- POMEROY, Sarah. *Ancient Greece*. New York: Oxford University Press, 1999.
- PORTO, Vagner Carvalheiro. O Império Romano e as cidades da Judéia/Palestina: um estudo iconográfico das moedas. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.) *Política e identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 107-130.
- POZZER, Katia Maria Pim; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira; PORTO, Vagner Carvalheiro. (orgs.) *Um outro mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2013.

- PRADO, João Batista Toledo. Apresentação. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. (org.) *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 11-15.
- PRESTON, Rebecca. Roman Questions, Greek Answers: Plutarch and the Construction of Identity. In: GOLDHILL, Simon. (org.) *Being Greek under Rome: Cultural Identity, the Second Sophistic and the Development of Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 86-89.
- PROST, Antoine. As questões do historiador. In: *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- RAMOS, Manuel. Reencontrar Plutarco. In: *EROTIKA: diálogo sobre o amor*. Lisboa: Editora Fim de Século, 2000, p. 7-10.
- RAMOS, Manuel. Auto-elogio e inveja na obra moral de Plutarco. In: *Symbolon II: Inveja e Emulação*. Porto: Universidade do Porto, 2010, p. 125-137.
- RAUBITSCHKE, Antony. Octavia's Deification at Athens. In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. v. 77. The Johns Hopkins University Press. 1946, p. 146-150.
- RAWSON, Beryl. (org.) *A companion to families in the Greek and roman worlds*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REDFORT, Donald. *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*. v. 1 & 2. Oxford: University Press, 2001.
- RENOIRTE, Thérèse (Sœur). Les 'conseils politiques' de Plutarque – une lettre ouverte aux Grecs à l'époque de Trajan. In : *L'Antiquité Classique*. v. 8. Louvain : Université de Louvain, 1952, 162-164.
- RENUCCI, Pierre. *Marc Antoine – un destin inachevé entre César et Cléopâtre*. Paris : Perrin, 2015.
- REVELL, Louise. Constructing Romanitas. Roman public architecture and the archaeology of practice, in: BAKER, Patricia., FORCEY, Colin; JUNDI, Sophia; WITCHER, Robert. (orgs.) *TRAC - Theoretical Roman Archaeology Conference - 1998*. Proceedings of the Eighth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference, Leicester/Oxford: Oxow Books, 1999, p. 52–58.
- REVELL, Louise. The Creation of Multiple Identities in Roman Italic. In: FINCHAM, Garrick; HARRISON, Geoff; RODGERS HOLLAND, Rene; REVELL, Louise. (orgs.) *TRAC 1999 - Theoretical Roman Archaeology Conference*. Proceedings of the Ninth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference. Durham/Oxford: Oxbow Books, 2000, p. 1-7.
- REVELL, Louise. *Roman Imperialism and Local Identities*. Louvain: Cambridge: Cambridge University Press, 2009a.
- REVELL, Louise. A question of status. In: REVELL, Louise. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009b, p. 150-190.
- REVELL, Louise. Being Roman. In: REVELL, Louise. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009c, p. 191-193.
- REVELL, Louise. *Ways of being Roman: discourses of identity in the Roman West*. Oxford; Philadelphia: Oxbow Books, 2016.

- Revue Histoire Antique & Médiévale*. n.º 74. Le Mythe Cléopâtre. Juillet/Août 2014.
- Revue Histoire Antique & Médiévale*. n.º 77. Rome, la fin de la République. 2015.
- Revue Histoire Antique & Médiévale*. n.º 83. Egypte, les mystères du royaume de Cléopâtre. 2016a.
- Revue Histoire Antique & Médiévale*. n.º 88. L'armée romaine et ses auxiliaires. 2016b.
- Revue Histoire Antique & Médiévale*. n.º 90. L'espace en Grèce ancienne – frontières, territoire, cité. 2017.
- REYNIER, Jean-Louis-Antoine. *De l'Égypte sous la domination des Romains*. Paris : De l'Imprimerie de Madame Huzard, 1807.
- RICHARDSON, John. Imperium Romanum: Empire and Language of Power. In: *The Journal of Roman Studies*. London, v. 81, 1991, p. 1-9.
- RICOEUR, Paul. História e tempo. In: *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 357-421.
- RICKETTS, Linda Maurine. *The Administration of Ptolemaic Egypt under Cleopatra VII*. Minneapolis: Minneapolis University Press. 1980.
- ROBINS, Gay. *Women in Ancient Egypt*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- ROBINS, Gay. Some Principals of Compositional Dominance and Gender Hierarchy in Egyptian Art. In: *Journal of the American Research Center in Egypt*. The American Research Center in Egypt, v. XXXI, 1994, p. 33-40.
- ROCHETTE, Bruno. Sur le bilinguisme dans l'Égypte gréco-romaine. In : *CdE – Chronique d'Égypte*. n.º 71, fasc. 141. Bruxelles, 1996, p. 153-168.
- ROCHETTE, Bruno. Grecs, Romains et Barbares – à la recherche de l'identité ethnique et linguistique des Grecs et des Romains. In : *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*. n.º 75-1, 1997, p. 37-57.
- RODRIGUES, Nuno Simões. Amimetobiou, The one 'Of the Inimitable life' - Metaphor for Alexandria in Plutarch. In: SOUSA, Rogério; FIALHO, Maria do Céu; HAGGAG, Mona; RODRIGUES, Nuno Simões. (orgs.) *Alexandrea ad Aegyptum – The Legacy of Multiculturalism in Antiquity*. Porto: Edições Afrontamento, 2013, p. 62-73.
- ROLAND, Norbert. *Roma, democracia impossível? Os agentes do poder na urbe romana*. Brasília: UnB, 1997.
- ROLLER, Duane. *Cleopatra – a biography*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2010.
- ROSENMEYER, Thomas Gustav. Beginnings in Plutarch's Lives. In: DUNN, Francis; COLLE, Thomas. (orgs.) *Beginnings in Classical Literature*. Cambridge, 1992, p. 205-230.
- ROSKAM, Geert. Plutarch on Self and Others. In: *Ancient Society*. n.º 34, p. 245-273, 2004.
- ROSTOVITZ, Michael. *Social & Economic History of the Hellenistic World*. Oxford: Clarendon Press, 1941.
- ROWLANDSON, Jane (org.) *Women and Society in Greek and Roman Egypt: A sourcebook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- RUIZ-WERNER, Juan Martin. La Biografía en Grecia. In: RUIZ-WERNER, Juan Martin. (org.) *Biógrafos griegos*. España: Halar, 1973.
- RUSSELL, Donald Andrew. *Plutarch*. London: Duckworth, 1973.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAID, Suzanne. *La littérature grecque, d'Alexandre à Justinien*. Collection « Que sais-je » n° 253. Paris : PUF, 1990.
- SAID, Suzanne ; TRÉDÉ-BOULMER, Monique ; LE BOULLUEC, Alain. (orgs.) *Histoire de la littérature grecque*. Paris : Presses Universitaires de France - PUF, 1997.
- SALES, José das Candeias. As « Doações de Alexandria » (34 a.C.) – criando um império entre factos e fantasias. In: *Revista Humanitas*. n° 72. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2018. p. 39-63.
- SANSON, Julia. *Nefertiti and Cleopatra: Queen-Monarchs of Ancient Egypt*. London: The Rubicon Press, 1985.
- SANT'ANNA, Henrique Modanez de. *História da República Romana*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Dominique Vieira Coelho. Acerca do conceito de representação. In: *Revista de Teoria da História*. Ano 3. n° 6. Universidade Federal de Goiás, 2011.
- SANTOS, Irmina Doneux. A cultura material híbrida do Império Romano – exemplos de produção e construção romanas e galo-romanas. In: Congresso CEIA 2010 – UFF – Universidade Federal Fluminense, p. 1-22. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/317429418> A cultura material híbrida do Império Romano Exemplos de produção e construção romanas e galo-romanas. Acessado em 10 de março de 2019.
- SANTOS, Irmina Doneux. Os fóruns romanos provinciais: representação de identidade local dentro de um espaço de poder tipicamente imperial. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, v. 18, 2014, 127-134.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado – cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SARTRE, Maurice. *El Oriente Romano – Provincias y sociedades provinciales del Mediterráneo Oriental, de Augusto a los Severos (31 a.C. – 235 d.C.)*. Madrid: Akal, 1994.
- SARTRE, Maurice. *Cléopâtre – un rêve de puissance*. Paris : Tallandier, 2018.
- SAUNERON, Serge. *La égiptología*. Barcelona: Oikos-tau, 1971.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SCARRE, Chris. *The Penguin Historical Atlas of Ancient Rome*. London: Swanston Publishing, 1995.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo. Martins Fontes, 1995.

- SCHEID, John. *À Rome sur les pas de Plutarque*. Paris : Vuibert, 2012.
- SCHIFF, Stacy. *Cléopâtre*. Paris : Flammarion, 2010.
- SCHIFF, Stacy. *Cleópatra: uma biografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- SCHIMIDT, Thomas. *Plutarque et les Barbares – la rhétorique d’une image*. Louvain-Namur : Éditions Peeters, 1999.
- SCHMIDT, Joël. *Cléopâtre*. Paris : Gallimard, 2008.
- SCHRADER, Carlos; PALERM, Vicente Ramón; TEJADA, Vela José. (orgs.) *Plutarco y la historia - Actas del V Simposio Español sobre Plutarco*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza 1997. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=399926>. Acessado em 10 de maio 2019.
- SCHWENTZEL, Christian-Georges. *Cléopâtre*. Paris : PUF, 1999.
- SCHWENTZEL, Christian-Georges. *Cléopâtre : la déesse-reine*. Paris : Payot, 2014.
- SCHWENTZEL, Christian-Georges ; LAMOINE, Laurent ; PICHON, Blaise. *Le monde romain – de 70 av. J.-C à 73 apr. J.-C*. Paris : Armand Colin, 2014.
- SCOPACASA, Rafael. Repensando a romanização: a expansão romana na Itália a partir das fontes historiográficas. In: *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo. nº 172, jan.-jun, 2015, p. 113-161.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica – educação e realidade, Porto Alegre, nº 16. v. 2. 1990, p. 5-22.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p. 63-95.
- SCOTT, Kenneth. Octavian’s Propaganda and Anthony’s ‘De Sua Ebrietate’. In: *ClassPhil* 24/2, 1919, p. 133-141.
- SCOTT, Kenneth. The Political Propaganda of 44-30 B.C.. In: *MAAR*. nº 11, 1933, p. 7-49.
- SERGEANT, Philip. *Cleopatra of Egypt – Antiquity’s Queen of Romance*. New York: Hutchinson’s Library of Standard Lives, 1909.
- SHAW, Ian. (org.) *Ancient Egypt – a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- SHAW, Ian.; NICHOLSON, Paul. (orgs.) *The Dictionary of Ancient Egypt*. The British Museum, London: Harry N. Abrams, Inc., Publishers, 1995.
- SHEID, John. *A Rome sur les pas de Plutarque*. Paris : Vulbert, 2012.
- SHEPPARD, Si. *Actium 31 B.C. – Downfall of Antony and Cleopatra*. Oxford: Osprey Publishing Press, 2009.
- SHERWIN-WHITE, Adrian Nicholas. O imperialismo romano. In: BALSDON, John Percy Vyvian Dacre. (org.) *O mundo romano*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1968. p. 80-102.
- SHOHAT, Ella. Notes on the ‘Post-colonial’. In: *Social Text*. Nº 31-32, 1992, p. 99-113.
- SHOHAT, Ella. Des-orientando Cleópatra: um tropo moderno da identidade. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 23, julho-dez. 2004, p. 11-54.
- SHOHAT, Ella. *Taboo Memories, Diasporic Voices*. Durham: Duke University Press, 2006.

- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Unthinking Eurocentrism: Multiculturalism and the Media*. New York: Routledge, 1994.
- SHOHAT, Ella, STAM, Robert; BAZZYLER, Michael. *Race in Translation: Culture Wars Around the Postcolonial Atlantic*. New York: New York University Press, 2012.
- SHOTTER, David. *The fall of the Roman Republic*. London/New York; Routledge, 1994.
- SIANI-DAVIES, Mary. Ptolemy XII – Auletes and the Romans. In: *Historia – Zeitschrift für Alte Geschichte*. 1997, p. 306-340.
- SILVA, Camila Ferreira Paulino. *A construção da imagem de Otávio, Cleópatra e Marco Antônio entre moedas e poemas (44 a 27 a.C.)*. Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2014.
- SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. São Paulo: Mauad Editora, 2006.
- SILVA, Gilvan Ventura; NETO, Belchior Monteiro de Lima. (orgs.) *Identidade e fronteiras religiosas no Alto Império Romano*. Coleção Rumos da História. Vitória: NPIH, 2011.
- SILVA, Gilvan Ventura da; SILVA, Érica Cristhyane Moraes. (orgs.) *Fronteiras e identidades no Império Romano: aspectos sociopolíticos e religiosos*. Vitória: GM Editora, 2015.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. A Biografia Antiga – o caso de Plutarco. In: *Revista Métis – História e Cultura*, v. 2, nº 3, 2003, p. 23-34.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco historiador: análise das biografias espartanas*. São Paulo: EDUSP, 2006a.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Plutarco e a Segunda Sofística. In: *Revista Clássica*, nº 19, v. 2, 2006b, p. 257-264.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco e Roma: o mundo grego no Império*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2007a.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História*, n 36/37, 2007b, p. 9-15.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Plutarco e a tradição cultural grega no Império. In: *Revista História em Reflexão*. V. 2, nº 4, 2008, p. 1-14.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Plutarco e os romanos. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.) *Política e identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 163-178.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Gregos e egípcios em Plutarco: considerações sobre o tratado ‘Ísis e Osíris’. In: BAKOS, Margaret Marchiori; MATOS, Julia Silveira; BALTHAZAR, Gregory da Silva. (orgs.). *Diálogos com o Mundo Faraônico*. Rio Grande: Editora da FURG, 2010, p. 29-40.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Plutarco e Delfos. In: *Praesentia*. nº 13. 2012, p. 1-16.

- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco. Da Malícia de Heródoto* (Edição Bilingüe). Estudo, Tradução e Notas. São Paulo: Editora da USP, 2013.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira; BALTHAZAR, Gregory da Silva. Sexualidade e poder em Plutarco: o exemplo de Cleópatra. In: *Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010, p. 1-10.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira; CERQUEIRA, Fábio Vergara. *Ensaio sobre Plutarco: leituras latinoamericanas*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010.
- SILVA, Thais Rocha. *Construtores de gênero no Egito ptolomaico: uma proposta de leitura das cartas gregas e demóticas*. Dissertação de mestrado em Letras. São Paulo: USP, 2013.
- SIRAGO, Vito Antonio. La Seconda Sofistica come espressione culturale della classe dirigente del II sec. In: *Aufstieg Niedergang und Römischen Welt*, v. 33, n° 1, 1989, p. 36-78,
- SIRINELLI, Jean. Notice. In : Plutarque. *Œuvres Morales – de l'Education des Enfants*. Tome I. Paris : Les Belles Lettres, 1987, p. 3-33.
- SIRINELLI, Jean. *Plutarque de Chéronée – un philosophe dans le siècle*. Paris: Fayard, 2000.
- SMITH, Robert. *The Art of Rhetoric in Alexandria – Its Theory and Practice in the Ancient World*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1974.
- SOARES, Fábio Augusto Morales. *Atenas sob dominação de Roma*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2014.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro. Plutarco renascentista em Portugal. In: FERREIRA, José Ribeiro; LEÃO, Delfim Ferreira. *Os fragmentos de Plutarco e a recepção de sua obra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003, p. 193-221.
- SOBRAL, Aldo Eustáquio Assir. *Suetônio Revelado: o texto narrativo biográfico e a cultura política em 'As vidas dos doze cézares'*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- SOUSA, Rogério; FIALHO, Maria do Céu; HAGGAC, Mona; RODRIGUES, Nuno Simões. (orgs) *Alexandrea ad aegyptvm – The legacy of multiculturalism in Antiquity*. Coimbra: Rainho & Neves, 2011.
- SOUZA, Arlindo José Reis de. *O orientalismo no (luso)tropical americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2011.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STADTER, Philip. The Proems of Plutarch's Lives. In: *Illinois Classical Studies*. v. 13, n° 2, 1988, p. 275-295.
- STADTER, Philip. (org.) *Plutarch and the historical tradition*. London/New York: Routledge, 1992.
- STADTER, Philip. Plutarch and Rome. In: BECK, Mark. *A companion to Plutarch*. Pondicherry: Ed. Blackwell, 2014. p. 13-31.
- STADTER, Philip; WATERFIELD, Robin. *Roman Lives: A Selection of Eight Roman Lives*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

- STOLTZ, C. Zur relative Chronologie der Parallel Biographie Plutarch's. In: *The Journal of Hellenic Studies* – JHS, v. 49, 1929, p. 135.
- SWAIN, Simon. Hellenic cultural and the Roman Heroes of Plutarch. In: *The Journal of Hellenic Studies* – JHS, v. 110, 1990, p. 126-145.
- SWAIN, Simon. *Hellenism and Empire: language, classicism, and power in the Greek World AD 50-250*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- Parallel Biographie Plutarch's. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.
- TARN, William ; GRIFFITH, Guy Thompson. *La Civilisation hellénistique*. Paris : Payot, 1936.
- TEIXEIRA, Etienne. Démocratie et monarchie chez Plutarque. In : *Dialogues d'histoire ancienne* – HA. v. 21. n° 2., 1995, p. 139-146.
- THÉBERT, Yvon. Romanisation et déromanisation en Afrique : histoire décolonisée ou histoire inverse ? In : *Annales ESC – Économies, Sociétés, Civilisations*. 33^e année. n° 1. 1978, p. 64-82.
- THÉBERT, Yvon. Economie, société et politique aux deux derniers siècles de la république romaine. In : *Annales*, 1980a, p. 895-911.
- THÉBERT, Yvon. Réflexion sur l'utilisation du concept d'étranger : évolution et fonction de l'image du Barbare à Athènes à l'époque classique. In : *Diogène*. n° 112. 1980, p. 96-115.
- THOMPSON, Edward Arthur. *Romans and Barbarians – The Decline of the Western Empire*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1982.
- TITCHENER, Frances. Plutarch and Roman(ized) Athens. In: OSTENFELD, Erik Nils. (org.) *Greek Romans and Roman Greeks: Studies in Cultural Interaction*. Gylling: Aarhus University Press, 2002, p. 139-140.
- TRONCOSO, Alonso; GARCIA, Gustavo Alberto Vivas. Octavia versus Cleopatra: immagine della donna e confronto culturale. In: GEHRKE, Hans-Joachim.; MASTROCINQUE, Attilio. (orgs.) *Rome e l'Oriente nel I secolo a.C. – Acculturazione o scontro culturale?* Verona/Cosenza: Edizioni Lionello Giordano, 2009, p. 11-34.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.
- TYLDESLEY, Joyce. *Daughters of Isis: women of Ancient Egypt*. New York: Penguin Books, 1995.
- TYLDESLEY, Joyce. *Chronicle of the Queens of Egypt – From early dynastic times to the deaths of Cleopatra*. New York: Thames & Hudson, 2006.
- TYLDESLEY, Joyce. *Égypte*. Paris : Plon, 2005.
- TYLDESLEY, Joyce. *Cleopatra: Last Queen of Egypt*. New York: Basic Book, 2008.
- VALDÉS, Manuela García. *Estudios sobre Plutarco: ideas religiosas*. Madrid: Ediciones Clásicas, 1994.
- VASQUES, Marcia Severina. *Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de Múmia*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2005.
- VASQUES, Marcia Severina. Egito Romano: identidade, poder e status social. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, p. 1-16.

- VASQUES, Marcia Severina. Espaços urbanos e relações de poder no Egito Romano. In: *Romanitas – Revistas de Estudos Grecolatinos*. v. 3. 2014a. p. 47-64.
- VASQUES, Marcia Severina. Identidade, gênero e poder no Egito romano. In: Brancaglioni Junior Antônio; SILVA, Thais Rocha da Silva; LEMOS, Rennan de Souza; SANTOS, Raizza Teixeira. (orgs.) *Semna – Estudos de Egiptologia I*. Rio de Janeiro: Seshat/Editora Klínë, 2014b. p. 120-131.
- VERNANT, Jean-Pierre. *L'individu, la mort, l'amour – soi-même et l'autre en Grèce Ancienne*. Paris : Gallimard, 1982.
- VERNANT, Jean-Pierre. (org.) *O Homem grego*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- VERNANT, Jean-Pierre. *A morte nos olhos – figuração do outro na Grécia Antiga*. Artêmis e Gorgô. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- VEYNE, Paul. Y a-t-il un impérialisme romain ? In : *MEFRA - Mélanges de l'Ecole française de Rome. Antiquité*, Tome 87, n° 2. 1975, p. 793-855.
- VEYNE, Paul. *Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes ?* Essai sur l'imagination constituante. Paris : Seuil, 1983.
- VEYNE, Paul. Introdução. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, George. (orgs.) *História da Vida Privada: do Império ao ano mil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992a, p. 13-15.
- VEYNE, Paul. Humanitas – Romanos e não-Romanos. In: *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992b, p. 283-316.
- VEYNE, Paul. Identité grecque devant Rome et l'empereur. In. *REG* n° 112. 1999, p. 510-567.
- VEYNE, Paul. *L'Empire Gréco-romain*. Paris : Seuil, 2005.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- VOLKMANN, Hans. *Cléopâtre*. Paris : Domat, 1956.
- VOLKAMANN, Hans. *Cleopatra: A Study in Politics and Propaganda*. New York: Sagamore Press, 1958.
- WALKER, Susan; ASHTON, Sally-Ann. *Cleopatra*. London: Bristol Classical Press, 2006.
- WASSERSTEIN, David. Cleopatra's tongues. In: *SCI*, n° 33, 2014, p. 275-284.
- WATTERSON, Barbara. *Women in Ancient Egypt*. London: Wrens Park, 1998.
- WEBSTER, Jane. At the End of the World: Druidic and other Revitalization Movements in Post-Conquest Gaul and Britain. In: *Britannia*. v. 30, 1999, p. 1-20.
- WEBSTER, Jane. Art as Resistance and Negotiation. In: SCOTT, Sarah; WEBSTER, Jane. (orgs.) *Roman Imperialism and Provincial Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- WEBSTER, Jane; COOPER, Nicholas. (orgs.) *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archaeological Studies, University of Leicester, 1996.
- WEIGALL, Arthur. *The Life and Times of Cleopatra, Queen of Egypt*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1914.
- WEIGALL, Arthur. *Cléopâtre : sa vie et son temps*. Paris : Payot, 1931.

- WERTHEIMER, Oskar von. *Cléopâtre, reine des rois*. Paris : Payot, 1935.
- WIEDEMANN, Amanda. *A Questão de Gênero na Literatura Egípcia do II Milênio a.C.*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.
- WHITEHORNE, John. *Cleopatras*. London: Routledge, 1994.
- WILL, Édouard. *Histoire politique du monde hellénistique (323-30 a.C.)*. Paris : Seuil. 2003.
- WILLIAMS, Kimberly. *Alexandria and the Sea – Maritime Origins and Underwater Explorations*, Hardcover: Sharp Books International, 2004.
- WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da linguagem e do corpo da mulher da re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. (orgs.) *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, p. 101-125.
- WHITMARSH, Tim. *Greek Literature and the Roman Empire – The Politics of Imitation*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- WHITMARSH, Tim. *The Second Sophistic*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WHITTAKER, Charles Richard. Trade and the aristocracy in the Roman empire. In: *Opus*. n° 4, 1985, p. 49-75.
- WHITTAKER, Charles Richard. *Les frontières de l'Empire Romain*. Paris : 1989.
- WHITTAKER, Charles Richard. Imperialism and culture: The Roman initiative. In: MATTINGLY, David John. (org.) *Dialogues in Roman imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire*. Journal of Roman Archaeology. Supplementary Series n° 23. Portsmouth: Rhode Island. 1997, p. 148-156.
- WOOD, Ian. Barbarians, Historians, and the Construction of National Identities. In: *Journal of Late Antiquity*. v. 01. n° 01, 2008, p. 61-81.
- WOOLF, Greg. World systems analysis and the Roman Empire. In: *Journal of Roman Archaeology*. v. 3. 1990, p. 44-58.
- WOOLF, Greg. Becoming Roman, staying Greek: culture, identity and the civilizing process in the Roman East. In: *Proceedings of the Cambridge Philological Society*. n° 40. 1994, p. 116-143.
- WOOLF, Greg. Beyond Roman and Natives. In: *World Archaeology*, v. 28, 1997, p. 339-350.
- WOOLF, Greg. *Becoming Roman: The origins of the provincial civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998a.
- WOOLF, Greg. On Romanization. In: WOOLF, Greg. *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998b, p. 1-23.
- WOOLF, Greg. Being Roman in Gaul. In: WOOLF, Greg. *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998c, p. 238-249.
- WOOLF, Greg. Inventing Empire in Ancient Rome. In: ALCOCK, Susan et al. *Empires: Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 311-322.
- WOOLF, Greg. (org.) *The Cambridge illustrated history of the Roman world*. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

- WOOLF, Greg. *Saving the barbarian*. In: GRUEN, Erich (org.) *Cultural Identity in the Ancient Mediterranean: Issues & Debates*. Los Angeles: Getty Research Institute. 2010, p. 255-271.
- WOOLF, Greg. *Tales of the barbarians: ethnography and empire in the Roman west*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2011.
- WOOLF, Greg. *Rome: an empire's story*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- WOOLF, Greg. Análises do sistema-mundo e o império romano. In: *Mare Nostrum – Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, nº 5, 2014, p. 165-196.
- WOOLF, Greg. *Roma: a História de um Império*. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.
- WYKE, Maria. Augustan Cleopatras: Female Power and Poetic Authority. In: POWELL, Anton (org.). *Roman Poetry and Propaganda in the Age of Augustus*. London: London Classical Society, 1994, p. 98-140.
- ZACHARIA, Katerina. (org.) *Hellenisms – culture, identity, and ethnicity from Antiquity to modernity*. Hampshire/Burlington: Ashgate Publishing, 2008.
- ZANDONÁ, Deise. A segunda sofística: intelectuais, historiografia e poder político na Era dos Antoninos. In: *Revista História e-História*, 2008. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=116>. Acessado em 17 de junho de 2019.
- ZANKER, Paul. *The power of images in the age of Augustus*. Michigan: University of Michigan Press, 1988.
- ZIEGLER, Konrat. *Plutarchos von Chaironeia*. Stuttgart: Alfred Druckenmüller Verlag, 1964.